



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE DIREITO (FD)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO AGRÁRIO (PPGDA)**

MELISSA DE ALMEIDA CARDOSO

A desigualdade como ideologia:

A análise textual dos discursos de codificação jurídica das
desonerações tributárias das atividades agrárias no Brasil no contexto
de austeridade

V.2

GOIÂNIA

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE DIREITO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Melissa de Almeida Cardoso

3. Título do trabalho

A DESIGUALDADE COMO IDEOLOGIA: A análise textual dos discursos de codificação jurídica das desonerações tributárias das atividades agrárias no Brasil no contexto de austeridade

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **João Da Cruz Gonçalves Neto, Professor do Magistério Superior**, em 12/11/2021, às 08:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **MELISSA DE ALMEIDA CARDOSO, Discente**, em 12/11/2021, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º



do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2481811** e o código CRC **0E39AA9B**.

MELISSA DE ALMEIDA CARDOSO

A desigualdade como ideologia:

A análise textual dos discursos de codificação jurídica das desonerações tributárias das atividades agrárias no Brasil no contexto de austeridade

V.2

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, da Faculdade de Direito, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em Direito Agrário.

Área de concentração: Direito Agrário

Linha de Pesquisa: Fundamentos Jurídicos da Propriedade e da Posse, Conflitos Emergentes e Sistemas de Justiça.

Orientador: Professor Doutor João da Cruz Gonçalves Neto.

GOIÂNIA

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Cardoso, Melissa de Almeida

A desigualdade como ideologia [manuscrito] : A análise textual
dos discursos de codificação jurídica das desonerações tributárias das
atividades agrárias no Brasil no contexto de austeridade [V.2] /
Melissa de Almeida Cardoso. - 2021.
293 f.

Orientador: Prof. Dr. João da Cruz Gonçalves Neto.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Direito (FD), Programa de Pós-Graduação em Direito
Agrário, Goiânia, 2021.
Anexos.

1. Sociologia fiscal. 2. análise textual discursiva. 3. Atlas.ti. 4.
pesquisa empírica em direito. 5. desigualdades agrárias. I. Gonçalves
Neto, João da Cruz, orient. II. Título.

CDU 349.42



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE DIREITO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 84 da sessão de Defesa de Dissertação de MELISSA DE ALMEIDA CARDOSO que confere o título de Mestre(a) em **Direito Agrário** na área de concentração em **Direito Agrário**.

Ao/s trinta e dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, a partir da(s) 14:30 hs, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**A DESIGUALDADE COMO IDEOLOGIA: A análise textual dos discursos de codificação jurídica das desonerações tributárias das atividades agrárias no Brasil no contexto de austeridade**”. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), **Prof. Dr. João da Cruz Gonçalves Neto (PPGDA/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Prof. Dr. Francisco da Mata Machado Tavares** (Universidade Federal de Goiás), membro titular interno; **Prof. Dr. Sérgio Sauer** (Universidade de Brasília), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do **trabalho**. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo **Prof. Dr. João da Cruz Gonçalves Neto**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos trinta e dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **João Da Cruz Gonçalves Neto, Professor do Magistério Superior**, em 30/09/2021, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Sauer, Usuário Externo**, em 30/09/2021, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Mata Machado Tavares, Professor do Magistério Superior**, em 30/09/2021, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2341556** e o código CRC **50694F15**.

ANEXO 1 – Títulos e correspondência numérica dos documentos, notícias e notas coletados por fonte

Abaixo lista de documentos com sua respectiva numeração atribuída no *software* Atlas.Ti.

- **Câmara dos Deputados**

146 Agricultura aprova incentivo a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

147 Agricultura aprova incentivo ao cultivo combinado de peixes e plantas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

148 Agricultura aprova incentivo para venda de animal vivo para produtor rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

149 Agricultura aprova isenção de IPI na compra de máquinas por produtor familiar - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

150 Agricultura aprova isenção de PIS_Pasep e Cofins na venda de óleo diesel - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

151 Agricultura debate produção brasileira de caju - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

152 Ampliação da energia solar fotovoltaica depende de lei específica - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

153 Anúncio de nova meta para o deficit fiscal do governo repercute na Câmara - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

154 Aprovada em comissão suspensão de IPI para embalagem de produtor rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

155 Aumento de combustíveis e greve dos caminhoneiros dominam debates no Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

156 Belluzzo avalia que argumentos para impeachment não são válidos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

157 CCJ aprova projeto que amplia subsídio para energia na agricultura irrigada e aquicultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

158 CCJ autoriza incentivo fiscal para o reúso de água - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

159 CNA defende prorrogação de benefício fiscal para setor agropecuário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

160 Com a escolha dos presidentes, nove comissões que analisam MPs começam os trabalhos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

161 Comissão adia votação da MP que transfere imóveis do INSS para a União - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

162 Comissão aprova benefício fiscal para quem produz leite destinado a alérgicos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

163 Comissão aprova criação de programa para recuperar área degradada - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

164 Comissão aprova estímulo à energia renovável em política nacional de irrigação - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

165 Comissão aprova incentivo para energia renováveis em projetos de irrigação - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

166 Comissão aprova incentivos fiscais para produção de orgânicos e alimentos sem lactose - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

167 Comissão aprova incentivos fiscais para proteção de recursos hídricos em propriedades - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

168 Comissão aprova instituição de política de incentivo à produção da borracha - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

169 Comissão aprova isenção de PIS_Pasep e Cofins sobre o diesel para três setores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

170 Comissão aprova mudanças em MP e reduz imposto para remessas no exterior - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

171 Comissão aprova pagamento para quem preservar mata nativa além do exigido por lei - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

172 Comissão aprova projeto que cria fundo destinado ao transporte urbano de estudantes - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

173 Comissão aprova projeto que facilita investimento estrangeiro no agronegócio brasileiro - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

174 Comissão aprova proposta que amplia incentivos para agricultura orgânica - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

175 Comissão aprova proposta que incentiva uso de energias alternativas em edifícios - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

176 Comissão autoriza incentivo fiscal para o reúso de água - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

177 Comissão conclui votação de relatório da reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

178 Comissão de Agricultura aprova isenção de tributos em ração de bovinos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

179 Comissão de Agricultura aprova programa de preservação de rios do Maranhão - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

180 Comissão de Agricultura debate a revogação de desonerações concedidas pela Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

181 Comissão discute dificuldades de acesso ao crédito rural na região Norte - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

182 Comissão discute empréstimos para agroindústrias inspecionadas por municípios - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

183 Comissão especial aprova reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

184 Comissão especial debaterá mudanças na Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

185 Comissão pode votar hoje a MP que renegocia dívidas de produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

186 Comissão rejeita proposta do Executivo que regulamenta o ato cooperativo - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

187 Comissão vincula ampliação de redes de celular à inclusão de áreas rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

188 Comissões debatem fim de benefício tributário para produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

189 Confirma os vetos mantidos e demais vetos pendentes de votação - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

190 Congresso analisa 15 vetos presidenciais hoje à noite - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

191 Congresso instala hoje nove comissões mistas para analisar medidas provisórias - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

192 Congresso instalou nove comissões mistas para analisar medidas provisórias - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

193 Congresso Nacional aprova 31 projetos de créditos orçamentários - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

194 Congresso Nacional derruba quatro vetos presidenciais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

195 Congresso Nacional deve votar créditos e vetos nesta tarde - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

196 Congresso Nacional mantém vetos e deixa votação de destaques para o ano que vem - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

197 Congresso Nacional reúne-se hoje para votar vetos e créditos extras - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

198 Congresso pode votar vetos presidenciais na quarta-feira - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

199 Congresso tem 19 vetos na pauta para análise por deputados e senadores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

200 Conheça as principais propostas aprovadas na Câmara sobre Economia - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

201 Conheça as principais propostas aprovadas na Câmara sobre saúde - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2 2016

202 Conheça as principais propostas aprovadas na Câmara sobre Saúde - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

203 Consultoria de Orçamento divulga estudo com cenário para teto de gastos até 2023 - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

204 Contrato de Trabalho Verde e Amarelo gera divergências entre trabalhadores e patrões - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

205 Câmara aprova MP que cria Cartão Reforma para imóveis - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

206 Câmara aprova parcelamento de dívidas de produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

207 Câmara aprova projeto que prevê pagamento por serviços ambientais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

208 Câmara aprovou em 2018 lei geral das agências reguladoras e regime tributário para montadoras - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

209 Câmara pode votar hoje a MP do Cartão Reforma - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

210 Câmara pode votar hoje nova MP do Recine - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

- 211 Câmara rejeita isenção de Imposto de Renda para venda de imóvel rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 212 Câmara rejeita isenção de IPI para máquinas agrícolas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 213 Câmara rejeita redução tributária para exportadores de produtos animais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 214 Debatedores avaliam que _internet das coisas_ depende de mudanças na tributação - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 215 Deputados e produtores rurais condenam possível fim da Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 216 Deputados e senadores preservam desonerações para produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020
- 217 Deputados querem regulamentar pagamento por serviços ambientais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 218 Derrubado veto a regras para pagamento de débitos previdenciários rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 219 Desafio da Aneel é promover desoneração de tarifas, afirma diretor - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 220 Desenvolvimento Econômico aprova renegociação de dívidas com fundos regionais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 221 Discussão da reforma da Previdência contínua; acompanhe - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 222 Em tecnologia, Câmara aprovou acordo com EUA para uso da base de Alcântara - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 223 Em visita à Câmara de Comércio dos EUA, Maia defende agenda de reforma do Estado - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 224 Entidades criticam condições para parcelamento de impostos na MP do Funrural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 225 Especialistas apontam oferta de energia renovável a pessoas físicas como desafio do setor - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 226 Especialistas cobram recursos para ampliação do controle biológico de pragas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 227 Especialistas defendem revisão da Lei de Telecomunicações para desenvolver a Internet das Coisas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

- 228 Finanças amplia subsídio para energia na agricultura irrigada e aquicultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 229 Finanças aprova inclusão de bacias hidrográficas na área da Codevasf - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 230 Finanças rejeita criação de estatuto da micro e pequena empresa rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 231 Finanças rejeita proposta que permite compensar débitos tributários com subvenções - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 232 Frente da agropecuária quer discutir aposentadoria rural e situação dos exportadores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 233 Frente do Livre Mercado diverge sobre projetos em análise no Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 234 Frente em defesa da Previdência quer apresentar proposta de reforma - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 235 Frente Parlamentar da Agropecuária quer derrubar vetos à renegociação de dívidas rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 236 Frente quer aprovar movimentação de recursos de prefeituras por via de cooperativas de crédito - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 237 Governo demonstra confiança, enquanto oposição denuncia desigualdade na Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 238 Governo espera que parlamentares aperfeiçoem reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 239 Isenção de ITR para áreas de florestas plantadas é aprovada em comissão - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 240 Líderes concordam que CCJ não deve alterar mérito da reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 241 Maia defende equilíbrio diante de ataques às instituições - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020
- 242 Medida Provisória autoriza renegociação do Funrural e reduz alíquota de contribuição - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 243 Meio Ambiente aprova incentivos a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 244 Meio Ambiente aprova incentivos para recuperação de áreas rurais degradadas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

245 Meio Ambiente aprova normas para uso de biogás - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

246 Mercado de animais domésticos cobra legislação específica para o setor - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

247 Minas e Energia cancela fim de descontos na tarifa elétrica de agricultores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

248 Ministro da Economia admite mudanças na proposta de reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

249 Ministros defendem liberação de novos agrotóxicos no Brasil - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

250 MP 694 prorroga prazo para desconto em liquidação de dívida rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

251 MP do Cartão Reforma é destaque da pauta do Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

252 Mudanças no Funrural são aprovadas em comissão mista - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

253 Norma do Confaz que reduziu ICMS de agrotóxicos poderá ser suspensa - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

254 Nova lei prevê regras para manutenção de empregos durante a pandemia - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

255 Nove comissões mistas sobre medidas provisórias elegem presidentes e relatores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

256 Novo relator da reforma tributária defende recriação da CPMF - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

257 Oposição faz vigília no Plenário contra reformas da Previdência e trabalhista - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

258 Oposição pede devolução de MP que suspende salários e anuncia ação no STF - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

259 Parlamentares defendem derrubada de veto a projeto que facilita acesso ao BPC - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

260 Plenário aprova em 1º turno alterações na PEC do _orçamento de guerra_ - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

261 Plenário aprova MP sobre regularização de débitos não tributários; faltam destaques - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

262 Plenário mantém em MP ampliação de incentivo fiscal do biodiesel - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

263 Plenário pode votar alterações em MP que incentiva petrolíferas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

264 Plenário pode votar alterações na MP sobre regularização de terras - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

265 Plenário pode votar MP que parcela dívidas de produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

266 Plenário pode votar projeto sobre dívida dos estados nesta segunda-feira - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

267 Plenário pode votar projetos sobre ISS, cadastro rural e gastos de campanhas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

268 Plenário pode votar projetos sobre segurança pública e MPs da mineração - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

269 Plenário vota hoje alterações em MP que incentiva petrolíferas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

270 PMDB defende 20 ministérios, diesel barato e veto a aumento do Fundo Partidário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2015

271 Presidente da Anfip rejeita argumento do governo de que há déficit fiscal na Seguridade - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

272 Principais propostas aprovadas pela Câmara na área de economia - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

273 Produtores de alho denunciam prejuízos causados por importações da China - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

274 Produtores rurais da Amazônia criticam tarifas cobradas em financiamentos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

275 Projeto beneficia empresas que tenham dívidas com a Receita Federal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

276 Projeto concede benefícios tributários para produção de orgânicos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

277 Projeto concede crédito especial de R\$ 5,42 bilhões para a Petrobras - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

278 Projeto concede isenção de Pis_Pasep e Cofins para ração bovina - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

279 Projeto cria incentivo fiscal para elevar o número de crianças matriculadas em creches - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

280 Projeto cria incentivos para recuperação de áreas rurais degradadas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

281 Projeto cria programa para preservação dos rios maranhenses - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

282 Projeto cria zona de processamento de exportação em Pelotas (RS) - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

283 Projeto define critérios de política permanente para ovinocaprinocultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

284 Projeto desonera compra de celulares e computadores por professores e alunos da rede pública - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

285 Projeto institui política de incentivo à apicultura e à meliponicultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

286 Projeto instituiu política de incentivo à produção da borracha - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

287 Projeto isenta de IPI maquinário agrícola para pequenos produtores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

288 Projeto isenta de ITR a geração de energia por biomassa no meio rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

289 Projeto isenta de ITR áreas plantadas com florestas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

290 Projeto isenta empresas na venda de animais vivos para produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

291 Projeto isenta imóveis rurais de imposto - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

292 Projeto isenta venda de óleo diesel de PIS_Pasep, Cofins e Cide - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

293 Projeto prevê incentivo fiscal para quem preservar mata nativa além do exigido por lei - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

294 Projeto prevê incentivos fiscais para proteção de recursos hídricos em propriedades rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

295 Projeto prevê isenção de tributos em ração de bovinos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

- 296 Projeto visa facilitar captação de recursos no mercado externo por produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 297 Proposta concede incentivo a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 298 Proposta estabelece critérios para regularização fundiária em áreas da União - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020
- 299 Proposta exige compensação social da União em caso de benefício fiscal concedido a empresas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 300 Proposta institui política de incentivo a microdestilaria e cooperativa de produtores de etanol - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 301 Proposta prevê incentivos à cadeia produtiva do cacau - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020
- 302 Proposta que altera a Lei Kandir está pronta para votação no Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 303 Propostas aprovadas pela Câmara na área econômica permitem parcelamento de dívidas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 304 Prorrogação de incentivos ao Centro-Oeste gera polêmica em Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 305 Receita_ desonerações da folha salarial afetaram arrecadação previdenciária - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 306 Relator apresenta proposta de reforma tributária para nortear debate em comissão - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 307 Relator da reforma da Previdência defende revisão de renúncias fiscais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 308 Relator defende reforma da Previdência durante discussão - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 309 Rodrigo Maia defende diálogo para a votação de novo licenciamento ambiental - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 310 Saiba como ficam os fundos de previdência complementar - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 311 Seminário discute formas de superar obstáculos ao desenvolvimento regional - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 312 Senadores se alternam na defesa e no ataque a Dilma Rousseff - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

313 Sergio Souza é o novo presidente da Comissão de Finanças e Tributação - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

314 Setor produtivo quer definição mais precisa para devedor contumaz - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

315 Temer sanciona com vetos programa de renegociação de dívidas rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

316 Técnicos do Ministério da Economia estarão à disposição de parlamentares para explicar reforma - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

317 “Meu papel é construir pontes e diálogo”, diz Rodrigo Maia após encontro com Bolsonaro - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

318 Audiência analisa projetos que aumentam impostos sobre cigarros... - Notícias - Câmara dos Deputados 2017

319 Câmara aprova suspensão da contribuição previdenciária patronal... - Notícias - da Câmara dos Deputados 2020

320 Comissão especial pretende reduzir isenção fiscal a agrotóxicos... - Notícias - Câmara dos Deputados 2018

321 Integração Nacional aprova incentivo para produtor... - Notícias - Câmara dos Deputados 2018

322 Mão de obra deficiente e falta de internet dificultam... - Notícias -Câmara dos Deputados 2017

323 Projeto concede incentivos fiscais para produção... - Notícias - Câmara dos Deputados 2020

324 Proposta incentiva a aquaponia, sistema integrado... - Notícias - Câmara dos Deputados 2018

- **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)**

1 2016_ um ano de extremos para a produção de milho _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

2 Agricultura e carga tributária _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

3 Agronegócio une forças contra tributação de defensivos agrícolas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

4 Agropecuária é um dos setores mais impactados pelas atuais propostas da Reforma Tributária _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

- 5 Alunos do curso Técnico em Agronegócio do SENAR aprendem gestão em produção animal na pecuária e piscicultura _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 6 Após pedido da FAEP, governo e deputados garantem Tarifa Rural Noturna para 2021 e 2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 7 Assembleia Legislativa de Alagoas aprova PL que desburocratiza acesso de produtores rurais à isenção do ICMS na energia elétrica _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 8 Boletim CNA destaca divulgação de balanço e perspectivas para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 9 Boletim CNA destaca impacto para as culturas e situação das exportações _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 10 Boletim CNA mostra que setor sucroenergético é contra renovação da isenção de cota para importação de etanol _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 11 Boletim CNA_ Exportações de açúcar batem recorde em outubro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 12 Boletim CNA_ Setor agropecuário defende prorrogação de convênios que reduzem cobrança do ICMS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 13 Boletim CNA_ Setor de frutas espera ritmo de exportações para UE perto do normal nas próximas semanas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 14 Boletim semanal_ CNA traz informações sobre Plano Safra _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 15 Boletim_ CNA derruba lei que tornava bens de produtor indisponíveis sem decisão da justiça e anuncia vencedores do Prêmio Brasil Artesanal _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 16 Cadeia de lácteos cria “livro de cabeceira” do setor _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 17 CNA apresenta balanço de 2020 e as perspectivas para 2021 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 18 CNA debate crédito na safra 2021_2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 19 CNA debate impactos da Reforma Tributária na cesta básica e nos hortifrúti _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

- 20 CNA debate impactos do fim de benefícios fiscais e tributários para o agro _
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 21 CNA debate Plano Agrícola e Pecuário 2021_2022 em audiência na Câmara _
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 22 CNA debate tributação internacional do agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária
do Brasil (CNA)
- 23 CNA defende inclusão do setor agropecuário em projeto que prorroga incentivos de
ICMS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 24 CNA defende manutenção de benefícios fiscais para defensivos _ Confederação da
Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 25 CNA defende renovação de convênio que reduz cobrança de ICMS sobre insumos _
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 26 CNA discute demandas de produtores de grãos _ Confederação da Agricultura e
Pecuária do Brasil (CNA)
- 27 CNA e 44 entidades do agro pedem renovação de convênios do ICMS _ Confederação
da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 28 CNA e especialistas debatem incentivos fiscais no mercado de defensivos agrícolas _
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 29 CNA entrega à ministra da Agricultura propostas para o Plano Agrícola e Pecuário
2020_2021 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 30 CNA entrega à ministra da Agricultura propostas para o Plano Agrícola e Pecuário
2021_2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 31 CNA participa de debate sobre os impactos da reforma tributária no agronegócio _
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 32 CNA participa de lançamento do Plano Safra Regional do Banco da Amazônia _
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 33 CNA participa de seminário sobre boas práticas no setor produtivo _ Confederação da
Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 34 CNA reúne autoridades para debater políticas públicas e outros temas no agro pelo
Brasil _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 35 CNA, Federações e Ministérios da Agricultura e Economia discutem medidas
anunciadas para o Plano Safra _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 36 Comissão aborda de conjuntura para grãos a impactos da Lei Kandir _ Confederação da
Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

- 37 Criadores de gado têm até o dia 31 deste mês para prestar contas sobre movimentação do rebanho _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 38 Decisão da Justiça Federal inviabiliza agricultura e pecuária em SC _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 39 Desenvolvimento do Acre é tema de encontro entre representantes da FAEAC e Sudam _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 40 Diretoria da FAEP toma posse com compromisso de fortalecer o sistema sindical _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 41 Encontro Ruralista debate assuntos de interesse do produtor rural _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 42 Especialistas debatem mudanças no sistema tributário _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 43 Estados entram em consenso e renovação do Convênio 100 é aprovada no Confaz _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 44 Estudo da CNA mostra que setor agropecuário é o que menos recebe subsídios tributários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 45 FAEA consegue importante redução de alguns custos de produção no Estado _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 46 FAEA e OCB_AM entregam pleitos de produtores rurais para governador do Amazonas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 47 Faeal pede redução de ICMS na comercialização de grãos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 48 FAEC apresenta propostas do setor produtivo ao Secretário Maia Junior _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 49 Farsul debate proposta de reforma tributária do Governo do RS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 50 Grupo de Trabalho Econômico da CNA debate questões tributárias _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 51 Grupo de Trabalho Econômico da CNA discute temas tributários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 52 Inovação no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 53 Ministério da Agricultura confirma a retirada da vacina contra aftosa no PR _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

- 54 Nota Técnica sobre derrubada dos Vetos impostos à Lei nº 13.606 de 09.01.2018 _
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 55 O ICMS na Bahia aplicado ao agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do
Brasil (CNA)
- 56 Para CNA, renovação do Convênio ICMS 100 deveria incluir todos os insumos
agropecuários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 57 Perguntas e Respostas sobre o Programa de Regularização Tributário Rural (PRR) do
Funrural _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 58 Presidenciáveis apresentam na CNA propostas para o setor agropecuário _ Confederação
da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 59 Presidente da CNA defende sistema tributário moderno para o agro _ Confederação da
Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 60 Produtores definem medidas para melhoria da cadeia do leite _ Confederação da
Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 61 Reforma Tributária_ CNA debate fim dos incentivos e aumento dos preços dos insumos
_ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 62 Saiba o que muda com a derrubada dos vetos à Lei 13.606_2018 _ Confederação da
Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 63 Selic cai ao menor nível da história _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
(CNA)
- 64 Seminário na CNA debate prorrogação do prazo de adesão à lei que autoriza renegociar
dívidas rurais _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 65 Senado aprova projeto que trata do Funrural _ Confederação da Agricultura e Pecuária
do Brasil (CNA)
- 66 Serviços ambientais e agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
(CNA)
- 67 Setor produtivo e governo debatem aumento de ICMS para os fertilizantes _
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 68 Sistema FAEMG contra aumento de impostos _ Confederação da Agricultura e Pecuária
do Brasil (CNA)
- 69 Sistema Famasul acompanha tramitação das propostas que mais impactam o setor
agropecuário brasileiro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 70 Suinocultores reivindicam benefícios pela geração de energia sustentável _
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

71 Veja aqui _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

- **Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)**

1 16º Congresso Brasileiro do Agronegócio _ ABAG

2 Comitê gestão 2019_2021 - ABAG em boas mãos, confira!

3 Congresso da Abag discute reforma tributária do brasileiro, confira! _ ABAG

4 Futuro do agronegócio está na integração entre sustentabilidade, inovação e conectividade _ ABAG

5 Manifesto ABAG - Contra aumento dos impostos no Estado de São Paulo _ ABAG

6 XI Fórum - Reforma Tributária e Impactos no Agronegócio _ ABAG

- **Comissão Pastoral da Terra (CPT)**

1 Comissão Pastoral da Terra - #90AnosDePedro _ O Araguaia é testemunha

2 Comissão Pastoral da Terra - #90AnosDePedro _ Pedro e a questão da Terra

3 Comissão Pastoral da Terra - #90AnosDePedro _ Queriam que Pedro se calasse - A Intimação que recebeu

4 Comissão Pastoral da Terra - #PedroCasaldáligaPresente - A Amazônia no centro das preocupações de Pedro, que deram origem à CPT

5 Comissão Pastoral da Terra - #VozesdasMulheres _ Políticas neoliberais e o aprofundamento das desigualdades de gênero no Brasil

6 Comissão Pastoral da Terra - 'Foi covardia. Ninguém estava armado', diz irmão de trabalhador morto em MT

7 Comissão Pastoral da Terra - 40 ameaças legislativas aos Direitos Humanos

8 Comissão Pastoral da Terra - 2015_ o ano que não acabou em Rondônia

9 Comissão Pastoral da Terra - Atuação do poder público_ Inbra – MT é cúmplice dos grileiros

- 10 Comissão Pastoral da Terra - Bilionários do mundo têm mais riqueza do que 60% da população mundial
- 11 Comissão Pastoral da Terra - Brasil será “paraíso dos agrotóxicos”, diz pesquisador
- 12 Comissão Pastoral da Terra - Carta aos partidos e parlamentares_ por uma CPMI ampla que investigue a situação da grande mineração no Brasil
- 13 Comissão Pastoral da Terra - Conjuntura política nacional_ Organismos e Pastorais da CNBB apresentam manifesto público
- 14 Comissão Pastoral da Terra - Deputado que mais desmatou, filho de Kátia Abreu legisla a favor de empresários rurais
- 15 Comissão Pastoral da Terra - Do coco babaçu à emancipação_ o poder das quebradeiras do Maranhão
- 16 Comissão Pastoral da Terra - Dos seringais de ontem às fazendas de hoje
- 17 Comissão Pastoral da Terra - Em Cuiabá, membro da CPT lança livro “Resistência e Luta conquistam território no Araguaia Mato-Grossense”
- 18 Comissão Pastoral da Terra - Fundos de pensão estrangeiros e a aquisição de terras no Brasil em debate na Universidade de Nova York
- 19 Comissão Pastoral da Terra - Governo e ruralistas se unem contra o futuro do país
- 20 Comissão Pastoral da Terra - Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF
- 21 Comissão Pastoral da Terra - Manifesto dos Povos do Cerrado no Dia Mundial da Água
- 22 Comissão Pastoral da Terra - MANIFESTO_ Água para quem precisa! Fechem as torneiras das grandes empresas
- 23 Comissão Pastoral da Terra - Organizações pedem a eurodeputados criação de barreira humanitária para commodities brasileiras
- 24 Comissão Pastoral da Terra - Patrimônio dos 26 mais ricos equivale ao dos 50% mais pobres do mundo
- 25 Comissão Pastoral da Terra - PL da Grilagem ainda representa ameaça à sociobiodiversidade

26 Comissão Pastoral da Terra - Pressão política dificulta redução do uso de agrotóxicos no Brasil

27 Comissão Pastoral da Terra - Proprietários de terra devem quase R\$ 1 trilhão à União

28 Comissão Pastoral da Terra - Romaria promove encontro de trabalhadores rurais e urbanos em Cuiabá e lança carta aberta

29 Comissão Pastoral da Terra - Saiba como o 'Pacote do Veneno' pode piorar a sua vida

30 Comissão Pastoral da Terra - SUGESTÃO DE PAUTA_ Balanço da Reforma Agrária no ano de 2016

- **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**

1 _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

2 _Não se pode combater a desigualdade sem lutar contra os ricos_, analisa jornalista uruguaio - MST

3 A quem interessa a pulverização aérea de agrotóxicos nos territórios_ - MST

4 Agroecologia como política de estado em Sergipe - MST

5 Agronegócio do Ceará tenta calar pesquisador que usou “veneno” em vez de “defensivo agrícola” - MST

6 Agrotóxicos e eleições 2020_ o que será que será_ - MST

7 Agrotóxicos_ Má-formação congênita e puberdade precoce, uma herança maldita do agronegócio - MST

8 Atuação do poder público_ Incra – MT é cúmplice dos grileiros - MST

9 Celso Furtado_ base para se pensar um novo projeto de país - MST

10 Como a política pró-agrotóxicos de Bolsonaro transfere riquezas para fora do país - MST

11 Dia do Controle da Poluição por Agrotóxicos - MST

12 Dois anos de golpe no Brasil_ violência e precarização do trabalho no campo - MST

13 Dois Projetos para o Brasil - MST

- 14 É possível o agronegócio ser sustentável, gerar empregos e botar comida na mesa_ - MST
- 15 É possível reduzir ou acabar com o uso de agrotóxicos_ - MST
- 16 Em debate, políticas e práticas de redução de agrotóxicos - MST
- 17 Em defesa da frente popular contra crise e efeitos da pandemia, por Stedile - MST
- 18 Em meio a suposto rombo da Previdência, Temer negocia perdoar R\$ 10 bi de ruralistas - MST
- 19 'Epidemia de câncer'_ Alto índice de agricultores gaúchos doentes põe agrotóxicos em xeque - MST
- 20 Especial pelo movimento Mundial de Luta Contra os Agrotóxicos - MST
- 21 Governador Simão Jatene é chamado a se comprometer com a paz no campo e na cidade - MST
- 22 Governo e ruralistas se unem contra o futuro do país - MST
- 23 Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF - MST
- 24 Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST
- 25 Lei faz de Florianópolis a 1ª cidade do Brasil livre de agrotóxicos - MST
- 26 Movimentos do campo dão início a manifestações contra Temer; entenda as pautas - MST
- 27 MST divulga nota de apoio à greve na educação do Mato Grosso - MST
- 28 MST se manifesta em São Paulo contra o Projeto de Lei 529_2020 - MST
- 29 Nem pop, nem tech, o Agro é corrupto - MST
- 30 O poder político das empresas de agrotóxicos, por João Pedro Stedile - MST
- 31 O STF pode por fim aos benefícios fiscais dos agrotóxicos nessa quarta-feira - MST
- 32 Organizações sociais reivindicam que isenções fiscais para agrotóxicos não sejam renovadas - MST
- 33 Pará, sangrento Pará - MST
- 34 PEC 241_ e agora, Bancada Ruralista_ - MST
- 35 Política de agroecologia tem estados e municípios como vias possíveis - MST

- 36 Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia_ dos incentivos fiscais ao FNO... - MST
- 37 Proprietários de terra devem quase R\$ 1 trilhão à União - MST
- 38 Quais os efeitos que a água contaminada por agrotóxicos pode causar_ - MST
- 39 Renúncia fiscal com agrotóxicos é de R\$ 9 bilhões no Brasil, segundo o TCU - MST
- 40 Seminário em Minas aponta avanços na agroecologia - MST
- 41 Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST
- 42 Sustentada por interesses dos setores ruralista e imobiliário, MP 759 é aprovada pelo Senado - MST
- 43 Taxação de agrotóxicos pode contribuir para transição agroecológica, diz pesquisador - MST
- 44 TCU recomenda taxaço de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde - MST
- 45 Trabalho escravo no Brasil_ os riscos de passar de vitrine a vidraça - MST

- **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.553/2016**

- 1 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações
- 2 132 - Prestação de esclarecimentos (77145-2017) - Prestação de esclarecimentos
- 3 136 - Petição - 7797-2017 - Ofício n 153-SEI-2017-INCA-SAS-MS, INCA - presta informações.
- 4 137 - Petição - 78183-2017 - Ofício SEI nº 1-2017-COGCR-POLAG-GABIN-SPE-MF, MF - presta informações.
- 5 138 - Petição - 38-2018 - Ofício SEI nº 82-2017-SPREV-MF, MF - Presta informações em ate
- 6 139 - Petição - 51-2018 - OFÍCIO Nº 03-2018-GM-MTb, MT - Presta informações em atenção ao
- 7 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.
- 8 144 - Petição - 1205-2018 - Ofício nº 229-2018-MMA, Ministério do Meio Ambiente - Presta i

9 145 - Petição - 1378-2018 - Ofício CTA nº 001-2018 - CTA-ANVISA, Poder Executivo - Presta informações em ate

10 146 - Petição - 18582018 - Ofício nº 5262017SEIGADIP-CGANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitári

11 147 - Petição - 21202018 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Presta informações em atenção ao ofício nº

12 148 - Petição - 22632018 - Ofício nº 8472017-PR, Fundação Oswaldo Cruz - Presta informações em atenção

13 150 - Petição - 26332018 - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO - Presta info

14 152 - Petição - 37062018 - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL-ANDEF - Presta informações em atenção

15 153 - Petição - 48322018 - Ofício nº 0242018-CNA, CNA - Presta informações em atenção ao ofício nº 260

16 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

17 215 - Petição - 662042018 - Ofício SEI nº 32018COMACPOLAGGABINSPE-MF, MINISTÉRIO DA FAZENDA - Presta i

- Reunião de todas as fontes

Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI n. 5.553 de 2016

11 Documentos:

1 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

2 136 - Petição - 7797-2017 - Ofício n 153-SEI-2017-INCA-SAS-MS, INCA - presta informações.

3 137 - Petição - 78183-2017 - Ofício SEI nº 1-2017-COGCR-POLAG-GABIN-SPE-MF, MF - presta informações.

4 139 - Petição - 51-2018 - OFÍCIO Nº 03-2018-GM-MTb, MT - Presta informações em atenção ao

5 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

6 144 - Petição - 1205-2018 - Ofício nº 229-2018-MMA, Ministério do Meio Ambiente - Presta i

7 146 - Petição - 18582018 - Ofício nº 5262017SEIGADIP-CGANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária

8 148 - Petição - 22632018 - Ofício nº 8472017-PR, Fundação Oswaldo Cruz - Presta informações em atenção

9 150 - Petição - 26332018 - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO - Presta info

10 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

11 215 - Petição - 662042018 - Ofício SEI nº 32018COMACPOLAGGABINSPE-MF, MINISTÉRIO DA FAZENDA - Presta i

Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

3 Documentos:

12 Futuro do agronegócio está na integração entre sustentabilidade, inovação e conectividade _ ABAG

13 Manifesto ABAG - Contra aumento dos impostos no Estado de São Paulo _ ABAG

14 XI Fórum - Reforma Tributária e Impactos no Agronegócio _ ABAG

Câmara dos deputados

105 Documentos:

15 Agricultura aprova incentivo a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

16 Agricultura aprova incentivo ao cultivo combinado de peixes e plantas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

17 Agricultura aprova incentivo para venda de animal vivo para produtor rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

18 Agricultura aprova isenção de IPI na compra de máquinas por produtor familiar - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

19 Agricultura aprova isenção de PIS_Pasep e Cofins na venda de óleo diesel - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

20 Ampliação da energia solar fotovoltaica depende de lei específica - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

- 21 Aprovada em comissão suspensão de IPI para embalagem de produtor rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 22 Aumento de combustíveis e greve dos caminhoneiros dominam debates no Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 23 CCJ aprova projeto que amplia subsídio para energia na agricultura irrigada e aquicultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 24 CCJ autoriza incentivo fiscal para o reúso de água - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 25 CNA defende prorrogação de benefício fiscal para setor agropecuário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 26 Comissão adia votação da MP que transfere imóveis do INSS para a União - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 27 Comissão aprova benefício fiscal para quem produz leite destinado a alérgicos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 28 Comissão aprova criação de programa para recuperar área degradada - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 29 Comissão aprova estímulo à energia renovável em política nacional de irrigação - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 30 Comissão aprova incentivo para energia renováveis em projetos de irrigação - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 31 Comissão aprova incentivos fiscais para produção de orgânicos e alimentos sem lactose - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 32 Comissão aprova incentivos fiscais para proteção de recursos hídricos em propriedades - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 33 Comissão aprova isenção de PIS_Pasep e Cofins sobre o diesel para três setores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 34 Comissão aprova mudanças em MP e reduz imposto para remessas no exterior - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 35 Comissão aprova proposta que amplia incentivos para agricultura orgânica - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 36 Comissão aprova proposta que incentiva uso de energias alternativas em edifícios - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 37 Comissão autoriza incentivo fiscal para o reúso de água - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

- 38 Comissão conclui votação de relatório da reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 39 Comissão de Agricultura aprova isenção de tributos em ração de bovinos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 40 Comissão de Agricultura aprova programa de preservação de rios do Maranhão - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 41 Comissão de Agricultura debate a revogação de desonerações concedidas pela Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 42 Comissão especial aprova reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 43 Comissão especial debaterá mudanças na Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 44 Comissão pode votar hoje a MP que renegocia dívidas de produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 45 Comissão rejeita proposta do Executivo que regulamenta o ato cooperativo - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 46 Comissão vincula ampliação de redes de celular à inclusão de áreas rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 47 Comissões debatem fim de benefício tributário para produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 48 Congresso Nacional aprova 31 projetos de créditos orçamentários - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 49 Congresso Nacional mantém vetos e deixa votação de destaques para o ano que vem - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 50 Consultoria de Orçamento divulga estudo com cenário para teto de gastos até 2023 - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 51 Contrato de Trabalho Verde e Amarelo gera divergências entre trabalhadores e patrões - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020
- 52 Câmara aprova parcelamento de dívidas de produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 53 Câmara aprova projeto que prevê pagamento por serviços ambientais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 54 Câmara rejeita isenção de Imposto de Renda para venda de imóvel rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

- 55 Câmara rejeita isenção de IPI para máquinas agrícolas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 56 Câmara rejeita redução tributária para exportadores de produtos animais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 57 Debatedores avaliam que _internet das coisas_ depende de mudanças na tributação - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 58 Deputados e produtores rurais condenam possível fim da Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 59 Deputados querem regulamentar pagamento por serviços ambientais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 60 Derrubado veto a regras para pagamento de débitos previdenciários rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 61 Desafio da Aneel é promover desoneração de tarifas, afirma diretor - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 62 Em tecnologia, Câmara aprovou acordo com EUA para uso da base de Alcântara - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 63 Em visita à Câmara de Comércio dos EUA, Maia defende agenda de reforma do Estado - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 64 Entidades criticam condições para parcelamento de impostos na MP do Funrural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 65 Especialistas cobram recursos para ampliação do controle biológico de pragas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 66 Especialistas defendem revisão da Lei de Telecomunicações para desenvolver a Internet das Coisas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 67 Finanças amplia subsídio para energia na agricultura irrigada e aquicultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 68 Finanças rejeita criação de estatuto da micro e pequena empresa rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 69 Finanças rejeita proposta que permite compensar débitos tributários com subvenções - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 70 Frente da agropecuária quer discutir aposentadoria rural e situação dos exportadores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 71 Frente Parlamentar da Agropecuária quer derrubar vetos à renegociação de dívidas rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

- 72 Frente quer aprovar movimentação de recursos de prefeituras por via de cooperativas de crédito - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 73 Governo demonstra confiança, enquanto oposição denuncia desigualdade na Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 74 Governo espera que parlamentares aperfeiçoem reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 75 Isenção de ITR para áreas de florestas plantadas é aprovada em comissão - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 76 Medida Provisória autoriza renegociação do Funrural e reduz alíquota de contribuição - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 77 Meio Ambiente aprova incentivos a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 78 Meio Ambiente aprova incentivos para recuperação de áreas rurais degradadas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 79 Meio Ambiente aprova normas para uso de biogás - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 80 Mercado de animais domésticos cobra legislação específica para o setor - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 81 Ministros defendem liberação de novos agrotóxicos no Brasil - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 82 Mudanças no Funrural são aprovadas em comissão mista - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 83 Norma do Confaz que reduziu ICMS de agrotóxicos poderá ser suspensa - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020
- 84 Nova lei prevê regras para manutenção de empregos durante a pandemia - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020
- 85 Novo relator da reforma tributária defende recriação da CPMF - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 86 Parlamentares defendem derrubada de veto a projeto que facilita acesso ao BPC - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020
- 87 PMDB defende 20 ministérios, diesel barato e veto a aumento do Fundo Partidário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2015
- 88 Presidente da Anfip rejeita argumento do governo de que há déficit fiscal na Seguridade - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

- 89 Projeto beneficia empresas que tenham dívidas com a Receita Federal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 90 Projeto concede benefícios tributários para produção de orgânicos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 91 Projeto concede isenção de Pis_Pasep e Cofins para ração bovina - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020
- 92 Projeto cria incentivos para recuperação de áreas rurais degradadas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 93 Projeto cria programa para preservação dos rios maranhenses - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 94 Projeto cria zona de processamento de exportação em Pelotas (RS) - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 95 Projeto define critérios de política permanente para ovinocaprinocultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 96 Projeto desonera compra de celulares e computadores por professores e alunos da rede pública - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020
- 97 Projeto institui política de incentivo à apicultura e à meliponicultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 98 Projeto isenta de IPI maquinário agrícola para pequenos produtores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 99 Projeto isenta de ITR a geração de energia por biomassa no meio rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020
- 100 Projeto isenta de ITR áreas plantadas com florestas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 101 Projeto isenta empresas na venda de animais vivos para produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 102 Projeto isenta imóveis rurais de imposto - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 103 Projeto isenta venda de óleo diesel de PIS_Pasep, Cofins e Cide - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 104 Projeto prevê incentivos fiscais para proteção de recursos hídricos em propriedades rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 105 Projeto prevê isenção de tributos em ração de bovinos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

- 106 Proposta concede incentivo a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016
- 107 Proposta exige compensação social da União em caso de benefício fiscal concedido a empresas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 108 Proposta institui política de incentivo a microdestilaria e cooperativa de produtores de etanol - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 109 Proposta que altera a Lei Kandir está pronta para votação no Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 110 Propostas aprovadas pela Câmara na área econômica permitem parcelamento de dívidas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 111 Prorrogação de incentivos ao Centro-Oeste gera polêmica em Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 112 Receita_ desonerações da folha salarial afetaram arrecadação previdenciária - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 113 Relator da reforma da Previdência defende revisão de renúncias fiscais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017
- 114 Rodrigo Maia defende diálogo para a votação de novo licenciamento ambiental - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 115 Saiba como ficam os fundos de previdência complementar - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019
- 116 Temer sanciona com vetos programa de renegociação de dívidas rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018
- 117 Comissão especial pretende reduzir isenção fiscal a agrotóxicos... - Notícias - Câmara dos Deputados 2018
- 118 Mão de obra deficiente e falta de internet dificultam... - Notícias -Câmara dos Deputados 2017
- 119 Projeto concede incentivos fiscais para produção... - Notícias - Câmara dos Deputados 2020
-

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

13 Documentos:

- 120 Comissão Pastoral da Terra - Atuação do poder público_ Incra – MT é cúmplice dos grileiros
- 121 Comissão Pastoral da Terra - Brasil será “paraíso dos agrotóxicos”, diz pesquisador

- 122 Comissão Pastoral da Terra - Carta aos partidos e parlamentares_ por uma CPMI ampla que investigue a situação da grande mineração no Brasil
- 123 Comissão Pastoral da Terra - Conjuntura política nacional_ Organismos e Pastorais da CNBB apresentam manifesto público
- 124 Comissão Pastoral da Terra - Deputado que mais desmatou, filho de Kátia Abreu legisla a favor de empresários rurais
- 125 Comissão Pastoral da Terra - Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF
- 126 Comissão Pastoral da Terra - Manifesto dos Povos do Cerrado no Dia Mundial da Água
- 127 Comissão Pastoral da Terra - MANIFESTO_ Água para quem precisa! Fechem as torneiras das grandes empresas
- 128 Comissão Pastoral da Terra - Organizações pedem a eurodeputados criação de barreira humanitária para commodities brasileiras
- 129 Comissão Pastoral da Terra - Pressão política dificulta redução do uso de agrotóxicos no Brasil
- 130 Comissão Pastoral da Terra - Proprietários de terra devem quase R\$ 1 trilhão à União
- 131 Comissão Pastoral da Terra - Romaria promove encontro de trabalhadores rurais e urbanos em Cuiabá e lança carta aberta
- 132 Comissão Pastoral da Terra - Saiba como o 'Pacote do Veneno' pode piorar a sua vida
-

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

48 Documentos:

- 133 Agronegócio une forças contra tributação de defensivos agrícolas_ _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 134 Agropecuária é um dos setores mais impactados pelas atuais propostas da Reforma Tributária _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 135 Alunos do curso Técnico em Agronegócio do SENAR aprendem gestão em produção animal na pecuária e piscicultura _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 136 Após pedido da FAEP, governo e deputados garantem Tarifa Rural Noturna para 2021 e 2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 137 Assembleia Legislativa de Alagoas aprova PL que desburocratiza acesso de produtores rurais à isenção do ICMS na energia elétrica _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

138 Boletim CNA destaca divulgação de balanço e perspectivas para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

139 Boletim CNA destaca impacto para as culturas e situação das exportações _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

140 Boletim CNA mostra que setor sucroenergético é contra renovação da isenção de cota para importação de etanol _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

141 Boletim CNA_ Exportações de açúcar batem recorde em outubro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

142 Boletim CNA_ Setor agropecuário defende prorrogação de convênios que reduzem cobrança do ICMS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

143 Boletim CNA_ Setor de frutas espera ritmo de exportações para UE perto do normal nas próximas semanas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

144 Boletim semanal_ CNA traz informações sobre Plano Safra _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

145 Cadeia de lácteos cria “livro de cabeceira” do setor _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

146 CNA apresenta balanço de 2020 e as perspectivas para 2021 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

147 CNA debate crédito na safra 2021_2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

148 CNA debate impactos da Reforma Tributária na cesta básica e nos hortifrúti _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

149 CNA debate impactos do fim de benefícios fiscais e tributários para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

150 CNA debate tributação internacional do agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

151 CNA defende inclusão do setor agropecuário em projeto que prorroga incentivos de ICMS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

152 CNA defende manutenção de benefícios fiscais para defensivos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

153 CNA defende renovação de convênio que reduz cobrança de ICMS sobre insumos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

154 CNA discute demandas de produtores de grãos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

155 CNA e 44 entidades do agro pedem renovação de convênios do ICMS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

156 CNA e especialistas debatem incentivos fiscais no mercado de defensivos agrícolas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

157 CNA entrega à ministra da Agricultura propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2021_2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

158 CNA participa de debate sobre os impactos da reforma tributária no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

159 CNA reúne autoridades para debater políticas públicas e outros temas no agro pelo Brasil _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

160 Comissão aborda de conjuntura para grãos a impactos da Lei Kandir _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

161 Diretoria da FAEP toma posse com compromisso de fortalecer o sistema sindical _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

162 Especialistas debatem mudanças no sistema tributário _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

163 Estados entram em consenso e renovação do Convênio 100 é aprovada no Confaz _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

164 Estudo da CNA mostra que setor agropecuário é o que menos recebe subsídios tributários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

165 FAEA consegue importante redução de alguns custos de produção no Estado _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

166 Faeal pede redução de ICMS na comercialização de grãos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

167 Farsul debate proposta de reforma tributária do Governo do RS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

168 Grupo de Trabalho Econômico da CNA discute temas tributários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

169 Inovação no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

170 Nota Técnica sobre derrubada dos Vetos impostos à Lei nº 13.606 de 09.01.2018 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

171 O ICMS na Bahia aplicado ao agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

- 172 Para CNA, renovação do Convênio ICMS 100 deveria incluir todos os insumos agropecuários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 173 Presidenciáveis apresentam na CNA propostas para o setor agropecuário _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 174 Presidente da CNA defende sistema tributário moderno para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 175 Reforma Tributária_ CNA debate fim dos incentivos e aumento dos preços dos insumos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 176 Senado aprova projeto que trata do Funrural _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 177 Setor produtivo e governo debatem aumento de ICMS para os fertilizantes _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 178 Sistema FAEMG contra aumento de impostos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 179 Sistema Famasul acompanha tramitação das propostas que mais impactam o setor agropecuário brasileiro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 180 Suinocultores reivindicam benefícios pela geração de energia sustentável _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
-

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

35 Documentos:

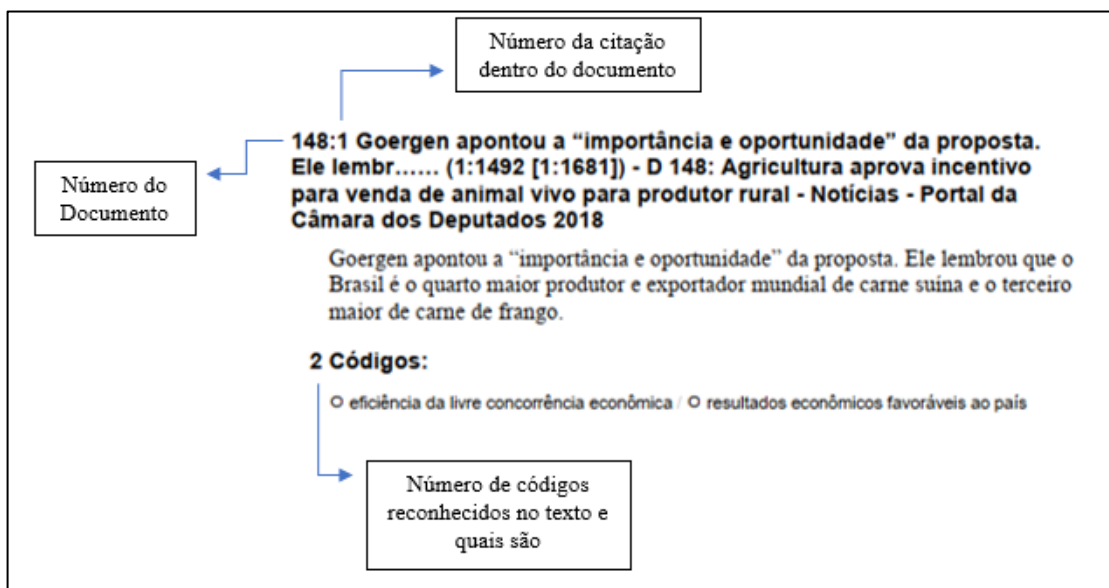
- 181 _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST
- 182 A quem interessa a pulverização aérea de agrotóxicos nos territórios_ - MST
- 183 Agroecologia como política de estado em Sergipe - MST
- 184 Agronegócio do Ceará tenta calar pesquisador que usou “veneno” em vez de “defensivo agrícola” - MST
- 185 Agrotóxicos e eleições 2020_ o que será que será_ - MST
- 186 Agrotóxicos_ Má-formação congênita e puberdade precoce, uma herança maldita do agronegócio - MST
- 187 Como a política pró-agrotóxicos de Bolsonaro transfere riquezas para fora do país - MST
- 188 Dia do Controle da Poluição por Agrotóxicos - MST
- 189 Dois anos de golpe no Brasil_ violência e precarização do trabalho no campo - MST

- 190 É possível o agronegócio ser sustentável, gerar empregos e botar comida na mesa_ - MST
- 191 É possível reduzir ou acabar com o uso de agrotóxicos_ - MST
- 192 Em debate, políticas e práticas de redução de agrotóxicos - MST
- 193 Em defesa da frente popular contra crise e efeitos da pandemia, por Stedile - MST
- 194 Em meio a suposto rombo da Previdência, Temer negocia perdoar R\$ 10 bi de ruralistas - MST
- 195 'Epidemia de câncer'_ Alto índice de agricultores gaúchos doentes põe agrotóxicos em xeque - MST
- 196 Especial pelo movimento Mundial de Luta Contra os Agrotóxicos - MST
- 197 Governador Simão Jatene é chamado a se comprometer com a paz no campo e na cidade - MST
- 198 Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF - MST
- 199 Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST
- 200 Lei faz de Florianópolis a 1ª cidade do Brasil livre de agrotóxicos - MST
- 201 MST divulga nota de apoio à greve na educação do Mato Grosso - MST
- 202 Nem pop, nem tech, o Agro é corrupto - MST
- 203 O poder político das empresas de agrotóxicos, por João Pedro Stedile - MST
- 204 O STF pode por fim aos benefícios fiscais dos agrotóxicos nessa quarta-feira - MST
- 205 Organizações sociais reivindicam que isenções fiscais para agrotóxicos não sejam renovadas - MST
- 206 Pará, sangrento Pará - MST
- 207 PEC 241_ e agora, Bancada Ruralista_ - MST
- 208 Política de agroecologia tem estados e municípios como vias possíveis - MST
- 209 Proprietários de terra devem quase R\$ 1 trilhão à União - MST
- 210 Quais os efeitos que a água contaminada por agrotóxicos pode causar_ - MST
- 211 Renúncia fiscal com agrotóxicos é de R\$ 9 bilhões no Brasil, segundo o TCU - MST
- 212 Seminário em Minas aponta avanços na agroecologia - MST
- 213 Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST
- 214 Taxação de agrotóxicos pode contribuir para transição agroecológica, diz pesquisador - MST
- 215 TCU recomenda taxaço de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde - MST

ANEXO 2 – Relatório gerado, no projeto “reunião de todas as fontes”, no software Atlas.ti

Para permitir o entendimento dos relatórios gerados apresentados a seguir, importante a seguinte imagem explicativa da configuração dos documentos que se encontrará:

Figura 1. Quadro explicativo da estrutura organizativa dos relatórios de pesquisa gerados pelo *software* Atlas.Ti



Fonte: Elaborada pela autora.

Projeto: Reunião de todas as fontes

Relatório criado por Melissa de Almeida Cardoso

Relatório de Documentos – Agrupado por: Grupos de Documentos

Todos (215) documentos

Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI n. 5.553 de 2016

11 Documentos:

1 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

40 Citações:

1:1 p 6 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Inicialmente, cumpre ponderar que a Constituição Federal, de 1988, embora defenda o direito fundamental ao meio ambiente equilibrado, a dignidade da pessoa humana (CF, art. 225, ele o art. 1º, 111), o direito fundamental à saúde (CF, art. 196) não veda, absolutamente, que diplomas legais concedam benefícios fiscais do ICMS e do IPI aos agrotóxicos.

1 Códigos:

- justiça

1:2 p 6 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

De fato, não há dúvida que a União, os Estados e o Distrito Federal devam buscar a observância de todos esses direitos, como estão todos buscando defender, contudo, a Constituição Federal aponta o princípio da igualdade como seu valor supremo (CF, art. 1º, "caput") e arrola entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (CF, art. 3º, "caput", incisos I a 111).

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias

1:3 p 7 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Ora, evidentemente, o benefício fiscal a favor do agrotóxicos, não favorecerá que o produtor de alimentos coloque o defensivo agrícola em nível excessivo ou desaconselhável, pois embora com a redução da base de cálculo do ICMS e isenção do IPI, o preço desses insumos, ainda assim, pesam no custo da produção.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

1:4 p 7 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Insta colimar que o mal maior para o meio-ambiente é o uso indiscriminado e excessivo de agrotóxicos, o que é desaconselhável e é combatido com a fiscalização ambiental e em defesa da saúde pública.

1 Códigos:

- justiça

1:5 p 7 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Obviamente, que o esporádico ou eventual uso mal feito dos agrotóxicos, que a fiscalização dos órgãos próprios estão agindo para obstar, potencialmente desfavorável ao meio-ambiente e à saúde, não é capaz e suficiente para tornar inconstitucionais os benefícios fiscais relativos ao ICMS e IPI desses produtos.

1 Códigos:

- justiça

1:6 p 7 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Ora, quando os diplomas legais guerreados estabelecem benefícios fiscais em favor dos agrotóxicos não estão buscando privilegiar o setor, como insinua o requerente, mas aspiram a assegurar a baixa nos preços dos alimentos, já que a realidade é que os agrotóxicos ainda representam relevantes insumos, para o acréscimo e barateamento da produção agrícola e para a redução dos preços das commodities brasileiras (como a soja, o milho, o

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

1:7 p 8 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

café, etc.), sendo indispensáveis para que o Brasil vença a difícil concorrência entre os países exportadores de produtos alimentícios.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

1:8 p 8 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Outrossim, no estágio atual, a ciência ainda não conseguiu proporcionar uma alternativa, realmente, eficaz, ou seja, ainda não viabilizou aumento eficaz e economicamente viável da produção agrícola, sem o uso de agrotóxicos, substâncias que preservam as plantas e os alimentos da ação danosa de seres vivos considerados nocivos.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça

1:9 p 8 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Não há como negar essa realidade. Basta ver os preços exorbitantes dos chamados produtos alimentícios livres de agrotóxicos. Certamente, o trabalhador, no estágio hodierno que o País se encontra, não teria condição financeira de custear a compra desses produtos, o que geraria mais fome, mais desnutrição e ainda maior prejuízo da saúde da população.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

1:10 p 8 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

A realidade é que os preços, nos supermercados ou feiras de produtos naturais, dos produtos alimentícios livres de agrotóxicos são bem superiores.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

1:11 p 8 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

De modo que a pretendida declaração de inconstitucionalidade das cláusulas 13 e 33 do Convênio do CONFAZ nO 100, de 1997, estranhamente, só dezenove anos depois, atacadas pelo partido requerente, e dos itens do Decreto 7.660/2011, impugnados, apenas, após cinco anos, que estabelecem benefícios fiscais a favor de agrotóxicos, iria trazer consequências ainda mais negativas para o Brasil e para os brasileiros, pois contribuiria para acelerar a inflação, aumentar o preço dos alimentos consumidos pelo povo, agravar a

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

1:12 p 9 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

fome da grande maioria da população e causaria rápida e consequente deteriorização da saúde, com grave descumprimento à dignidade humana.

1 Códigos:

- justiça

1:13 p 9 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Pois bem, a anterior Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 23, § 6º (EC nO 1/1969), estabelecia que as isenções do então imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias - ICM - só podiam ser concedidas ou revogadas nos termos fixados em convênios e ratificados pelos Estados Membros, segundo o disposto em lei complementar.

Buscou-se com o aparecimento desse dispositivo constitucional obstar os conflitos entre os Estados brasileiros decorrentes de exonerações locais ou unilaterais de um imposto de competência estadual, mas, por sua abrangência e repercussão, de inerente perfil nacional, o que sempre impõe tratamento federativo uniforme.

1 Códigos:

- justiça

1:14 p 10 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Segundo, de certo modo, essa senda, a Constituição Federal, de 1988, no seu artigo 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", atribui competência à lei complementar para regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

1 Códigos:

- justiça

1:15 p 10 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

o escopo da supracitada norma constitucional é de preservar o pacto federativo, com a busca de eliminação da guerra fiscal relacionada às exonerações e aos benefícios fiscais unilaterais do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS.

1 Códigos:

- justiça

1:16 p 10 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Por força do preceptivo constitucional do artigo 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", isenções e quaisquer benefícios fiscais do ICMS só podem ser concedidos e revogados nos termos da lei complementar, hodiernamente, nos termos da recepcionada Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, que prevê convênios celebrados pelos Estados e pelo Distrito Federal no âmbito do CONFAZ, não sendo admissível, mesmo com a invocação do preceito constitucional do artigo 150, § 6º, 1 que leis estaduais concedam ou revoguem tais benefícios fiscais do imposto, sem a observância do referido convênio.

1 Códigos:

- justiça

1:17 p 11 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

No texto constitucional atual da alínea "g", do inciso XII, § 2º, do artigo 155, a palavra "isenções" significa dispensas do pagamento do ICMS por motivos fiscais, já, "incentivos" exprime a mesma coisa, mas por motivos extrafiscais, e, repita-se, o termo "benefícios fiscais" tem o sentido de outras exonerações e privilégios, como redução da base de cálculo,² alíquota zero, deduções, abatimentos, anistias, e, concessão de crédito presumido, devolução do tributo pago, etc. ³

0 Códigos

1:18 p 11 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Assim, somente mediante prévio Convênio, no âmbito do CONFAZ, por deliberação política unânime dos Estados e do Distrito Federal, isenção, redução de base de cálculo, ou qualquer outro benefício fiscal do ICMS poderão ser concedidos ou revogados pelos Estados e pelo Distrito Federal, contudo, esses entes da Federação precisam, ainda, por ato normativo próprio do seu Poder Legislativo internalizar a criação ou revogação desses benefícios fiscais do ICMS (STF, ADI 1.247, DJ 8/9/1995).

1 Códigos:

- justiça

1:19 p 12 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Tanto em relação ao ICMS, quanto que concerne ao IPI não existe qualquer norma constitucional que impeça ao legislador federal fazer uso de sua discricionariedade política, para conceder ou autorizar isenção do IPI em favor de agrotóxicos.

1 Códigos:

- justiça

1:20 p 12 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Resta claro, portanto, que nada impede que o gestor público, dentro do espaço de conveniência e oportunidade, implante política fiscal abrangendo esses produtos.

0 Códigos

1:21 p 13 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Como leciona Sacha Calmon Navarro Coêlho, corroborando a grande maioria da doutrina: a seletividade no ICMS é facultativa. No IPI é obrigatória

1 Códigos:

- justiça

1:22 p 13 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Já Hugo de Brito Machado explicita que a seletividade do ICMS é facultativa, mas uma vez adotada, em legislação estadual ou distrital, esta seletividade só poderá ser em função da essencialidade das mercadorias ou serviços.⁸

1 Códigos:

- justiça

1:23 p 13 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Por este princípio da seletividade em função da essencialidade, os produtos, mercadorias ou serviços supérfluos, supérfluos ou consumidos, somente, pela camada economicamente mais privilegiada da sociedade deveriam ter tributação, expressa em bases de cálculo ou alíquotas, mais gravosa, enquanto que os produtos, insumos, mercadorias e serviços indispensáveis à sobrevivência das pessoas ou das empresas ou de grande

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

1:24 p 14 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

consumo popular, ou consumidos pela maioria da população deveriam ser beneficiados por tributação mais amena, ou seja, deveriam ser tratados até mesmo com isenção total ou parcial.

0 Códigos

1:25 p 14 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Destarte, o Poder Executivo e os legisladores, quando estabeleceram benefícios fiscais do ICMS e do IPI em favor dos agrotóxicos, visou, dentro do seu alvedrio político exclusivo, justamente, atender ao aumento e barateamento da produção alimentícia nacional, com o fito de proporcionar alimentos a grande maioria da população brasileira e favorecer a conquista pelo Brasil de mercados externos, no acirrado e concorrido campo do comércio internacional de alimentos, sendo que tais benefícios não têm o condão de aumentar de forma inadequada o uso de agrotóxicos, pois mesmo com os benefícios fiscais, pesa o preço desse insumo na produção, sem falar que existem órgãos do Poder Público encarregados de

fiscalizar e inibir a utilização excessiva ou inadequada dos agrotóxicos em proteção ao meio ambiente e à saúde da população

5 Códigos:

● eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado / ● justiça / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

1:26 p 14 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Como já mencionado, no estágio atual da ciência, esta ainda não encontrou uma alternativa economicamente viável, capaz de matar a fome das populações de forma razoavelmente acessível, de modo que o problema maior não é a utilização de agrotóxicos ou os benefícios fiscais a esses insumos, mas o mau uso, ou uso exagerado, ou inadequado desses produtos.

1 Códigos:

● justiça social/minorias

1:27 p 14 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Cumpra aduzir que as isenções, parcial ou total, respectivamente, do ICMS e do IPI em relação aos agrotóxicos foram estabelecidas, em última análise, para atender o princípio da capacidade contributiva (CF, art. 145, §

1 Códigos:

● justiça

1:28 p 15 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

1º), pois, iniludivelmente, os produtos livres de agrotóxicos são consumidos por uma pequena elite da sociedade brasileira, enquanto que o grosso do consumo de alimentos com a utilização de agrotóxicos é arcado pela grande maioria da população brasileira, que não teria a menor condição de suportar os preços dos alimentos livre de agrotóxicos, ou teria maior dificuldade de custear a aquisição de produtos alimentícios sem a incidência dos benefícios fiscais sobre os agrotóxicos.

1 Códigos:

● justiça social/minorias

1:29 p 15 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Cumpra mencionar, para restabelecer a verdade, que não são só os insumos agrotóxicos, que mereceram benefício fiscal do IPI. De fato, a maior parte dos produtos alimentícios é tributada pelo IPI à alíquota zero, conforme se pode ver no TIPI, o mesmo sucedendo em relação à redução da tributação do ICMS sobre os alimentos.

1 Códigos:

● justiça social/minorias

1:30 p 15 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Insta ressaltar que concessão de isenção parcial ou total do ICMS e do IPI é ato discricionário, por meio do qual, democraticamente, o Poder Executivo e o Poder Legislativo, fundados em juízo de conveniência e oportunidade, implementam suas políticas fiscais e econômicas e, portanto, a análise de seu mérito, em respeito ao dogma da Separação dos Poderes (CF, art. 2º) escapa ao controle do Poder Judiciário. (Precedentes do STF: RE 334.331; RE 149.659 e AI 138.344-AgR)

1 Códigos:

- justiça

1:31 p 15 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

A tese lançada, na peça exordial, pelo Partido requerente, de forma genérica, respectivamente, após dezenove e cinco anos de início de vigência dos dispositivos legais só agora guerreados, não traduz afronta direta aos

1 Códigos:

- justiça

1:32 p 16 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

dispositivos constitucionais cogitados, quais sejam os artigos 225, caput, 196, 153, § 3º, I e 155, § 2º, 111, da Constituição Federal de 1988

0 Códigos

1:33 p 16 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Como demonstrado, os dispositivos dos diplomas legais, em baila, não violam a seletividade fiscal, quer diretamente, quer indiretamente, uma vez que a renúncia de receita é feita levando-se em consideração o potencial extrafiscal do Imposto Sobre Produtos Industrializados, mormente sobre os custos de produção agrícola, visando gerar, por exemplo, efeitos positivos no preço dos alimentos

3 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

1:34 p 16 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Contudo, a análise quanto aos fins visados com a Política Fiscal cabe unicamente ao Chefe do Poder Executivo ou ao Poder Legislativo, conforme exercício de prerrogativas que lhes foram outorgada constitucionalmente.

1 Códigos:

- justiça

1:35 p 16 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

o fato é que pretende o autor, pela via transversa, questionar a política de incentivos fiscais à atividade agroindustrial pela concessão de isenções, diminuição de alíquotas e da base de cálculo de tributos. Entretanto, olvida-se o requerente que existem espaços reservados exclusivamente aos juízos de oportunidade e conveniência, no que se incluem questões de política fiscal.

1 Códigos:

- justiça

1:36 pp 16 – 17 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Como bem destaca a Procuradora Federal Ora. Natalia Lacerda Macedo Costa, em Nota da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República SAJ nO 1.838/2016 - NLMC, Sérgio Rubens Birchall Becattini⁹, citando José Adércio Leite Sampaio, aponta para a existência da 9 BECATIINI, S. R. B. Dilemas da Atuação do Poder Judiciário: ativismo judicial sob à ótica do pensamento de Ronald Dworkin. D'Plácido, 2013, p. 44.

doutrina da questão política como forma de limitar o controle judicial quanto aos rumos das políticas governamentais. Com efeito, a sustentação para a limitação do escrutínio judicial são o princípio republicano e a legitimidade do governo; assim, devem ser tratados como assuntos alheios à jurisdição a condução de matérias externas e militares, casos de segurança nacional, de política fiscal, motivação da adoção de políticas administrativas e legislativas, requisições do Congresso dirigidas ao Executivo, controle de impeachment e da cassação parlamentar, atuação do poder constituinte derivado, controle de distribuição dos distritos eleitorais e disputas partidárias.

1 Códigos:

- justiça

1:37 p 17 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

E como já exposto, e corroborado pela Nota nO 1.838/2016 da SAJ, a jurisprudência do STF1 D já se pacificou quanto ao caráter discricionário do ato de isenção e de demais benefícios fiscais, e, por conseguinte, de atos equivalentes às renúncias fiscais, e, como tal não se sujeitam à avaliação pelo Poder Judiciário, salvo quanto à observância dos critérios formais, plasmados tanto no art. 151, 111, da CF, quanto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

1 Códigos:

- justiça

1:38 p 17 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Assim, insistir no contrário, repise-se, ensejaria a completa substituição de vontade dos representantes eleitos, em ameaça à independência dos

1 Códigos:

- justiça

1:39 p 18 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Poderes Constituídos, mediante a violação direta da cláusula pétrea sagrada no art. 2º da Constituição da República.

0 Códigos

1:40 p 18 in 37- Prestação de informações (39723-2016) - Prestação de informações

Resta concluir pela total constitucionalidade dos artigos 10, § 1º, do Decreto-Lei nº 37/1966 e do artigo 70 do Decreto nº 6.759/2009, esperando-se a declaração de constitucionalidade dos atos preceptivos legais.

1 Códigos:

- justiça

2 136 - Petição - 7797-2017 - Ofício n 153-SEI-2017-INCA-SAS-MS, INCA - presta informações.

5 Citações:

2:1 p 8, 530 × 116 in 136 - Petição - 7797-2017 - Ofício n 153-SEI-2017-INCA-SAS-MS, INCA - presta informações.

Conteúdo

Segundo Soares & Porto (2010) "...Os benefícios dos agrotóxicos ao produtor já estão de certa forma embutidos nos preços desses insumos e por sua vez são repassados aos consumidores através desses valores sobre o preço final dos alimentos. Já os danos

ambientais e à saúde humana provenientes do uso desses insumos **não são** carregados no processo produtivo, ou seja, **nem os preços dos agrotóxicos refletem esses custos,**

tampouco os preços dos produtos agrícolas colocados à venda no mercado. É um custo absorvido por toda a sociedade sob as mais diferentes maneiras, mas que não é diretamente percebido por essa. É um custo externalizado nas planilhas do Ministério da Saúde ao se repassar verba para o atendimento médico-hospitalar no Sistema Único de Saúde, nas despesas do Ministério da Previdência Social para concessão dos benefícios, dentre outros gastos governamentais ou não. O quadro abaixo apresenta uma síntese de algumas pesquisas que avaliaram a relação entre uso de agrotóxico na agricultura e o seu custo social, revelando que o custo com a saúde dos trabalhadores e o dano ambiental são superiores ao benefício econômico gerado pelo o aumento da produtividade:

3 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos
- DESfavoráveis ao país

2:2 p 10, 529 × 36 in 136 - Petição - 7797-2017 - Ofício n 153-SEI-2017-INCA-SAS-MS, INCA - presta informações.

Conteúdo

"...A outra é a isenção de impostos que o país continua a conceder à indústria produtora de agrotóxicos, um grande incentivo ao seu fortalecimento, que vai na contramão das medidas protetoras aqui recomendadas. E ainda, o fato de o Brasil permitir o uso de agrotóxicos já proibidos em outros países."

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias

2:3 p 10, 535 × 98 in 136 - Petição - 7797-2017 - Ofício n 153-SEI-2017-INCA-SAS-MS, INCA - presta informações.

Conteúdo

Pode-se concluir que medidas de isenção fiscal concedidas às indústrias produtoras de agrotóxicos mantém e reproduzem o modelo de produção de alimentos baseado nos princípios do agronegócio impactando negativamente a supremacia das práticas agroecológicas como alternativa dominante, em detrimento da agricultura convencional. Nesse sentido, tais medidas caminham na direção oposta às ações de promoção e proteção da saúde e de prevenção de doenças crônicas, como o câncer, desenvolvidas pelo Instituto Nacional do Câncer e demais órgãos públicos compromissados com a Saúde Pública da população brasileira. Pois tal modelo de produção de alimentos baseado nos princípios do agronegócio vem gerando impactos negativos à saúde, danos sociais e ambientais de curto, médio e longo prazos (citados anteriormente), os quais são custeados por toda a população por meio do crescimento dos gastos públicos com recuperação de áreas contaminadas; de reflorestamento das áreas desmatadas; diagnóstico e tratamento, muitas vezes com internações hospitalares por intoxicações agudas e crônicas, incluindo câncer; afastamentos e aposentadorias por invalidez de trabalhadores rurais e até mortes por utilização dessas substâncias; sem que haja a socialização desses custos de responsabilidade direta das indústrias químicas.

3 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

2:4 p 10, 527 × 96 in 136 - Petição - 7797-2017 - Ofício n 153-SEI-2017-INCA-SAS-MS, INCA - presta informações.

Conteúdo

Somam-se a isso os grandes prejuízos e entraves, devido à hegemonia desse modelo de produção, ao desenvolvimento sustentável no país, contrariando os compromissos assumidos entre o Governo Federal e os demais estados-membros da Organização das Nações Unidas na agenda 2030, com vistas a alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável no mundo. Cabe ressaltar que a pactuação de compromissos ocorreu no ano de 2016, tendo como segunda meta eliminar a fome, alcançar a segurança alimentar e nutricional e desenvolver uma agricultura sustentável:

"Até 2030 garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção de pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo"

1 Códigos:

- justiça

2:5 p 10, 536 × 64 in 136 - Petição - 7797-2017 - Ofício n 153-SEI-2017-INCA-SAS-MS, INCA - presta informações.

Conteúdo

Portanto medidas como essas ferem os princípios da precaução, da prevenção, da segurança alimentar e nutricional e da sustentabilidade. Além de violar o direito à saúde, o direito à saúde do trabalhador, o direito humano à alimentação adequada e à vida com dignidade, garantidos pela Constituição Federal de 1988 em seus artigos 196, 197 e 198, 200. E também reforçados e reafirmados na Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora por meio da portaria nº 1.823, de 23/08/2012 de 2012, na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional mediante o Decreto nº 7.272, de 25/08/2010, na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, instituída pelo Decreto nº 7.794, de 20/08/2012.

1 Códigos:

- justiça

3 137 - Petição - 78183-2017 - Ofício SEI nº 1-2017-COGCR-POLAG-GABIN-SPE-MF, MF - presta informações.

12 Citações:

3:1 p 1, 399 × 118 in 137 - Petição - 78183-2017 - Ofício SEI nº 1-2017-COGCR-POLAG-GABIN-SPE-MF, MF - presta informações.

Conteúdo

a) O Convênio ICMS 100/97 foi aprovado na 35ª Reunião Extraordinária do CONFAZ realizada em 04/01/1997, por decisão unânime dos representantes dos Estados e do Distrito Federal, em linha com o art. 2º, §2º da Lei Complementar 24, de 7 de janeiro de 1975, e com base em Proposta de Convênio Nº 129/97, apresentada pelo Estado de Santa Catarina. Não consta da Ata da referida reunião a justificação para a aprovação da medida, havendo apenas referência à preocupação do então Presidente do Conselho quanto aos possíveis efeitos negativos da ausência de incentivos fiscais aos insumos agrícolas, por meio da elevação de preços de insumos que compõem a cesta básica, conforme transcrito a seguir:

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça / ● justiça social/minorias

3:2 p 2, 347 × 198 in 137 - Petição - 78183-2017 - Ofício SEI nº 1-2017-COGR-POLAG-GABIN-SPE-MF, MF - presta informações.

Conteúdo

“O Presidente, inicialmente, teceu comentários sobre os resultados negativos advindos para o setor agrícola demonstrados através de inúmeras manifestações apresentadas por quase todas as entidades representativas da Classe e de vários membros do Congresso Nacional e de Assembléias Legislativas, em face de não ter sido aprovada pelo CONFAZ, na sua última reunião, a prorrogação do Convênio 36/92, que permitia a redução em 50% nas saídas interestaduais de insumos agrícolas. Fez, em seguida, um apelo em seu nome e no do Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de que a reunião fosse direcionada de tal forma a que se chegasse à solução que melhor viesse a atender o interesse de todas as unidades da Federação e do País como um todo, tendo ainda demonstrado a sua preocupação de que a não existência de quaisquer estímulos fiscais aos insumos agrícolas, por certo viria afetar negativamente toda a sociedade, em decorrência da provável e indesejável subida dos preços dos produtos que compõem a cesta básica, entre outros fatores”.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado / ● justiça social/minorias

3:3 p 2, 405 × 124 in 137 - Petição - 78183-2017 - Ofício SEI nº 1-2017-COGR-POLAG-GABIN-SPE-MF, MF - presta informações.

Conteúdo

Parece inequívoco, no caso do ICMS, que o tratamento fiscal concedido a estes insumos agrícolas é considerado um benefício fiscal. Considerando a exigência de unanimidade do CONFAZ em questões relativas à concessão destes benefícios, conforme a Lei Complementar n.º 24/75, entende-se que houve motivação individual de todos os Estados e do Distrito Federal em subscrever o convênio que culminou no benefício em tela. Com isso, considerando a natureza da decisão que implicou a renúncia fiscal, e que a Secretaria de Política Econômica não compõe o Conselho, não se torna possível apresentar as razões que fundamentaram a decisão dos Estados e do Distrito Federal em conceder benefícios fiscais do ICMS para os agrotóxicos.

1 Códigos:

- justiça

3:4 p 2, 401 × 200 in 137 - Petição - 78183-2017 - Ofício SEI nº 1-2017-COGR-POLAG-GABIN-SPE-MF, MF - presta informações.

Conteúdo

b) Com relação ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, identificamos que o atual tratamento tributário para o grupo de produtos no qual estariam incluídos os agrotóxicos é vigente, pelo menos, desde o Decreto nº 89.241, de 23 de dezembro de 1983. Considerando a antiguidade da alíquota estabelecida, não é possível sequer afirmar se, anteriormente ao Decreto nº 89.241/1983, já houve alíquota positiva do IPI para estes produtos. Cumpre ressaltar que a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) não considera a existência de qualquer gasto tributário relativo ao IPI sobre agrotóxicos nas Demonstrações de Gastos Tributários elaborados anualmente para acompanhar os Projetos de Leis Orçamentárias (PLOA) nos termos do inciso II do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Adicionalmente, considerando que o IPI é um imposto de natureza regulatória, e que a alíquota zero para agrotóxicos vige pelo menos desde o começo da década de 1980 - sem notícia de que houve anteriormente qualquer redução de alíquota - não parece ser possível afirmar, relativamente a este imposto em particular, que há uma renúncia fiscal ou simplesmente o entendimento que, em termos regulatórios, os produtos em questão não mereçam um tratamento específico.

1 Códigos:

- justiça

3:5 p 2, 490 × 150 in 137 - Petição - 78183-2017 - Ofício SEI nº 1-2017-COGR-POLAG-GABIN-SPE-MF, MF - presta informações.

Conteúdo

3. Com relação à segunda questão, esta Secretaria atua a partir de proposições do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, na formulação de instrumentos da política agrícola que concorrem para a estabilização da oferta de consequente barateamento do preço dos alimentos e para a competitividade econômica da agricultura brasileira, em particular o crédito rural, os preços mínimos para produtos agropecuários e extrativos e a subvenção ao prêmio do seguro rural. Não foi realizada até o momento avaliação voltada especificamente à substituição dos incentivos fiscais para agrotóxicos por outros, adicionais aos já existentes. No entanto, cumpre considerar que, no contexto do Novo Regime Fiscal, instituído pela EC 95/2016, restringe-se o espaço para a criação ou ampliação de incentivos que resultem em aumento das despesas da União, em substituição a incentivos arcados por meio de renúncia de receita.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / • justiça / • justiça social/minorias

3:6 p 3, 499 × 123 in 137 - Petição - 78183-2017 - Ofício SEI nº 1-2017-COGR-POLAG-GABIN-SPE-MF, MF - presta informações.

Conteúdo

4. Com relação à terceira questão, cumpre informar que o tratamento tributário conferido aos agrotóxicos por meio das alíquotas do IPI já vem de muito tempo, pelo menos desde a década de 1980, e não tem horizonte temporal definido, mesmo porque não caracteriza uma exceção ao sistema tributário de referência – haja vista, inclusive, tratamento idêntico conferido a diversos outros insumos agropecuários. Até por isso, cumpre reforçar, a alíquota zero do IPI para agrotóxicos não tem sido considerado gasto tributário pela RFB nos seus diversos relatórios anuais do Demonstrativo de Gastos Tributários que acompanha a PLOA. Por fim, cumpre registrar que a avaliação do impacto orçamentário e financeiro de incentivos fiscais em tributos federais, em outras palavras, a mensuração da renúncia de receitas, é atribuição da Secretaria da Receita Federal do Brasil conforme Portaria nº 453 de 08 de agosto de 2013 do Ministério da Fazenda.

1 Códigos:

- justiça

3:7 p 5, 429 × 60 in 137 - Petição - 78183-2017 - Ofício SEI nº 1-2017-COGR-POLAG-GABIN-SPE-MF, MF - presta informações.

Conteúdo

Anexo IV- Proposta de convênio visando dar nova redação à cláusula segunda do Convênio ICMS 36/92, que dispõe sobre a redução da base de cálculo nas saídas de insumos agropecuários. O representante de SP argumentou que a alteração proposta é para eliminar todas as dúvidas e segue a mesma sistemática do Convênio originário. A proposta foi aprovada.

1 Códigos:

- justiça

3:8 p 11, 407 × 255 in 137 - Petição - 78183-2017 - Ofício SEI nº 1-2017-COGR-POLAG-GABIN-SPE-MF, MF - presta informações.

Conteúdo

autoridades fazendárias convidadas. **III - DISCUSSÃO DOS TRABALHOS:** . O Presidente, inicialmente, teceu comentários sobre os resultados negativos advindos para o setor agrícola demonstrados através de inúmeras manifestações apresentadas por quase todas as entidades representativas da Classe e de vários membros do Congresso Nacional e de Assembléias Legislativas, em face de não ter sido aprovada pelo CONFAZ, na sua última reunião, a prorrogação do Convênio 36/92, que permitia a redução em 50% nas saídas interestaduais de insumos agrícolas. Fez, em seguida, um apelo em seu nome e no do Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de que a reunião fosse direcionada de tal forma a que se chegasse à solução que melhor viesse a atender o interesse de todas as unidades da Federação e do País como um todo, tendo ainda demonstrado a sua preocupação de que a não existência de quaisquer estímulos fiscais aos insumos agrícolas, por certo viria afetar negativamente toda a sociedade, em decorrência da provável e

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado / ● justiça social/minorias

3:9 p 12, 412 × 74 in 137 - Petição - 78183-2017 - Ofício SEI nº 1-2017-COGCR-POLAG-GABIN-SPE-MF, MF - presta informações.

Conteúdo

indesejável subida dos preços dos produtos que compõem a cesta básica, entre outros fatores. Prosseguindo com os trabalhos, informou da existência na pauta das duas propostas rejeitadas na 87ª Reunião do CONFAZ, realizada no dia 26.09.97, em Foz do Iguaçu (PR)... c) **Proposta de Convênio nº 129/97**

0 Códigos

3:10 p 12, 413 × 198 in 137 - Petição - 78183-2017 - Ofício SEI nº 1-2017-COGCR-POLAG-GABIN-SPE-MF, MF - presta informações.

Conteúdo

apenas com algumas adaptações de redação. O Secretário de Fazenda do Estado do Mato Grosso informou que na última reunião do CONFAZ, o seu Estado apresentou uma proposta (118/97), onde sugeriu a isenção total para insumos agrícolas, a qual foi rejeitada. Comentou que o Convênio 36/92 como está hoje, não atende aos interesses do seu Estado. Explicou que a proposta 118/97 se apresenta ideal para os Estados produtores, dependentes de importar insumos agrícolas, mas que estaria propenso a estudar outras propostas que venham a ser apresentadas com vistas a solucionar o problema. Quanto à proposta do Estado de Santa Catarina, o Presidente propôs que fosse dado o mesmo tratamento que viesse a ser dado à proposta de Convênio 118/97, dada a similitude entre ambas. O

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

3:11 p 12, 417 × 180 in 137 - Petição - 78183-2017 - Ofício SEI nº 1-2017-COGCR-POLAG-GABIN-SPE-MF, MF - presta informações.

Conteúdo

Mato Grosso, que defendia a posição por ele anteriormente firmada. O Secretário de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul comentou ser inaceitável que não se chegue a uma solução viável a todos os Estados, sugerindo que fosse estudada a proposta do Estado do Ceará. O Secretário de Fazenda do Estado do Ceará explicou que a sua proposta, em síntese, visava aumentar, em relação ao Convênio ICMS 36/92, a redução da base de cálculo do ICMS, de 50% para 60%, referente as saídas interestaduais dos insumos agropecuários, e de 25% para 30%, nas saídas interestaduais dos produtos que especifica, normativo esse com vigência prevista para 31.12.99. O Secretário de Fazenda do Estado do Mato Grosso sugeriu,

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

3:12 p 13, 411 × 164 in 137 - Petição - 78183-2017 - Ofício SEI nº 1-2017-COGR-POLAG-GABIN-SPE-MF, MF - presta informações.

Conteúdo

entretanto, que a sua vigência ficasse estabelecida para 31.12.98, tendo o plenário, após debate sobre o período de vigência mais conveniente, concluído pela data de 30.04.99. Colocada a proposta do Estado do Ceará em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade, com data de vigência fixada para 30.04.97, e transformada no Convênio ICMS 100/97. O Secretário de Fazenda do Estado do Ceará informou, por último, que o convênio ora aprovado implicará na redução do custo tributário na ordem de 20%. O Sr. Deputado Hugo Biehl - Presidente da Comissão de Agricultura, após aprovação do plenário, participou da reunião.

2 Códigos:

- justiça / ● renda pré-tributária

4 139 - Petição - 51-2018 - OFÍCIO Nº 03-2018-GM-MTb, MT - Presta informações em atenção ao

1 Citações:

4:1 p 4, 458 × 140 in 139 - Petição - 51-2018 - OFÍCIO Nº 03-2018-GM-MTb, MT - Presta informações em atenção ao

Conteúdo

É necessário observar dois aspectos em relação aos resultados da fiscalização. Em primeiro lugar, deve-se levar em consideração que muitos estabelecimentos rurais inspecionados enquadram-se nos critérios da dupla visita, de modo que não são lavrados autos de infração para situações irregulares: são concedidos prazos para correção das irregularidades observadas.

Em segundo lugar, é oportuno lembrar que nas atividades rurais observa-se um elevado índice de informalidade. As estimativas baseadas na PNAD contínua do IBGE revelam uma informalidade em torno de 60% no trabalho rural. Em algumas unidades da federação esse índice chega a ultrapassar os 90%.

0 Códigos

5 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

29 Citações:

5:1 p 2 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

- Analisar os impactos mais diretos de estímulos da isenção/redução da tributação federal e estadual sobre agrotóxicos e os desdobramentos desse impacto em termos sociais e econômicos mais amplos, com vistas a acabar com subsídios e isenção nos impostos para os agrotóxicos, destinando a arrecadação destes no fortalecimento dos sistemas agroecológicos;

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos Desfavoráveis ao país

5:2 p 2 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

-incluir, no processo de tomada de decisão governamental sobre a tributação, aspectos mais amplos que o caráter meramente econômico, viabilizando propostas de tributação mais altas para agrotóxicos de maior toxicidade, como forma de desincentivo ao seu uso;

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

5:3 p 2 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

desobrigação do uso de agrotóxicos pelos(as) agricultores(as) familiares em suas práticas agrícolas exigidas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para acesso ao seguro agrícola;

0 Códigos

5:4 p 3 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

16. Sobre a pergunta se "é possível estimar o impacto econômico da extinção dos benefícios fiscais de ICMS e IPI na cadeia produtiva de produtos agrícolas e na Composição de preços dos alimentos", o Consea não dispõe de análises técnicas, mas discutiu essa questão na "Mesa de Controvérsias Sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada" (relatório anexo) realizada em 2012. O relatório reconhece, na página 75, "um desafio a alteração do quadro tributário em função de impactos em termos de elevação dos custos de produção, sobre preços de alimentos, exportações e balanço de pagamentos, e afirma que há viabilidade política para a alteração desde que haja um alinhamento de incentivo a um conjunto mais amplo de políticas governamentais comprometidas com a promoção do desenvolvimento sustentável, o que significaria retirar incentivos para as atividades danosas ao meio ambiente e à saúde, como são os agrotóxicos". Na página 76 do referido relatório, são apresentados cenários de taxação construídos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) com diferentes alíquotas sobre os agrotóxicos e seus impactos nos custos de produção de determinadas culturas. Os resultados mostram uma variação do peso da participação dos agrotóxicos no custo variável. Diante disso, o Consea entende que os especialistas das finanças públicas em conjunto com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) podem elaborar essas análises de impacto. Alertamos, no entanto, que tais estimativas devem levar em conta não exclusivamente o preço final dos alimentos, mas, também, os custos das doenças decorrentes do consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos e o impacto ambiental que acarretam. É importante salientar que o uso indiscriminado desses produtos nos alimentos impacta nas famílias e o orçamento do sistema de saúde, que trata as pessoas adoecidas pelo uso destes produtos.

3 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

5:5 p 3 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

17. Além de contaminar os solos e os recursos hídricos e comprometer, às vezes de maneira irreversível, a fauna e a flora locais, deve-se tomar ainda os danos à saúde visto que os agrotóxicos podem ser absorvidos pela pele, por ingestão e por inalação, podendo causar dois grandes grupos de efeitos: 1) efeitos agudos, que são as intoxicações por uma dose elevada dos agrotóxicos e que acontecem logo após a exposição por um curto período de tempo, e 2) efeitos crônicos, que são aqueles relacionados à exposição diária a pequenas doses por um longo período de tempo. Estes efeitos surgem após um intervalo de tempo variável, podendo causar diversas alterações crônicas na saúde nos ratos, incluindo nos tais como: dermatites, câncer, neurotoxicidade retardada, desregulação

endócrina, efeitos sobre o sistema imunológico, efeitos na reprodução como infertilidade, malformações congênitas, abortamentos, efeitos no desenvolvimento da criança, doenças do fígado e do rim, doenças do sistema nervoso, doenças respiratórias, distúrbios mutagênicos, neurológicos e psiquiátricos, que levam a ocorrência de óbito, inclusive por suicídio. Também

alertamos para os resultados apontados pelo relatório do Instituto Nacional do Câncer (Inca/tylS). e pelo 'dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) onibus publicados em 2015, que apresentam estudos científicos que relacionam os agrotóxicos ao aumento no risco de ocorrência . vários tipos de câncer e outras doenças.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

5:6 p 3 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

19. Ressaltamos que há uma proposta no Congresso Nacional (Projeto de Lei no 6.67,0/2016) 'éle 'uma Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARAY) que .J poderi a contribuir para o processo de transição de um modelo de produção de alimentos com altos custos ambientais e na saúde humana para um modelo sustentável e saudável. No entanto, a análise do referido PL de período da composição de uma comissão especial solicitada desde fevereiro de 2017.

1 Códigos:

- justiça

5:7 p 5 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

O peso dos agrotóxicos nos custos de produção também cresceu, apesar dos incentivos e das isenções tributárias, fato que desconstrói a afirmação de que esse modelo de produção possui o menor custo. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do SINDAG, o custo do agrotóxico nas culturas cresceu de 13,32 dólares por tonelada em 2001 para 30 dólares em 2010. Segundo estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as culturas de algodão, arroz, milho e soja, entre 10% e 20% do custo de produção corresponde aos agrotóxicos, sendo o segundo item de custo dessas culturas. Segundo o Banco do Brasil, 16,3% do valor de crédito rural concedido pelo Banco para custeio na safra 2011/2012 destinou-se à aquisição de agrotóxicos.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

5:8 p 5 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

Em termos dos incentivos e isenções tributárias, a Lei 10.925/2004 reduziu a zero as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre um conjunto de produtos, inclusive os agrotóxicos. O Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, aprovou a alíquota zero para o item referente aos agrotóxicos na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). De acordo com o Convênio nº 100/97, firmado entre o Ministro de Estado da Fazenda e os Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, a base de cálculo do

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) ficou reduzida em

1 Códigos:

- justiça

5:9 p 6 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

60% (sessenta por cento) nas saídas interestaduais de inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas, parasiticidas, germicidas, acaricidas, nematocidas, raticidas, produzidos para uso na agricultura e na pecuária. O referido Convênio foi prorrogado até 31 de julho de 2013 por meio do Convênio ICMS nº 101/12.

0 Códigos

5:10 p 6 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

Quando se compara o crescimento da área plantada com o crescimento do consumo de agrotóxicos, constata-se que enquanto a área plantada com soja, entre 2000 e 2009, cresceu em 67%, o consumo de agrotóxicos elevou-se em 209%, de acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A área plantada com soja em 2009 foi praticamente a mesma de 2005, enquanto que o consumo de agrotóxicos foi 94% maior. Considerando que a semente utilizada é transgênica, percebe-se que a promessa de eficiência agrônômica e de menor uso de agrotóxicos a partir do plantio da soja transgênica não se comprova.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

5:11 p 7 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

Como exemplo, pode-se mencionar o caso do estado de Pernambuco que identificou 17 diferentes agrotóxicos na mesma amostra de pimentão, e também o caso do estado do Paraná que identificou 14 diferentes ingredientes ativos na mesma amostra de maçã.

Ainda que esses limites de resíduos estejam dentro de todas as margens de segurança que foram estabelecidas, são desconhecidos os impactos que podem ser gerados pela exposição a múltiplos ingredientes ativos. Além disso, o ser humano corre também riscos agregados que são advindos de diferentes tipos de exposições. Os limites de ingestão diária aceitável de resíduos na água não são somados aos limites que permanecem nas culturas, assim como não são somadas às contaminações ambientais

0 Códigos

5:12 p 7 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

Outra questão preocupante é que os estudos para o registro de produtos agrotóxicos são feitos pelas próprias empresas solicitantes, o que pode gerar o conflito de interesses e a ingerência do patrocinador na condução dos estudos. Ademais, as empresas detém a propriedade dos dados dos estudos por 10 anos, conforme estipula a Lei 10.603/2002, o que impede que os órgãos públicos divulguem essas informações antes desse prazo. Portanto, esses estudos não são de acesso público, sendo permitido somente depois de vencido o prazo de proteção dos dados.

0 Códigos

5:13 p 8 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

Os dados apresentados acima demonstram que a redução do uso de agrotóxicos requer a desconstrução de alguns mitos que foram reproduzidos socialmente sem uma base científica sólida. O primeiro deles diz respeito à relação entre custo de produção e receita entre a produção convencional e a produção em transição agroecológica. Esse mito pode ser desfeito a partir de análises comparativas entre a produção convencional e a produção em transição agroecológica. Os resultados da safra 2010/2011 no estado do Paraná permitem uma comparação entre os diferentes tipos de produção dos(as) agricultores(as) familiares que produzem na mesma região, município e comunidade, ou seja, expostos ao mesmo tipo de condição ambiental, de solo e de clima. O(a) agricultor(a) familiar, que plantou milho convencional no Centro-Sul do Paraná, apresentou receita líquida de aproximadamente R\$1.000,00 por hectare. Na mesma área, os(as) agricultores(as), em transição para a agroecologia, fazendo manejo de solos com adubação verde, rotação de culturas, uso de pó de rocha, e, principalmente, plantando milho crioulo, apresentaram uma lucratividade maior de R\$2.000,00 por hectare.

0 Códigos

5:14 p 8 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

Do ponto de vista internacional, um estudo de 2006 compilou e analisou um conjunto de dados de quase 200 experiências de promoção da agroecologia em países do Norte e do Sul, em desenvolvimento e desenvolvidos, sobre a produtividade e a produção dessas experiências para uma série de cultivos agrícolas, de hortaliças, de produção animal, de produção de grãos, e extrapolou para toda a área que é cultivada hoje em dia. Praticamente todas as categorias avaliadas confirmam que o sistema ecológico é mais produtivo e rende mais na média global e também nos países em desenvolvimento. O estudo constatou que a produção é duas ou até três vezes maior no sistema orgânico do que na produção convencional para algumas categorias.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

5:15 p 11 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

Analisar os impactos mais diretos de custo decorrentes da isenção/redução da tributação federal e estadual sobre agrotóxicos e os desdobramentos desse impacto em termos sociais e econômicos mais amplos, com vistas a acabar com subsídios e isenção nos impostos para os agrotóxicos, destinando a arrecadação destes no fortalecimento dos sistemas agroecológicos.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

5:16 p 11 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

Incluir, no processo de tomada de decisão governamental sobre a tributação, perspectivas mais amplas que o olhar meramente econômico, viabilizando propostas de tributação maior para agrotóxicos de maior toxicidade, como forma de desincentivo ao seu uso.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

5:17 p 87 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

De acordo com o relatório da Receita Federal de 2009, R\$ 1,3 bi lhão foi o custo da renúncia fiscal derivada das isenções do PIS-PASEP para essas atividades. A renúncia da Cofins para esse mesmo conjunto de produtos foi de R\$ 6 bilhões em 2009. Mas é importante mencionar que esse conjunto de desonerações não desagrega os valores relativos especificamente aos agrotóxicos. Porém, é possível fazer

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

5:18 p 88 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

uma estimativa. Para 2012, o item defensivos agropecuários teve uma renúncia fiscal estimada em R\$ 917 milhões.

0 Códigos

5:19 p 88 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

O Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, aprova a alíquota zero para o item referente aos agrotóxicos na tabela de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Segundo a tabela da Tarifa Externa Comum estabelecida pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), seriam aplicadas alíquotas do Imposto sobre Importação de 8%, 12% e 14% sobre inseticidas, fungicidas, herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento, com uma lista de exceções cujas alíquotas podem ser zeradas.

1 Códigos:

- justiça

5:20 p 88 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

De acordo com o Convênio no 100/1997, firmado entre o ministro da Fazenda e os secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação dos estados e do Distrito Federal, fica reduzida em no mínimo 60% a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) nas saídas interestaduais de inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas, parasiticidas, germicidas, acaricidas, nematocidas, raticidas, produzidos para uso na agricultura e na pecuária. O referido convênio foi prorrogado até 31 de julho de 2013, por meio do convênio ICMS no 101/2012. Os estados têm autonomia para reduzir ainda mais essa alíquota, podendo ser zerada, fato que vigora em alguns estados, a exemplo do Ceará.

1 Códigos:

- justiça

5:21 p 88 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

Ainda é recorrente os estados e municípios oferecerem outros benefícios fiscais, redução das taxas de água e energia e áreas para construção de unidades industriais para as empresas de agrotóxicos.

1 Códigos:

- justiça

5:22 p 88 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

Nesse contexto, alterar o quadro tributário é um desafio, já que existem potenciais impactos em termos de elevação dos custos de produção, sobre preços de alimentos, sobre exportações, sobre o balanço de pagamentos. A viabilidade política de uma alteração desse quadro é possível pelo aumento do ganho de arrecadação, pois o Governo Federal enfrenta um momento de muitas desonerações, tornando a busca de uma nova fonte de receita como um passo necessário. Ademais, outro argumento

4 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

5:23 p 89 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

complementar ao primeiro é o alinhamento de incentivos a um conjunto mais amplo de políticas governamentais comprometidas com a promoção do desenvolvimento sustentável, o que significaria retirar incentivos para as atividades danosas ao meio ambiente e à saúde, como são os agrotóxicos.

0 Códigos

5:24 p 89 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

A Conab divulgou em seu endereço eletrônico os custos variáveis dos principais produtos agrícolas com garantia de preços mínimos.

A partir desses dados, a Conab construiu quatro cenários de taxa-ção: de 5%, 10%, 15% e 20% de alíquota sobre os agrotóxicos e seus impactos no custo de produção das respectivas culturas. A metodologia utilizada considerou duas situações de mercado: preços deprimidos e preços bem remunerados. Os resultados mostram uma variação do peso da participação dos agrotóxicos no custo variável, que é uma demonstração clara do nível de carga do agrotóxico, que é usado por área para produção dessas commodities.

O gráfico 24 demonstra a participação nos custos variáveis da produção de algodão em seis locais de produção, no Brasil, e os representativos desta cultura

1 Códigos:

- renda pré-tributária

5:25 p 90 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

Na simulação de aplicação de tributos sobre agrotóxicos usados na produção de algodão, no Campo Novo Parecis, em Mato Grosso, em um ano com "preços ruins", os produtores tiveram uma margem negativa de 15% sem a taxa-ção. Na hipótese de uma alíquota de impostos na ordem de 5%, o custo variável cresce para 16.7% na margem negativa. Com 10% de alíquota, a margem negativa aumenta para 18.2%. Com 15%, sobe para 19.6% e com 25%, para 22.3% de margem negativa.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado

5:26 p 90 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

A tabela 17 demonstra os valores simulados na aplicação de tributos sobre agrotóxicos utilizados na cultura de algodão em Campo Novo dos Parecis (MT), considerando um ano ruim de preços.

1 Códigos:

- expropriação do privado

5:27 p 91 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

Algodão, na mesma região e em um ano de "preços bons". Obteve uma margem positiva de 42% de custo variável com alíquota zero. Ao se aplicar a alíquota de 5%, o custo variável cai para 39.5%. Com 10% de alíquota, cai para 37, 15%. Com

15%, cai para 34.6% e com 25% de alíquota, o resultado é 30% de rentabilidade positiva.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

5:28 p 93 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

Outro elemento importante são os insumos que possuem uma relação muito direta com o câmbio, pois grande parte dos insumos usados no Brasil é importada, sobretudo os fertilizantes. No gráfico 26, percebe-se que, mesmo com uma queda bastante significativa em relação à taxa de câmbio, houve um crescimento dos custos. Em outro ponto do gráfico, ocorreu uma queda de preço de mercado e dos custos com a diminuição da taxa de câmbio. Porém, em outro ponto, apesar da queda da taxa de câmbio e do preço de mercado, registrou-se um aumento de custos. A partir dessa análise, percebe-se que o mercado agrícola precisa efetivamente ser regulado.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado

5:29 p 93 in 140 - Petição - 265-2018 - Ofício n. 5-2018-CONSEA, Presidência da República - Presta informações.

Importante considerar que a formação de preço ou a apropriação da renda tem um componente de relação de poder econômico e, na verdade, a rentabilidade nem sempre é a mesma porque a produção pode ter sido financiada a priori por um preço pré-estabelecido ou está amarrada em uma relação econômica, significando em outras palavras que não é o produtor que define essa rentabilidade.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado

6 144 - Petição - 1205-2018 - Ofício nº 229-2018-MMA, Ministério do Meio Ambiente - Presta i

6 Citações:

6:1 p 4, 513 × 115 in 144 - Petição - 1205-2018 - Ofício nº 229-2018-MMA, Ministério do Meio Ambiente - Presta i

Conteúdo

13. No que concerne à indagação sobre a possibilidade de se concluir que a concessão de incentivos fiscais a agrotóxicos gere, por si, aumento da degradação ambiental, poderíamos considerar que, teoricamente, preços mais baixos propiciam um maior consumo. No entanto, não se trata de uma questão simples. A participação de tributos na formação dos preços dos diferentes produtos necessita ser avaliada.

14. O estudo conduzido, em 1996, no âmbito do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, intitulado “*Tarifas, Preços e a Estrutura Industrial dos Insumos Agrícolas: O caso dos*

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

6:2 p 5, 500 × 91 in 144 - Petição - 1205-2018 - Ofício nº 229-2018-MMA, Ministério do Meio Ambiente - Presta i

Conteúdo

Defensivos”, de autoria de Frenchel, J. e Silveira, J. M., ao analisar os efeitos da política de redução tributária sobre os preços desses produtos, traz como uma de suas principais conclusões que, devido às peculiaridades desse mercado, foram pequenos os reflexos da referida política e mais restritos a produtos antigos e com maior número de fabricantes. Se determinado produto não tem concorrência no mercado, a tendência é de que o benefício fiscal não se reflita no preço final, aumentando a margem de lucro da empresa envolvida.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

6:3 p 5, 500 × 136 in 144 - Petição - 1205-2018 - Ofício nº 229-2018-MMA, Ministério do Meio Ambiente - Presta i

Conteúdo

15. Fatores a serem ponderados são: a maioria dos produtos técnicos, que dão base à preparação dos agrotóxicos, são importados, o que faz com que taxas cambiais também influenciem na formação de preços desses produtos; e a existência, ou não, de demanda reprimida de consumo de agrotóxicos, que impulsionaria maior consumo em face da redução dos preços. Haveria necessidade também de se terem elementos indicativos sobre a ocorrência de aumento do consumo de agrotóxicos e afins segundo a classe de periculosidade ambiental. Outro aspecto a ser analisado são os impactos da eventual redução de preços sobre a concorrência com os produtos ilegalmente internalizados no país. Esses são exemplos de questões que necessitam ser avaliadas para se dimensionar se o estímulo à redução de preços dos agrotóxicos poderia acarretar aumento da degradação ambiental.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

6:4 p 5, 514 × 81 in 144 - Petição - 1205-2018 - Ofício nº 229-2018-MMA, Ministério do Meio Ambiente - Presta i

Conteúdo

16. Acreditamos que o agricultor, seja ele praticante do cultivo convencional ou orgânico, realiza o combate de pragas e doenças para garantir sua produção em patamares condizentes, segundo as necessidades que se apresentam, decorrentes da **intensidade** do ataque do agente invasor, o que acarreta maior ou menor custo de produção. É incerto que os agricultores que já utilizam agrotóxicos venham a utilizar mais produtos apenas em razão da redução de preços.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária

6:5 p 5, 514 × 131 in 144 - Petição - 1205-2018 - Ofício nº 229-2018-MMA, Ministério do Meio Ambiente - Presta i

Conteúdo

17. Cabe a consideração de que a redução de ICMS e de IPI atualmente aplicada, objeto da ADIN 5553, é extensiva a quaisquer produtos enquadrados como inseticidas, herbicidas, fungicidas, entre outras classes de uso com função biocida, o que alcança, indistintamente, produtos químicos e biológicos, uma vez que esses últimos também são assim agrupados, de acordo com a praga que combatem. Esses benefícios tributários também não distinguem os produtos quanto às suas classes de periculosidade ambiental ou de toxicidade ao ser humano, o que faz com que todos os agrotóxicos e afins, com ação biocida, estejam sendo igualmente contemplados. Acreditamos que subsídios nesse campo deveriam focar os produtos com menor impacto para o meio ambiente.

1 Códigos:

- justiça

6:6 p 11, 416 × 98 in 144 - Petição - 1205-2018 - Ofício nº 229-2018-MMA, Ministério do Meio Ambiente - Presta i

Conteúdo

27. Com relação à intensidade de uso dos agrotóxicos no Brasil, verifica-se que em valores absolutos é o maior mercado mundial consumidor de agrotóxicos. Contudo, em termos relativos, confrontando-se os volumes comercializados com a extensão das áreas cultivadas, nosso país assume a sétima posição na escala mundial, que é liderada pelo Japão. E, quando relacionado o volume total aplicado com a produção agrícola nacional, o país passa a ser o 11º colocado, segundo dado divulgado em <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1070557/>.

0 Códigos

7 146 - Petição - 18582018 - Ofício nº 5262017SEIGADIP-CGANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária

4 Citações:

7:1 p 2, 542 × 48 in 146 - Petição - 18582018 - Ofício nº 5262017SEIGADIP-CGANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Conteúdo

O sistema de produção agrícola proeminente no Brasil é a monocultura extensiva. Diante disso, é comum a agricultura ser responsável pelo superávit da Balança Comercial e ser responsável pelo aumento do Produto Interno Bruto - PIB. A monocultura é caracterizada por processos altamente tecnológicos, pela alta mecanização e por cadeias logísticas complexas voltadas, principalmente, para a exportação. De sorte, como se observa nos dados relativos a distribuição das propriedades rurais no Brasil, publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, essa não é a realidade da maioria dos agricultores brasileiros.

0 Códigos

7:2 p 2, 549 × 65 in 146 - Petição - 18582018 - Ofício nº 5262017SEIGADIP-CGANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Conteúdo

Observa-se, na Figura 1, a existência de um grande número de pequenas propriedades que ocupam menos de 3 (três) % da área total das propriedades rurais. Inere-se desse dado que existem mais agricultores trabalhando em pequenas propriedades em condições de baixo acesso a mecanização e tecnologia, sendo dessa forma mais suscetíveis a necessidade de aplicação de agrotóxicos com equipamentos manuais e em condições de maior exposição do trabalhador rural. Cabe ressaltar que em pequenas propriedades geralmente não existe relação de trabalho, ou seja, não se insere na aplicação e fiscalização das leis trabalhistas, que garantem a segurança do ambiente de trabalho. Além disso, não há como não mencionar a diversidade educacional, social e econômica existente no país, havendo uma elevada heterogeneidade no que se refere ao perfil produtivo, econômico e social destes trabalhadores.

0 Códigos

7:3 p 3, 537 × 57 in 146 - Petição - 18582018 - Ofício nº 5262017SEIGADIP-CGANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Conteúdo

Não sendo a eficiência agrônômica ou mesmo as práticas de manejo agrícola uma competência da Anvisa, resta prejudicada nossa manifestação, quanto se há alternativas economicamente viáveis para a substituição do uso dos agrotóxicos incentivados com equivalentes efeitos fitossanitários. É importante ressaltar que a denominação agrotóxicos na Lei n. 7.802, de 1989, contempla igualmente os produtos químico-sintéticos, que apresentam maior perigo e risco à saúde e que acreditamos que são aqueles para os quais existe a demanda de extinção dos estímulos fiscais, os produtos de origem biológica e os produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica, que apresentam menor perigo e risco à saúde. Assim, todos os agrotóxicos recebem o mesmo incentivo.

1 Códigos:

- justiça

7:4 p 3, 531 × 84 in 146 - Petição - 18582018 - Ofício nº 5262017SEIGADIP-CGANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Conteúdo

Da mesma forma, esta Anvisa não regulamenta mercado de alimentos, nem de agrotóxicos e afins, não nos sendo possível avaliar o impacto econômico da extinção dos benefícios fiscais para os produtos agrotóxicos e afins. De sorte, na área de agrotóxicos a redução dos custos de registros foi um dos incentivadores da implementação da avaliação por equivalência, instituída por meio do Decreto n. 4074/02.

Com a implementação desse tipo de avaliação, a demanda de pleitos de registro e o crescimento de um mercado paralelo de " títulos de registro", cresceu vertiginosamente, a ponto de que em 2010, de acordo com estudo da Universidade Federal do Paraná, patrocinado pela Anvisa, 50% dos produtos registrados eram apenas ativos das empresas e não eram comercializados ao produtor final. Esse cenário, somente ocorreu porque às taxas cobradas para fins de avaliação toxicológica e ambiental são ínfimas quando considerado o lucro que o título, ou mesmo o comércio, do agrotóxico ou afim gera.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária

8 148 - Petição - 22632018 - Ofício nº 8472017-PR, Fundação Oswaldo Cruz - Presta informações em atenção

4 Citações:

8:1 p 3, 440 × 37 in 148 - Petição - 22632018 - Ofício nº 8472017-PR, Fundação Oswaldo Cruz - Presta informações em atenção

Conteúdo

A esses motivos soma-se a facilidade do acesso aos agrotóxicos, em parte devido às isenções fiscais, que acabam por facilitar a compra dos venenos e, em contrapartida,

1 Códigos:

- renda pré-tributária

8:2 p 4, 437 × 34 in 148 - Petição - 22632018 - Ofício nº 8472017-PR, Fundação Oswaldo Cruz - Presta informações em atenção

Conteúdo

deixam para o Estado todo o ônus decorrente das contaminações ambientais e das intoxicações humanas, em um modelo que concentra lucros e socializa prejuízos.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

8:3 p 5, 469 × 75 in 148 - Petição - 22632018 - Ofício nº 8472017-PR, Fundação Oswaldo Cruz - Presta informações em atenção

Conteúdo

Esses estudos mostram a escassez de laboratórios a nível nacional, que corroboram a dificuldade de recolher mais evidências sobre os impactos dos agrotóxicos, ao mesmo tempo que destacam a importância de investir recursos financeiros também nessa área.

0 Códigos

8:4 p 6, 449 × 130 in 148 - Petição - 22632018 - Ofício nº 8472017-PR, Fundação Oswaldo Cruz - Presta informações em atenção

Conteúdo

Os agroquímicos – que além dos agrotóxicos incluem os fertilizantes químicos – desencadeiam uma série de impactos negativos para o meio ambiente e para a saúde das pessoas. Diminuem populações de espécies não-alvo como répteis, anfíbios e insetos como abelhas, incluindo os predadores naturais das espécies que prejudicam as lavouras, promovem a resistência das espécies-alvo, fatores que aumentam a demanda pelo uso de mais agrotóxicos.

0 Códigos

9 150 - Petição - 26332018 - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO - Presta info

10 Citações:

9:1 p 4, 411 × 92 in 150 - Petição - 26332018 - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO - Presta info

Conteúdo

Entretanto, para que a agroecologia cresça é preciso, como apontou Schuter, do apoio de políticas públicas. No Brasil, recentemente, especialmente após a PNAPO (2012), alguns apoios começaram a surgir, entretanto, apoio maior é dado ao tipo de agricultura que ainda utiliza fortemente insumos químicos, tais como os agrotóxicos. Este apoio inclusive vem na forma de isenção de impostos para quem os produz.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

9:2 p 6, 410 × 168 in 150 - Petição - 26332018 - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO - Presta info

Conteúdo

Especificamente em relação à tributação, a proposta do PRONARA, em seu Eixo III, Iniciativa 2.3, propõe a retirada imediata da isenção dos impostos (ICMS, PIS/PASEP, COFINS e IPI) sobre a produção e comercialização de agrotóxicos (a exemplo do que estabelece o Convênio nº 100/97, Decreto nº 5.195/2004 e Decreto 7.660/2011); propõe ainda na iniciativa 2.4, o incentivo à produção de agrotóxicos menos agressivos ao ser humano e ao ambiente, determinando alíquota 0 (zero) para a produção de produtos biológicos e orgânicos, desde que não oriundo de Organismo Geneticamente Modificado (OGM) e; na iniciativa 2.5, propõe alíquotas progressivas, de acordo com o perigo toxicológico e ecotoxicológico do produto.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

9:3 p 6, 417 × 155 in 150 - Petição - 26332018 - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO - Presta info

Conteúdo

O Governo Federal não aprovou a proposta de PRONARA, embora o PLANAPO revisado (2016-2019) e o Plano Plurianual (PPA 2016-2019) proponham um Plano Nacional de Redução de Agrotóxicos. A CNAPO, desde a proposição do PRONARA em 2014, tem reivindicado sua aprovação e implantação. A CNAPO novamente ratificou o PRONARA e reivindicou sua implementação por ocasião da atualização do PLANAPO (2016-2019), realizada entre o segundo semestre de 2016 e o primeiro de 2017, assim como em sua XIX reunião ordinária, realizada entre 28 e 30 de novembro de 2017 em Brasília, reafirmou a proposta de taxação de agrotóxicos.

1 Códigos:

- justiça

9:4 p 11, 390 × 61 in 150 - Petição - 26332018 - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO - Presta info

Conteúdo

A necessidade da manutenção no mercado de diversos tipos de agrotóxicos, mesmo com vários indicativos dos problemas ambientais e à saúde humana que trazem, é muita vezes justificada pela importância que o agronegócio tem no Produto Interno

0 Códigos

9:5 p 15, 396 × 87 in 150 - Petição - 26332018 - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO - Presta info

Conteúdo

Acrescenta-se ainda a necessidade de adoção de princípios éticos como o Princípio Poluidor-Pagador e o Princípio da Precaução, adotados na regulação de condutas e de atividades lesivas à saúde pública e ao meio ambiente, revisando as penalidades referentes ao uso, produção, comercialização, transporte, armazenamento e descarte de agrotóxicos.

0 Códigos

9:6 p 16, 386 × 231 in 150 - Petição - 26332018 - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO - Presta info

Conteúdo

“Revolução Verde”, modelo de produção baseado na monocultura, na mecanização agrícola e na alta utilização de insumos químicos.

A atual situação de maior consumidor mundial de agrotóxicos foi alcançada, dentre outras causas, devido aos incentivos econômicos e financeiros disponibilizados na implantação da “Revolução Verde” no Brasil. Essa condição persiste ainda hoje com os incentivos ao crédito rural - subsídios à produção e comercialização, dentre outros, além da isenção de impostos e baixíssimo valor das taxas de registro dos agrotóxicos.

Além do crédito rural, outros incentivos foram dados à indústria de agrotóxicos no Brasil. Isso ocorreu com a criação do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas em 1975, no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Esse programa proporcionou recursos financeiros para a criação de empresas nacionais e a instalação de subsidiárias de empresas transnacionais no país, internalizando a produção de agrotóxicos no país.

1 Códigos:

- justiça

9:7 p 15, 379 × 26 in 150 - Petição - 26332018 - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO - Presta info

Conteúdo

O incentivo econômico e financeiro à utilização de agrotóxicos no Brasil remonta às décadas de 1960 e 1970, quando foi disseminada no Brasil a chamada

0 Códigos

9:8 p 16, 381 × 212 in 150 - Petição - 26332018 - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO - Presta info

Conteúdo

Há de se considerar o estímulo ao consumo dos agrotóxicos com a diminuição dos preços possibilitada pela redução/isenção de seus impostos. Os subsídios ao setor industrial, com isenções fiscais e tributárias concedidas ao comércio de agrotóxicos, persistem. Por meio do Convênio ICMS 100/97, o governo federal concede redução de 60% da alíquota de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. O Decreto nº 7.660/2011 isenta a cobrança de Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI sobre os agrotóxicos fabricados a partir de uma lista extensa de ingredientes ativos. O Decreto nº 5.630/05 isenta a cobrança de PIS/PASEP (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). Esses impostos incidem na importação e comercialização no mercado interno dos ditos defensivos agropecuários, classificados na posição 38.08 da NCM (por extenso) e suas matérias-primas.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

9:9 p 30, 524 × 198 in 150 - Petição - 26332018 - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO - Presta info

Conteúdo

Estratégia	Iniciativa	Sugestão de Responsável
<p>Desestimular o desenvolvimento/registro, produção, importação, comercialização e uso de agrotóxicos em geral onerando o registro de agrotóxicos, exceto para os aprovados para a agricultura orgânica e os de controle biológico.</p>	<p>1.1 – Propor legislação para adequar as taxas para registro de agrotóxicos na Anvisa, levando-se em consideração os custos envolvidos nas ações de avaliação toxicológica, as taxas de outros países e aquelas aplicadas para o registro de medicamentos. Com isenção da taxa para os produtos aprovados para a agricultura orgânica e os de controle biológico, desde que não oriundo de Organismo Geneticamente Modificado – OGM. (Lei nº 9.782/1999, alteração proposta PL 3.062/2011).</p>	MS/Anvisa
	<p>1.2 – Propor legislação para adequar as taxas para registro de agrotóxicos no Ibama, levando-se em consideração os custos envolvidos nas ações de avaliação toxicológica, conforme taxas de outros países. Com isenção da taxa para os produtos aprovados para a agricultura orgânica e os de controle biológico, desde que não oriundo de Organismo Geneticamente Modificado – OGM. (Lei nº 9.960/2000).</p>	MMA/Ibama
	<p>1.3 – Propor legislação para restabelecer as taxas para registro de agrotóxicos no MAPA, levando-se em consideração os custos envolvidos nas ações de avaliação toxicológica, conforme taxas de outros países. Com isenção da taxa para os produtos aprovados para a agricultura orgânica e os de controle biológico, desde que não oriundo de Organismo Geneticamente Modificado – OGM.</p>	MAPA
	<p>1.4 – Propor legislação para estabelecer uma taxa de manutenção de registro, determinada de acordo com o grau de toxicidade do produto, exceto dos aprovados para a agricultura orgânica e os de controle biológico, desde que não oriundo de Organismo Geneticamente Modificado – OGM.</p>	MAPA, MS/Anvisa e MMA/Ibama

0 Códigos

9:10 p 31, 527 × 187 in 150 - Petição - 26332018 - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO - Presta info

Conteúdo

2. Desestimular o uso de agrotóxicos, com ênfase nos de maior toxicidade, por meio da eliminação de subsídios e da taxaço progressiva sobre os agrotóxicos de maior perigo toxicológico e ecotoxicológico, zerando as alíquotas para os aprovados para a agricultura orgânica e os de controle biológico, desde que não oriundo de Organismo Geneticamente Modificado - OGM.	2.1 - Elaborar lista de classificação de produtos de acordo com o perigo toxicológico e ecotoxicológico considerando a toxicidade crônica e aguda.	MMA/Ibama e MS/Anvisa
	2.2 - Utilizar a lista de classificação dos agrotóxicos de acordo com sua toxicidade e ecotoxicidade para efeito de tributação, identificando os aprovados para a agricultura orgânica e os de controle biológico desde que não oriundo de Organismo Geneticamente Modificado - OGM.	MF
	2.3 - Retirada imediata da isenção dos impostos (ICMS, PIS/PASEP, COFINS e IPI) sobre a produção e comercialização de agrotóxicos (a exemplo do que estabelece o Convênio nº 100/97, Decreto nº 5.195/2004 e Decreto 7.660/2011).	MF
	2.4 - Estabelecer alíquotas progressivas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de agrotóxicos e suas matérias-primas de acordo com o perigo toxicológico e ecotoxicológico, zerando as alíquotas para os aprovados para a agricultura orgânica e os de controle biológico, desde que não oriundo de Organismo Geneticamente Modificado - OGM.	MF
	2.5 - Estabelecer alíquotas progressivas do Imposto Sobre Produtos Industrializados de agrotóxicos e suas matérias-primas de acordo com o risco toxicológico e ecotoxicológico, zerando as alíquotas para os aprovados para a agricultura orgânica e os de controle biológico, desde que não oriundo de Organismo Geneticamente Modificado - OGM.	MF

2 Códigos:

- justiça / • justiça social/minorias

10 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

17 Citações:

10:1 p 2, 514 × 39 in 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conteúdo

5. Assim, não resta qualquer providência adicional a ser realizada por esta Consultoria, encaminhe-se, por conseguinte, a manifestação técnica ao Gabinete do Ministro desta Pasta para formalização de resposta ao Ofício n. 26076/2017, da Suprema Corte, com urgência, em atenção ao artigo 9º, parágrafos 1º e 3º da Lei 9868/1999.

0 Códigos

10:2 p 18, 505 × 62 in 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conteúdo

Dentro desse contexto, considerando o rígido controle que os órgãos competentes exercem sobre a aprovação, pode-se afirmar que, quando aplicados corretamente, de acordo com as recomendações aprovadas nos respectivos registros (as quais constam dos rótulos e das bulas dos produtos e do receituário agrônomo), os defensivos são seguros para saúde humana (exposição ao trabalhador e consumo de alimentos) e para o meio ambiente.

0 Códigos

10:3 p 18, 524 × 153 in 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conteúdo

O consumo de defensivos agrícolas no Brasil é demandado, sobretudo, pelo fato de sua agricultura estar sob o clima tropical, o que exige emprego sistemático de tecnologias para controle de pragas e doenças.

Estando em região tropical, o Brasil exige o emprego de tecnologias próprias para superar suas limitações. Nos trópicos, onde a neve não controla naturalmente as pragas, estas são mais diversificadas e atuam com maior intensidade. No Brasil, todas as culturas agrícolas estão sujeitas a pragas, de modo que medidas de controle são necessárias, incluindo o uso de produtos fitossanitários, para reduzir danos, manter a produtividade, qualidade e custos compatíveis dos produtos agrícolas.

1 Códigos:

- justiça

10:4 p 18, 517 × 61 in 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conteúdo

Além disso, atualmente, o Brasil conta com até três safras anuais. A produtividade no Brasil cresce de maneira muito mais acelerada do que a área plantada, aumentando a disponibilidade de alimentos e preservando o meio ambiente. O aumento da produtividade com a manutenção da área plantada só é possível com o uso de tecnologias, entre elas, a utilização de produtos fitossanitários.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

10:5 p 19, 517 × 73 in 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conteúdo

Se os produtos fitossanitários não fossem utilizados, a produção agrícola sofreria redução da ordem de 50%. Sem defensivos seria necessário praticamente dobrar a área cultivada para a produção atual, com a incorporação de terras hoje cobertas de floresta, com elevação nos preços dos alimentos, fibras e agroenergia. **O que se pode dizer, na verdade, é que o Brasil é o país mais eficiente no consumo de defensivos.**

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias

10:6 p 19, 519 × 78 in 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conteúdo

O modelo de agricultura implantado no Brasil, o qual, frise-se, é responsável por boa parte do PIB nacional, faz com que o País seja um dos líderes na produção e na exportação de soja, milho, cana, algodão, laranja, etc. O aumento da produtividade foi mais importante do que a expansão da área cultivada, de modo que cerca de 65% do território brasileiro continua recoberto por matas nativas. Nos últimos 35 anos, a produção de grãos no Brasil aumentou 198%, enquanto a área cultivada cresceu 28%.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

10:7 p 19, 534 × 141 in 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conteúdo

E importante ressaltar que os dados mencionados na Ação ajuizada pelo PSOL sobre o consumo de defensivos agrícolas por ano e por habitante no país não corresponde a um dado real (5,2 kg de agrotóxicos por habitante ao ano).

O número é resultado de uma divisão entre o consumo de defensivos e ingredientes ativos utilizados na produção brasileira e a população. É um cálculo grosseiro, que não leva em conta que, lavouras de exportação, como soja, algodão e milho, utilizam mais da metade dos defensivos do país, boa parte dos produtos se destina a proteger plantações que não são de alimentos, como ocorre com o algodão e a cana-de-açúcar, que são matéria-prima de tecidos e do etanol.

1 Códigos:

- justiça

10:8 p 19, 525 × 73 in 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conteúdo

Mesmo no caso de alimentos onde são utilizados defensivos, é necessário verificar o momento em que os produtos são utilizados (herbicidas, por exemplo, são aplicados no começo do plantio, bem distante da época de colheita e da parte comestível das plantas). Além disso, existe um prazo de carência (o tempo entre a última aplicação do produto e a data da colheita) que evita a ingestão de alimentos com resíduos de produtos.

1 Códigos:

- justiça

10:9 p 19, 522 × 38 in 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conteúdo

Segundo dados do IBGE, para cada hectare cultivado no Brasil são utilizados 6,9 quilos de defensivo. A França utiliza 4,6 quilos por hectare, a Holanda, por sua vez 9,4 quilos.

1 Códigos:

- justiça

10:10 p 19, 523 × 144 in 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conteúdo

Outro ponto que deve ser esclarecido diz respeito à alegação de que a diminuição de incentivos fiscais atualmente concedido aos defensivos proporcionaria a diminuição do uso desses produtos e, portanto, uma melhora nos resultados do PARA divulgados pela ANVISA para o ano de 2014.

O produtor não usa defensivo porque este goza de isenções tributárias, mas sim porque precisa. A tributação não gerará uma alternativa ao produtor. Aliás, o aumento dos preços dos defensivos pode causar, em decorrência na manutenção da necessidade, um aumento no uso de produtos contrabandeados, que não foram aprovados por este Ministério. Esses produtos não possuem qualquer garantia quanto à sua segurança ambiental e à saúde humana. Por se tratarem de produtos não autorizados, os resultados do PARA, divulgados pela ANVISA, serão agravados.

3 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

10:11 p 19, 522 × 87 in 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conteúdo

À luz da situação econômica do país e com o provável repasse da carga tributária ao produtor de alimentos, esse Ministério acredita que eventual procedência desta ação, com o cancelamento das isenções concedidas aos defensivos, prejudicará sensivelmente a produção. A restrição de utilização de defensivos, em razão da impossibilidade de sua compra na quantidade necessária, poderá implicar na diminuição da produção, trazendo a escassez de alimentos na mesa e o conseqüente aumento do seu preço, o que agravará a situação econômica do País.

5 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país / ● resultados econômicos favoráveis ao país

10:12 p 20, 515 × 50 in 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conteúdo

Além disso, o agronegócio brasileiro perderá parte da atratividade, pois o aumento da carga tributária implicará no aumento dos custos da produção e perda de competitividade, trazendo prejuízos, nas exportações de alimentos e competitividade do Brasil no cenário mundial.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

10:13 p 22, 533 × 68 in 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conteúdo

Registre-se que a agricultura brasileira se desenvolve sob clima temperado, o que torna imperativa uma maior utilização de defensivos agrícolas para o controle de pragas. Além disso, cabe ainda ressaltar o peso desses insumos no custo de produção agrícola. De fato, embora a variação seja muito grande entre as diversas culturas e seus níveis de produtividade, pode-se afirmar que chegam a representar cerca de 25% do custo variável de produção para as de pacote tecnológico mais produtivo, constituindo-se, em geral, o item de maior peso entre os insumos utilizados no processo produtivo agrícola.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça / ● renda pré-tributária

10:14 p 22, 535 × 50 in 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conteúdo

Essa desoneração tributária, quer do ICMS quer do IPI, é assim de fundamental importância para tornar a produção agrícola mais barata e, conseqüentemente, mais acessível à sociedade brasileira e também mais competitiva nos mercados internacionais, gerando divisas tão necessárias à economia brasileira.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos favoráveis ao país

10:15 p 22, 533 × 69 in 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conteúdo

Por fim, cabe ainda esclarecer que a utilização de defensivos agrícolas em relação à área cultivada não é excessiva no Brasil. Conforme dados da FAO, em 2011 o consumo brasileiro situou-se em 4,77 Kg/ha. Outros países de agricultura tropical e de semelhante nível de desenvolvimento apresentam índices inclusive superiores, tais como a Argentina (6,84 Kg/ha) e o México (5,16 Kg/ha). Destaque-se que a China é a maior consumidora de defensivos agrícolas do mundo, tanto em termos absolutos como em relação à área cultivada. De fato, ainda com base em dados da FAO para 2011, documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. C

1 Códigos:

- justiça

10:16 p 23, 520 × 25 in 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conteúdo

constata-se que a China apresenta um índice de 16,68Kg/ha, ou seja, 250% superior ao índice do Brasil. Embora tenha uma área cultivada apenas 48% superior à nossa, apresenta um consumo absoluto 418% mais elevado.

0 Códigos

10:17 p 23, 536 × 97 in 209 - Petição - 546862018 - Aviso nº 1112018MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conteúdo

À guisa de conclusão, entendemos que as isenções tributárias que vêm sendo concedidas desde 1997 vêm propiciando um aumento da competitividade da agricultura brasileira e uma significativa redução no custo da produção agrícola, resultando em expressivo aumento das exportações e extraordinária redução nos preços dos alimentos, beneficiando consideravelmente a sociedade brasileira. As quantidades aplicadas estão em linha com outros países, o que demonstra que mesmo gozando de incentivos fiscais o produtor rural não intensificou o seu uso além do que seria tecnicamente recomendável. Mesmo porque, isso acabaria resultando em custo desnecessário, uma vez que há limites técnicos para sua utilização eficiente, pois a partir de determinado nível se torna contra produtora.

5 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça / ● justiça social/minorias /
- renda pré-tributária / ● resultados econômicos favoráveis ao país

11 215 - Petição - 662042018 - Ofício SEI nº 32018COMACPOLAGGABINSPE-MF, MINISTÉRIO DA FAZENDA - Presta i

8 Citações:

11:1 p 6, 476 × 258 in 215 - Petição - 662042018 - Ofício SEI nº 32018COMACPOLAGGABINSPE-MF, MINISTÉRIO DA FAZENDA - Presta i

Conteúdo

3. Em relação aos 3 questionamentos apresentados, cabe a este Centro somente resposta parcial ao item 3 (*Sob a vigência do "Novo Regime Fiscal", instituído pela EC 95/2016, qual é o impacto orçamentário e financeiro no presente e subsequentes exercícios financeiros da renúncia de receita em questão?*). Assim, abaixo segue estimativa impacto na arrecadação do IPI no período de 2012 a 2017 (estimativa de renúncia incorrida) e para o período de 2018 a 2020 (projeção de renúncia).

Renúncia de IPI - Agrotóxicos - Estimativa -		milhões R\$
	Ano	Valor
Estimativa de Renúncia Incorrida	2012	22,46
	2013	39,90
	2014	45,75
	2015	65,61
	2016	71,60
Projeção de Renúncia	2017	75,95
	2018	84,67
	2019	93,22
	2020	101,72

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

11:2 p 9, 480 × 125 in 215 - Petição - 662042018 - Ofício SEI nº 32018COMACPOLAGGABINSPE-MF, MINISTÉRIO DA FAZENDA - Presta i

Conteúdo

6. Por outro lado, não compete regimentalmente a esta Coordenação-Geral de Tributação a resposta de qualquer dos questionamentos apresentados, não havendo motivo, a priori, para se complementar os termos da Nota Cetad/Coest nº 258, de 2017.

7. Contudo, por dever de esclarecimento, julga-se oportuno trazer um breve histórico dos atos que aprovaram as Tabelas de Incidência do IPI nos últimos anos, ressaltando que a definição das alíquotas do IPI se dá por meio de Decreto Presidencial, em consonância com o disposto no § 1º do art. 153 da Constituição Federal.

1 Códigos:

- justiça

11:3 p 10, 483 × 47 in 215 - Petição - 662042018 - Ofício SEI nº
32018COMACPOLAGGABINSPE-MF, MINISTÉRIO DA FAZENDA - Presta i

Conteúdo

10. Por isso, chama-se a atenção para o fato de que o Decreto impugnado na ADI 5553 DF (Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011) não está mais em vigor, tendo sido revogado pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2017, que aprovou a TIPI que vigora atualmente.

1 Códigos:

- justiça

11:4 p 10, 480 × 83 in 215 - Petição - 662042018 - Ofício SEI nº
32018COMACPOLAGGABINSPE-MF, MINISTÉRIO DA FAZENDA - Presta i

Conteúdo

11. Por sua vez, não foi a TIPI aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2007, tampouco a vigente, quem concedeu a desoneração para os agrotóxicos listados no item 3. Referidos produtos estão com alíquota zero desde a publicação do Decreto nº 84.338, de 26 de dezembro de 1979. Antes disso eles eram tributados com alíquota de quatro por cento (vide Decreto nº 83.263, de 9 de março de 1979). Segue abaixo a relação das Tabelas de Incidência do IPI aprovadas nos últimos quarenta anos:

1 Códigos:

- justiça

11:5 p 10, 479 × 114 in 215 - Petição - 662042018 - Ofício SEI nº
32018COMACPOLAGGABINSPE-MF, MINISTÉRIO DA FAZENDA - Presta i

Conteúdo

12. Na verdade, todos os produtos do capítulo 29 da TIPI (produtos químicos orgânicos) estão com alíquota zero desde a publicação do Decreto nº 84.338, de 1979, tendo os Decretos subsequentes apenas mantido a desoneração já concedida.

13. Nesse sentido, sem adentrar no mérito das razões que levaram o Presidente da República a reduzir as alíquotas do IPI sobre os agrotóxicos no final da década de 1970, pode-se aduzir que se trata de uma ação consolidada por diversos governos passados, uma vez que desde 1979 não houve alteração de alíquota para tais produtos

1 Códigos:

- justiça

11:6 p 10, 482 × 41 in 215 - Petição - 662042018 - Ofício SEI nº
32018COMACPOLAGGABINSPE-MF, MINISTÉRIO DA FAZENDA - Presta i

Conteúdo

14. Não obstante o exposto, resta a dúvida dos efeitos de eventual declaração de inconstitucionalidade das alíquotas da TIPI relativas aos produtos listados no item 3, uma vez que os

1 Códigos:

- justiça

11:7 p 11, 485 × 85 in 215 - Petição - 662042018 - Ofício SEI nº 32018COMACPOLAGGABINSPE-MF, MINISTÉRIO DA FAZENDA - Presta i

Conteúdo

Decretos anteriores ao Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e posteriores à publicação da Constituição Federal de 1988, além de estarem todos revogados, também concederam alíquota zero do imposto a tais produtos.

15. Ou seja, é de se pensar qual seria a norma válida a ser considerada para fins de definição das alíquotas do IPI caso seja julgada procedente a ADI.5553 DF na parte referente a esse imposto.

0 Códigos

11:8 p 11, 473 × 212 in 215 - Petição - 662042018 - Ofício SEI nº 32018COMACPOLAGGABINSPE-MF, MINISTÉRIO DA FAZENDA - Presta i

Conteúdo

14. Com relação ao item 3 dos questionamentos, o Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Secretaria de Receita Federal do Brasil elaborou a seguinte tabela de renúncia fiscal:

Renúncia de IPI - Agrotóxicos - Estimativa		milhões R\$
	Ano	Valor
Estimativa de Renúncia Incomda	2012	22,46
	2013	39,90
	2014	45,75
	2015	65,61
	2016	71,60
Projeção de Renúncia	2017	75,95
	2018	84,67
	2019	93,22
	2020	101,72

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

3 Documentos:

12 Futuro do agronegócio está na integração entre sustentabilidade, inovação e conectividade _ ABAG

10 Citações:

12:1 p 2 in Futuro do agronegócio está na integração entre sustentabilidade, inovação e conectividade _ ABAG

cadeia produtiva”

0 Códigos

12:2 p 2 in Futuro do agronegócio está na integração entre sustentabilidade, inovação e conectividade _ ABAG

menos em engajamento ideológico”

0 Códigos

12:3 p 2 in Futuro do agronegócio está na integração entre sustentabilidade, inovação e conectividade _ ABAG

agronegócio nos últimos anos, por conseguiu reunir os produtores rurais, a indústria, governos e a comunidade científica em torno do desenvolvimento tecnológico, da pesquisa e inovação, a fim de obter maior produtividade

0 Códigos

12:4 p 2 in Futuro do agronegócio está na integração entre sustentabilidade, inovação e conectividade _ ABAG

“Não podemos perder essa janela de oportunidades para destravar o Brasil, por isso temos que aprovar outras pautas importantes, como a reforma tributária, que são tão necessárias para a competitividade da nação e do agro”, acrescentou.

0 Códigos

12:5 pp 2 – 3 in Futuro do agronegócio está na integração entre sustentabilidade, inovação e conectividade _ ABAG

O primeiro painel do Congresso Brasileiro do Agronegócio tratou dos principais fatores que impactam o Custo Brasil, como por exemplo, a infraestrutura logística deficiente, a alta carga tributária e a instabilidade política que afasta os investimentos. O presidente da Yara Brasil, Lair Hanzen, destacou que a disparidade de valores dos tributos cobrados em cada estado é tão grande que influencia na estratégia de distribuição das

indústrias do agronegócio. Isso significa que, em alguns casos, os locais escolhidos para serem a base da distribuição em uma região dependem mais da tributação do que da logística

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado

12:6 p 3 in Futuro do agronegócio está na integração entre sustentabilidade, inovação e conectividade _ ABAG

O diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), Bernard Appy, corrobora com a avaliação de Hanzen e acrescenta que o ICMS é um dos tributos que mais impactam no Custo Brasil e que ele não está contemplado no projeto de reforma da

previdência. “Entendo que a elevada carga tributária não penaliza a empresa, mas sim o consumidor final”, afirma Appy. “O agro é muito competitivo da porteira para dentro e a função do governo é não atrapalhar, sobretudo na área tributária”, finaliza.

4 Códigos:

● eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado / ● justiça / ● justiça social/minorias

12:7 p 3 in Futuro do agronegócio está na integração entre sustentabilidade, inovação e conectividade _ ABAG

sustentabilidade

0 Códigos

12:8 p 4 in Futuro do agronegócio está na integração entre sustentabilidade, inovação e conectividade _ ABAG

“Se pensarmos no agronegócio nacional, o produtor brasileiro sempre optou por inovação e tecnologia, já que crescemos com produtividade e não com área agricultável”, ponderou.

0 Códigos

12:9 p 4 in Futuro do agronegócio está na integração entre sustentabilidade, inovação e conectividade _ ABAG

O Painel 2 do evento da ABAG/B3, que tratou de Mecanismos Financeiros, colocou os representantes dos principais bancos junto com a B3 e um consultor jurídico para debater critérios de crédito para o produtor.

0 Códigos

12:10 p 4 in Futuro do agronegócio está na integração entre sustentabilidade, inovação e conectividade _ ABAG

O diretor de Agronegócios do Bradesco, Roberto França lembrou que o recurso obrigatório possui a taxa mais barata do mercado (8,5%) e o recurso livre tem uma taxa superior, pois é necessário inserir o spread bancário.

0 Códigos

13 Manifesto ABAG - Contra aumento dos impostos no Estado de São Paulo _ ABAG

5 Citações:

13:1 p 1 in Manifesto ABAG - Contra aumento dos impostos no Estado de São Paulo _ ABAG

diferentes elos das cadeias agroindustriais

0 Códigos

13:2 p 1 in Manifesto ABAG - Contra aumento dos impostos no Estado de São Paulo _ ABAG

A Associação Brasileira do Agronegócio, Entidade que representa os diferentes elos das cadeias agroindustriais, de antes à depois da porteira, repudia com veemência a Lei nº 17.293, aprovada em 15 de outubro de 2020, na Assembleia Legislativa de São Paulo, que estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas. Com isso, a tributação de importantes insumos agropecuários e combustíveis usados na produção e transporte serão elevados pelo governo paulista.

2 Códigos:

- justiça / ● renda pré-tributária

13:3 p 1 in Manifesto ABAG - Contra aumento dos impostos no Estado de São Paulo _ ABAG

Estudos mostram os efeitos econômicos nefastos dessa decisão, não só em termos de inflação nos preços de bens de primeira necessidade, mas também na perda de competitividade das empresas do estado. Devemos olhar para estado de choque atual da sociedade paulista e brasileira, no rastro de uma pandemia jamais vista e um cenário traumático marcado pela recessão e o desemprego.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

13:4 p 1 in Manifesto ABAG - Contra aumento dos impostos no Estado de São Paulo _ ABAG

Nesse quadro dramático, como naturalmente não poderia deixar de ser, a Abag se solidariza com as lideranças das entidades coirmãs e dos produtores rurais. Clamamos para que o Governador João Dória, seus secretários e líderes políticos reflitam profundamente sobre a proporção, dimensão e rapidez tomada por mobilizações dos produtores em manifestações

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça / ● justiça social/minorias

13:5 p 2 in Manifesto ABAG - Contra aumento dos impostos no Estado de São Paulo _ ABAG

democráticas que acontecerão nos próximos dias. Com urgência, precisamos evitar o impacto econômico negativo da Lei nº 17.293.

0 Códigos

14 XI Fórum - Reforma Tributária e Impactos no Agronegócio _ ABAG

1 Citações:

14:1 p 1 in XI Fórum - Reforma Tributária e Impactos no Agronegócio _ ABAG

O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) calcula que, desde a Constituição do Brasil de 1988, foram promulgadas 3.235,9 mil normas tributárias (34 por dia). Uma das formas para harmonizar a arrecadação é a desoneração da cadeia alimentar. Vinte e sete legislações estaduais, com diferentes interpretações, causam grande dificuldade para reaver os créditos de ICMS. Estamos atrasados na realização dessa indispensável tarefa

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça
-

Câmara dos deputados

105 Documentos:

15 Agricultura aprova incentivo a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

6 Citações:

15:1 p 1 in Agricultura aprova incentivo a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Pela equalização, o governo cobre a diferença entre a taxa de juros praticada no mercado Ônanceiro e a taxa efetivamente paga pelo produtor.

1 Códigos:

- justiça

15:2 p 1 in Agricultura aprova incentivo a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

O texto original isenta do ITR uma área quatro vezes maior que a recuperada. Além disso, o proprietário rural poderia deduzir do Imposto de Renda os gastos com reÖorestamento e desassoreamento, até o limite de 40% do total do imposto.

1 Códigos:

- justiça

15:3 p 2 in Agricultura aprova incentivo a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

O texto original prevê a elaboração gratuita do projeto para esses agricultores, mas não a execução.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

15:4 p 1 in Agricultura aprova incentivo a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Pequenos produtores rurais e agricultores familiares com até quatro módulos fiscais (área entre 5 e 110 hectares, a depender da região) terão isenção tanto do Imposto de Renda (IR) como do Imposto Territorial Rural (ITR).

1 Códigos:

- justiça social/minorias

15:5 p 1 in Agricultura aprova incentivo a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

A proposta original estabelece desconto nos juros do crédito rural proporcional entre a área recuperada e o total da propriedade. E isentava do pagamento da taxa de reposição florestal, obrigatória para quem consome matéria-prima florestal.

O texto determina ainda que para cada hectare recuperado na propriedade o proprietário receberá uma subvenção anual de R\$ 50, até o máximo de R\$ 10 mil (200 hectares). Esse valor poderá ser abatido do saldo devedor de operações de crédito rural com bancos federais ou cooperativas e virá do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), criado pela Lei de Gestão das Florestas Públicas (11.284/06).

1 Códigos:

- justiça

15:6 p 1 in Agricultura aprova incentivo a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Quando o agricultor preserva a água, isso gera menos custo para as empresas e todos ganham,

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● resultados econômicos favoráveis ao país

16 Agricultura aprova incentivo ao cultivo combinado de peixes e plantas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

2 Citações:

16:1 p 1 in Agricultura aprova incentivo ao cultivo combinado de peixes e plantas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

. “Se aprovado, esse privilégio caminhará na contramão do que se busca para o crédito rural: sua simplificação e a redução de seus custos operacionais”,

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

16:2 p 1 in Agricultura aprova incentivo ao cultivo combinado de peixes e plantas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

O texto prevê ainda programas de incentivo à aquaponia voltados à população urbana de baixa renda, envolvendo atividades de capacitação e mecanismos de apoio financeiro para compra de insumos e equipamentos.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

17 Agricultura aprova incentivo para venda de animal vivo para produtor rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

1 Citações:

17:1 p 1 in Agricultura aprova incentivo para venda de animal vivo para produtor rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

Goergen apontou a “importância e oportunidade” da proposta. Ele lembrou que o Brasil é o quarto maior produtor e exportador mundial de carne suína e o terceiro maior de carne de frango.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● resultados econômicos favoráveis ao país

18 Agricultura aprova isenção de IPI na compra de máquinas por produtor familiar - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

3 Citações:

18:1 p 1 in Agricultura aprova isenção de IPI na compra de máquinas por produtor familiar - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) equipamentos agrícolas comprados por agricultores familiares, pecuaristas, assentados e outras empresas do agronegócio.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

18:2 p 1 in Agricultura aprova isenção de IPI na compra de máquinas por produtor familiar - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

incidirá imposto sobre a revenda de equipamentos agrícolas adquiridos com isenção fiscal e com menos de dois anos de uso, se o comprador não se enquadrar entre os beneficiários da isenção.

1 Códigos:

- justiça

18:3 p 1 in Agricultura aprova isenção de IPI na compra de máquinas por produtor familiar - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Além de aumentar os custos de produção, a alta carga de impostos incidentes sobre as máquinas e veículos utilizados pela cadeia produtiva inibe o surgimento de novos produtores, e conseqüentemente diminui a geração de empregos e renda”,

2 Códigos:

- renda pré-tributária / ● resultados econômicos favoráveis ao país

19 Agricultura aprova isenção de PIS_Pasep e Cofins na venda de óleo diesel - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

6 Citações:

19:1 p 1 in Agricultura aprova isenção de PIS_Pasep e Cofins na venda de óleo diesel - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Ele acrescentou que a isenção da Cide implicaria em ônus para os estados e municípios, já muito fragilizados no cenário econômico atual.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

19:2 p 1 in Agricultura aprova isenção de PIS_Pasep e Cofins na venda de óleo diesel - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Para o deputado Bohn Gass (PT-RS) a redução nos custos de produção é muito importante. A maior parte do custo do agricultor não é o diesel, é ele pagar caro sementes, adubos, insumos, royalties em cima de transgênicos.

“É aí que temos de mexer com força”, aÕrmou. Segundo ele, falta apoio dos demais parlamentares para questionar atitudes de aumento de preço de insumos pelas grandes indústrias agrícolas.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

19:3 p 1 in Agricultura aprova isenção de PIS_Pasep e Cofins na venda de óleo diesel - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

“Vou pedir ao colega Schuch que reconsidere o valor da Cide. É um grande projeto de alcance social para o Brasil inteiro”, pediu Heinze.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

19:4 p 1 in Agricultura aprova isenção de PIS_Pasep e Cofins na venda de óleo diesel - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

O objetivo é criar um mecanismo legal que incentive a diminuição do preço do óleo diesel.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

19:5 p 1 in Agricultura aprova isenção de PIS_Pasep e Cofins na venda de óleo diesel - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

o aumento no óleo diesel sacriÓca mais os produtores familiares, responsáveis por cerca de 70% da cultura de alimentos para o consumo interno do País.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

19:6 p 1 in Agricultura aprova isenção de PIS_Pasep e Cofins na venda de óleo diesel - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Ele destacou que quem vai pagar a conta é sempre o consumidor. “Quanto mais custo na empresa, o consumidor vai pagar mais caro. Ninguém está aí para fazer trabalho sem ser para ganhar dinheiro”, disse.

2 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça social/minorias

20 Ampliação da energia solar fotovoltaica depende de lei específica - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

3 Citações:

20:1 p 2 in Ampliação da energia solar fotovoltaica depende de lei específica - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Schiavinato destacou que, ao longo dos anos, o meio rural se modernizou e a automação de alguns processos aumentou a demanda por energia elétrica. “A automação chegou no campo e a energia é fundamental. Precisamos de energia para continuarmos a produzir alimentos em grande escala”, disse.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

20:2 p 3 in Ampliação da energia solar fotovoltaica depende de lei específica - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

“Hoje, um módulo fotovoltaico, por conta da carga tributária sobre a matéria-prima, sai com 25% ou 30% de sobrepreço. Não há fabricante que consiga superar isso”, criticou Sauerbrey.

1 Códigos:

- expropriação do privado

20:3 p 2 in Ampliação da energia solar fotovoltaica depende de lei específica - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

diÓculdades competitivas, em parte pelo preço da matéria-prima.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

21 Aprovada em comissão suspensão de IPI para embalagem de produtor rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

2 Citações:

21:1 p 1 in Aprovada em comissão suspensão de IPI para embalagem de produtor rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

O objetivo do projeto de lei (PL 4719/16) é reduzir o custo de embalagem dos produtores rurais

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária

21:2 p 1 in Aprovada em comissão suspensão de IPI para embalagem de produtor rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

“A silvicultura é uma atividade de grande importância ambiental e socioeconômica para nosso país”, disse o relator. “Atualmente ocupa o terceiro lugar em volume de divisas advindas da exportação de produtos do agronegócio, ficando atrás apenas dos complexos soja e carne.”

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

22 Aumento de combustíveis e greve dos caminhoneiros dominam debates no Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

2 Citações:

22:1 p 1 in Aumento de combustíveis e greve dos caminhoneiros dominam debates no Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

pode causar problemas em estados que investiram em indústria manufatureira por conta das desonerações

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

22:2 p 1 in Aumento de combustíveis e greve dos caminhoneiros dominam debates no Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

o aumento de impostos sobre a folha vai desequilibrar a indústria. “A reoneração não abriga, por si só, a capacidade de resolver o preço dos combustíveis, mas pode causar problemas em estados que investiram em indústria manufatureira por conta das desonerações”,

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

23 CCJ aprova projeto que amplia subsídio para energia na agricultura irrigada e aquicultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

1 Citações:

23:1 p 1 in CCJ aprova projeto que amplia subsídio para energia na agricultura irrigada e aquicultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

O texto aprovado traz uma regra para uniformizar o desconto sobre as tarifas de energia, com proibição do uso das bandeiras tarifárias nas unidades de consumo pertencentes à classe rural.

1 Códigos:

- justiça

24 CCJ autoriza incentivo fiscal para o reúso de água - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

1 Citações:

24:1 p 1 in CCJ autoriza incentivo fiscal para o reúso de água - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

o plano diretor de cada município estabeleça normas gerais para a promoção da conservação e do uso racional de água. A medida alcança edições públicas ou privadas, em áreas urbanas ou rurais

1 Códigos:

- justiça social/minorias

25 CNA defende prorrogação de benefício fiscal para setor agropecuário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

8 Citações:

25:1 p 1 in CNA defende prorrogação de benefício fiscal para setor agropecuário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Alguns estados querem cancelar o benefício para aumentar a arrecadação.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

25:2 p 2 in CNA defende prorrogação de benefício fiscal para setor agropecuário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

“Uma reforma que atenda necessidades do país e do setor do agronegócio. Não tem problema nenhum, a gente revoga o convênio 100. Mas para isso a gente precisa de um horizonte tranquilo.”

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

25:3 p 2 in CNA defende prorrogação de benefício fiscal para setor agropecuário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

O deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO), que pediu a audiência, disse que é preciso lembrar o papel do setor agropecuário nas exportações brasileiras e no crescimento econômico.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

25:4 p 1 in CNA defende prorrogação de benefício fiscal para setor agropecuário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

O aumento de custos para os agricultores seria de 11,18% e, para a pecuária, 14,29%.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária

25:5 p 2 in CNA defende prorrogação de benefício fiscal para setor agropecuário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

s. Isso porque a ideia é que não incidam tributos sobre a exportação.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● resultados econômicos favoráveis ao país

25:6 p 1 in CNA defende prorrogação de benefício fiscal para setor agropecuário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Rogério Croscato, da Organização das Cooperativas Brasileiras, defendeu a prorrogação por mais dois anos para dar estabilidade jurídica ao setor.

1 Códigos:

- justiça

25:7 p 1 in CNA defende prorrogação de benefício fiscal para setor agropecuário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

A Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) calcula um impacto de 9,5% sobre o índice de inflação anual caso o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) não prorrogue a vigência de um benefício fiscal ao setor agropecuário que vence no final de abril. O benefício é uma redução do ICMS incidente sobre a comercialização interestadual de insumos agrícolas como fertilizantes, sementes e defensivos.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

25:8 p 2 in CNA defende prorrogação de benefício fiscal para setor agropecuário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

"Aí as pessoas falam: mas o setor está indo bem. Exatamente por isso nós temos que cuidar do que está indo bem. Muitas vezes, a gente Õca imaginando 14 milhões de desempregados e aí imaginamos que o nosso setor pode contribuir ainda mais."

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

26 Comissão adia votação da MP que transfere imóveis do INSS para a União - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

3 Citações:

26:1 p 1 in Comissão adia votação da MP que transfere imóveis do INSS para a União - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

Essa data, válida para as ocupações urbanas, foi estendida às rurais por outra emenda. A data anterior para a regularização das áreas rurais era 10 de junho de 2014. O novo critério será válido apenas para ocupações regulares que foram parceladas ou desmembradas irregularmente, para não incentivar invasões.

Uma outra emenda muda os critérios para a isenção da cobrança das taxas patrimoniais, que atualmente é dada a quem tem renda de até cinco salários mínimos.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

26:2 p 1 in Comissão adia votação da MP que transfere imóveis do INSS para a União - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

Também entrou no texto emenda que retira a exigência de que o imóvel rural seja usado como residência para obter a isenção do pagamento de taxas. A intenção é beneficiar pessoas de baixa que moram em vilarejos ou pequenos centros urbanos e ocupam imóvel rural da União em local próximo

1 Códigos:

- justiça social/minorias

26:3 p 2 in Comissão adia votação da MP que transfere imóveis do INSS para a União - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

e estabelecem limites para a correção dos valores dos imóveis e de taxas.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

27 Comissão aprova benefício fiscal para quem produz leite destinado a alérgicos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

4 Citações:

27:1 p 1 in Comissão aprova benefício fiscal para quem produz leite destinado a alérgicos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Para garantir benefício à população, a proposta determina que os valores obtidos com as deduções fiscais sejam integralmente abatidos do custo final.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

27:2 p 1 in Comissão aprova benefício fiscal para quem produz leite destinado a alérgicos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Nos dois casos, o incentivo será limitado ao custo de produção ou comercialização.

1 Códigos:

- justiça

27:3 p 1 in Comissão aprova benefício fiscal para quem produz leite destinado a alérgicos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

“A redução de tributos deverá repercutir, a curto prazo, na redução do preço final ao consumidor e ao Sistema Único de Saúde (SUS), que distribui o produto”, afirmou.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias

27:4 p 1 in Comissão aprova benefício fiscal para quem produz leite destinado a alérgicos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

O texto estabelece ainda que quem desrespeitar a lei perderá os incentivos e terá que pagar os impostos que seriam devidos, com correção monetária e juros de 1% ao mês, além de multa de 50% sobre o valor corrigido

1 Códigos:

- justiça

28 Comissão aprova criação de programa para recuperar área degradada - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

5 Citações:

28:1 p 1 in Comissão aprova criação de programa para recuperar área degradada - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

A proposição prevê linhas de crédito, isenções tributárias e incentivos financeiros para quem adquirir, recuperar ou der uso produtivo a áreas degradadas.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

28:2 p 1 in Comissão aprova criação de programa para recuperar área degradada - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

“A principal restrição à recuperação de áreas degradadas é o alto custo, sobretudo se comparado ao baixo custo da terra 'nova' em regiões próximas às áreas de expansão da fronteira agrícola”, observou.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária

28:3 p 1 in Comissão aprova criação de programa para recuperar área degradada - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

o projeto reduzirá a pressão agrícola sobre áreas de mata nativa.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

28:4 p 1 in Comissão aprova criação de programa para recuperar área degradada - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Relator na comissão, o deputado Lázaro Botelho (PP-TO) disse que o projeto torna as atividades de recuperação de áreas degradadas mais atrativas do ponto de vista econômico.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● resultados econômicos favoráveis ao país

28:5 p 1 in Comissão aprova criação de programa para recuperar área degradada - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

der uso produtivo a áreas degradadas

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

29 Comissão aprova estímulo à energia renovável em política nacional de irrigação - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

3 Citações:

29:1 p 1 in Comissão aprova estímulo à energia renovável em política nacional de irrigação - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

“As energias renováveis, embora ainda apresentem custos de implantação geralmente mais elevados que os da energia elétrica convencional, têm a vantagem de gastos operacionais menores, com vantagens econômicas no médio e longo prazos”, disse Jony Marcos.

O substitutivo estabelece ainda que os produtores que utilizarem este tipo de energia na irrigação poderão ter tratamento prioritário do poder público, como acesso a seguro agrícola e incentivos Ôscais.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

29:2 p 1 in Comissão aprova estímulo à energia renovável em política nacional de irrigação - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

proposta que orienta a política nacional de irrigação a estimular a adoção de energias renováveis nos sistemas de irrigação, de modo a compatibilizar a atividade agrícola com a preservação do meio ambiente.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

29:3 p 1 in Comissão aprova estímulo à energia renovável em política nacional de irrigação - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

os produtores que utilizarem este tipo de energia na irrigação poderão ter tratamento prioritário do poder público, como acesso a seguro agrícola e incentivos Ôscais.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

30 Comissão aprova incentivo para energia renováveis em projetos de irrigação - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

0 Citações

31 Comissão aprova incentivos fiscais para produção de orgânicos e alimentos sem lactose - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

2 Citações:

31:1 p 1 in Comissão aprova incentivos fiscais para produção de orgânicos e alimentos sem lactose - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Segundo ele, os incentivos Ôscais podem ajudar a baratear os alimentos orgânicos e sem lactose.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

31:2 p 1 in Comissão aprova incentivos fiscais para produção de orgânicos e alimentos sem lactose - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

saúde dos consumidores e a preservação do meio ambiente, e tanto o sistema orgânico de produção quanto a produção de alimentos sem lactose podem representar um

1 Códigos:

- justiça social/minorias

32 Comissão aprova incentivos fiscais para proteção de recursos hídricos em propriedades - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

4 Citações:

32:1 p 1 in Comissão aprova incentivos fiscais para proteção de recursos hídricos em propriedades - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Entre os incentivos fiscais da proposta estão isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) para pequenos proprietários ou possuidores de imóveis até quatro módulos fiscais (cuja área, em hectares, varia por município), e desconto de 50% do ITR aos demais produtores.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

32:2 p 1 in Comissão aprova incentivos fiscais para proteção de recursos hídricos em propriedades - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Entre os benefícios creditícios estão empréstimos com taxas de juros inferiores às cobradas das linhas de financiamento oficiais.

1 Códigos:

- justiça

32:3 p 1 in Comissão aprova incentivos fiscais para proteção de recursos hídricos em propriedades - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

“Não restam dúvidas quanto à importância de se reconhecer que os proprietários rurais, ao manterem a cobertura arbórea em suas propriedades, especialmente em torno de nascentes e ao longo dos cursos d’água, geram significativos benefícios à sociedade”.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

32:4 p 1 in Comissão aprova incentivos fiscais para proteção de recursos hídricos em propriedades - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

O Poder Executivo definirá os critérios para habilitação dos proprietários aos incentivos fiscais e creditícios. O texto prevê a desabilitação, com devolução dos valores recebidos, daqueles que deixarem de cumprir os requisitos exigidos.

1 Códigos:

- justiça

33 Comissão aprova isenção de PIS/Pasep e Cofins sobre o diesel para três setores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

1 Citações:

33:1 p 1 in Comissão aprova isenção de PIS_Pasep e Cofins sobre o diesel para três setores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Embora o aumento do diesel interÔra indiretamente em toda a cadeia produtiva, o impacto na produção rural, no transporte de pessoas e no frete é direto”

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

34 Comissão aprova mudanças em MP e reduz imposto para remessas no exterior - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

1 Citações:

34:1 p 1 in Comissão aprova mudanças em MP e reduz imposto para remessas no exterior - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Segundo Jucá, a medida representa “uma taxaão a menos que hoje o transporte aquático paga”.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária

35 Comissão aprova proposta que amplia incentivos para agricultura orgânica - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

1 Citações:

35:1 p 1 in Comissão aprova proposta que amplia incentivos para agricultura orgânica - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

A avaliação do autor do projeto, no entanto, é que eles tiveram pouco impacto sobre o principal obstáculo da atividade, que é o custo maior de produção em relação à agricultura tradicional.

O relator da proposta, deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), também concorda. “O alto custo de produção em comparação ao sistema convencional, que faz uso de defensivos agrícolas e adubos químicos, inviabiliza a comercialização em preços competitivos. Por esse motivo, os incentivos governamentais precisam ser atrativos”, disse.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária

36 Comissão aprova proposta que incentiva uso de energias alternativas em edifícios - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

2 Citações:

36:1 p 1 in Comissão aprova proposta que incentiva uso de energias alternativas em edifícios - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

promoção da conservação e do uso racional de água, procurando incentivar as medidas ambientalmente adequadas; e para a promoção da produção, da conservação e do uso racional de energia nas edificações, procurando incentivar as medidas ambientalmente adequadas.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

36:2 p 1 in Comissão aprova proposta que incentiva uso de energias alternativas em edifícios - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Sílvio Torres acredita que as medidas podem representar uma solução duradoura para as crises de água e de energia que enfrenta o País e suas metrópoles. “Não há dúvidas de que a implantação de sistemas economizadores de água e de energia em um número significativo de edificações no País aumentará bastante a sustentabilidade desses itens vitais da nossa infraestrutura”, disse Torres.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

37 Comissão autoriza incentivo fiscal para o reúso de água - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

0 Citações

38 Comissão conclui votação de relatório da reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

6 Citações:

38:1 p 1 in Comissão conclui votação de relatório da reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Giovani Cherini (PL-RS), por sua vez, argumentou que os agricultores vão compensar com produtividade a renúncia fiscal de R\$ 83 bilhões.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

38:2 p 1 in Comissão conclui votação de relatório da reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Sobre o destaque aprovado, deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) disse que não é possível pensar atualmente em onerar o setor produtivo, muito menos penalizar a agricultura, segundo ele cada vez mais afetada. “Quero apelar, principalmente à oposição, vamos votar juntos para restabelecer a honra e a dignidade do trabalhador rural.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

38:3 p 1 in Comissão conclui votação de relatório da reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Segundo o deputado Paulo Ganime (Novo-RJ), não se trata apenas da desoneração, mas também a possibilidade de moratória das dívidas.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

38:4 p 1 in Comissão conclui votação de relatório da reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

“O que se quer é um perdão Ôscal aos de cima, depois de tanto sofrimento aos de baixo”, criticou Molon. Ele questionou se o governo vai aceitar a renúncia de R\$ 83 bilhões em 10 anos e ainda dizer que está preocupado com as Ônanças públicas.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

38:5 p 1 in Comissão conclui votação de relatório da reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Samuel Moreira defendeu a manutenção do texto, mesmo prevendo que haveria acordo para ele ser alterado. “Não acredito em desonerações especialmente aquelas que tiram da previdência, especialmente em um país quebrado”, comentou. Segundo ele, não é o momento ideal para desonerações.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

38:6 p 1 in Comissão conclui votação de relatório da reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Estimativas apontam que a isenção previdenciária que atualmente beneÔcia o segmento exportador representaria cerca de R\$ 7 bilhões ao ano. As exportações do agronegócio brasileiro fecharam 2018 com alta de 5,9% em relação ao ano anterior, atingindo o recorde nominal de US\$ 101,7 bilhões (R\$ 394,6 bilhões).

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

39 Comissão de Agricultura aprova isenção de tributos em ração de bovinos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

3 Citações:

39:1 p 1 in Comissão de Agricultura aprova isenção de tributos em ração de bovinos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Para compensar esses valores, o projeto sugere a uniÔcação das alíquotas da contribuição sobre a receita bruta das empresas de ração destinada à Seguridade Social (4,5% e 2,5%), em substituição à contribuição previdenciária patronal.

2 Códigos:

- justiça / ● resultados econômicos favoráveis ao país

39:4 p 1 in Comissão de Agricultura aprova isenção de tributos em ração de bovinos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Relator na comissão, o deputado Evair Vieira de Melo (PV-ES) apoiou o texto. “O benefício reduzirá o custo de produção pecuária e deve repercutir nos preços dos produtos, com efeito positivo sobre o custo de vida da população brasileira, favorecendo o controle inflacionário”,

4 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos favoráveis ao país

39:6 p 1 in Comissão de Agricultura aprova isenção de tributos em ração de bovinos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Segundo o autor, a incidência desses tributos nas rações utilizadas na alimentação de bois e vacas pode elevar o preço do leite e da carne em mais de 9%.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

40 Comissão de Agricultura aprova programa de preservação de rios do Maranhão - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

4 Citações:

40:1 p 1 in Comissão de Agricultura aprova programa de preservação de rios do Maranhão - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

programa de incentivos tributários para estimular produtores familiares a promover a reposição florestal de áreas degradadas e o desassoreamento de rios do Maranhão.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

40:2 p 1 in Comissão de Agricultura aprova programa de preservação de rios do Maranhão - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

. A proposta prevê também os deveres dos agricultores familiares que optarem por entrar no programa. E estabelece a obrigação de devolução dos recursos recebidos por quem descumprir as exigências ambientais.

1 Códigos:

- justiça

40:3 p 1 in Comissão de Agricultura aprova programa de preservação de rios do Maranhão - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Segundo ela, nos últimos anos o Maranhão tem sofrido intensos problemas sociais e econômicos gerados pela falta de critério no uso de cursos d'água. A situação é agravada pela deterioração ambiental de áreas de recarga de lençol freático, erosão do solo e assoreamento de nascentes, rios, córregos e reservatórios.

"Os prejuízos causados pela escassez hídrica também atingem fortemente indústrias, comércio, serviços e a agropecuária", disse Cristina.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

40:4 p 1 in Comissão de Agricultura aprova programa de preservação de rios do Maranhão - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

O primeiro é a isenção de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) equivalente a quatro vezes a área sob processo de reposição florestal ou desassoreamento. O segundo é a possibilidade de dedução, no Imposto de Renda (IR), dos valores gastos na recuperação ambiental, limitado a 10% do tributo devido.

1 Códigos:

- justiça

41 Comissão de Agricultura debate a revogação de desonerações concedidas pela Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

2 Citações:

41:1 p 1 in Comissão de Agricultura debate a revogação de desonerações concedidas pela Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

O parlamentar explica que a Lei Kandir, que prevê a isenção do pagamento do ICMS sobre as exportações de produtos primários, itens agrícolas, semielaborados ou serviços, surgiu em 1996 como forma de fomentar e incentivar o setor agropecuário.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

41:2 p 1 in Comissão de Agricultura debate a revogação de desonerações concedidas pela Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

"Há grande polêmica em torno de referida lei, bem como da reiterada problemática dos repasses previstos em decorrência da isenção aos estados produtores e exportadores

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

42 Comissão especial aprova reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

1 Citações:

42:1 p 2 in Comissão especial aprova reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Com relação ao texto que recebemos, nosso substitutivo saiu com muito mais justiça social e responsabilidade. "Óscar, tendo um equilíbrio melhor para a sociedade e a Previdência", defendeu Samuel Moreira.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

43 Comissão especial debaterá mudanças na Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

3 Citações:

43:1 p 1 in Comissão especial debaterá mudanças na Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

"Sem a Lei Kandir, os ditos prejuízos do Estado se voltarão de forma nefasta para aqueles que produzem, sacriificando o crescimento e o futuro da sociedade brasileira", complementou.

2 Códigos:

- expropriação do privado / ● resultados econômicos favoráveis ao país

43:2 p 1 in Comissão especial debaterá mudanças na Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

contribuir para um saldo positivo da balança comercial",

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

43:3 p 1 in Comissão especial debaterá mudanças na Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

a importância da Lei Kandir sob a perspectiva do setor rural. "Esta lei se tornou um alicerce para que o setor produtivo brasileiro, ainda que em meio a inúmeros obstáculos, pudesse competir no mercado mundial

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

44 Comissão pode votar hoje a MP que renegocia dívidas de produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

3 Citações:

44:1 p 1 in Comissão pode votar hoje a MP que renegocia dívidas de produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Além de permitir o parcelamento, a MP 793/17 reduz de 2% para 1,2% a alíquota da contribuição do empregador rural pessoa física e do segurado especial. A deputada estende o benefício também ao empregador rural pessoa jurídica: redução de 2,5% para 1,2%. Para a agroindústria, a alíquota permanece em 2,5%.

1 Códigos:

- justiça

44:2 p 1 in Comissão pode votar hoje a MP que renegocia dívidas de produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Tereza Cristina elimina essa exigência. Segundo ela, os produtores rurais não dispõem de condições financeiras para apresentar carta de fiança ou seguro garantia judicial.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

44:3 p 1 in Comissão pode votar hoje a MP que renegocia dívidas de produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

De acordo com o Poder Executivo, o programa vai gerar uma renúncia fiscal de R\$ 515 milhões em 2018, chegando a R\$ 198 milhões em 2020. Por outro lado, a arrecadação prevista é de R\$ 571 milhões em 2018, chegando a R\$ 400,23 milhões em 2020.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

45 Comissão rejeita proposta do Executivo que regulamenta o ato cooperativo - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

5 Citações:

45:1 p 1 in Comissão rejeita proposta do Executivo que regulamenta o ato cooperativo - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

“O que se pretende não é uma imunidade ou isenção tributária, mas tão somente adequar a apuração e recolhimento dos tributos, mantendo igualdade com as demais sociedades empresariais, bem como afastar possíveis autuações fiscais por parte da Receita Federal do Brasil”, afirmou o deputado Pedro Lupion.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

45:2 p 1 in Comissão rejeita proposta do Executivo que regulamenta o ato cooperativo - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

capacidade contributiva das cooperativas em relação às empresas, que são tributadas com base no resultado financeiro (receita financeira menos despesas financeiras).

Já as cooperativas, disse o relator, atualmente são tributadas sobre o total de aplicações financeiras, sem abatimento das despesas financeiras. “Isso fere o conceito de lucro, que é a regra matriz da incidência dos impostos”, afirmou.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

45:3 p 1 in Comissão rejeita proposta do Executivo que regulamenta o ato cooperativo - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Segundo Evair Vieira de Melo, o PL 3351/19 garante a isonomia

1 Códigos:

- justiça social/minorias

45:4 p 1 in Comissão rejeita proposta do Executivo que regulamenta o ato cooperativo - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

“A aprovação não seria suficiente para a garantia do adequado tratamento ao ato cooperativo, pois haveria o risco de contestação acerca da constitucionalidade e não se conseguiria segurança jurídica para as cooperativas”, afirmou.

1 Códigos:

- justiça

45:5 p 1 in Comissão rejeita proposta do Executivo que regulamenta o ato cooperativo - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

bem como afastar possíveis autuações fiscais por parte da Receita Federal do Brasil

1 Códigos:

- expropriação do privado

46 Comissão vincula ampliação de redes de celular à inclusão de áreas rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

2 Citações:

46:1 p 1 in Comissão vincula ampliação de redes de celular à inclusão de áreas rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Os prejuízos aos agricultores, segundo ele, incluem a subutilização de máquinas de ponta que, com auxílio da internet, mapeiam a produção.

“A falta desses serviços básicos impede produtores de acessar as mais modernas ferramentas e soluções tecnológicas”, disse.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

46:2 p 1 in Comissão vincula ampliação de redes de celular à inclusão de áreas rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

O relator, deputado Pedro Augusto Bezerra (PTB-CE), destacou que a falta de acesso a serviços de telefonia e internet móvel dificulta a expansão do negócio de produtores rurais.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

47 Comissões debatem fim de benefício tributário para produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

1 Citações:

47:1 p 1 in Comissões debatem fim de benefício tributário para produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Para Schreiner, é preciso avaliar o impacto da não renovação no custo de produção do produtor rural brasileiro.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária

48 Congresso Nacional aprova 31 projetos de créditos orçamentários - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

1 Citações:

48:1 p 2 in Congresso Nacional aprova 31 projetos de créditos orçamentários - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

A transferência de R\$ 1,94 bilhão, prevista no PLN 47/16, para estados, Distrito Federal e municípios vai viabilizar a prestação de auxílio financeiro pela União para fomentar as exportações. O objetivo é compensar desonerações tributária das exportações que impactam negativamente os entes federativos.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

49 Congresso Nacional mantém vetos e deixa votação de destaques para o ano que vem - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

2 Citações:

49:1 p 1 in Congresso Nacional mantém vetos e deixa votação de destaques para o ano que vem - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

É o caso do que atinge partes da Lei 13.729/18, responsável pela instituição do Programa de Regularização Tributária Rural (VET 38/18). O deputado Cleber Verde (PRB-MA) pediu a derrubada do veto, lembrando que a lei foi acertada entre representantes do Congresso e do governo. Para o deputado, a derrubada do veto signifi- ca prestar apoio aos produtores rurais.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

49:2 p 1 in Congresso Nacional mantém vetos e deixa votação de destaques para o ano que vem - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

Na razão para o veto, o Executivo argumenta que haveria renúncia de receita.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

50 Consultoria de Orçamento divulga estudo com cenário para teto de gastos até 2023 - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

2 Citações:

50:1 p 1 in Consultoria de Orçamento divulga estudo com cenário para teto de gastos até 2023 - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

Para conter o aumento da despesa obrigatória, o estudo analisa um cenário alternativo, com a adoção de medidas de redução de gastos, incluindo de gestão administrativa. Entre elas: revisão de auxílios-doença judiciais do INSS; auditoria nos benefícios rurais

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

50:2 p 1 in Consultoria de Orçamento divulga estudo com cenário para teto de gastos até 2023 - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

As propostas sugeridas levariam a uma redução de despesas de R\$ 497,2 bilhões. Nesse cenário alternativo, o teto de gastos seria cumprido. Por outro lado, a margem discricionária líquida seria positiva apenas até 2021.

Segundo os consultores, uma melhoria definitiva das contas só virá com reformas, como a previdenciária. “O que se pode concluir, tão somente, é que o cenário alternativo ampliaria o fôlego fiscal do Poder Executivo para a implementação de reformas estruturantes que aprimorem a racionalização do gasto público”, afirma o estudo.

O estudo “Projeções orçamentárias” faz ainda uma análise das renúncias tributárias e dos riscos fiscais da revisão da Lei Kandir, que está sendo debatida no Congresso Nacional. O texto defende, entre outros pontos, a reavaliação dos benefícios fiscais, de forma a trazê-los ao patamar de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), observado no triênio 2009-2011 – hoje está em 4% do PIB.

Em valores absolutos, essa redução representaria uma economia potencial da ordem de R\$ 40 bilhões.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

51 Contrato de Trabalho Verde e Amarelo gera divergências entre trabalhadores e patrões - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

7 Citações:

51:1 p 2 in Contrato de Trabalho Verde e Amarelo gera divergências entre trabalhadores e patrões - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

Assessor Jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Frederico Toledo Melo disse que o novo modelo oferece oportunidade a quem tem pouca capacitação técnica e nenhuma experiência. Ele propôs que o modelo se aplique a empregadores rurais e sugeriu autorização para o trabalho aos domingos e feriados no meio rural.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

51:2 p 1 in Contrato de Trabalho Verde e Amarelo gera divergências entre trabalhadores e patrões - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

O presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Antônio Neto, disse que a premissa de reduzir direitos e salários dos trabalhadores com o objetivo de gerar empregos e crescimento econômico está errada. “Para você ter uma economia virtuosa, você precisa ter salários dignos e trabalhos decentes”, disse

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

51:3 p 2 in Contrato de Trabalho Verde e Amarelo gera divergências entre trabalhadores e patrões - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

“Se o contrato é desonerado entre 30% e 34%, vai ter mais empresário interessado em contratar”, argumentou.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

51:4 p 2 in Contrato de Trabalho Verde e Amarelo gera divergências entre trabalhadores e patrões - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

Segundo a MP 905/19, os benefícios concedidos aos empregadores serão financiados com a cobrança de contribuição previdenciária de pessoas que recebem seguro-desemprego.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

51:5 p 1 in Contrato de Trabalho Verde e Amarelo gera divergências entre trabalhadores e patrões - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

modernização

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

51:6 p 1 in Contrato de Trabalho Verde e Amarelo gera divergências entre trabalhadores e patrões - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

Para Jauro Mendonça, da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), a medida provisória contraria o ajuste fiscal defendido pelo governo. “Atualmente que o País atravessa uma crise fiscal, com déficit público nominal de 5,9% do PIB em 2019, e isentam empresas do recolhimento de tributos”, observou.

1 Códigos:

- resultados econômicos desfavoráveis ao país

51:7 p 2 in Contrato de Trabalho Verde e Amarelo gera divergências entre trabalhadores e patrões - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

com as desonerações, os empresários vão ganhar uma “bolsa-patrão” estimada pelo próprio governo em R\$ 11 bilhões

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos desfavoráveis ao país

52 Câmara aprova parcelamento de dívidas de produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

4 Citações:

52:1 p 1 in Câmara aprova parcelamento de dívidas de produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

A Câmara aprovou a proposta na forma do substitutivo da deputada Tereza Cristina (sem partido-MS), que passa a contribuição do produtor rural pessoa física de 2% para 1,2% da receita bruta. Essa contribuição não incidirá sobre mudas, sementes, sêmen para reprodução animal, cobaias e produção rural destinada ao plantio ou ao reestamento.

No caso das empresas rurais, a nova alíquota será de 1,7% no lugar dos 2,5% devidos atualmente. As situações de não incidência são iguais e ambas as alíquotas valerão a partir de 1º de janeiro de 2018.

1 Códigos:

- justiça

52:2 p 2 in Câmara aprova parcelamento de dívidas de produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Segundo ela, a garantia não merece ser mantida porque “os produtores rurais não dispõem de condições financeiras para apresentarem carta de fiança ou seguro garantia judicial”.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

52:3 p 1 in Câmara aprova parcelamento de dívidas de produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Enquanto a MP 793/17 previa condições mais favoráveis para o produtor segurado especial e para a empresa ou revendedor com dívidas de até R\$ 15 milhões, o texto aprovado pela Câmara propõe parcelas menores para todos os compradores da produção rural e para as cooperativas.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

52:4 p 1 in Câmara aprova parcelamento de dívidas de produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

previsão inicial do governo com a renúncia Ôscal da alíquota menor e do parcelamento era de R\$ 5,5 bilhões nos próximos três anos. A oposição aÔrma que esse montante pode chegar a R\$ 18 bilhões.

2 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país / ● resultados econômicos favoráveis ao país

53 Câmara aprova projeto que prevê pagamento por serviços ambientais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

1 Citações:

53:1 p 2 in Câmara aprova projeto que prevê pagamento por serviços ambientais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

No caso dos valores Ônanceiros recebidos, o substitutivo prevê que eles não farão parte da base de cálculo de tributos federais como o Imposto sobre a Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o PIS/Pasep e a CoÔns.

Além dessas medidas, o Poder Executivo poderá conceder incentivos tributários para promover mudanças nos padrões de produção e de gestão dos recursos naturais para incorporação da sustentabilidade ambiental e fomentar a recuperação de áreas degradadas.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

54 Câmara rejeita isenção de Imposto de Renda para venda de imóvel rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

2 Citações:

54:1 p 1 in Câmara rejeita isenção de Imposto de Renda para venda de imóvel rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

O autor da proposta, deputado Giovani Cherini (PR-RS), argumenta que a isenção de Imposto de Renda para quem adquire outro imóvel com o produto da venda do

anterior proporcionou um fomento à construção de novos imóveis no País, gerando emprego e renda.

Para ele, a mesma regra deveria ser aplicada no caso dos imóveis rurais. “Em matéria de hermenêutica jurídica se a Órma que, onde existe a mesma razão, deve existir a mesma norma”, disse.

2 Códigos:

- justiça / ● resultados econômicos favoráveis ao país

54:2 p 1 in Câmara rejeita isenção de Imposto de Renda para venda de imóvel rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Segundo ele, a proposta gera renúncia de receita tributária, sem que tenha sido acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-Ônanceiro e correspondente compensação.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

55 Câmara rejeita isenção de IPI para máquinas agrícolas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

1 Citações:

55:1 p 1 in Câmara rejeita isenção de IPI para máquinas agrícolas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Segundo o relator na comissão, deputado Edmar Arruda (PSD-PR), a desoneração proposta pelo projeto não pode ser feita sem critério e gerar impactos Ôscais e orçamentários e afetar a rentabilidade e a manutenção de vários setores.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar 101/00) prevê que a criação de nova despesa obrigatória ou de renúncia de receita deverá indicar expressamente a estimativa de impacto orçamentário. “Malgrado os nobres propósitos, não podem as propostas [original e substitutivo] ser consideradas adequadas e compatíveis sob a ótica da adequação orçamentária e Ônanceira”, disse Arruda.

2 Códigos:

- justiça / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

56 Câmara rejeita redução tributária para exportadores de produtos animais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

3 Citações:

56:1 p 1 in Câmara rejeita redução tributária para exportadores de produtos animais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

O Reintegra permite que as empresas sejam ressarcidas por resíduos tributários federais embutidos nos produtos e que não foram objeto de isenção, suspensão ou outro mecanismo de desoneração das exportações.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado / ● justiça

56:2 p 1 in Câmara rejeita redução tributária para exportadores de produtos animais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

“o esforço governamental para reequilibrar as contas públicas e assegurar a sustentabilidade do Tesouro Nacional reforça a noção de que o espaço para desonerações tributárias está mais do que esgotado”.

Freitas reforçou ainda que o projeto descumpra regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00). A LRF determina que as proposições legislativas que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita pública ou aumento de despesa da União deverão estar acompanhadas de estimativas do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.

2 Códigos:

- justiça / ● resultados econômicos desfavoráveis ao país

56:3 p 1 in Câmara rejeita redução tributária para exportadores de produtos animais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Na avaliação do relator, deputado Aelton Freitas (PR-MG), entretanto, a medida que aumenta a carga tributária é incompatível com o atual contexto econômico, de redução dos níveis de atividade e de expectativas empresariais desfavoráveis.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● resultados econômicos favoráveis ao país

57 Debatedores avaliam que _internet das coisas_ depende de mudanças na tributação - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

1 Citações:

57:1 p 1 in Debatedores avaliam que _internet das coisas_ depende de mudanças na tributação - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

Argumentaram que os atuais impostos impedem a expansão da IoT no Brasil. Para ambos, é necessário rever a tributação do setor.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária

58 Deputados e produtores rurais condenam possível fim da Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

9 Citações:

58:1 p 2 in Deputados e produtores rurais condenam possível fim da Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

O relatório também estabelece que a União entregará aos estados e ao Distrito Federal “justa e imediata compensação” das exportações não tributadas.

1 Códigos:

- justiça

58:2 p 2 in Deputados e produtores rurais condenam possível fim da Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

No caso do algodão, o Ôm da isenção pode representar prejuízo de R\$ 2,3 bilhões, segundo o diretor executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), Marcio Antonio Portocarrero.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado

58:3 p 2 in Deputados e produtores rurais condenam possível fim da Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

“Quando eu subo a tarifa, eu diminuo o preço. Com isso, a rentabilidade do produtor cai. Ao cair a rentabilidade, o produtor investe menos em tecnologia. Isso faz com que a produtividade caia. Ao cair a produtividade, a produção agrícola cai. Caindo a produção agrícola, afeta a renda, o emprego e a arrecadação dos demais setores”, disse.

4 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos favoráveis ao país

58:4 p 2 in Deputados e produtores rurais condenam possível fim da Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Assim como Geller, os participantes do debate argumentaram que qualquer taxaço das exportações do setor vai prejudicar a concorrência brasileira no espaço internacional.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

58:5 p 1 in Deputados e produtores rurais condenam possível fim da Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Ao apresentar a PEC, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) aÔrmou que os estados vêm tendo perdas consideráveis, que não estão sendo ressarcidas pela União.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

58:6 p 2 in Deputados e produtores rurais condenam possível fim da Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Na opinião do deputado Alceu Moreira (MDB-RS), que preside a Frente Parlamentar Agropecuária, nada pode ser mais injusto na tributação do que cobrar de quem não deve para pagar quem não merece. “O Brasil está entrando em uma escala de ocupação de prateleiras do mundo. O mundo exige de nós competência e eficiência. Portanto, ninguém vai conseguir tributar o agro brasileiro nesta Casa. Não adianta fazer onda”, declarou.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado

58:7 p 2 in Deputados e produtores rurais condenam possível fim da Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

A permanência da Lei Kandir, ao contrário, segundo Barros, tem como resultado o aumento da produção agrícola, com a geração de um saldo comercial expressivo, a valorização do câmbio e o consequente crescimento da economia.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

58:8 p 1 in Deputados e produtores rurais condenam possível fim da Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Por outro lado, ele disse que o fim do incentivo inviabilizaria muitas regiões no País que têm um forte potencial na geração de empregos e na agregação de valor. “O fim da Lei Kandir prejudicaria toda a economia do Brasil. Nós começamos a crescer e nos tornamos competitivos no mercado internacional a partir de 1996, quando foi criada a lei Kandir”, lembrou Geller.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

58:9 p 2 in Deputados e produtores rurais condenam possível fim da Lei Kandir - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

imposto na exportação é uma “excrecência”. Segundo ele, a Lei Kandir foi responsável pelo crescimento da agricultura brasileira nos últimos 20 anos. “No caso da soja, as exportações cresceram 21 vezes de 1997 para cá.

Saíram de 3,8 milhões de toneladas para 83 milhões de toneladas no ano passado”, informou.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● resultados econômicos favoráveis ao país

59 Deputados querem regulamentar pagamento por serviços ambientais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

6 Citações:

59:1 p 1 in Deputados querem regulamentar pagamento por serviços ambientais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

“Não tem saída para isso se não houver uma grande aliança entre economia, natureza e sociedade, que são o tripé desse processo. A sociedade almeja isso, mas a economia não abre mão do modelo e a natureza paga o pato”, declarou.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

59:2 p 1 in Deputados querem regulamentar pagamento por serviços ambientais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

essa é uma das poucas agendas que unem ambientalistas e ruralistas e tem chance de aprovação imediata. Relator de uma das propostas (PL 312/15), o deputado Camilo Capiberibe (PSB-AP), aposta em “equilíbrio” no texto Õnal. “É muito importante a gente dar uma resposta para os dois setores: se olhar um, que não se excluam justamente as populações tradicionais. Essa é a minha preocupação nesse debate.”

1 Códigos:

- justiça social/minorias

59:3 p 2 in Deputados querem regulamentar pagamento por serviços ambientais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

“Entendo que não cabe ao orçamento público pagar pelo mero cumprimento da lei. É possível se alcançar esse algo mais para a proteção do meio ambiente por meio de um programa de incentivos e compensações viabilizado pelo governo”, aÕrmou.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

59:4 p 1 in Deputados querem regulamentar pagamento por serviços ambientais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

“Hoje o Brasil preserva em torno de 66% de áreas com Õoresta nativa, dos quais 25% estão dentro das propriedades rurais. Então, o produtor rural passa a ter, além da responsabilidade com a segurança alimentar, uma contribuição para a preservação ambiental”, explicou Fernandes.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

59:5 p 1 in Deputados querem regulamentar pagamento por serviços ambientais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

O secretário de produtividade do Ministério da Economia, Gustavo Fontenele, citou a atual crise Õscal do País para pedir que o pagamento por serviços ambientais tenha “deÕnição econômica clara e critérios objetivos”.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

59:6 p 2 in Deputados querem regulamentar pagamento por serviços ambientais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Segundo Mattos, o pagamento por serviços ambientais pode ser um instrumento eficaz para a readequação da agricultura brasileira, em caso de ratificação do acordo Mercosul-União Europeia.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

60 Derrubado veto a regras para pagamento de débitos previdenciários rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

2 Citações:

60:1 p 1 in Derrubado veto a regras para pagamento de débitos previdenciários rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

No veto, o governo argumentara que a permissão seria contra o Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66).

1 Códigos:

- justiça

60:2 p 1 in Derrubado veto a regras para pagamento de débitos previdenciários rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

Na maior parte das justificativas dos vetos, o Executivo argumentou que os novos benefícios impactam o custo fiscal imputado ao Tesouro Nacional, sem previsão na lei orçamentária e “indo de encontro ao esforço fiscal empreendido no País.”

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

61 Desafio da Aneel é promover desoneração de tarifas, afirma diretor - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

1 Citações:

61:1 p 1 in Desafio da Aneel é promover desoneração de tarifas, afirma diretor - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Ele salientou que a Câmara está examinando temas que podem colaborar com a desoneração, como a revisão nos descontos das tarifas para o consumidor rural e a reclassificação da tarifa social, concedida a quem faz parte de programas de renda mínima do governo.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

62 Em tecnologia, Câmara aprovou acordo com EUA para uso da base de Alcântara - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

1 Citações:

62:1 p 1 in Em tecnologia, Câmara aprovou acordo com EUA para uso da base de Alcântara - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

O objetivo é criar no Brasil um quadro regulatório favorável ao desenvolvimento da “internet das coisas”

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

63 Em visita à Câmara de Comércio dos EUA, Maia defende agenda de reforma do Estado - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

1 Citações:

63:1 p 1 in Em visita à Câmara de Comércio dos EUA, Maia defende agenda de reforma do Estado - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

Rodrigo Maia avalia que a atual crise Econômica da União e de estados e municípios impede uma "agenda social séria" no País e acaba gerando demagogia e populismo. Daí a sua intenção de também discutir a recomposição das Oportunidades públicas.

1 Códigos:

- resultados econômicos Desfavoráveis ao país

64 Entidades criticam condições para parcelamento de impostos na MP do Furrural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

8 Citações:

64:1 p 2 in Entidades criticam condições para parcelamento de impostos na MP do Furrural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

O deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS) defendeu os produtores rurais que estão inadimplentes. Para ele, “não se pode rotular de caloteiros os que não pagaram os impostos”. Heinze lembrou que havia duas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), por 11 a zero, considerando inconstitucional a cobrança do Furrural.

1 Códigos:

- justiça

64:2 p 2 in Entidades criticam condições para parcelamento de impostos na MP do Furrural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Geraldo Borges, da Associação Brasileira dos Produtores de Leite, disse apoiar a proposta da opção de calcular o imposto com base na folha de pagamento ou com base na produção. Segundo ele, 80% da produção de leite no País estão nas mãos de pequenos produtores, que não têm estrutura nem condições de arcar com esses custos

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

64:3 p 2 in Entidades criticam condições para parcelamento de impostos na MP do Funrural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

“ A Justiça falhou e, agora, os parlamentares precisam dar uma solução para o problema”, afirmou.

1 Códigos:

- justiça

64:4 p 2 in Entidades criticam condições para parcelamento de impostos na MP do Funrural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

O deputado Heitor Schuch (PSB-RS) disse que a questão das dívidas é um assunto delicado, porque o governo está abrindo mão de receita, ao mesmo tempo em que estimula a inadimplência. Em sua opinião, o Executivo deveria editar nova MP estendendo a redução das alíquotas aos que pagaram em dia os impostos devidos ao Funrural.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

64:5 p 1 in Entidades criticam condições para parcelamento de impostos na MP do Funrural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

proposta de redução da alíquota do Funrural incidente sobre a venda de produção de 2% para 1,2%, o que provocaria uma perda na arrecadação previdenciária de R\$ 1,36 bilhão em 2018, de R\$ 1,45 bilhões em 2019 e de até R\$ 1,56 bilhões em 2020.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

64:6 p 2 in Entidades criticam condições para parcelamento de impostos na MP do Funrural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Presidente da comissão mista, o senador Dário Berger (PMDB-SC) definiu a questão das dívidas do Funrural como “um complicado imbróglio jurídico, que terá repercussões importantes para todo o setor agrícola”. Segundo Berger, medidas em relação ao setor, que responde por 25% do PIB nacional, “exigem muita cautela, muita paciência e muito cuidado para não prejudicar aquilo que vem dando certo”.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça / ● resultados econômicos favoráveis ao país

64:7 p 1 in Entidades criticam condições para parcelamento de impostos na MP do Funrural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Para o vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch, a MP 793 se soma à reforma da Previdência em termos de perdas de benefícios para os pequenos e médios agricultores familiares. Para ele, a medida vai provocar perda de arrecadação previdenciária rural, em razão dos descontos que o governo concederá aos devedores que optarem pela adesão ao programa.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

64:8 p 1 in Entidades criticam condições para parcelamento de impostos na MP do Funrural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

manifestou preocupações com os efeitos da MP 793 sobre a situação financeira das cooperativas, que têm “certas particularidades que deveriam ser observadas pelos legisladores”. Ele citou como exemplo o fato de que muitos agricultores não integram mais os quadros da cooperativa, mas a dívida é da pessoa jurídica, no caso a cooperativa, obrigando o rateio dos débitos entre os demais cooperados.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

65 Especialistas cobram recursos para ampliação do controle biológico de pragas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

1 Citações:

65:1 p 1 in Especialistas cobram recursos para ampliação do controle biológico de pragas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

O relator da comissão especial da Pnara, deputado Nilto Tatto (PT-SP), reafirmou a necessidade de redirecionar para o controle biológico os recursos e isenções fiscais que hoje são concedidos à cadeia produtiva dos agrotóxicos (cerca de R\$ 1 bilhão/ano).

1 Códigos:

- justiça social/minorias

66 Especialistas defendem revisão da Lei de Telecomunicações para desenvolver a Internet das Coisas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

9 Citações:

66:1 p 2 in Especialistas defendem revisão da Lei de Telecomunicações para desenvolver a Internet das Coisas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

Rivera também lembrou que é importante a geração de valor local e que, para isso, é necessário estudar as áreas onde o País pode se beneficiar dessa nova política.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

66:2 p 2 in Especialistas defendem revisão da Lei de Telecomunicações para desenvolver a Internet das Coisas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

a redução de custos vai representar um ganho de imagem para o País. “Entre 15 e 20 projetos, dos temas rural,

1 Códigos:

- renda pré-tributária

66:3 p 1 in Especialistas defendem revisão da Lei de Telecomunicações para desenvolver a Internet das Coisas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

“estamos revisando toda a regulamentação da Anatel para suprir a necessidade futura. É importante reduzir a carga regulatória sobre produtores e empresas de pequeno porte”, pontua.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

66:4 p 1 in Especialistas defendem revisão da Lei de Telecomunicações para desenvolver a Internet das Coisas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

senção do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) para apoiar iniciativas já existentes.

Segundo Borges, “o produto da arrecadação de taxas e impostos tem que ser utilizado para infraestrutura das IOTs. Além disso, teremos que ter reformas públicas para implantar as novas políticas sem atingir o teto de gastos”.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

66:5 p 1 in Especialistas defendem revisão da Lei de Telecomunicações para desenvolver a Internet das Coisas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

isso não volta aqui para dentro”,

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

66:6 p 2 in Especialistas defendem revisão da Lei de Telecomunicações para desenvolver a Internet das Coisas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

O apoio ao desenvolvimento é de grande importância neste momento”, ponderou Cruz.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

66:7 p 1 in Especialistas defendem revisão da Lei de Telecomunicações para desenvolver a Internet das Coisas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

dá a oportunidade de o Brasil ser um player mundial de inovações para a América Latina, além de apresentar melhorias para cidades, serviços públicos, mais produtividade e competitividade em outras verticais.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

66:8 p 1 in Especialistas defendem revisão da Lei de Telecomunicações para desenvolver a Internet das Coisas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

Sérgio Gallindo, acredita que a desoneração de data centers é um fator importante a ser considerado como desafio. Ele comentou que o gasto com OPEX (sigla derivada da expressão Operational Expenditure, o capital utilizado para manter ou melhorar os bens físicos de uma empresa, como equipamentos, propriedades e imóveis) chega a ser 40% mais caro no País que no resto do mundo. “O Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo e isso não volta aqui para dentro”, acrescentou Gallindo.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária

66:9 p 1 in Especialistas defendem revisão da Lei de Telecomunicações para desenvolver a Internet das Coisas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

Na opinião de Baigorri, o aumento da produtividade vai ser tão grande “que é até difícil vislumbrar como o País vai ser impactado com essa nova onda tecnológica”.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

67 Finanças amplia subsídio para energia na agricultura irrigada e aquicultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

2 Citações:

67:1 p 1 in Finanças amplia subsídio para energia na agricultura irrigada e aquicultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Segundo Rocha, o custo para as concessionárias de energia elétrica previsto na proposta é baixo, já que a energia será apenas para irrigação e aquicultura em dias de semana e feriados.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

67:2 p 1 in Finanças amplia subsídio para energia na agricultura irrigada e aquicultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

“Além do estímulo à irrigação e aquicultura, deve-se ressaltar o uso racional da energia elétrica, sem pressões adicionais sobre a capacidade instalada das fornecedoras”, disse.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

68 Finanças rejeita criação de estatuto da micro e pequena empresa rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

0 Citações

69 Finanças rejeita proposta que permite compensar débitos tributários com subvenções - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

2 Citações:

69:1 p 1 in Finanças rejeita proposta que permite compensar débitos tributários com subvenções - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

A permissão cogitada para empregar tais créditos em compensação equivaleria a renúncia de receita, cuja legitimidade dependeria do atendimento das condições e requisitos prescritos pela Lei de Responsabilidade Fiscal pela LDO”,

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

69:2 p 1 in Finanças rejeita proposta que permite compensar débitos tributários com subvenções - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Segundo JHC, adversidades climáticas prejudicaram as lavouras de cana-de-açúcar e impactaram negativamente os rendimentos de produtores rurais e unidades industriais de etanol. Para tentar diminuir esses prejuízos, a União concedeu-lhes subvenção econômica extraordinária.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

70 Frente da agropecuária quer discutir aposentadoria rural e situação dos exportadores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

3 Citações:

70:1 p 1 in Frente da agropecuária quer discutir aposentadoria rural e situação dos exportadores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

O deŌcit nas aposentadorias rurais foi de R\$ 114 bilhões no ano passado. Estimativas apontam que a isenção previdenciária que atualmente beneŌcia o segmento exportador representaria cerca de R\$ 7 bilhões ao ano. As exportações do

agronegócio brasileiro fecharam 2018 com alta de 5,9% em relação ao ano anterior, atingindo o recorde nominal de US\$ 101,7 bilhões (R\$ 394,6 bilhões).

3 Códigos:

● eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça / ● resultados econômicos favoráveis ao país

70:2 p 1 in Frente da agropecuária quer discutir aposentadoria rural e situação dos exportadores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

O deputado Alceu Moreira (MDB-RS), presidente da FPA, afirmou que a reforma da Previdência é necessária para alcançar o equilíbrio fiscal e, em consequência, o crescimento no País

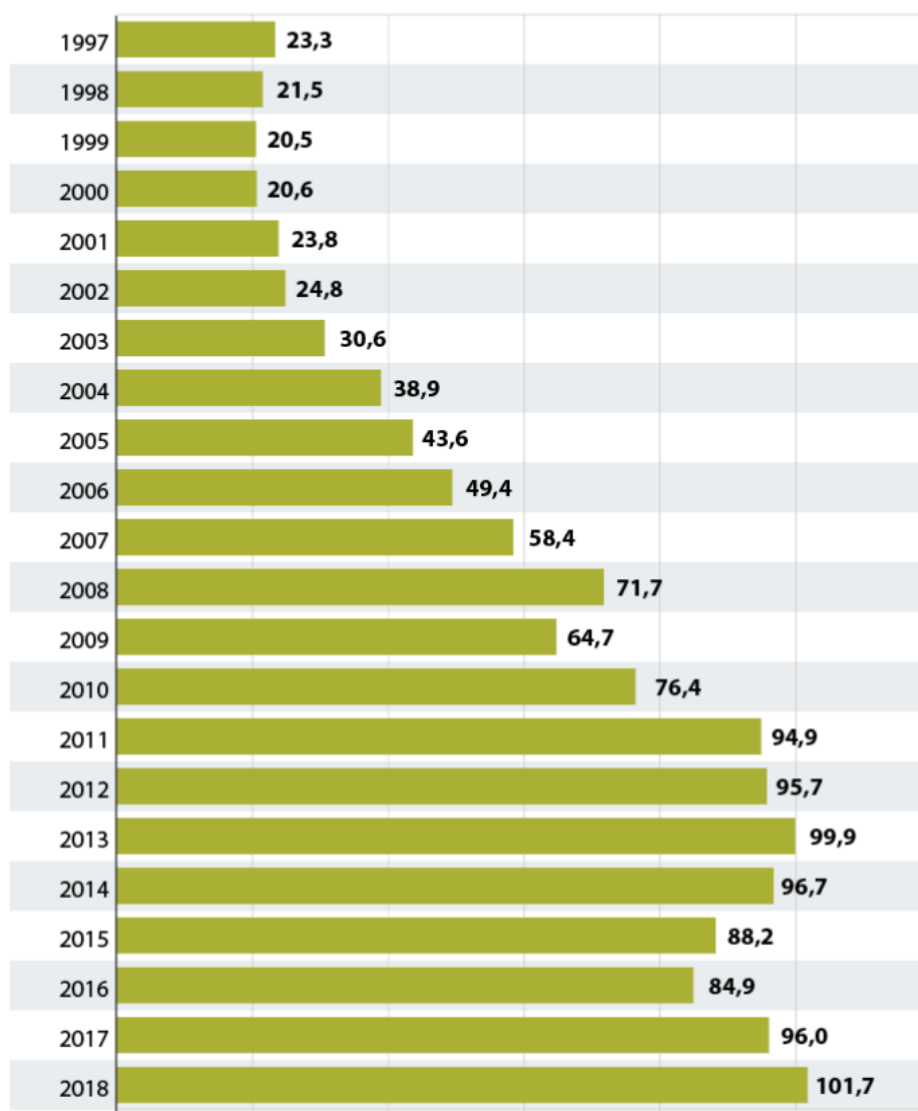
1 Códigos:

● resultados econômicos favoráveis ao país

70:3 p 2, 600 × 969 in Frente da agropecuária quer discutir aposentadoria rural e situação dos exportadores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Conteúdo

AS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO, EM US\$ BILHÕES



Fonte: Ministério da Agricultura

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

71 Frente Parlamentar da Agropecuária quer derrubar vetos à renegociação de dívidas rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

4 Citações:

71:1 p 1 in Frente Parlamentar da Agropecuária quer derrubar vetos à renegociação de dívidas rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

Michel Temer alegou que vários dispositivos do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado não têm previsão orçamentária e prejudicariam a Previdência Social.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

71:2 p 1 in Frente Parlamentar da Agropecuária quer derrubar vetos à renegociação de dívidas rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

"Vão atingir principalmente o setor dos adquirentes – cerealistas, frigoríficos – e o produtor rural no que tange à anistia de multas e também dos encargos daqueles que devem para o Fisco em relação ao Funrural", afirmou

1 Códigos:

- renda pré-tributária

71:3 p 1 in Frente Parlamentar da Agropecuária quer derrubar vetos à renegociação de dívidas rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

“Vamos trabalhar duro dentro do Congresso para derrubar estes vetos, até porque o produtor não pode ser mais prejudicado do que já está, com uma carga enorme sobre os seus ombros. E

1 Códigos:

- expropriação do privado

71:4 p 1 in Frente Parlamentar da Agropecuária quer derrubar vetos à renegociação de dívidas rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

Além disso, ele considerou que os benefícios desrespeitariam os produtores adimplentes. As razões dos vetos falam em "risco moral" e "sacrifício despropositado aos cofres da Previdência"

2 Códigos:

- justiça / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

72 Frente quer aprovar movimentação de recursos de prefeituras por via de cooperativas de crédito - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

1 Citações:

72:1 p 1 in Frente quer aprovar movimentação de recursos de prefeituras por via de cooperativas de crédito - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

O setor também reivindica tratamento diferenciado na reforma tributária, com menos impostos nas operações. “O cooperativado já paga impostos sobre as operações e tributar também as cooperativas consiste em bitributação”, defendeu o presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas

1 Códigos:

- expropriação do privado

73 Governo demonstra confiança, enquanto oposição denuncia desigualdade na Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

1 Citações:

73:1 p 1 in Governo demonstra confiança, enquanto oposição denuncia desigualdade na Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Ele disse que esse recurso poderia ser arrecadado com o aumento de impostos sobre lucros, dividendos e grandes fortunas e com a revisão de incentivos fiscais concedidos. “É possível buscar o financiamento suficiente daqueles que podem pagar, sem atacar os mais pobres”, disse.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos desfavoráveis ao país

74 Governo espera que parlamentares aperfeiçoem reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

1 Citações:

74:1 p 1 in Governo espera que parlamentares aperfeiçoem reforma da Previdência - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Os participantes do seminário cobraram do governo medidas alternativas, como a cobrança de dívidas dos sonegadores, revisão de desonerações fiscais e redução do pagamento dos juros da dívida pública

1 Códigos:

- resultados econômicos desfavoráveis ao país

75 Isenção de ITR para áreas de florestas plantadas é aprovada em comissão - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

3 Citações:

75:1 p 1 in Isenção de ITR para áreas de florestas plantadas é aprovada em comissão - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

a isenção como uma importante ferramenta de estímulo à produção legal e ambientalmente sustentável de madeira. “Ao excluir a área destinada a plantios florestais do conceito de área tributável da propriedade, o projeto estabelece um incentivo à atividade”, argumentou.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

75:2 p 1 in Isenção de ITR para áreas de florestas plantadas é aprovada em comissão - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Segundo ele, no entanto, entre os anos de 2005 e 2015, desmatou-se a corte raso na Amazônia Legal uma área superior a todos os plantios florestais do País.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

75:3 p 1 in Isenção de ITR para áreas de florestas plantadas é aprovada em comissão - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

O texto exclui as áreas de florestas do conceito de área tributável, alterando a legislação que regula o ITR (Lei 9.393/96).

Com a medida, o autor espera incentivar o plantio de florestas.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

76 Medida Provisória autoriza renegociação do Funrural e reduz alíquota de contribuição - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

2 Citações:

76:1 p 2 in Medida Provisória autoriza renegociação do Funrural e reduz alíquota de contribuição - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

O texto da MP 793 determina que a renúncia de receita provocada pela redução da alíquota e pela renegociação será incorporada na proposta orçamentária de 2018, que chega ao Congresso no fim deste mês

1 Códigos:

- justiça

76:2 p 1 in Medida Provisória autoriza renegociação do Funrural e reduz alíquota de contribuição - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a contribuição inconstitucional, decisão que beneficiou uma empresa. Em março passado, em novo julgamento, o STF mudou o entendimento e autorizou a cobrança, decisão que tem repercussão geral.

Entre os dois julgamentos, milhares de produtores rurais ganharam liminares na Justiça contra o tributo, o que gerou um passivo, boa parte depositado em contas judiciais.

1 Códigos:

- justiça

77 Meio Ambiente aprova incentivos a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

6 Citações:

77:1 p 1 in Meio Ambiente aprova incentivos a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

incentivo só ao proprietário rural por reposição florestal ou desassoreamento de cursos de água.

1 Códigos:

- justiça

77:2 p 1 in Meio Ambiente aprova incentivos a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

à remuneração dos proprietários rurais pelos serviços ambientais

2 Códigos:

- justiça / ● renda pré-tributária

77:3 p 1 in Meio Ambiente aprova incentivos a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

“As propostas abordam matéria de vital importância para a população brasileira, que é a conservação, recuperação e proteção de nascentes, córregos, rios e demais recursos hídricos”,

1 Códigos:

- justiça social/minorias

77:4 p 1 in Meio Ambiente aprova incentivos a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

O substitutivo estabelece uma graduação dos incentivos fiscais concedidos ao proprietário que recuperar os cursos de água.

Pequenos produtores rurais e agricultores familiares com até 4 módulos fiscais (área entre 5 e 110 hectares, a depender da região) terão isenção tanto do Imposto de Renda (IR) como do Imposto Territorial Rural (ITR).

Para imóveis rurais de 4 a 15 módulos fiscais, o desconto no Imposto de Renda pode chegar a 50% do total tributável. Já para o produtor rural com área maior que 15 módulos fiscais, a redução do IR é de 30%. O ITR para propriedades rurais acima de 4 módulos fiscais poderá chegar a 50%.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

77:5 p 1 in Meio Ambiente aprova incentivos a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

incentivos fiscais e financeiros a proprietários e possuidores de imóveis rurais, tanto pessoas físicas como jurídicas, que promovam proteção e recuperação de nascentes e demais recursos hídricos em áreas ou bacias hidrográficas prioritárias

1 Códigos:

- justiça social/minorias

77:6 p 1 in Meio Ambiente aprova incentivos a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

estímulo econômico à cobertura florestal

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

78 Meio Ambiente aprova incentivos para recuperação de áreas rurais degradadas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

6 Citações:

78:1 p 1 in Meio Ambiente aprova incentivos para recuperação de áreas rurais degradadas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

“A iniciativa, embora traga custos ao Tesouro na forma de renúncia fiscal, redundará em ganhos ao estimular o manejo adequado do solo e o aumento da produtividade

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

78:2 p 1 in Meio Ambiente aprova incentivos para recuperação de áreas rurais degradadas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

garantias aos proprietários rurais que investirem na recuperação do solo para atividades de pecuária, agricultura e silvicultura.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

78:3 p 1 in Meio Ambiente aprova incentivos para recuperação de áreas rurais degradadas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

A proposição prevê linhas de crédito, isenções tributárias e incentivos financeiros para quem adquirir, recuperar ou dar uso produtivo a áreas degradadas.

2 Códigos:

- justiça / ● resultados econômicos favoráveis ao país

78:4 p 1 in Meio Ambiente aprova incentivos para recuperação de áreas rurais degradadas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

A título de segurança jurídica, o texto determina a impossibilidade de desapropriação dessas propriedades para reforma agrária por prazos de 5 anos, válidos também para a duração dos incentivos: três anos para pecuária, cinco anos para culturas perenes e dez anos para silvicultura.

1 Códigos:

- justiça

78:5 p 1 in Meio Ambiente aprova incentivos para recuperação de áreas rurais degradadas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Tem também potencial para reduzir o desmatamento

1 Códigos:

- justiça social/minorias

78:6 p 1 in Meio Ambiente aprova incentivos para recuperação de áreas rurais degradadas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Ele concordou com o argumento de Irajá Abreu de que a proposta reduzirá a pressão agrícola sobre áreas de mata nativa.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

79 Meio Ambiente aprova normas para uso de biogás - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

1 Citações:

79:1 p 1 in Meio Ambiente aprova normas para uso de biogás - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

as energias geradas com biogás, ou qualquer outra aplicação com seus gases componentes, serão isentas de tributação e não poderão receber qualquer tipo de subsídio sobre os preços das energias

1 Códigos:

- justiça social/minorias

80 Mercado de animais domésticos cobra legislação específica para o setor - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

2 Citações:

80:1 p 1 in Mercado de animais domésticos cobra legislação específica para o setor - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

cadeia produtiva relacionada a animais de estimação, segmento que movimentava mais de 20 bilhões de dólares por ano no Brasil, cobraram a aprovação de um marco regulatório para o setor, que segundo eles está sujeito a incertezas legais.

Segundo os participantes da audiência, o setor não tem direito a incentivos fiscais

1 Códigos:

- renda pré-tributária

80:2 p 2 in Mercado de animais domésticos cobra legislação específica para o setor - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

de Omissão legal de animais domésticos que permita incentivos tributários para o setor. "Os animais de estimação são classificados como hobby, então, produtos como ração, pagam um tributo elevadíssimo, o que impede as pessoas, muitas vezes, de tratar o animal com o alimento adequado", disse.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

81 Ministros defendem liberação de novos agrotóxicos no Brasil - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

1 Citações:

81:1 p 1 in Ministros defendem liberação de novos agrotóxicos no Brasil - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

“Essa gestão não modificou nada na legislação. O rito dos registros continua exatamente o mesmo, mas hoje a Anvisa andou na Anvisa, o que é bom para os consumidores porque a agricultura vem usando produtos com mais baixa toxicidade. E muito mais [seguro] para aqueles que manuseiam esses produtos”, disse a ministra.

Um dos organizadores do debate, o deputado Ivan Valente (PsoL-SP) criticou o atual ritmo de novos registros e de isenções fiscais para agrotóxicos. Segundo Valente, tal fato até fez com que a bancada ruralista deixasse de priorizar a tramitação do projeto de lei (PL 6299/02) dos pesticidas, apelidado de PL do veneno.

3 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

82 Mudanças no Funrural são aprovadas em comissão mista - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

13 Citações:

82:1 p 1 in Mudanças no Funrural são aprovadas em comissão mista - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

que permite o pagamento das dívidas em até 180 parcelas.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

82:2 p 1 in Mudanças no Funrural são aprovadas em comissão mista - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

A previsão é que a renúncia Ôscal do governo chegue a R\$ 5,5 bilhões, somados os próximos três anos. A oposição aÔrma que esse montante pode chegar a R\$ 18 bilhões.

2 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país / ● resultados econômicos favoráveis ao país

82:3 p 2 in Mudanças no Funrural são aprovadas em comissão mista - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

"É importante para a agricultura brasileira.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

82:4 p 2 in Mudanças no Funrural são aprovadas em comissão mista - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Inegrante da bancada da agropecuária, o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), ressaltou que a medida ajuda a destravar. "É importante para a agricultura brasileira. Não há mais como postergar. Nós não podemos colocar os agricultores brasileiros na dívida ativa", defendeu.

1 Códigos:

- justiça

82:5 p 2 in Mudanças no Funrural são aprovadas em comissão mista - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

isenção de Imposto de Renda, da CSLL, de PIS/Pasep e da CoÔns em função das eventuais cessões de prejuízo Ôscal e base de cálculo negativa, e dos valores decorrentes da redução de multas, juros, encargo legal e honorários advocatícios.

1 Códigos:

- justiça

82:6 p 1 in Mudanças no Funrural são aprovadas em comissão mista - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

"Tal omissão é injusta, uma vez que em outros parcelamentos, como o da Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, tal situação está contemplada e os produtores rurais convivem com inúmeros prejuízos em razão de condições climáticas ou concorrenciais",

1 Códigos:

- justiça

82:7 p 1 in Mudanças no Funrural são aprovadas em comissão mista - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

os produtores rurais convivem com inúmeros prejuízos em razão de condições climáticas ou concorrenciais”,

1 Códigos:

- expropriação do privado

82:8 p 1 in Mudanças no Funrural são aprovadas em comissão mista - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

A entrada, ou primeiro pagamento, gerou muita discussão: inicialmente a MP previa entrada de 4% do valor total da dívida com o Funrural; depois a relatora reduziu para 1%, mas, diante de críticas da oposição e na imprensa, prevaleceu o índice de 2,5%.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

82:9 p 1 in Mudanças no Funrural são aprovadas em comissão mista - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

“O valor estabelecido não reÖete a realidade das dívidas da grande maioria dos adquirentes, que merecem as condições de parcelamento referidas”, argumentou a relatora.

2 Códigos:

- justiça / ● renda pré-tributária

82:10 p 1 in Mudanças no Funrural são aprovadas em comissão mista - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

O PRR, que Õcou conhecido como ReÕs Rural, tem o objetivo de facilitar a quitação de dívidas dos produtores rurais com a Previdência.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias

82:11 p 2 in Mudanças no Funrural são aprovadas em comissão mista - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Nós não podemos colocar os agricultores brasileiros na dívida ativa”,

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

82:12 p 2 in Mudanças no Funrural são aprovadas em comissão mista - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

"Só não pagou o Funrural quem teve acesso a escritórios caros de advocacia que orientaram a não pagar. Com essa medida, o governo ajuda a falir a Previdência. O

pequeno pagou em dia e os grandes não pagaram. Lá na frente isso inviabiliza a aposentadoria do agricultor familiar", criticou.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

82:13 p 2 in Mudanças no Funrural são aprovadas em comissão mista - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Bohn Gass considera que a "anistia" aos grandes produtores vai diŔcultar ainda mais a situação da Previdência

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

83 Norma do Confaz que reduziu ICMS de agrotóxicos poderá ser suspensa - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

3 Citações:

83:1 p 1 in Norma do Confaz que reduziu ICMS de agrotóxicos poderá ser suspensa - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

Deputado lembra que as políticas de isenção tributária em agrotóxicos somam quase R\$ 10 bilhões por ano

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

83:2 p 1 in Norma do Confaz que reduziu ICMS de agrotóxicos poderá ser suspensa - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

Para ele, o benefício tributário incentiva o uso indiscriminado de agrotóxicos entre os produtores rurais, prejudicando o meio ambiente e a saúde da população. "O Parlamento brasileiro não pode ser conivente com este ato", aŔrma.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

83:3 p 1 in Norma do Confaz que reduziu ICMS de agrotóxicos poderá ser suspensa - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

apontam que as políticas de isenção tributária em agrotóxicos somam quase R\$ 10 bilhões por ano, valor superior ao orçamento do Ministério do Meio Ambiente em 2020, que é de R\$ 2,7 bilhões

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

84 Nova lei prevê regras para manutenção de empregos durante a pandemia - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

1 Citações:

84:1 p 2 in Nova lei prevê regras para manutenção de empregos durante a pandemia - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

porque foi ampliado por emenda parlamentar o rol de hipóteses de exclusão de incidência tributária originalmente previsto pela MP 936/20, o que viola o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Constituição também veda instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.

1 Códigos:

- justiça

85 Novo relator da reforma tributária defende recriação da CPMF - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

1 Citações:

85:1 p 1 in Novo relator da reforma tributária defende recriação da CPMF - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

desoneração da cesta básica.

Segundo Haully, a ideia é simplificar o sistema, de modo a beneficiar o trabalhador, por meio da desoneração dos bens de consumo de base e da carga tributária das pessoas de baixa renda, e favorecer a competitividade das empresas.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias

86 Parlamentares defendem derrubada de veto a projeto que facilita acesso ao BPC - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

1 Citações:

86:1 p 1 in Parlamentares defendem derrubada de veto a projeto que facilita acesso ao BPC - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

Já o deputado Glauber Braga (Psol-RJ) disse que o governo abre mão de recursos, por exemplo, com a renegociação das dívidas do agronegócio

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

87 PMDB defende 20 ministérios, diesel barato e veto a aumento do Fundo Partidário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2015

2 Citações:

87:1 p 1 in PMDB defende 20 ministérios, diesel barato e veto a aumento do Fundo Partidário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2015

“É uma pauta dos caminhoneiros que nós apoiamos para dar competitividade e produtividade ao nosso País. Se houver outra proposta, não nos importa, o que importa é a solução do problema”, afirmou o deputado.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

87:2 p 1 in PMDB defende 20 ministérios, diesel barato e veto a aumento do Fundo Partidário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2015

Picciani disse que o PMDB concorda com a necessidade de fazer ajuste fiscal, mas que esse ajuste não pode sacrificar os setores produtivos, como a indústria e o agronegócio. Por isso, o partido defende a desoneração de PIS e COFINS ou outra medida que diminua o custo do óleo diesel.

1 Códigos:

- expropriação do privado

88 Presidente da Anfip rejeita argumento do governo de que há déficit fiscal na Seguridade - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

1 Citações:

88:1 p 1 in Presidente da Anfip rejeita argumento do governo de que há déficit fiscal na Seguridade - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Romero afirmou que a Previdência precisa de ajustes, mas não no rumo apontado pelo governo. Ele citou entre os problemas a Previdência do setor rural, que gera déficit anual de R\$ 100 bilhões.

Ele defendeu ainda a cobrança mais eficiente das dívidas previdenciárias, a melhoria da fiscalização e a revisão das desonerações e renúncias das contribuições à Previdência, como a isenção das empresas agroexportadoras. “Nós temos que chamar o agroexportador para contribuir mais”, disse Romero.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos desfavoráveis ao país

89 Projeto beneficia empresas que tenham dívidas com a Receita Federal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

2 Citações:

89:1 p 1 in Projeto beneficia empresas que tenham dívidas com a Receita Federal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

O texto aprovado também especifica como será feito o recolhimento da contribuição de 0,2% da receita bruta para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

1 Códigos:

- justiça social/minorias

89:2 p 1 in Projeto beneficia empresas que tenham dívidas com a Receita Federal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Entretanto, o texto aprovado permite ao produtor rural e à empresa optante do Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) continuar no programa se deixar de pagar prestações em razão de quebra de safra provocada por condições climáticas que tenham motivado declaração de situação de emergência ou de estado de calamidade pública reconhecidos pelo Executivo federal.

1 Códigos:

- justiça

90 Projeto concede benefícios tributários para produção de orgânicos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

1 Citações:

90:1 p 1 in Projeto concede benefícios tributários para produção de orgânicos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

A isenção do ITR será calculada com base na área utilizada para agricultura orgânica.

1 Códigos:

- justiça

91 Projeto concede isenção de Pis_Pasep e Cofins para ração bovina - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

1 Citações:

91:1 p 1 in Projeto concede isenção de Pis_Pasep e Cofins para ração bovina - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

“O Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações), em estudo com a consultoria MB Agro, constatou que a desoneração para as rações bovinas poderia aliviar o custo na produção de carne bovina e do leite”, sustenta.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

92 Projeto cria incentivos para recuperação de áreas rurais degradadas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

5 Citações:

92:1 p 1 in Projeto cria incentivos para recuperação de áreas rurais degradadas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

A recuperação de áreas degradadas, acrescentou Abreu, aumentará o potencial de produção agropecuária brasileira, criando um mercado economicamente atrativo e capaz de levar ao desenvolvimento de novas tecnologias de produção intensiva.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

92:2 p 1 in Projeto cria incentivos para recuperação de áreas rurais degradadas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

que estabelece garantias aos proprietários rurais que investirem na recuperação do solo para atividades de pecuária, agricultura e silvicultura.

2 Códigos:

- justiça / ● resultados econômicos favoráveis ao país

92:3 p 1 in Projeto cria incentivos para recuperação de áreas rurais degradadas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

A proposição prevê linhas de crédito, isenções tributárias e incentivos financeiros para quem adquirir, recuperar ou der uso produtivo a áreas degradadas

1 Códigos:

- justiça social/minorias

92:4 p 1 in Projeto cria incentivos para recuperação de áreas rurais degradadas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

A título de segurança jurídica, o texto determina a impossibilidade de desapropriação dessas propriedades para reforma agrária por prazos definidos, válidos também para a duração dos incentivos: três anos para pecuária, cinco anos para culturas perenes e dez anos para silvicultura

1 Códigos:

- justiça

92:5 p 1 in Projeto cria incentivos para recuperação de áreas rurais degradadas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

o projeto reduzirá a pressão agrícola sobre áreas de mata nativa.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

93 Projeto cria programa para preservação dos rios maranhenses - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

5 Citações:

93:1 p 1 in Projeto cria programa para preservação dos rios maranhenses - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

a ação dos agricultores familiares deve se basear na preservação e na recuperação de matas ciliares, nascentes, cursos de água, florestas e de áreas de refúgio para a fauna local.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

93:2 p 1 in Projeto cria programa para preservação dos rios maranhenses - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

que concede incentivos tributários a agricultores familiares que contribuam para a reposição Öorestal de áreas degradadas e para o desassoreamento de rios.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

93:3 p 1 in Projeto cria programa para preservação dos rios maranhenses - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

A posse do certiÖcado confere ao agricultor familiar o direito de não pagar ITR sobre uma área equivalente a quatro vezes o total de Öoresta recuperada ou desassoreada. O agricultor poderá também deduzir do Imposto de Renda o total de gastos realizados nos processos multiplicado pela alÍquota do imposto, até o limite de 10% do total do tributo devido.

Os recursos para custear as isenÖões, segundo o texto, viriam do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

1 Códigos:

- justiça

93:4 p 1 in Projeto cria programa para preservação dos rios maranhenses - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

objetivo é criar condiÖões favoráveis para que a reposiÖão Öorestal se realize no maior número possível de rios. “A falta de consciência ambiental compromete não apenas a vida marinha e a vegetação, mas a saúde e qualidade de vida do próprio homem”, disse.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

93:5 p 1 in Projeto cria programa para preservação dos rios maranhenses - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Os beneÖciados pelo programa poderão ter dedução no Imposto de Renda e isenÖão de parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

1 Códigos:

- justiça

94 Projeto cria zona de processamento de exportação em Pelotas (RS) - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

1 Citações:

94:1 p 1 in Projeto cria zona de processamento de exportação em Pelotas (RS) - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Ele acrescenta que a região de Pelotas tem “pujante” atividade agroindustrial. “Na indústria, os serviços avançados de montagem de estruturas, transporte e logística têm uma condição competitiva especial”, afirma. “A diversidade da matriz econômica também se dá pela presença da indústria têxtil, metal mecânica e curtimento de couro e de pele, dentre outras”, complementa

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

95 Projeto define critérios de política permanente para ovinocaprinocultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

6 Citações:

95:1 p 1 in Projeto define critérios de política permanente para ovinocaprinocultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

O PL 6899 determina ainda a inclusão da carne, do leite e do queijo oriundos da ovinocaprinocultura no cardápio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que financia a merenda escolar nas escolas públicas.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

95:2 p 1 in Projeto define critérios de política permanente para ovinocaprinocultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Caiado explica que os produtores são em sua maioria de pequeno porte, situados no Sul e Nordeste do País.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

95:3 p 1 in Projeto define critérios de política permanente para ovinocaprinocultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Caberá a eles treinar, por estímulo do poder público, os produtores e atualizar os conhecimentos da área.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

95:4 p 1 in Projeto define critérios de política permanente para ovinocaprinocultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Pelo menos 30% dos recursos repassados pelo governo para o Pnae terão que ser usados para comprar produtos da agricultura familiar, incluindo ovinocaprinocultores.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

95:5 p 1 in Projeto define critérios de política permanente para ovinocaprinocultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

O projeto prevê ainda benefícios Ôscais para produtores e exportadores, como a suspensão do pagamento da contribuição para o PIS/Pasep e da CoÔns.

1 Códigos:

- justiça

95:6 p 1 in Projeto define critérios de política permanente para ovinocaprinocultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Ôxados nos mesmos moldes dos demais produtos agropecuários.

1 Códigos:

- justiça

96 Projeto desonera compra de celulares e computadores por professores e alunos da rede pública - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

2 Citações:

96:1 p 1 in Projeto desonera compra de celulares e computadores por professores e alunos da rede pública - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

E, no caso dos extensionistas rurais, dar condições para que continuem prestando assistência aos produtores rurais pela via remota

1 Códigos:

- justiça social/minorias

96:2 p 1 in Projeto desonera compra de celulares e computadores por professores e alunos da rede pública - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

O projeto prevê que os estabelecimentos industriais ou atacadistas e varejistas responderão solidariamente pelos tributos não pagos no caso de a venda a varejo ser realizada a pessoa que não faça jus ao benefício

1 Códigos:

- justiça

97 Projeto institui política de incentivo à apicultura e à meliponicultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

3 Citações:

97:1 p 1 in Projeto institui política de incentivo à apicultura e à meliponicultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Apicultura e meliponicultura são, também, importantes segmentos do agronegócio nacional praticados em maior ou menor grau em todo o País”, explica a parlamentar

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

97:2 p 1 in Projeto institui política de incentivo à apicultura e à meliponicultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

“Diante de cenários de alterações climáticas severas (secas, calor, incêndios e tempestades) e mortalidade de árvores, principais fontes de alimento para esses animais, maiores atenções devem ser voltadas para a atividade apícola e melípona, devido sua alta importância ecológica, econômica e social.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

97:3 p 1 in Projeto institui política de incentivo à apicultura e à meliponicultura - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

A autora do projeto, deputada Mara Rocha (PSDB-AC), afirma que as abelhas são importantes prestadoras de serviços ambientais e responsáveis pela maior parte da polinização realizada em ambientes naturais e agrícolas.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

98 Projeto isenta de IPI maquinário agrícola para pequenos produtores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

4 Citações:

98:1 p 1 in Projeto isenta de IPI maquinário agrícola para pequenos produtores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Pelo texto, incidirá imposto sobre a revenda de equipamentos agrícolas adquiridos com isenção fiscal e com menos de dois anos de uso, se o comprador não se enquadrar entre os beneficiários da isenção.

1 Códigos:

- justiça

98:2 p 1 in Projeto isenta de IPI maquinário agrícola para pequenos produtores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Segundo o deputado, as máquinas agrícolas e veículos utilitários têm preços elevados no Brasil, em virtude da alta carga de impostos. O autor cita levantamento da Federação da Indústria do Estado do Paraná, segundo o qual o imposto representa 32% do preço do trator e 36% do preço do pneu.

1 Códigos:

- expropriação do privado

98:3 p 1 in Projeto isenta de IPI maquinário agrícola para pequenos produtores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

“A medida promove a ampliação da mecanização nas pequenas propriedades e dos agricultores em geral, assim como para os meios de transporte da produção agropecuária até as cidades”, justifica o autor.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias

98:4 p 1 in Projeto isenta de IPI maquinário agrícola para pequenos produtores - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

O texto observa que caberá ao Executivo analisar o montante da renúncia gerada pelo medida, bem como incluí-la no Orçamento federal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00).

1 Códigos:

- justiça

99 Projeto isenta de ITR a geração de energia por biomassa no meio rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

5 Citações:

99:1 p 1 in Projeto isenta de ITR a geração de energia por biomassa no meio rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

Schiavinato avalia, no entanto, que o alto custo de implantação ainda é o principal limitador para a disseminação desse modelo de geração. “Necessitamos estabelecer incentivos aos produtores, como forma de compensação desses investimentos”, analisa.

1 Códigos:

- justiça

99:2 p 1 in Projeto isenta de ITR a geração de energia por biomassa no meio rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

favorece o reaproveitamento de recursos, é fácil de transportar e possui baixo custo de operação.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

99:3 p 1 in Projeto isenta de ITR a geração de energia por biomassa no meio rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

O Projeto de Lei 6146/19 concede isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) a produtores rurais que utilizem biomassa para produzir energia elétrica na propriedade.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

99:4 p 1 in Projeto isenta de ITR a geração de energia por biomassa no meio rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

alto custo é o principal limitador do uso da biomassa

1 Códigos:

- expropriação do privado

99:5 p 1 in Projeto isenta de ITR a geração de energia por biomassa no meio rural - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2020

“Esses resíduos podem ser utilizados pelo produtor rural ou pela agroindústria para, na queima direta, produzir calor ou biogás em biodigestores”, sugere o deputado.

“Além de ser renovável, a biomassa gera baixas quantidades de poluentes, favorece o reaproveitamento de recursos, é fácil de transportar e possui baixo custo de operação.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

100 Projeto isenta de ITR áreas plantadas com florestas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

3 Citações:

100:1 p 1 in Projeto isenta de ITR áreas plantadas com florestas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

“Entendemos que as medidas de controle sobre a ocupação da Amazônia devem ser acompanhadas de políticas públicas para suprir a demanda madeireira e de carvão vegetal”, disse o deputado.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● resultados econômicos favoráveis ao país

100:2 p 1 in Projeto isenta de ITR áreas plantadas com florestas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

desmatou-se a corte raso uma área superior a todos os plantios florestais do Brasil

1 Códigos:

- justiça social/minorias

100:3 p 1 in Projeto isenta de ITR áreas plantadas com florestas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Segundo o autor, a medida deverá funcionar como um incentivo para o plantio de florestas

1 Códigos:

- justiça social/minorias

101 Projeto isenta empresas na venda de animais vivos para produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

4 Citações:

101:1 p 1 in Projeto isenta empresas na venda de animais vivos para produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

principalmente para produtores pessoa física,

1 Códigos:

- justiça social/minorias

101:2 p 1 in Projeto isenta empresas na venda de animais vivos para produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

estimulando a eficiência do setor e contribuindo para o crescimento da atividade econômica nacional”.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● resultados econômicos favoráveis ao país

101:3 p 1 in Projeto isenta empresas na venda de animais vivos para produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

objetivo do projeto é estender o incentivo fiscal para toda a cadeia produtiva de aves e suínos,

1 Códigos:

- justiça

101:4 p 1 in Projeto isenta empresas na venda de animais vivos para produtores rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

isenção dos dois tributos nas vendas de animais vivos feitas por cooperativas e empresas agropecuárias para empresas que processam carne animal.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

102 Projeto isenta imóveis rurais de imposto - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

2 Citações:

102:1 p 1 in Projeto isenta imóveis rurais de imposto - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

considera a importância estratégica do Rio São Francisco para o Brasil e, em especial, para o desenvolvimento socioeconômico das regiões por ele banhadas, que englobam municípios de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

102:2 p 1 in Projeto isenta imóveis rurais de imposto - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

"Acreditamos que a concessão de incentivo fiscal seja mais eficaz para alcançar os resultados pretendidos, pois tem potencial de estimular a observância das regras ambientais", afirmou o senador.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

103 Projeto isenta venda de óleo diesel de PIS_Pasep, Cofins e Cide - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

1 Citações:

103:1 p 1 in Projeto isenta venda de óleo diesel de PIS_Pasep, Cofins e Cide - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

O objetivo do parlamentar é criar um mecanismo legal que incentive a diminuição do preço do óleo diesel. "Como a utilização de motores movidos a diesel é grande no Brasil, a redução da tributação sobre o combustível pode resultar em queda expressiva nos custos de produção agropecuária, no preço do frete dos alimentos e nas tarifas do transporte coletivo, o que beneficiará diretamente milhares de cidadãos brasileiros", disse.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

104 Projeto prevê incentivos fiscais para proteção de recursos hídricos em propriedades rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

5 Citações:

104:1 p 1 in Projeto prevê incentivos fiscais para proteção de recursos hídricos em propriedades rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

As ações que darão direito aos incentivos são a recomposição de matas ciliares e florestas úteis para recarga de aquíferos, e a execução de obras rurais ou adoção de tecnologias para controle da erosão e do assoreamento de rios, córregos e reservatórios.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

104:2 p 1 in Projeto prevê incentivos fiscais para proteção de recursos hídricos em propriedades rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

concede incentivos fiscais e creditícios para proprietários rurais, pessoas físicas e jurídicas, que adotarem ações para a proteção e recuperação de recursos hídricos,

como rios e nascentes, em áreas ou bacias hidrográficas consideradas prioritárias pelo governo federal

1 Códigos:

- justiça social/minorias

104:3 p 1 in Projeto prevê incentivos fiscais para proteção de recursos hídricos em propriedades rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Entre os incentivos fiscais estão isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) para pequenos proprietários ou possuidores de imóveis até quatro módulos fiscais (cuja área, em hectares, varia por município), e desconto de 50% do ITR para os demais produtores

1 Códigos:

- justiça social/minorias

104:4 p 1 in Projeto prevê incentivos fiscais para proteção de recursos hídricos em propriedades rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Prevê ainda desconto na base de cálculo do Imposto de Renda (IR) dos gastos com proteção dos recursos hídricos, segundo limites descritos no projeto.

1 Códigos:

- justiça

104:5 p 1 in Projeto prevê incentivos fiscais para proteção de recursos hídricos em propriedades rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

O governo definirá os critérios para habilitação dos proprietários aos incentivos fiscais e creditícios. O texto prevê a desabilitação, com devolução dos valores recebidos, para os proprietários que deixarem de cumprir os requisitos exigidos.

1 Códigos:

- justiça

105 Projeto prevê isenção de tributos em ração de bovinos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

3 Citações:

105:1 p 1 in Projeto prevê isenção de tributos em ração de bovinos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

a incidência desses tributos nas rações utilizadas na alimentação de bois e vacas pode elevar o preço do leite e da carne em mais de 9%.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

105:2 p 1 in Projeto prevê isenção de tributos em ração de bovinos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

“Essa contradição se torna ainda mais evidente se observarmos que a legislação em vigor já isenta as rações destinadas à alimentação de porcos e aves”,

1 Códigos:

- justiça

105:3 p 1 in Projeto prevê isenção de tributos em ração de bovinos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Se aprovado, o projeto vai implicar renúncia Õscal, estimada pela Secretaria da Receita Federal, de R\$ 1.018 milhão e R\$ 1.034 milhão para os anos de 2017 e 2018, respectivamente.

A Õm de compensar esses valores, o autor sugere a uniÕcação das alíquotas da contribuição sobre a receita bruta das empresas de ração destinada à Seguridade Social (4,5% e 2,5%), em substituição à contribuição previdenciária patronal.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

106 Proposta concede incentivo a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

4 Citações:

106:1 p 1 in Proposta concede incentivo a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Como benefício Õscal, o projeto isenta do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) uma área quatro vezes maior que a recuperada. Além disso, o proprietário rural poderá deduzir do Imposto de Renda (IR) os gastos com reÕorestamento e desassoreamento, até o limite de 40% do total do imposto

1 Códigos:

- justiça

106:2 p 1 in Proposta concede incentivo a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Carvalho aÕrmou que os incentivos são uma necessidade para que os produtores se motivem e se viabilizem Õnanceiramente para arcar com os custos das ações.

1 Códigos:

- expropriação do privado

106:3 p 1 in Proposta concede incentivo a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

Segundo Carvalho, os incentivos buscam diminuir ou mesmo reverter o cenário “alarmante” da escassez dos recursos naturais no mundo, que tem afetado a vida dos brasileiros. “O objetivo maior não é promover sanções mas, criar condições

favoráveis para a reposição Öorestal no maior número de imóveis rurais do Brasil.”
C

1 Códigos:

- justiça social/minorias

106:4 p 1 in Proposta concede incentivo a proprietário rural por reposição florestal - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2016

concede incentivos Öscais e Önanceiros para proprietários rurais, tanto pessoas físicas como jurídicas, que promovam reposição Öorestal ou desassoreamento de rios, córregos, cursos de água ou nascentes em seu imóvel

1 Códigos:

- justiça social/minorias

107 Proposta exige compensação social da União em caso de benefício fiscal concedido a empresas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

2 Citações:

107:1 p 1 in Proposta exige compensação social da União em caso de benefício fiscal concedido a empresas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

O autor do projeto, deputado João Daniel (PT-SE), argumenta que tem sido frequente a oferta de benefícios Öscais pelo governo a grandes grupos empresariais, como grandes produtores rurais ou multinacionais do petróleo, ainda que com o pretexto de aquecer a atividade econômica. “Coloca-se em risco a prestação de serviços públicos assegurados na Constituição e que têm como maiores destinatários os segmentos mais pobres e sofridos da população”, observa.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

107:2 p 1 in Proposta exige compensação social da União em caso de benefício fiscal concedido a empresas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

Segundo o texto (PL 9371/17), sempre que houver impactos expressivos para a educação, a saúde, a Previdência e a assistência social, haverá compensação no mesmo valor da estimativa de renúncia de cada imposto ou contribuição.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

108 Proposta institui política de incentivo a microdestilaria e cooperativa de produtores de etanol - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

4 Citações:

108:1 p 1 in Proposta institui política de incentivo a microdestilaria e cooperativa de produtores de etanol - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

A proposta também zera as alíquotas de PIS/CoFins incidente sobre a comercialização de etanol produzido pelas microdestilarias ou cooperativas de pequenos produtores rurais.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

108:2 p 1 in Proposta institui política de incentivo a microdestilaria e cooperativa de produtores de etanol - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

Segundo Padre João, para se estimular a instalação de microdestilarias e cooperativas é fundamental haver incentivos fiscais e flexibilização da estrutura de comercialização do etanol.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

108:3 p 1 in Proposta institui política de incentivo a microdestilaria e cooperativa de produtores de etanol - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

O texto retira a incidência ou zera tributos de etanol produzido por essas entidades para tornar o preço do combustível mais competitivo.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

108:4 p 1 in Proposta institui política de incentivo a microdestilaria e cooperativa de produtores de etanol - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

A diminuição será diferenciada em razão da matéria-prima utilizada na produção; das características do produtor-vendedor; da região de produção da matéria-prima; ou da combinação desses fatores.

1 Códigos:

- justiça

109 Proposta que altera a Lei Kandir está pronta para votação no Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

5 Citações:

109:1 p 1 in Proposta que altera a Lei Kandir está pronta para votação no Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Vários deputados reconhecem o papel danoso da Lei Kandir na economia dos estados. Porém, em vez de revogação, muitos recomendam ajustes na legislação

1 Códigos:

- resultados econômicos desfavoráveis ao país

109:2 p 1 in Proposta que altera a Lei Kandir está pronta para votação no Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

"O IBGE acabou de publicar a participação da indústria no PIB: 11,2%. Voltamos à década de 40 do século 20. E a Lei Kandir tem culpa", diz Lopes. O segundo aspecto negativo da Lei, segundo o deputado, é quebrar o pacto federativo.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

109:3 p 1 in Proposta que altera a Lei Kandir está pronta para votação no Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Em vigor há mais de duas décadas, a Lei Kandir regulamenta o ICMS, principal fonte de arrecadação dos estados. Dentre outros pontos, ela prevê a isenção do tributo sobre as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços, o que gerou prejuízos para os estados exportadores.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

109:4 p 1 in Proposta que altera a Lei Kandir está pronta para votação no Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

O deputado Sérgio Souza (MDB-PR), ligado ao agronegócio, cita algumas das possibilidades estudadas.

"Podemos fazer um texto que convirja no sentido de manter a Lei Kandir para o setor produtivo agro e extingui-la para o setor dos recursos minerais. Como também podemos, na reforma tributária, acharmos uma outra solução: não se cobraria do setor agro impostos na exportação, e o governo, no pacto federativo, alocaria outra forma de compensação direta - seria, inclusive, transferência constitucional - aos entes federados com direito aos recursos por conta da exportação".

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● resultados econômicos favoráveis ao país

109:5 p 1 in Proposta que altera a Lei Kandir está pronta para votação no Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Segundo Lopes, a Lei Kandir é responsável pela desindustrialização da economia brasileira e pelo quadro atual de endividamento e dificuldades fiscais de vários estados.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

110 Propostas aprovadas pela Câmara na área econômica permitem parcelamento de dívidas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

2 Citações:

110:1 p 2 in Propostas aprovadas pela Câmara na área econômica permitem parcelamento de dívidas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

O projeto, de autoria do deputado Zé Silva (SD-MG), incorpora texto da Medida Provisória 793/17, cuja vigência foi encerrada sem votação. A contribuição do produtor rural pessoa física passa de 2% para 1,2% da receita bruta. No caso das empresas rurais, a nova alíquota será de 1,7% no lugar dos 2,5% devidos atualmente.

1 Códigos:

- justiça

110:2 p 2 in Propostas aprovadas pela Câmara na área econômica permitem parcelamento de dívidas - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Por meio do Projeto de Lei 9206/17 a Câmara aprovou o parcelamento de dívidas de produtores rurais (pessoas físicas, cooperativas e intermediários) com descontos e diminuiu a contribuição social sobre a receita bruta devida pelo setor a título de contribuição previdenciária dos trabalhadores rurais. A matéria foi enviada ao Senado.

1 Códigos:

- justiça

111 Prorrogação de incentivos ao Centro-Oeste gera polêmica em Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

5 Citações:

111:1 p 1 in Prorrogação de incentivos ao Centro-Oeste gera polêmica em Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

A proposta também foi criticada pelo líder do PSL, deputado Delegado Waldir (GO), que tentou retirar a matéria de pauta. “Vão entregar ao próximo governo um país arrebitado, sem condições de se administrar”, disse.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

111:2 p 1 in Prorrogação de incentivos ao Centro-Oeste gera polêmica em Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

O líder do governo, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), também defendeu a medida. “Ao corrigir desigualdades regionais, estamos tomando conta do País todo. Não se trata de uma pauta bombástica. O que nós estamos tratando é de uma política industrial, uma política de desenvolvimento, de geração de empregos e riqueza”, disse

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

111:3 p 1 in Prorrogação de incentivos ao Centro-Oeste gera polêmica em Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

Ele [Guardia] disse que, por questão pessoal, é contra incentivo, mas que a renovação prevista não vai criar novo impacto”, a Õrmou Maia.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

111:4 p 1 in Prorrogação de incentivos ao Centro-Oeste gera polêmica em Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

Vice-líder do governo, o deputado Darcísio Perondi (MDB-RS) disse que a prorrogação dos incentivos para estados do Centro- Oeste não está prevista nas leis orçamentárias e vai gerar custos para os cofres do governo. “O Senado ampliou os incentivos para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Mas não dá para comparar o poderio de Mato Grosso, no agronegócio, com Alagoas, com o Maranhão. Desse jeito, a gente não vai ter recurso para enfrentar um grave desequilíbrio Õscal”, a Õrmou.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

111:5 p 1 in Prorrogação de incentivos ao Centro-Oeste gera polêmica em Plenário - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

O deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA) disse que os incentivos ao Centro-Oeste poderão ser vetados. “O que não podemos é votar uma emenda que faça o texto voltar para o Senado e punir a região Norte e Nordeste”, a Õrmou.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

112 Receita_ desonerações da folha salarial afetaram arrecadação previdenciária - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

2 Citações:

112:1 p 1 in Receita_ desonerações da folha salarial afetaram arrecadação previdenciária - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

as desonerações da contribuição patronal das folhas de salários de alguns setores empresariais, iniciada em 2012, afetou a arrecadação previdenciária. Segundo ele, o total da renúncia Õscal sobre a arrecadação total passou de 0,88% em 2012 para 6,25% em 2015. “Com a volta da contribuição para alguns setores em 2016, o percentual caiu para 3,73%”, informou.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

112:2 p 1 in Receita_ desonerações da folha salarial afetaram arrecadação previdenciária - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Outros setores que são favorecidos com renúncias fiscais são as donas de casa – que contribuem voluntariamente – e os exportadores da área rural.

0 Códigos

113 Relator da reforma da Previdência defende revisão de renúncias fiscais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

1 Citações:

113:1 p 1 in Relator da reforma da Previdência defende revisão de renúncias fiscais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2017

Ele também afirmou que a legislação infraconstitucional deve ser estudada para verificar, por exemplo, se a contribuição de setores como o agronegócio deve ou não ser majorada.

Maia defendeu o fim gradual das renúncias fiscais feitas em cima das contribuições previdenciárias, substituindo por redução de outros tributos.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

114 Rodrigo Maia defende diálogo para a votação de novo licenciamento ambiental - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

2 Citações:

114:1 p 1 in Rodrigo Maia defende diálogo para a votação de novo licenciamento ambiental - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

“O texto está diferente daquele que chegou do Executivo e caminhamos para um acordo, o fim de atender não apenas o emprego, mas também o governo, que projetou recursos para recompor parte do Orçamento, já que no Brasil as despesas não param de crescer”, disse Maia.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

114:2 p 1 in Rodrigo Maia defende diálogo para a votação de novo licenciamento ambiental - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

o requerimento de urgência para o projeto que altera o sistema de desoneração da folha de pagamentos para a maioria dos setores atualmente beneficiados (PL 8456/17, do Executivo).

A proposta é um dos itens da pauta econômica prioritária para o governo. O objetivo é aumentar a arrecadação.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

115 Saiba como ficam os fundos de previdência complementar - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

1 Citações:

115:1 p 2 in Saiba como ficam os fundos de previdência complementar - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2019

Por meio de destaque aprovado na comissão especial, manteve-se na Constituição a imunidade para as receitas de exportação, quanto à incidência da contribuição social sobre a receita bruta. Essa contribuição sobre a receita bruta substitui, para alguns ramos da economia, a contribuição sobre a folha de pagamentos.

Com a imunidade, setores exportadores, como o agronegócio, continuam sem recolher ao INSS qualquer valor a título de contribuição patronal sobre suas receitas de exportação.

1 Códigos:

- justiça

116 Temer sanciona com vetos programa de renegociação de dívidas rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

2 Citações:

116:1 p 1 in Temer sanciona com vetos programa de renegociação de dívidas rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

O presidente argumentou que este e outros vetos se deram porque trechos do projeto estavam em desacordo com o ajuste Ôscal proposto pelo governo. “Os dispositivos representam sobrelevação de custo Ôscal imputado ao Tesouro Nacional, sem previsão na Lei Orçamentária para recepção do impacto, e indo de encontro ao esforço Ôscal empreendido no País”, justificou Temer.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

116:2 p 1 in Temer sanciona com vetos programa de renegociação de dívidas rurais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados 2018

Segundo o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o governo trabalhou contra a proposta de equilíbrio Ôscal. Já a senadora Simone Tebet (PMDB-MS) defendeu o projeto e negou que se estivesse fazendo uma renúncia Ôscal.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

117 Comissão especial pretende reduzir isenção fiscal a agrotóxicos... - Notícias - Câmara dos Deputados 2018

10 Citações:

117:1 p 1 in Comissão especial pretende reduzir isenção fiscal a agrotóxicos... - Notícias - Câmara dos Deputados 2018

Durante a audiência, Marcelo Novaes também apresentou estudo feito em São Paulo que analisou a ocorrência de casos de câncer e de má-formação fetal. Conforme o levantamento, em cidades de regiões com vocação agrícola – onde ocorre, por exemplo, a pulverização de agrotóxicos por meio da aviação –, a incidência de casos identificada é maior do que na média geral do estado

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

117:2 p 1 in Comissão especial pretende reduzir isenção fiscal a agrotóxicos... - Notícias - Câmara dos Deputados 2018

Uma mesma empresa obtém isenções para vender agrotóxico, mas não para vender o remédio que cura a doença causada por esse pesticida”, constatou.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

117:3 p 1 in Comissão especial pretende reduzir isenção fiscal a agrotóxicos... - Notícias - Câmara dos Deputados 2018

Ainda segundo o defensor público, acórdão recente do Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que a União deixa de arrecadar R\$ 1 bilhão por ano com a desoneração de PIS/CoÔns, de IPI e Imposto de Importação sobre os agrotóxicos.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

117:4 p 2 in Comissão especial pretende reduzir isenção fiscal a agrotóxicos... - Notícias - Câmara dos Deputados 2018

Leonardo Melgarejo, representante da Via Campesina e da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos, apresentou o resultado de estudos sobre o potencial nocivo dos agrotóxicos e ressaltou que a agroecologia pode mudar as condições de vida no Brasil, com um salto de qualidade. Análises feitas no exterior demonstram, de acordo com ele, que a produção de orgânicos é capaz de suprir as necessidades alimentares em todo o mundo.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

117:5 p 1 in Comissão especial pretende reduzir isenção fiscal a agrotóxicos... - Notícias - Câmara dos Deputados 2018

Francisco Dal Chiavon, um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), comentou que a opção pela agroecologia é uma decisão política, que exige a mudança do sistema de produção. Segundo ele, a prática é estimulada nos acampamentos da reforma agrária.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

117:6 p 1 in Comissão especial pretende reduzir isenção fiscal a agrotóxicos... - Notícias - Câmara dos Deputados 2018

Depois de apurar o montante total dessas isenções sobre os agrotóxicos, um dos objetivos da comissão é destinar parte da renúncia fiscal para o incentivo à agroecologia, explicou Alessandro Molon. “Sabemos onde buscar recursos para financiar as pesquisas e o fortalecimento das alternativas agroecológicas”, disse.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

117:7 p 1 in Comissão especial pretende reduzir isenção fiscal a agrotóxicos... - Notícias - Câmara dos Deputados 2018

Lucas Prates, representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), afirmou em sua apresentação que a proposta está em linha com as diretrizes defendidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), com base no direito humano à alimentação adequada.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

117:8 p 1 in Comissão especial pretende reduzir isenção fiscal a agrotóxicos... - Notícias - Câmara dos Deputados 2018

Em 2015, somente o estado de São Paulo deixou de arrecadar R\$ 1,2 bilhão em ICMS – na estimativa de Novaes, o montante seria de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões em todo o País no mesmo período.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

117:9 p 2 in Comissão especial pretende reduzir isenção fiscal a agrotóxicos... - Notícias - Câmara dos Deputados 2018

Na opinião de Dias, produtores utilizam agrotóxicos porque não há incentivo nem assistência técnica que favoreçam outras práticas. Ele lembrou que em 2010, apenas 1,5% do total de defensivos registrados no Brasil era orgânico, porém em 2016 o percentual subiu para 34%. “Se estiverem disponíveis, os produtores vão preferir os orgânicos, que são mais eficientes e mais baratos”, apontou.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

117:10 p 2 in Comissão especial pretende reduzir isenção fiscal a agrotóxicos... - Notícias - Câmara dos Deputados 2018

“Não é possível entender a insistência em usar produtos que a sociedade não quer mais”, afirmou Valle, criticando mudanças legislativas que favorecem os

agrotóxicos. “Os orgânicos são a tendência mundial, ninguém deveria brigar contra”, declarou. “No Distrito Federal, os consumidores pedem, os supermercados estimulam, e os agricultores querem produzir.”

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

118 Mão de obra deficiente e falta de internet dificultam... - Notícias - Câmara dos Deputados 2017

6 Citações:

118:1 p 1 in Mão de obra deficiente e falta de internet dificultam... - Notícias - Câmara dos Deputados 2017

Este modo de produção usa tecnologias como GPS, sensoriamento remoto e análise de imagens obtidas por satélite no campo para aumentar a produtividade e o lucro por meio da detecção de áreas mais ou menos produtivas dentro da mesma plantação.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

118:2 p 2 in Mão de obra deficiente e falta de internet dificultam... - Notícias - Câmara dos Deputados 2017

“O operador de trator de 15 anos atrás não tem mais espaço. Precisa saber operar o computador. E como fazer isso sem conectividade no campo? Precisamos oferecer à comunidade soluções aceitáveis do ponto de vista técnico”, disse.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

118:3 p 1 in Mão de obra deficiente e falta de internet dificultam... - Notícias - Câmara dos Deputados 2017

A deÓciência na formação de mão de obra e a inexistência de conectividade de internet em grandes áreas do interior do País foram apontadas por especialistas ouvidos em audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural como os principais empecilhos para a difusão da modalidade de produção conhecida como agricultura de precisão (AP) no País.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

118:4 p 1 in Mão de obra deficiente e falta de internet dificultam... - Notícias - Câmara dos Deputados 2017

“O objetivo da agricultura de precisão é otimizar o uso de insumos, aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos, além de minimizar impactos ambientais”, explicou.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

118:5 p 2 in Mão de obra deficiente e falta de internet dificultam... - Notícias - Câmara dos Deputados 2017

Para difundir essas técnicas, Molin sugere a adoção de incentivos fiscais para baratear equipamentos como GPS, o aumento da área servida por banda larga e melhorias na formação de mão de obra.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

118:6 p 2 in Mão de obra deficiente e falta de internet dificultam... - Notícias - Câmara dos Deputados 2017

A deputada Tereza Cristina (PSB-MS), uma das autoras do pedido de realização da audiência pública, resumiu o problema.

“Daqui a 30 anos o Brasil terá a responsabilidade de alimentar 40% do mundo. E isso será feito com o uso dessa tecnologia e o investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico”, disse.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

119 Projeto concede incentivos fiscais para produção... - Notícias - Câmara dos Deputados 2020

5 Citações:

119:1 p 1 in Projeto concede incentivos fiscais para produção... - Notícias - Câmara dos Deputados 2020

O projeto estabelece ainda que as universidades e as instituições de pesquisa terão as mesmas isenções que as empresas privadas.

1 Códigos:

- justiça

119:2 p 1 in Projeto concede incentivos fiscais para produção... - Notícias - Câmara dos Deputados 2020

Autor da proposta, o deputado Alexandre Frota (PSDB-SP) afirmou que o objetivo da proposta é tornar o preço desses produtos mais acessível, “já que uma lata contendo leite não alérgico chega a custar R\$ 200”.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

119:3 p 1 in Projeto concede incentivos fiscais para produção... - Notícias - Câmara dos Deputados 2020

Pela proposta, o descumprimento de qualquer obrigação assumida para a obtenção dos incentivos acarretará o pagamento dos impostos que seriam devidos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês ou fração, com aplicação

1 Códigos:

- justiça

119:4 p 1 in Projeto concede incentivos fiscais para produção... - Notícias - Câmara dos Deputados 2020

O parlamentar cita dados da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia os quais mostram que atualmente no Brasil existem cerca de 350 mil crianças alérgicas ao leite de vaca. “Estudos ligados à saúde apontam que de 5% a 8% dos bebês possuem alergia ao leite e 0,5% a 1% dos adultos desenvolvem o mesmo problema”, diz Frota. Ele acrescenta que, para produzir leite e seus derivados sem a proteína é necessário que o rebanho de vacas possua um manejo diferenciado e uma criação separada das demais.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

119:5 p 2 in Projeto concede incentivos fiscais para produção... - Notícias - Câmara dos Deputados 2020

automática de multa de 50% sobre o valor devido. Além disso, a perda do direito aos incentivos ainda não utilizados.

0 Códigos

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

13 Documentos:

120 Comissão Pastoral da Terra - Atuação do poder público_ Inbra – MT é cúmplice dos grileiros

6 Citações:

120:1 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Atuação do poder público_ Inbra – MT é cúmplice dos grileiros

No Mato Grosso o apoio a grilagem de terra em desfavorecimento da política pública de Reforma Agrária é um exemplo das orientações políticas incentivadas pelo governo federal. Os órgãos estaduais e federais responsáveis pela fiscalização ambiental e agrária em todo país seguem um caminho favorável aos grileiros. Enquanto isso, os índices de desmatamento e conflitos por terra aumentam no Brasil.

0 Códigos

120:2 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Atuação do poder público_ Incra – MT é cúmplice dos grileiros

Diante desse cenário de descaso do órgão, o Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), emitiu em abril deste ano um parecer com base na Auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o Programa Terra Legal, que trata da regularização fundiária das terras na Amazônia Legal.

Essa ação resultou no Acórdão/TCU, afirmando que: “(...) a postura da Superintendência do INCRA no Mato Grosso se enquadra justamente nesse cenário de renúncia de receita e não destinação constitucional a terras públicas. A propósito, cabe mencionar a orientação esposada pela superintendência no Ofício nº 72607/2019/SR(13)MT-G/SR(13)MT/INCRA ♦ INCRA, de 03 de novembro de 2019, em que o superintendente decide pela suspensão do processo de obtenção de terras, inclusive nas áreas que correspondam a terras públicas federais”.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

120:3 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Atuação do poder público_ Incra – MT é cúmplice dos grileiros

Segundo informações da assessoria de imprensa do MPF, essa situação de irregularidades por parte do Superintendente do Incra em Mato Grosso, acontece em outros casos além da Fazenda Araúna. Segundo notícia divulgada pelo MPF, “situações semelhantes de omissão do órgão estariam ocorrendo em terras da Gleba Nhandu, Gleba Mestre I, Gleba Gama, Gleba Marzagão, Gleba Macaco e Gleba Ribeiro – áreas cuja destinação a assentamentos rurais vêm sendo buscadas por trabalhadores rurais na região”. Isso demonstra a cumplicidade do órgão perante ao crime de grilagem de terras públicas no estado.

1 Códigos:

- justiça

120:4 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Atuação do poder público_ Incra – MT é cúmplice dos grileiros

No documento, a Procuradoria Federal do Cidadão chama atenção para o recente Acórdão do TCU de 2020 que aponta omissão dos órgãos federais na destinação de terras públicas regularizadas às suas finalidades constitucionais. O TCU revela o mau funcionamento do Programa Terra Legal, o descumprimento de preceitos legais e constitucionais. Isso ocasiona o aumento da grilagem de terras públicas e o desmatamento ilegal, além de prejuízos nos cofres públicos. De acordo com o Tribunal, o conjunto de áreas nessa situação em todo o país totaliza 887 mil hectares, o que corresponderia a um valor superior de R\$ 2,4 bilhões.

3 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

120:5 p 2 in Comissão Pastoral da Terra - Atuação do poder público_ Incra – MT é cúmplice dos grileiros

A conjuntura política do Congresso Nacional, na qual a Bancada Ruralista tenta aprovar o “PL da Grilagem”, incentiva o desmatamento e eleva os números de conflitos agrários no estado. Esse cenário também é apoiado pelo governo estadual de Mato Grosso, um estado com grandes influências do agronegócio e concentração de latifundiários, que recebem apoio das autoridades.

0 Códigos

120:6 p 3 in Comissão Pastoral da Terra - Atuação do poder público_ Incra – MT é cúmplice dos grileiros

Essa mudança e flexibilização é muito parecida com a que é incentivada pelo PL da Grilagem, mostrando que a Bancada Ruralista de MT tem forte influência nas decisões do Congresso Nacional.

0 Códigos

121 Comissão Pastoral da Terra - Brasil será “paraíso dos agrotóxicos”, diz pesquisador

3 Citações:

121:1 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Brasil será “paraíso dos agrotóxicos”, diz pesquisador

Estamos liberando uma substância que não temos a capacidade de monitorar e vigiar. É caro e o ônus fica para o setor público – o ônus da pesquisa, da vigilância –, enquanto eles capitalizam em cima disso – e a maior parte dos agrotóxicos no Brasil nem paga imposto, em vários estados eles têm 100% de isenção.

3 Códigos:

- justiça / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

121:2 p 2 in Comissão Pastoral da Terra - Brasil será “paraíso dos agrotóxicos”, diz pesquisador

O Brasil adotou um modelo que chamamos de neoextrativismo. Basicamente, nas últimas décadas nos desindustrializamos e a economia foi puxada pela exportação de bens primários, tanto agrícolas como minerais.

0 Códigos

121:3 p 2 in Comissão Pastoral da Terra - Brasil será “paraíso dos agrotóxicos”, diz pesquisador

Quando se definiu que 30% da merenda escolar tem que ser proveniente de agricultura familiar, preferencialmente agroecológica, foi uma canetada que ajudou a desenvolver a agroecologia em todo país.

0 Códigos

122 Comissão Pastoral da Terra - Carta aos partidos e parlamentares_ por uma CPMI ampla que investigue a situação da grande mineração no Brasil

2 Citações:

122:1 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Carta aos partidos e parlamentares_ por uma CPMI ampla que investigue a situação da grande mineração no Brasil

Tributação da mineração: investigar a atual carga tributária para a grande mineração considerando: i) o conjunto dos tributos e royalties que incidem no setor; ii) os incentivos fiscais regionais e outros benefícios tributários; iii) a utilização de mecanismos de evasão, elisão e sonegação fiscal; iv) a situação das dívidas tributárias com União, estados e municípios.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

122:2 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Carta aos partidos e parlamentares_ por uma CPMI ampla que investigue a situação da grande mineração no Brasil

É cabível, urgente e inadiável, portanto, uma ampla investigação, não somente das causas do rompimento da Barragem I em Brumadinho, mas dos problemas que envolvem a grande mineração – em especial àquela voltada à exportação de minério de ferro, cobre, bauxita, ouro e nióbio – em função da escala de extração e dos impactos gerados.

0 Códigos

123 Comissão Pastoral da Terra - Conjuntura política nacional_ Organismos e Pastorais da CNBB apresentam manifesto público

3 Citações:

123:1 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Conjuntura política nacional_ Organismos e Pastorais da CNBB apresentam manifesto público

Em meio a essa barbárie social, Itaú-Unibanco, Bradesco e Santander tiveram em 2017, lucro líquido de R\$ 53,9 bilhões. Valor concentrado, fundamentalmente, por quatro famílias, livre de qualquer imposto ou contribuição social. Ou seja, quase duas vezes o valor do Bolsa-família para todo ano de 2018 que atenderia a 39 milhões de famílias beneficiárias.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

123:2 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Conjuntura política nacional_ Organismos e Pastorais da CNBB apresentam manifesto público

Além disso, está em curso no Brasil um processo agressivo de transferência de renda do Estado para setores privilegiados, por meio de isenção de impostos, do perdão de dívidas e do sistema da dívida pública.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

123:3 p 2 in Comissão Pastoral da Terra - Conjuntura política nacional_ Organismos e Pastorais da CNBB apresentam manifesto público

Realização de Reforma Tributária que combata a desigualdade, taxando as grandes fortunas, as grandes heranças, os dividendos de grandes empresas e do sistema financeiro.

Reversão das isenções fiscais e do perdão de dívidas e cobrança dos impostos devidos por grandes empresas

1 Códigos:

- justiça social/minorias

124 Comissão Pastoral da Terra - Deputado que mais desmatou, filho de Kátia Abreu legisla a favor de empresários rurais

3 Citações:

124:1 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Deputado que mais desmatou, filho de Kátia Abreu legisla a favor de empresários rurais

Ruralômetro --ferramenta desenvolvida pela Repórter Brasil que avalia se a atuação dos deputados federais é prejudicial ao meio ambiente, povos indígenas e trabalhadores rurais-

0 Códigos

124:2 p 2 in Comissão Pastoral da Terra - Deputado que mais desmatou, filho de Kátia Abreu legisla a favor de empresários rurais

Além deste projeto, Abreu também é autor de outras propostas polêmicas. Dados do Ruralômetro mostram que o político é autor de pelo menos outros três projetos relevantes para o setor.

Um deles, que cria incentivos fiscais para quem investe em energia solar, foi classificado como favorável ao meio ambiente pelo ISA.

1 Códigos:

- justiça

124:3 p 2 in Comissão Pastoral da Terra - Deputado que mais desmatou, filho de Kátia Abreu legisla a favor de empresários rurais

A ocupação gerou comentários furiosos de sua mãe, que na época era presidente da CNA (Confederação Nacional de Agricultura). "Esta invasão é um ato de retaliação contra minha atuação democrática como senadora e líder do setor produtivo rural, em defesa do Estado de Direito e dos direitos fundamentais, neste caso traduzido no direito de propriedade", disse a senadora Kátia Abreu sobre o episódio. "Não vão me amedrontar. Não vou recuar."

0 Códigos

125 Comissão Pastoral da Terra - Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF

8 Citações:

125:1 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF

O pagamento parcial do tributo ocorre porque o Estado brasileiro aplicou, por meios dos dispositivos, o princípio da seletividade e essencialidade tributárias. Este princípio determina que o Estado pode selecionar produtos e indicar benefícios fiscais, conforme sua importância social. Isto é, se o produto é essencial para a coletividade pode ter isenções ou reduções tributárias.

1 Códigos:

- justiça

125:2 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF

De alto impacto à saúde humana e ao meio ambiente, a concessão do benefício tributário aos agrotóxicos não encontra solidez argumentativa por parte do Estado brasileiro. Ao apresentar manifestação na Ação Direta de Inconstitucionalidade, após requerimento do ministro do STF, o relator Edson Fachin, o Ministério da Fazenda não apresentou fundamentos técnicos para a concessão da não tributação. Outra crítica à concessão no benefício reside que este mesmo princípio não é aplicado pelo Estado a produtos essenciais para a população brasileira, como alguns itens de consumo diário pela população brasileira

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

125:3 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF

Com faturamento estimado em 2017 de US\$ 8,9 bilhões (Associação Brasileira de Defensivos Genéricos, 2018) – correspondente a atuais R\$ 37,55 bilhões – o setor deixa de destinar significativas quantias ao poder público brasileiro e eleva, ao máximo, a possibilidade de lucro.

2 Códigos:

- renda pré-tributária / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

125:4 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF

Com liberação recorde de 503 registros de agrotóxicos no primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro (sem partido), por meio da pasta da agricultura, sob comando da ministra com estreita ligação com o agronegócio, Tereza Cristina (PSL), o valor que o Estado brasileiro deixa de arrecadar no próximo período aumenta exponencialmente. Isto porque, como o sistema de tributação incide sobre o produto, quanto mais agrotóxico se utiliza, menos se deixa de arrecadar impostos.

2 Códigos:

- justiça / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

125:5 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF

Além da não arrecadação de tributos pelo Estado brasileiro, a utilização dos agrotóxicos também traz outros prejuízos aos cofres públicos. Um estudo publicado na revista Saúde Pública, de autoria de Wagner Soares e Marcelo Firpo de Souza Porto, revela que para cada dólar gasto com a compra de agrotóxicos no Paraná, por exemplo, são gastos U\$\$ 1,28 no tratamento de intoxicações agudas – aquelas que ocorrem imediatamente após a aplicação. Nesse cálculo não são considerados os gastos com saúde pública em decorrência da exposição constante aos venenos agrícolas, como com o tratamento do câncer.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

125:6 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF

Enquanto o Brasil deixa de arrecadar com a tributação do setor dos agrotóxicos, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) padece do esvaziamento orçamentário. Executado pelo Ministério da Cidadania, o Programa que realiza a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e distribui para a população em contexto de insegurança alimentar e nutricional deve receber o montante de R\$101 milhões em 2020, de acordo com o previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o vigente ano. O valor destoa do teto orçamentário para o Programa destinado em 2012, na ordem de R\$ 1,2 bilhão e da destinação de 225,59 bilhões ao Plano Safra 2019/2020, em atendimento aos interesses do agronegócio.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça / ● justiça social/minorias

125:7 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF

Para colaborar na argumentação técnica e jurídica sobre impactos sociais e econômicos da isenção fiscal, organizações da sociedade civil e redes de atuação de um espectro diverso dos direitos humanos participam do julgamento da ação, na condição de Amici Curiae. Ao todo, quatro pedidos – individuais e coletivos – de participação da sociedade foram admitidos pela Corte, de autoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Terra de Direitos, Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e Fian-Brasil.

1 Códigos:

- justiça

125:8 p 2 in Comissão Pastoral da Terra - Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF

Em defesa da manutenção da isenção, a Associação dos Produtores de Soja e Milho (Aprosoja), Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) também foram admitidas no processo.

0 Códigos

126 Comissão Pastoral da Terra - Manifesto dos Povos do Cerrado no Dia Mundial da Água

1 Citações:

126:1 p 2 in Comissão Pastoral da Terra - Manifesto dos Povos do Cerrado no Dia Mundial da Água

Queremos nossas águas livres de agrotóxicos - pelo fim da pulverização aérea, da isenção de impostos aos agrotóxicos, não à criação de zonas livres de agrotóxicos e transgênicos;

1 Códigos:

- justiça social/minorias

127 Comissão Pastoral da Terra - MANIFESTO_ Água para quem precisa! Fechem as torneiras das grandes empresas

1 Citações:

127:1 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - MANIFESTO_ Água para quem precisa! Fechem as torneiras das grandes empresas

Fim dos incentivos fiscais para setores hidro intensivos (o que inclui o fim do desconto de ICMS para carvão mineral, gás natural, etc.);

1 Códigos:

- justiça social/minorias

128 Comissão Pastoral da Terra - Organizações pedem a eurodeputados criação de barreira humanitária para commodities brasileiras

4 Citações:

128:1 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Organizações pedem a eurodeputados criação de barreira humanitária para commodities brasileiras

A representação da Plataforma Dhesca salientou o fato de que 1% da população brasileira possui 46% das terras privadas do país. A Concentração de terras é ainda mais impressionante em alguns estados. No Mato Grosso do Sul, conforme dados do Itamaraty voltados ao comércio exterior, 80% da população vive em centros urbanos. Os Guarani Kaiowá formam uma população rural com cerca de 45 mil

indígenas, enquadrada nos 20% ainda residentes no campo – 92% do território sul-mato-grossense é privado, a maior concentração do país.

O Inesc ressaltou no encontro que a evasão fiscal e benefícios tributários ao agronegócio são agravantes.

2 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça social/minorias

128:2 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Organizações pedem a eurodeputados criação de barreira humanitária para commodities brasileiras

Tratou ainda do uso indiscriminado de agrotóxicos – com benefícios tributários – e as tradings de commodities (multinacionais, capazes de influenciar em preços, logística e relacionadas com paraísos fiscais) que operam no Brasil sobre Terras Indígenas, quilombolas, camponesas e de comunidades tradicionais. Nesse sentido, a FIAN lembrou dos retrocessos que afetam a agricultura familiar como, por exemplo, a aquisição de alimentos, projetos de captação de água e outros – o que gera insegurança alimentar e fome em dezenas de comunidades.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

128:3 p 2 in Comissão Pastoral da Terra - Organizações pedem a eurodeputados criação de barreira humanitária para commodities brasileiras

A população brasileira defende o meio ambiente e tem como símbolo as terras e matas brasileiras, mas campanhas recentes procuram desconstruir esta visão dos brasileiros. A conclusão foi apresentada pela representação da Plataforma Dhesca. Campanhas como a da Rede Globo de Televisão, onde o Agro é Pop e até mesmo a agricultura familiar é colocada como parte do agronegócio, a tentativa é de mostrar que o importante é gerar riquezas, sendo o agronegócio um mecanismo que gera desenvolvimento.

0 Códigos

128:4 p 2 in Comissão Pastoral da Terra - Organizações pedem a eurodeputados criação de barreira humanitária para commodities brasileiras

O fato é comemorado por ruralistas, caso do ministro da Agricultura Blairo Maggi, como amostra da importância do agronegócio para o país, e a consequente necessidade de não se demarcar Terras Indígenas ou gerar quaisquer outras demandas ambientais e sociais que os impeçam de abocanhar mais terras. Maurício Angelo, contudo, demonstra que tal “crescimento” é na verdade um caminho perigoso rumo ao colapso ambiental e social. As necessidades da China geram migalhas ao PIB, em vista do quadro geral do Brasil, que segue sendo um dos países mais desiguais e violentos do mundo, e um esgotamento de ecossistemas que podem ser fundamentais num futuro incerto pós-capitalista.

0 Códigos

129 Comissão Pastoral da Terra - Pressão política dificulta redução do uso de agrotóxicos no Brasil

9 Citações:

129:1 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Pressão política dificulta redução do uso de agrotóxicos no Brasil

Casos de óbito por agrotóxicos, como o do pai de Marineide, sinalizam o esgotamento de um modelo de produção agrícola subsidiado pelo estado brasileiro, segundo a pesquisadora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFCE), Raquel Rigotto. Ela diz que esses casos “exprimem de uma forma muito forte a falência na garantia do direito constitucional à saúde e uma análise mais aprofundada vai nos mostrar que isto está relacionado a uma cadeia de violações que se inicia desde o modelo de desenvolvimento agrícola adotado nas políticas públicas brasileira no momento atual”, enfatiza.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça / ● justiça social/minorias

129:2 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Pressão política dificulta redução do uso de agrotóxicos no Brasil

Rigotto elenca uma série de indicativos de que o Brasil vem optando pela manutenção e ampliação deste sistema, entre eles o financiamento público, através do BNDES, e as isenções fiscais e tributárias, concedidas pelo governo federal e por alguns estados. É o caso da redução de 60% para todos os agrotóxicos, na cobrança da alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), concedida através do convênio 100/97, e renovado 16 vezes. A última, em outubro, estendeu a validade do convênio até o final de abril de 2017.

Em alguns estados, como o Ceará, a isenção fiscal chega a 100%. “Do nosso ponto de vista, é um escândalo na saúde pública produtos como esse não ter taxaço”. A pesquisadora analisou ainda a dura realidade dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais no país (veja um trecho da entrevista ao lado).

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

129:3 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Pressão política dificulta redução do uso de agrotóxicos no Brasil

O estímulo aos agrotóxicos data de 1965, quando foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural, que vinculava à concessão de crédito agrícola à obrigatoriedade da compra de insumos agrícolas químicos pelos agricultores. Já no início dos anos 1970, o Banco do Brasil tornou obrigatório o direcionamento de 15% do valor dos empréstimos de custeio para a aquisição de agrotóxicos. Enquanto, em 1975, foi a vez do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas financiar a criação de empresas nacionais e a implementação de subsidiárias de corporações transnacionais de agrotóxicos e fertilizantes. Atualmente, cerca de 130 empresas atuam no setor de agrotóxicos no Brasil, mas o mercado é controlado por dez multinacionais, que responderam juntas por 75% das vendas na safra de 2012/2013, segundo dados da Anvisa.

0 Códigos

129:4 p 2 in Comissão Pastoral da Terra - Pressão política dificulta redução do uso de agrotóxicos no Brasil

Esta comissão deverá funcionar nos moldes da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, que até hoje não negou nenhum registro de semente transgênica no Brasil.

0 Códigos

129:5 p 2 in Comissão Pastoral da Terra - Pressão política dificulta redução do uso de agrotóxicos no Brasil

Ou seja, na prática, representam mais agrotóxicos nas lavouras. Ao menos é o que diz o Dossiê Abrasco, citando o caso da introdução da Roundup Ready (RR), semente de soja transgênica produzida pela Monsanto, que fez com que “fosse necessário que a Anvisa aumentasse em 50 vezes o nível de resíduo de glifosato permitido no grão colhido”, informa o documento. A semente RR é resistente ao Roundup, agrotóxico à base de glifosato, também produzido pela multinacional americana.

0 Códigos

129:6 p 2 in Comissão Pastoral da Terra - Pressão política dificulta redução do uso de agrotóxicos no Brasil

O Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) foi aprovado em agosto de 2014, como parte da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, após meses de elaboração de um grupo de trabalho formado por diversos especialistas, vinculados a instituições de pesquisa e ensino, órgãos do governo e organizações da sociedade civil. O Programa é constituído por seis eixos: Registro; Controle, Monitoramento e Responsabilização da Cadeia Produtiva; Medidas Econômicas e Financeiras; Desenvolvimento de Alternativas; Informação, Participação e Controle Social e Formação e Capacitação. No total, são previstas 137 ações concretas que visam frear o uso de agrotóxicos no Brasil. Dentre elas, medidas como o fim da isenção fiscal, implantação de zonas livres de agrotóxicos e transgênicos e a reavaliação de produtos banidos em outros países.

1 Códigos:

- justiça

129:7 p 2 in Comissão Pastoral da Terra - Pressão política dificulta redução do uso de agrotóxicos no Brasil

O Pronara foi considerado um avanço por ser o primeiro instrumento que obriga legalmente nove ministérios (Desenvolvimento Agrário, Saúde, Agricultura, Desenvolvimento Social, Ambiente, Trabalho e Emprego, Fazenda, Ciência e Tecnologia, Educação, além da Secretária Geral da República) a tomarem ações concretas contra os agrotóxicos. Apesar de ter sido elaborado com o aval do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o programa foi adiado após o pedido da ministra de Agricultura Kátia Abreu de rever o documento, elaborado na gestão do seu antecessor.

1 Códigos:

- justiça

129:8 p 2 in Comissão Pastoral da Terra - Pressão política dificulta redução do uso de agrotóxicos no Brasil

O pesquisador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH) da Ensp/Fiocruz, Marcelo Firpo Porto, acredita que apesar das limitações do Programa, este é foi um avanço, “com pontos muitos estratégicos”. “A crise do atual governo federal, o aumento da pressão de grupos conservadores e a instabilidade do governo têm gerado retrocessos importantes em vários setores envolvendo a regulação dos agrotóxicos e avanço da agroecologia”, avalia.

1 Códigos:

- justiça

129:9 p 3 in Comissão Pastoral da Terra - Pressão política dificulta redução do uso de agrotóxicos no Brasil

No entanto, apesar da “tendência conservadora”, ele acredita que uma saída para acelerar os avanços propostos são as legislações municipais e estaduais. “Eu acho que a gente vai passar por uma onda em que os avanços vão continuar em lutas mais capilarizadas, em que é possível a realização por forças aglutinadas. Neste contexto, talvez seja possível a criação de zonas livres de agrotóxicos em alguns municípios e promovido por estados, principalmente em função da crise hídrica e da proteção de mananciais, que é um tema que ainda vai continuar por décadas no Brasil”.

1 Códigos:

- justiça

130 Comissão Pastoral da Terra - Proprietários de terra devem quase R\$ 1 trilhão à União

3 Citações:

130:1 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Proprietários de terra devem quase R\$ 1 trilhão à União

O relatório aponta outra peculiaridade: a isenção de diversos impostos. A Lei Kandir, editada em 1996, isentou o pagamento de ICMS aos produtos primários e produtos industrializados e semielaborados destinados à exportação. Segundo o relatório, essa desoneração gera perdas em torno de R\$ 22 bilhões por ano aos estados. Com promessa de ressarcimento.

Entretanto, só são ressarcidos 12% da isenção. Em 2014, a bancada ruralista emplacou mais uma benesse fiscal para o setor: a isenção de 9,25% na cobrança do PIS e Confins na venda de soja para todos os fins comerciais.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

130:2 p 2 in Comissão Pastoral da Terra - Proprietários de terra devem quase R\$ 1 trilhão à União

A injustiça fiscal do ITR fez com que os grandes e médios proprietários passassem a pagar menos imposto por hectare, caindo a média de R\$ 1,59 por hectare em 2003 para R\$ 1,52 em 2010, segundo os dados das áreas totais cadastradas no SNCR.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

130:3 p 1 in Comissão Pastoral da Terra - Proprietários de terra devem quase R\$ 1 trilhão à União

O agronegócio leva nas costas, como alegam seus defensores, as contas do Estado brasileiro? Segundo o relatório Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural, publicado pela Oxfam, não.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

131 Comissão Pastoral da Terra - Romaria promove encontro de trabalhadores rurais e urbanos em Cuiabá e lança carta aberta

1 Citações:

131:1 p 2 in Comissão Pastoral da Terra - Romaria promove encontro de trabalhadores rurais e urbanos em Cuiabá e lança carta aberta

Em Mato Grosso, o atual governo de Pedro Taques, adepto do golpismo e submisso ao agronegócio, agrava as precárias condições do Estado quando assegura altos volumes de isenção e renúncia fiscal em favor do agro e hidronegócio, sucateando a saúde, a educação e a assistência social. Da mesma forma a Segurança Pública é desviada de sua função social, sendo colocada a serviço dos interesses privados. Em vez de políticas públicas sérias, vergonhosamente o governo engana a população com um falso e perigoso assistencialismo, através da “Caravana da transformação”. O pleno desenvolvimento das pessoas e sua assistência básica é prerrogativa constitucional e subjetiva. Afinal, TERRA, TRABALHO, EDUCAÇÃO, MORADIA, ÁGUA, TRANSPORTE, SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICAS, SÃO DIREITOS E NÃO MERCADORIA.

4 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

132 Comissão Pastoral da Terra - Saiba como o 'Pacote do Veneno' pode piorar a sua vida

1 Citações:

132:1 p 2 in Comissão Pastoral da Terra - Saiba como o 'Pacote do Veneno' pode piorar a sua vida

Outra perversidade do pacote é que, ao mesmo tempo que impõe perdas ao país, à saúde e ao meio ambiente, vai ampliar os lucros das empresas que contam ainda com os incentivos fiscais do próprio governo. Há estimativas de que o país perca todo ano, por baixo, R\$ 1,3 bilhão. Só em São Paulo, em 2015, a renúncia fiscal foi de R\$ 1,2 bilhão. Ou seja, o setor recebe do estado para envenenar seu povo. Uma outra distorção do pacote, inconstitucional, é alterar o Pacto Federativo. Mesmo que estados, municípios e o Distrito Federal queiram fazer legislação própria para garantir proteção à sua população, não poderão.

4 Códigos:

● justiça / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

48 Documentos:

133 Agronegócio une forças contra tributação de defensivos agrícolas__ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

12 Citações:

133:1 p 1 in Agronegócio une forças contra tributação de defensivos agrícolas__ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O agronegócio catarinense mostrou força e marcou posicionamento na audiência pública da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) que discutiu a manutenção da isenção da alíquota de ICMS sobre os defensivos agrícolas, nesta quarta-feira, (11), em Florianópolis. Mais de 1.400 representantes dos Sindicatos Rurais de todo Estado lotaram a Casa Legislativa, liderados pelas Federações da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), dos Trabalhadores na Agricultura (FETAESC), das Cooperativas Agropecuárias do Estado (FECOAGRO) e da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC).

1 Códigos:

● justiça

133:2 p 1 in Agronegócio une forças contra tributação de defensivos agrícolas__ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O setor é contra a proposta sinalizada pelo governo do Estado ainda no ano passado de aumentar a tributação de todos os insumos agrícolas de zero a 17% (com exceção de medicamentos veterinários e vacinas) e busca sensibilizar as autoridades competentes para um recuo na proposição. As lideranças cobraram do governo catarinense voto favorável à prorrogação do Convênio 100/97 que mantém a isenção do tributo ao setor.

2 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça social/minorias

133:3 p 1 in Agronegócio une forças contra tributação de defensivos agrícolas_ _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Caso o Confaz decidir pela tributação, a medida terá impacto nacional.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

133:4 p 1 in Agronegócio une forças contra tributação de defensivos agrícolas_ _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A pressão do setor teve resultado. Durante a audiência pública na Capital, o secretário da Fazenda de Santa Catarina, Paulo Ely, e o secretário de Estado da Agricultura, Ricardo de Gouveia, afirmaram que o Estado vai votar pela manutenção da isenção de ICMS sobre os defensivos agrícolas. Eles receberam da ALESC e da FAESC, moções de apelo para que o Convênio 100/97 seja prorrogado.

1 Códigos:

- justiça

133:5 p 1 in Agronegócio une forças contra tributação de defensivos agrícolas_ _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Para o presidente da FAESC, que compôs a mesa de trabalhos da audiência pública, José Zeferino Pedrozo, a eventual não-renovação do Convênio 100 será desastrosa para o País, pois provocará inflação nos preços dos alimentos, desemprego, queda nas exportações e inviabilizará cadeias produtivas.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

133:6 p 1 in Agronegócio une forças contra tributação de defensivos agrícolas_ _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Temos conhecimento de que o Rio Grande do Sul, o Paraná e todos os estados que mantemos contato, através da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), vão votar pela prorrogação do convênio. Não faz sentido alterar impostos agora se logo teremos o debate da reforma tributária de todo o Brasil. Então fica nosso sincero apelo para que isso não ocorra”, defendeu Pedrozo ao destacar dados nacionais sobre o uso de defensivos agrícolas.

1 Códigos:

- justiça

133:7 p 1 in Agronegócio une forças contra tributação de defensivos agrícolas_ _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“O Brasil consome 4,33 kg de defensivos por hectare. O Japão e os países baixos consomem mais de 9kg. Para aqueles que dizem que os defensivos são venenos, o japonês é o que tem a maior longevidade no planeta. Nós gastamos 230 gramas de defensivos por tonelada de alimento. Aqui em Santa Catarina, são mais de 500 mil produtores rurais, em 183 mil propriedades, das quais 70,7% usam defensivos. Ninguém compra se não tiver um

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias

133:8 p 2 in Agronegócio une forças contra tributação de defensivos agrícolas__ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

receituário agrônomo. Eles são remédios para atacar as pragas, as ervas-daninhas e nós não temos nenhum conhecimento de qualquer ato que tenha trazido situações constrangedoras a qualquer família”, sublinhou o presidente da FAESC.

0 Códigos

133:9 p 2 in Agronegócio une forças contra tributação de defensivos agrícolas__ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Pedrozo alertou também que taxar os defensivos e insumos agrícolas pode ser um “golpe mortal” para atividades essenciais como o cultivo de lavouras, a criação intensiva de animais e a produção de leite. A tributação, segundo ele, fará com que as lavouras de milho, soja, feijão e arroz tornem-se deficitárias.

1 Códigos:

- expropriação do privado

133:10 p 2 in Agronegócio une forças contra tributação de defensivos agrícolas__ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Santa Catarina é o Estado modelo de defensivos no Brasil. Eventual decisão de aumentar a tributação sobre insumos agrícolas terá um efeito devastador na sociedade catarinense. Os efeitos dessa medida são o aumento dos custos de produção no campo, a redução da produtividade média e a perda da competitividade dos produtos agrícolas nos mercados nacional e internacional”, sublinha o presidente ao informar que a aplicação de ICMS sobre defensivos gerará um custo adicional de produção de R\$ 300 milhões somente em Santa Catarina.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

133:11 p 2 in Agronegócio une forças contra tributação de defensivos agrícolas__ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Para o vice-presidente da OCESC, Odacir Zonta, também presente na audiência, não é hora de alterar tributos e ameaçar a cadeia produtiva do Estado. “Nós precisamos manter o nosso modelo e a competitividade do Estado que é exemplo de produção, qualidade e organização. Japão, Estados Unidos, Coreia do Sul e a

Europa compram preferencialmente de Santa Catarina pela qualidade e pela segurança dos produtos. Nós não podemos onerar e interromper esta corrente. Vamos prorrogar a isenção e deixar que a reforma tributária seja o mediador desta questão”, defendeu Zonta.

3 Códigos:

● eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado / ● justiça

133:12 p 2 in Agronegócio une forças contra tributação de defensivos agrícolas__ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O presidente da FECOAGRO, Cláudio Post, destacou a competitividade internacional de Santa Catarina ao defender a isenção do ICMS sobre os defensivos agrícolas.

“Santa Catarina é o quinto maior produtor de alimento do Brasil. Temos apenas 15% da população do Brasil.

Portanto, somos um Estado que precisa exportar nossa produção, porque não temos consumidores suficientes aqui dentro. Temos que pensar numa competitividade internacional. Enquanto os países da Europa, além de terem um solo mais favorável, recebem subsídios e a agricultura norte-americana tem garantias de renda, através do seu seguro rural, nós, além de termos uma estrutura fraca, um clima muito adverso, temos que conviver com a ameaça do governo de onerar o nosso insumo básico, o nosso custo. Isso nos tira a nossa competitividade”, enfatizou Post ao destacar que o setor produz 23.

3 Códigos:

● eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado / ● justiça

134 Agropecuária é um dos setores mais impactados pelas atuais propostas da Reforma Tributária _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

4 Citações:

134:1 p 1 in Agropecuária é um dos setores mais impactados pelas atuais propostas da Reforma Tributária _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O potencial agropecuário de todo o país, e especialmente de estados como Mato Grosso do Sul, com economia predominantemente oriunda do setor rural, pode estar comprometido com as propostas da Reforma Tributária. É consenso para os diversos setores, que os moldes das propostas em trâmite no Congresso Nacional, oneram o sistema produtivo e o consumidor brasileiro.

3 Códigos:

● eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

134:2 p 1 in Agropecuária é um dos setores mais impactados pelas atuais propostas da Reforma Tributária _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A Reforma Tributária é essencial para a sociedade brasileira, mas é preciso rever alguns aspectos. Os impactos que as mudanças podem provocar estão no centro das atenções de instituições que representam a classe produtora, mas também atingem diretamente a população, especialmente no que diz respeito aos custos da cesta básica. “A extinção da desoneração dos produtos da cesta básica pode impactar negativamente o consumidor final, pois poderá encarecer 22,7% segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT)”, explica o gerente técnico do Sistema Famasul, José Pádua.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

134:3 p 1 in Agropecuária é um dos setores mais impactados pelas atuais propostas da Reforma Tributária _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Um estudo desenvolvido pela CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), mostra o aumento expressivo no custo de diversas atividades agropecuárias, a exemplo, uma previsão de acréscimo de 19,4% para soja e milho e mais de 23% na pecuária de corte.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

134:4 p 1 in Agropecuária é um dos setores mais impactados pelas atuais propostas da Reforma Tributária _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

De modo geral, o setor vem buscando uma Reforma Tributária que reduza a burocracia sem aumento de tributos, considerando os pontos específicos para as mais diversas cadeias produtivas. “São diversos sistemas produtivos, com perfis completamente distintos, é preciso ter um olhar diferenciado para economia, uma visão mais prática”.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça

135 Alunos do curso Técnico em Agronegócio do SENAR aprendem gestão em produção animal na pecuária e piscicultura _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

1 Citações:

135:1 p 3 in Alunos do curso Técnico em Agronegócio do SENAR aprendem gestão em produção animal na pecuária e piscicultura _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Na avaliação de Brum a atividade é viável, porém em razão dos altos custos produtivos ainda necessita de muito incentivo governamental. “Meu negócio produz basicamente peixes que são vendidos e engordados por piscicultores de várias regiões brasileiras. Mato Grosso do Sul já foi referência na produção de peixes em cativeiro, no entanto, a falta de investimentos em pesquisa, incentivos fiscais e frigoríficos desmotivou muitos produtores a continuar e atualmente nossa colocação na produção nacional ocupa o 16º lugar”, reforça o empresário.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária

136 Após pedido da FAEP, governo e deputados garantem Tarifa Rural Noturna para 2021 e 2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

1 Citações:

136:1 p 2 in Após pedido da FAEP, governo e deputados garantem Tarifa Rural Noturna para 2021 e 2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Além de garantir a continuidade do TRN, o projeto de lei 657/20 aprovado institui o Programa Paraná Energia Rural Renovável, que visa a estimular a geração e distribuição de energias, como a solar, o biogás e o biometano, em propriedades rurais. Para tornar a iniciativa acessível, o governo prevê que o programa disponibilize linhas de financiamento com taxas especiais e ofereça incentivos tributários para a implantação de sistemas de energias limpas. Assim que o produtor rural passar a fazer parte do Paraná Energia Rural Renovável, automaticamente ele deixa de ser beneficiado pelo TRN.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

137 Assembleia Legislativa de Alagoas aprova PL que desburocratiza acesso de produtores rurais à isenção do ICMS na energia elétrica _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

6 Citações:

137:1 p 1 in Assembleia Legislativa de Alagoas aprova PL que desburocratiza acesso de produtores rurais à isenção do ICMS na energia elétrica _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A Assembleia Legislativa de Alagoas aprovou, em segunda votação, o Projeto de Lei 394/2020, de autoria da deputada estadual Jô Pereira, que desburocratiza e facilita o acesso dos pequenos produtores rurais alagoanos ao benefício da isenção do ICMS no fornecimento de energia elétrica para aqueles que se enquadram na faixa de consumo de três mil Kwh mensais. Aprovado na sessão desta quarta-feira (30), o PL segue agora para análise do governador Renan Filho

1 Códigos:

- justiça social/minorias

137:2 p 1 in Assembleia Legislativa de Alagoas aprova PL que desburocratiza acesso de produtores rurais à isenção do ICMS na energia elétrica _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A isenção atende a um pleito da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas (Faeal). “Iniciamos essa discussão há muitos anos, travamos uma luta constante, tivemos várias reuniões, desde a antiga Ceal e agora com a empresa Equatorial. A aprovação do PL nos traz a sensação do dever cumprido, pois representa uma conquista que é dos pequenos e médios produtores rurais. Agradecemos ao representante da Federação no Conselho de Consumidores da Equatorial, José Luiz Soares, dentre outros companheiros, à deputada JÓ Pereira e a todos os parlamentares que votaram em favor do projeto. Temos a certeza de que o governador Renan Filho sancionará, pois, ao longo do seu mandato, tem se posicionado em defesa da agropecuária alagoana”, afirma Álvaro Almeida, presidente da Faeal.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

137:3 p 1 in Assembleia Legislativa de Alagoas aprova PL que desburocratiza acesso de produtores rurais à isenção do ICMS na energia elétrica _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Álvaro também ressalta a importância da medida para o desenvolvimento econômico de Alagoas. “No momento em que o país registra sucessivos aumentos na conta de energia elétrica, que oneram quem produz, essa isenção no ICMS representa um ganho não somente para os pequenos e médios produtores e pecuaristas alagoanos, mas também para o estado, já que aumentará a produção e, conseqüentemente, a geração de emprego e renda. E quem gera emprego e renda, faz o estado crescer cada vez mais”, comenta.

4 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

137:4 p 2 in Assembleia Legislativa de Alagoas aprova PL que desburocratiza acesso de produtores rurais à isenção do ICMS na energia elétrica _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

"Os produtores rurais não estão suportando a alta carga tributária cobrada na energia elétrica, reduzindo a produção e prejudicando a circulação de renda em todo estado. Embora esse pequeno produtor irrigante já tenha direito à isenção, garantida na legislação estadual, para ter acesso ao benefício é exigida a inscrição estadual, o que torna o processo muito burocrático. No PL, alteramos a exigência para que, ao invés da inscrição estadual, seja apresentada apenas a Declaração de Aptidão do Pequeno Produtor Rural (DAP), emitida pela Emater", explicou a deputada estadual JÓ Pereira.

3 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

137:5 p 2 in Assembleia Legislativa de Alagoas aprova PL que desburocratiza acesso de produtores rurais à isenção do ICMS na energia elétrica _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

"Além disso, autorizamos a Secretaria Estadual de Agricultura e outros órgãos da administração pública a fornecerem para a Equatorial os dados referentes a DAP, para que a concessionária de energia elétrica faça o cruzamento com seu banco de dados e implante o benefício da isenção, independente da solicitação do pequeno produtor", prosseguiu a parlamentar, agradecendo aos colegas pela aprovação da matéria.

1 Códigos:

- justiça

137:6 p 2 in Assembleia Legislativa de Alagoas aprova PL que desburocratiza acesso de produtores rurais à isenção do ICMS na energia elétrica _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O PL aprovado define ainda as classes e subclasses dos produtores rurais, para não haver dúvidas do enquadramento, segundo informações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel): agropecuária rural e urbana; instalações elétricas de poços de captação de água; serviço de bombeamento de água destinada à atividade de irrigação; residencial rural; cooperativa de eletrificação rural; agroindustrial; serviço público de irrigação rural; escola agrotécnica em estabelecimento de ensino direcionado à agropecuária; e aquicultura.

1 Códigos:

- justiça

138 Boletim CNA destaca divulgação de balanço e perspectivas para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

1 Citações:

138:1 p 4 in Boletim CNA destaca divulgação de balanço e perspectivas para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

No dia 2 de dezembro, a CNA se posicionou contra a proposta de extensão, até fevereiro de 2021, da isenção da Tarifa Externa Comum (TEC) de países externos ao Mercosul durante a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz do Mapa. O Governo liberou uma cota de 400 mil toneladas sem a tarifa até 31 de dezembro de 2020 e o início da colheita do arroz começa em janeiro em alguns estados produtores brasileiros, o que não justifica a extensão da cota.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

139 Boletim CNA destaca impacto para as culturas e situação das exportações _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

4 Citações:

139:1 p 1 in Boletim CNA destaca impacto para as culturas e situação das exportações _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O boletim semanal da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) traz como um dos destaques o anúncio da cota adicional de 80 mil toneladas, livre de tarifação, para exportação de açúcar para os Estados Unidos. Na avaliação da entidade, esse volume é irrisório e muito inferior ao que ficou acertado em relação à importação do etanol norte-americano com isenção de alíquota.

2 Códigos:

- justiça / ● renda pré-tributária

139:2 p 2 in Boletim CNA destaca impacto para as culturas e situação das exportações _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Logo, a CNA apoia a continuidade das negociações, que devem ser atreladas à reciprocidade dos norte-americanos na retirada da tarifa de importação do açúcar brasileiro pelos Estados Unidos. O objetivo é evitar medidas que protejam produtores de outros países em detrimento dos produtores brasileiros

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça

139:3 p 4 in Boletim CNA destaca impacto para as culturas e situação das exportações _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Mesmo em um ano de baixo consumo no Brasil, o mercado interno continua a representar 67,5% do consumo de carne produzida em abatedouros fiscalizados.

0 Códigos

139:4 p 5 in Boletim CNA destaca impacto para as culturas e situação das exportações _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e Israel foi totalmente implementado em 1º de janeiro de 2020. Israel liberalizou mais de 90% de suas linhas tarifárias para importações do Mercosul, que por sua vez liberalizou mais de 95% de suas linhas para produtos israelenses. Israel (que falou também em nome do Mercosul) disse que o acordo visa eliminar barreiras ao comércio, facilitar a circulação de mercadorias, promover condições de concorrência leal na área de livre comércio, aumentar as oportunidades de investimento e aumentar a cooperação em áreas de interesse mútuo (OMC, 23 de setembro);

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça

140 Boletim CNA mostra que setor sucroenergético é contra renovação da isenção de cota para importação de etanol _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

7 Citações:

140:1 p 1 in Boletim CNA mostra que setor sucroenergético é contra renovação da isenção de cota para importação de etanol _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) divulgou nota em que mostra seu posicionamento contrário à renovação da isenção da cota de importação do etanol. A entidade avalia que o setor sucroenergético precisa se reestruturar após o forte impacto causado no início da pandemia.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

140:2 p 1 in Boletim CNA mostra que setor sucroenergético é contra renovação da isenção de cota para importação de etanol _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Com o fim da isenção, em 31 de agosto passado, todo o etanol vendido ao Brasil passou a pagar uma tarifa padrão de importação de 20%. Anteriormente, havia uma cota de 750 milhões de litros isenta desta alíquota.

Os Estados Unidos são os principais interessados na manutenção da tarifa zerada. Entretanto, na avaliação da CNA, a continuidade das negociações deve ser atrelada à reciprocidade dos norte-americanos na retirada da tarifa de importação do açúcar brasileiro pelos Estados Unidos.

1 Códigos:

- justiça

140:3 p 1 in Boletim CNA mostra que setor sucroenergético é contra renovação da isenção de cota para importação de etanol _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Estima-se que a demanda dos fast foods por hortaliças em agosto já se aproxima de 65% do observado no mesmo período do ano passado.

0 Códigos

140:4 p 2 in Boletim CNA mostra que setor sucroenergético é contra renovação da isenção de cota para importação de etanol _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A semana foi movimentada por decisões relacionadas ao comércio internacional. O Brasil decidiu retirar a isenção da tarifa de importação para a cota de 750 milhões de litros de etanol. As compras do biocombustível no mercado internacional, fora do Mercosul, voltaram a ser tarifadas em 20%. As importações realizadas no mês de setembro já estarão submetidas ao novo regime tarifário e afeta principalmente os Estados Unidos, que utiliza o benefício.

1 Códigos:

- justiça

140:5 p 2 in Boletim CNA mostra que setor sucroenergético é contra renovação da isenção de cota para importação de etanol _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O setor sucroenergético rejeitou a proposta do Ministério das Relações Exteriores para a prorrogação, por mais trinta dias, da isenção fiscal da cota dada para o etanol importado dos EUA. Para o setor, a continuidade das negociações deve ser atrelada a reciprocidade dos EUA no tratamento para o açúcar. A retirada da tarifa de importação americana sobre o açúcar brasileiro seria moeda de troca.

Independente das negociações com os EUA, a exportação brasileira de açúcar continua em alta. Em agosto, o Brasil exportou 3,47 milhões de toneladas de açúcar, 118% a mais que o volume embarcado em igual período de 2019.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça

140:6 pp 2 – 3 in Boletim CNA mostra que setor sucroenergético é contra renovação da isenção de cota para importação de etanol _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Com os aumentos dos custos de produção impulsionados pela valorização do dólar frente ao Real, as federações estaduais buscam alternativas para a redução de custo dos produtores. Em Minas Gerais, com o apoio do Sistema Faemg/Senar, cafeicultores atendidos pelo programa AgroNordeste e pelo Senar Minas

economizaram até 26% na compra de fertilizantes pela compra coletiva. A iniciativa deve ser ampliada para outros produtores e insumos

0 Códigos

140:7 p 5 in Boletim CNA mostra que setor sucroenergético é contra renovação da isenção de cota para importação de etanol _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

- De acordo com um novo relatório da OCDE, os países responderam de forma decisiva à crise da Covid-19, mas irão enfrentar desafios fiscais significativos pela frente. O relatório “Reformas de política tributária de 2020”, identifica as principais tendências da política tributária adotada antes da pandemia e faz um balanço dos impostos/tarifas e medidas fiscais mais amplas introduzidas pelos países da OCDE em resposta à pandemia, desde seu surto até junho de 2020. O relatório indica que a maioria dos países adotou uma abordagem em fases para a Covid-19, adaptando gradualmente seus pacotes fiscais à medida que a crise se desenrolava. As respostas iniciais dos governos se concentram em fornecer suporte de renda às famílias e liquidez às empresas. As medidas e discussões mais recentes sugerem que a fase de recuperação será apoiada por uma política fiscal expansionista em vários países. Ainda segundo o relatório, com os países enfrentando níveis tão altos de incerteza, a agilidade das políticas será fundamental e as medidas de apoio direcionadas devem ser mantidas o tempo que for necessário para evitar efeitos colaterais (OCDE, 3 de setembro de 2020).

0 Códigos

141 Boletim CNA_ Exportações de açúcar batem recorde em outubro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

4 Citações:

141:1 p 1 in Boletim CNA_ Exportações de açúcar batem recorde em outubro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A CNA solicitou apoio do Ministério da Agricultura frente à iminente crise que se desenha para a pecuária leiteira nacional, em decorrência da redução das margens da atividade. Para os próximos meses, o preço do leite tende a cair em função das variáveis de mercado, ao mesmo tempo em que a alta nos custos de produção tende a seguir em ritmo forte, principalmente em função das cotações dos insumos que compõem a ração concentrada.

0 Códigos

141:2 p 2 in Boletim CNA_ Exportações de açúcar batem recorde em outubro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

No STF, a CNA defendeu a manutenção do Convênio ICMS 100, no julgamento da Ação Indireta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.553/2016, que questiona benefícios tributários que incidem sobre defensivos agrícolas. O CONFAZ aprovou a prorrogação do Convênio até 31 de março de 2021, no dia 29 de outubro, atendendo a uma demanda da CNA e das Federações de Agricultura. Segundo estimativa da CNA, uma das principais consequências da revogação do Convênio é o aumento de 9,5% no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para os produtos da cesta básica. A parcela do salário destinada à compra de produtos da cesta básica de quem ganha, em média, um salário mínimo, subiria de 46,4% para 50,8%. O ministro Gilmar Mendes pediu vista no dia 3 de novembro.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

141:3 p 3 in Boletim CNA_ Exportações de açúcar batem recorde em outubro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

De acordo com a agência marítima Southport, na segunda-feira (02/11), 38 mil toneladas de soja foram embarcadas dos EUA com destino ao porto de Paranaguá. As importações de soja com origem americana estão se beneficiando da isenção de tarifa de importação fora do Mercosul e têm como objetivo conter a alta dos preços no mercado doméstico.

1 Códigos:

- justiça

141:4 p 3 in Boletim CNA_ Exportações de açúcar batem recorde em outubro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

As importações brasileiras de arroz beneficiado atingiram 102 mil toneladas em outubro, alta de 46% frente a outubro de 2019. Já as importações de arroz em casca foram de apenas 2,5 mil t, queda de 76%. Segundo o Ministério da Economia, as importações de outubro não sofreram ainda influência da isenção da Tarifa Externa

Comum do Mercosul (TEC) de 400 mil toneladas, uma vez que as importações de outubro foram majoritariamente do Mercosul.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

142 Boletim CNA_ Setor agropecuário defende prorrogação de convênios que reduzem cobrança do ICMS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

2 Citações:

142:1 p 1 in Boletim CNA_ Setor agropecuário defende prorrogação de convênios que reduzem cobrança do ICMS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A CNA defende a renovação dos dois convênios, que reduzem a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre insumos agropecuários e máquinas e equipamentos, o que ajuda a manter a competitividade do setor.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

142:2 p 1 in Boletim CNA_ Setor agropecuário defende prorrogação de convênios que reduzem cobrança do ICMS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

ios para concessão ou revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais, reuniu-se no dia 14 de outubro. O setor agropecuário aguardava a votação dos Convênios ICMS 52/1991 e 100/1997, que reduzem a base de cálculo para tributação de máquinas e equipamentos e de insumos agropecuários, respectivamente, e que vencem no dia 31 de dezembro.

0 Códigos

143 Boletim CNA_ Setor de frutas espera ritmo de exportações para UE perto do normal nas próximas semanas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

8 Citações:

143:1 p 2 in Boletim CNA_ Setor de frutas espera ritmo de exportações para UE perto do normal nas próximas semanas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Após atuação do setor contra os baixos preços do leite aos produtores de Rondônia, foi aprovada uma lei estadual que obriga os laticínios a aderirem ao Conseleite. As empresas que não aderirem terão seus incentivos e benefícios fiscais suspensos.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça

143:2 p 3 in Boletim CNA_ Setor de frutas espera ritmo de exportações para UE perto do normal nas próximas semanas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

- A Comissão Europeia apresentou uma proposta para impedir que empresas estrangeiras que receberam doações significativas, empréstimos, créditos fiscais ou outras formas de auxílio estatal adquiram empresas europeias ou concorram com elas por determinados contratos dentro da UE (Valor Econômico, 17 de junho de 2020);

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

143:3 p 4 in Boletim CNA_ Setor de frutas espera ritmo de exportações para UE perto do normal nas próximas semanas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais da China (MARA) publicou, no dia 23 de junho, a nova lista de organismos geneticamente modificados (OMGs) que tiveram certificados de segurança para importação aprovados ou renovados. Os eventos aprovados pela primeira vez foram a variedade de soja resistente a insetos MON-87751(Bayer) e a soja resistente a herbicidas DBN-09004-6 (Beijing Dabeí Agricultural Biotechnology). A MON-87751 é a segunda geração da tecnologia Intacta e já foi aprovada para produção e comercialização no Brasil. A DBN-09004-6 foi desenvolvida por empresa chinesa e, segundo informado pelo setor privado, será comercializada na Argentina. Ambos os certificados têm validade até 11 de junho de 2025 (Divisão de Promoção do Agronegócio-II (DPA-II) – MRE);

0 Códigos

143:4 p 4 in Boletim CNA_ Setor de frutas espera ritmo de exportações para UE perto do normal nas próximas semanas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Também foram renovadas até 11 de junho de 2025 as autorizações de importação para os seguintes eventos: milhos resistentes a herbicidas MON-87427 (Bayer) e DAS-40278-9 (Corteva); milhos resistentes a insetos 5307 (Syngenta) e MIR-162 (Syngenta); milho resistente a herbicidas e insetos Bt11xGA21 (Syngenta); e soja resistente a herbicidas MON-87705 (Bayer) (Divisão de Promoção do Agronegócio-II (DPA-II) – MRE);

0 Códigos

143:5 p 4 in Boletim CNA_ Setor de frutas espera ritmo de exportações para UE perto do normal nas próximas semanas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

- O encerramento inconclusivo da quarta rodada negociadora entre o Reino Unido e a União Europeia, somado à perspectiva da nova etapa de tratativas comerciais entre Londres e Washington, nas próximas semanas, voltou a despertar inquietudes entre produtores agropecuários locais que temem que negociadores britânicos aceitem reduzir tarifas e padrões sanitários relativos à importação de produtos

agropecuários norte-americanos (Divisão de Promoção do Agronegócio-II (DPA-II) – MRE).

1 Códigos:

- justiça

143:6 p 3 in Boletim CNA_ Setor de frutas espera ritmo de exportações para UE perto do normal nas próximas semanas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

- O governo de Donald Trump planeja anunciar um plano para renegociar suas tarifas consolidadas nos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC). A ação poderá afetar aliados como o Brasil e a Índia. Ainda não está claro se o objetivo é só renegociar as tarifas consolidadas de importação americanas ou se o governo americano quer uma ampla renegociação de tarifas em geral envolvendo os outros países (Valor Econômico, 17 de junho de 2020).

1 Códigos:

- justiça

143:7 p 4 in Boletim CNA_ Setor de frutas espera ritmo de exportações para UE perto do normal nas próximas semanas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

- O setor produtivo argentino tem reclamado das ações do atual governo que tem praticado maiores restrições cambiais, aumentando o número de impostos às exportações e expropriações de empresas, como é o caso da trading agrícola Vicentín, que agora faz parte da estatal YPF Agro (Valor Econômico, 17 de junho de 2020)

1 Códigos:

- justiça

143:8 p 5 in Boletim CNA_ Setor de frutas espera ritmo de exportações para UE perto do normal nas próximas semanas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

- As decisões políticas têm sido cruciais para amenizar o golpe contínuo na produção e no comércio e continuarão a desempenhar um papel importante na determinação do ritmo da recuperação econômica. Para que a produção e o comércio se recuperem em 2021, todas as políticas fiscais, monetárias e comerciais precisarão continuar na mesma direção (OMC);

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária

144 Boletim semanal_ CNA traz informações sobre Plano Safra _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

3 Citações:

144:1 p 1 in Boletim semanal_ CNA traz informações sobre Plano Safra _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O Plano Agrícola e Pecuário 2020/2021 foi concebido pelo Governo Federal em um momento singular, em função das dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19 que, inclusive, levaram à elevação significativa dos gastos do Governo, estimada em R\$ 400 bilhões, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional.

O volume de recursos anunciado pelo Governo para aplicação em crédito rural é 6,1% superior aos R\$ 222,7 bilhões programados para a safra 2019/2020. Do volume total, 65% devem ser aplicados a juros controlados e 35% a juros livres. Serão destinados R\$ 33 bilhões para produtores rurais familiares (enquadrados no Pronaf), R\$ 33,2 bilhões para médios produtores (enquadrados no Pronamp) e R\$ 170,2 bilhões para demais produtores e cooperativas de produção.

0 Códigos

144:2 p 2 in Boletim semanal_ CNA traz informações sobre Plano Safra _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O volume de recursos previsto para a subvenção ao prêmio do seguro rural em 2021 é 30% superior ao alocado em 2020 (R\$ 1 bilhão) e permitirá ampliar a área com cobertura de seguro para 21 milhões de hectares e atender aproximadamente 300 mil apólices, ante os 15 milhões de hectares e as 220 mil apólices previstas para 2020. Além do aumento da subvenção, o Governo tem empreendido diversas ações para a qualificação de corretores de seguros, peritos e disseminação de informações aos produtores rurais, como o lançamento do aplicativo PSR, no qual o produtor poderá consultar as informações das seguradoras que atuam no seu município, bem como fazer comparativos de condições de contratação e simulação da subvenção. O Governo criou, ainda, o projeto Monitor de Seguros Rurais que, em parceria com entidades de classe, busca fazer a avaliação permanente dos produtos de seguro e serviços oferecidos pelas seguradoras.

0 Códigos

144:3 p 2 in Boletim semanal_ CNA traz informações sobre Plano Safra _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Um dos principais pleitos apresentados pela CNA ao PAP foi a redução dos custos de observância impostos às instituições financeiras na concessão do crédito rural e, em consequência, dos custos administrativos e tributários cobrados pelas instituições financeiras para operar o crédito rural. O objetivo final dessa solicitação é ampliar o volume de recursos equalizados à disposição dos produtores rurais, dado o orçamento destinado para essa política.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária

145 Cadeia de lácteos cria “livro de cabeceira” do setor _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

1 Citações:

145:1 p 2 in Cadeia de lácteos cria “livro de cabeceira” do setor _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Também devem ser prioritárias ações para aumentar a competitividade para a exportação de lácteos pelo Sul do Brasil, a renovação de convênios de isenção de impostos e taxas que ajudam a segurar os custos de produção, atuação na reforma tributária, entre outros pontos.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária

146 CNA apresenta balanço de 2020 e as perspectivas para 2021 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

6 Citações:

146:1 p 2 in CNA apresenta balanço de 2020 e as perspectivas para 2021 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A CNA defende uma reforma tributária que simplifique e traga segurança jurídica, mas que não aumente a carga tributária dos produtores rurais.

2 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça

146:2 p 2 in CNA apresenta balanço de 2020 e as perspectivas para 2021 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A Confederação continuará atuando para evitar a elevação dos custos de produção da atividade agropecuária, com o objetivo de manter a competitividade do Brasil no comércio internacional e impedir uma alta dos preços dos alimentos para a população em função de uma carga tributária maior sobre os alimentos.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

146:3 p 2 in CNA apresenta balanço de 2020 e as perspectivas para 2021 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Neste contexto, a CNA acredita que a melhora dos indicadores econômicos brasileiros passa pela preservação dos instrumentos de financiamento da atividade produtiva e de políticas públicas que garantam a isenção tributária dos produtos da cesta básica.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

146:4 p 3 in CNA apresenta balanço de 2020 e as perspectivas para 2021 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Os cinco principais destinos foram China, União Europeia, Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul. Juntos, esses países representaram 63% das exportações do agro brasileiro em 2020.

0 Códigos

146:5 p 4 in CNA apresenta balanço de 2020 e as perspectivas para 2021 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Além da representação em Xangai, a Confederação trabalha para abrir o segundo escritório no continente, dessa vez, em Singapura.

0 Códigos

146:6 p 4 in CNA apresenta balanço de 2020 e as perspectivas para 2021 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

As rodadas de negócios virtuais continuarão a compor o calendário do projeto. A primeira do ano será focada em produtos sustentáveis que serão apresentados a compradores europeus e norte-americanos.

0 Códigos

147 CNA debate crédito na safra 2021_2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

3 Citações:

147:1 p 1 in CNA debate crédito na safra 2021_2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Segundo Bruno Lucchi, as principais demandas do setor são revisar os custos administrativos e tributários (CAT) cobrados pelas instituições financeiras para operacionalizar o crédito rural e as diretrizes aplicadas sobre a carteira agro das instituições financeiras, para definição do risco na regulação prudencial.

Esses e outros pontos fazem parte da agenda estruturante no crédito rural que a CNA está trabalhando para aumentar as fontes de financiamento para o setor e otimizar os gastos públicos.

3 Códigos:

● eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos favoráveis ao país

147:2 p 1 in CNA debate crédito na safra 2021_2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Outras propostas são fortalecer as cooperativas de crédito, que possuem custos administrativos e tributários inferiores às demais instituições financeiras; coibir a exigência de reciprocidade pelos bancos, incluindo no manual de crédito rural norma específica que evite a prática de venda casada; e a diferenciação de condições de crédito para produtores que adotam mitigadores de riscos.

3 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

147:3 p 1 in CNA debate crédito na safra 2021_2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“É um setor que responde rápido, garante a segurança alimentar e reflete em números na economia. Quando o produtor tem estímulo, ele investe no próprio negócio e a resposta é na safra seguinte. Apesar de todas as dificuldades relacionadas ao clima, essa será mais uma safra recorde”, afirmou Bruno Lucchi.

3 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos favoráveis ao país

148 CNA debate impactos da Reforma Tributária na cesta básica e nos hortifrúti _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

12 Citações:

148:1 p 1 in CNA debate impactos da Reforma Tributária na cesta básica e nos hortifrúti _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Renato Conchon destacou que todas as propostas em análise no Congresso irão trazer impactos negativos para o setor agropecuário, mas a PEC 45/2019 é considerada a pior. Além de aumentar a carga tributária e o custo de produção, o fim da desoneração da cesta básica previsto aumentará o preço dos alimentos e reduzirá a rentabilidade dos produtores rurais.

4 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

148:2 p 1 in CNA debate impactos da Reforma Tributária na cesta básica e nos hortifrúti _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Estamos propondo mudanças necessárias para não inviabilizar o agronegócio frente aos concorrentes internacionais e garantir segurança alimentar com quantidade, qualidade e preços baixos para a alimentação da população brasileira”, afirmou.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias

148:3 p 1 in CNA debate impactos da Reforma Tributária na cesta básica e nos hortifrúti _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Segundo Thatiane, o sistema tributário brasileiro é focado no consumo e onera, principalmente, a população mais pobre, que gasta a maior parte da sua renda com alimentação. Na visão dela, o pressuposto de simplificar e eliminar benefícios fiscais vai gerar consequências do ponto de vista social.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

148:4 p 1 in CNA debate impactos da Reforma Tributária na cesta básica e nos hortifrúti _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Já se cogita uma alíquota única perto dos 32% e isso é muito elevado. Vai impactar o preço dos produtos para o consumidor final e afetar o setor agropecuário. Existe uma má compreensão entre justiça e eficiência econômica. Elas podem andar juntas”, disse.

4 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

148:5 p 1 in CNA debate impactos da Reforma Tributária na cesta básica e nos hortifrúti _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Fernando Scaff considera o momento “inoportuno” para a discussão de um tema complexo para a economia do País nas próximas décadas. Ele também entende que a tributação focada no consumo é incorreta e que o fim da desoneração da cesta básica vai gerar produtos mais caros e inflação.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

148:6 p 1 in CNA debate impactos da Reforma Tributária na cesta básica e nos hortifrúti _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“O sistema é ruim, mas pode ficar muito pior. A retirada da tributação reduzida da cesta básica afetará toda a cadeia produtiva, que vai desde o insumo básico até a ponta exportadora ou o consumidor”.

2 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça social/minorias

148:7 p 1 in CNA debate impactos da Reforma Tributária na cesta básica e nos hortifrúti _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Com base nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE), Thiago de Carvalho explicou que o Brasil já vem enfrentando uma queda no consumo nos últimos anos e, atualmente, 74% das famílias tem uma renda per capita de até R\$ 1.233.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

148:8 p 2 in CNA debate impactos da Reforma Tributária na cesta básica e nos hortifrúti _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

De acordo com ele, o aumento do preço dos alimentos com o fim da desoneração da cesta básica vai reduzir ainda mais o consumo e trazer prejuízos, principalmente,

para pequenos e médios produtores que não exportam. Outro fator que agrava essa situação é a taxa de 13,8% de desemprego atual.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias

148:9 p 2 in CNA debate impactos da Reforma Tributária na cesta básica e nos hortifrúti _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Estudos apontam que já vem acontecendo uma redução no consumo de produtos de proteína animal e lácteos.

Se o preço subir e a renda continuar do mesmo jeito, vai haver mais queda e impacto em toda a cadeia. A Reforma Tributária dessa forma criará um abismo e aumentará a desigualdade social que já existe”, alertou Thiago.

2 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça social/minorias

148:10 p 2 in CNA debate impactos da Reforma Tributária na cesta básica e nos hortifrúti _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Defendemos uma Reforma Tributária que simplifique e traga segurança jurídica, mas que não aumente a carga tributária dos produtores rurais. Se isso acontecer, vamos criar um problema social para o campo e outro econômico para a cidade”.

4 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

148:11 p 2 in CNA debate impactos da Reforma Tributária na cesta básica e nos hortifrúti _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O coordenador do Núcleo Econômico da CNA também apresentou dados de um estudo realizado pela Confederação sobre o aumento do custo de produção e a queda da rentabilidade para alguns produtos da cadeia de hortifrúti.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

148:12 p 2 in CNA debate impactos da Reforma Tributária na cesta básica e nos hortifrúti _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“As pequenas culturas serão as mais impactadas por causa da falta de escala. A rentabilidade será negativa e isso vai inviabilizar muitos produtores de permanecerem na atividade”, declarou.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado / ● justiça social/minorias

149 CNA debate impactos do fim de benefícios fiscais e tributários para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

3 Citações:

149:1 p 1 in CNA debate impactos do fim de benefícios fiscais e tributários para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O diretor da consultoria Contas Abertas, Gil Castelo Branco, fez uma palestra sobre o tema e alertou sobre as consequências negativas da redução de benefícios fiscais e tributários para o agro.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

149:2 p 1 in CNA debate impactos do fim de benefícios fiscais e tributários para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Essa Lei tem por finalidade revogar os benefícios fiscais do ICMS, anteriormente concedidos pelos estados, em desconformidade com as regras do Confaz. Só serão revogados os benefícios fiscais interestaduais realizados por lei estadual”, explicou o diretor executivo do Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária (IFAG), ligado à Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), Edson Alves Novaes.

1 Códigos:

- justiça

149:3 p 1 in CNA debate impactos do fim de benefícios fiscais e tributários para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Os representantes do GT Econômico também discutiram as propostas de reforma tributária em tramitação no Congresso, os Convênios ICMS nº 100/1997 e 52/1991, ambos com validade até 31 de março de 2021, além dos ajustes no sistema do Imposto Territorial Rural (ITR) e problemas nas emissões de Certidões Negativas de Débitos (CNDs) dos produtores que aderiram ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) do Funrural.

0 Códigos

150 CNA debate tributação internacional do agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

7 Citações:

150:1 p 1 in CNA debate tributação internacional do agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Nereida Horta explicou que a maioria dos países que tem a agropecuária como base da economia, mesmo aqueles que adotam o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), oferecem benefícios diferenciados para o setor.

Além de subsídios diretos e restituição de crédito, existem isenções para construções, maquinários, equipamentos, insumos e até para a água utilizada na atividade econômica.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça

150:2 p 1 in CNA debate tributação internacional do agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Não é possível deixar um setor importante, que tem sustentado o País nas grandes depressões econômicas, sem essa salvaguarda na tributação. Já são tantas intempéries que o produtor rural tem que lidar e ainda vamos colocar mais um peso de tributação e compliance?”, questionou ela.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● resultados econômicos favoráveis ao país

150:3 p 1 in CNA debate tributação internacional do agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Já a advogada da CNA, Viviane Faulhaber, destacou dados de um estudo comparativo feito pela Confederação, baseado em dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). De 134 países analisados, apenas três não possuem qualquer tipo de alíquota reduzida ou isenção na tributação indireta para o agro. Em mais de 98% dos países, existe alguma especificidade na tributação indireta. A pesquisa apontou, ainda, que entre os 35 países com maior produção agrícola, 82% possuem algum regime diferenciado para o setor.

1 Códigos:

- justiça

150:4 p 1 in CNA debate tributação internacional do agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“O agro é muito diferente de outros setores. Ele compete com um mundo protecionista. Não há uma precificação livre. Todas essas peculiaridades têm que ser levadas em consideração para ele ser competitivo internacionalmente”, afirmou Viviane.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

150:5 p 1 in CNA debate tributação internacional do agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Na opinião do professor de Direito Tributário da USP, a agropecuária é um setor sensível em todo o mundo e as atuais propostas de Reforma Tributária no Brasil, ao contrário, querem desfavorecer e agravar a tributação do agro como se isso fosse uma forma de enriquecimento do País.

2 Códigos:

- justiça / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

150:6 p 1 in CNA debate tributação internacional do agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Helena Torres criticou a retirada da desoneração da cesta básica e avaliou que a redução de incentivos internos, somada ao já elevado custo-Brasil, vai colocar o agro brasileiro “no atraso” frente aos seus principais concorrentes mundiais.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

150:7 p 2 in CNA debate tributação internacional do agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Precisamos criar uma agenda da política tributária do agronegócio brasileiro e discutir essa agenda segundo as especificidades do agronegócio. Estão colocando tudo em uma cesta única e nós, certamente, estamos ficando à deriva dessa Reforma Tributária”.

1 Códigos:

- justiça

151 CNA defende inclusão do setor agropecuário em projeto que prorroga incentivos de ICMS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

4 Citações:

151:1 p 1 in CNA defende inclusão do setor agropecuário em projeto que prorroga incentivos de ICMS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Projeto de Lei Complementar (PLP) 5/2021, que prorroga por 15 anos os incentivos fiscais vinculados ao ICMS, destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais

0 Códigos

151:2 p 1 in CNA defende inclusão do setor agropecuário em projeto que prorroga incentivos de ICMS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Segundo Conchon, o pleito da Confederação é contemplar apenas os produtos in natura que foram impactados com o fim dos benefícios a partir de 31 de dezembro de 2020.

“Houve significativo aumento da carga tributária desses produtos nas operações interestaduais.

Conseqüentemente a rentabilidade de pequenos e médios produtores rurais caiu, pois os produtos mais impactados foram os que são destinados ao mercado doméstico, como mandioca, tomate, feijão, leite cru e suínos vivos, e que são produzidos por essa classe de produtores”, disse.

3 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça / ● justiça social/minorias

151:3 p 1 in CNA defende inclusão do setor agropecuário em projeto que prorroga incentivos de ICMS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

De acordo com Renato, o consumidor brasileiro já percebe o repasse do aumento dos custos de produção no produto final. “No acumulado dos últimos 12 meses, o preço da carne suína sofreu alta de 31%, o da mandioca 21,7% e o do leite longa vida 10%, muito por conta do aumento da tributação sobre esses alimentos”.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

151:4 p 1 in CNA defende inclusão do setor agropecuário em projeto que prorroga incentivos de ICMS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O coordenador do Núcleo Econômico da CNA explicou ainda que o pedido da entidade não prejudicará a arrecadação dos estados de maneira que comprometa o caixa, mas que a medida vai propiciar mais renda aos pequenos e médios produtores, além de reduzir o custo de vida da população brasileira.

3 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos favoráveis ao país

152 CNA defende manutenção de benefícios fiscais para defensivos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

4 Citações:

152:1 p 1 in CNA defende manutenção de benefícios fiscais para defensivos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Este convênio reduz em 60% a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para saída de um estado para outro de insumos agropecuários, como defensivos, fertilizantes e sementes, o que torna mais viável o custo do agricultor na aquisição destes produtos.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

152:2 p 1 in CNA defende manutenção de benefícios fiscais para defensivos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O PSOL alega impactos ao meio ambiente e prejuízos à saúde humana quando entrou com a ação, há dois anos, argumento desmistificado pela CNA, que argumenta que o registro e a comercialização dos defensivos no Brasil são rigorosamente fiscalizados por órgãos do governo.

Hoje, o pedido de registro de um defensivo passa pela análise do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Instituto Brasileiro de Meio

Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

152:3 p 1 in CNA defende manutenção de benefícios fiscais para defensivos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Não há como defender que as normas impugnadas violam o direito fundamental à saúde e ao meio ambiente equilibrado, quando se observa que esses direitos foram avaliados por três órgãos especializados” diz a CNA no pedido.

1 Códigos:

- justiça

152:4 p 1 in CNA defende manutenção de benefícios fiscais para defensivos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Segundo o chefe da assessoria jurídica da CNA, Rudy Maia Ferraz, caso a ação seja julgada procedente pelo STF, os custos de produção devem subir significativamente com estes insumos.

“Mesmo com os benefícios tributários, representa elevado custo de produção e o produtor rural adquire porque precisa. É um item imprescindível, porque o Brasil é um país de clima tropical e está sempre propenso ao avanço de pragas e doenças na lavoura”.

2 Códigos:

- justiça / ● renda pré-tributária

153 CNA defende renovação de convênio que reduz cobrança de ICMS sobre insumos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

5 Citações:

153:1 p 1 in CNA defende renovação de convênio que reduz cobrança de ICMS sobre insumos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Caso contrário, o fim do Convênio ICMS nº 100/1997, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), elevará em até 14,3% o custo de produção da atividade rural e a carga tributária em até R\$ 40 bilhões, além de comprometer os preços dos produtos que compõem a cesta básica.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

153:2 p 1 in CNA defende renovação de convênio que reduz cobrança de ICMS sobre insumos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A medida expira em 30 de abril deste ano. Por meio dele, há uma cobrança menor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de 30% a 60%,

sobre a comercialização interestadual de insumos, o que ajuda a reduzir o custo de produção para os produtores rurais. Nas operações internas, há a isenção do imposto.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

153:3 p 1 in CNA defende renovação de convênio que reduz cobrança de ICMS sobre insumos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Caso o cenário de não renovação do Convênio se consolide, algumas atividades agropecuárias que hoje estão com margens de lucro favoráveis passarão a ter resultados negativos, o que poderá comprometer a manutenção dos produtores na atividade no médio prazo”, alerta a CNA em nota técnica.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado

153:4 p 1 in CNA defende renovação de convênio que reduz cobrança de ICMS sobre insumos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A entidade analisou o impacto do fim do convênio nas culturas que fazem parte do Projeto Campo Futuro, no qual a entidade levanta os custos de produção da atividade agropecuária em todo o País.

A bovinocultura de leite em regime de semiconfinamento no Rio Grande do Sul terá um aumento de 14,29% no Custo Operacional Efetivo (COE), enquanto a alta do custo da soja em Mato Grosso chegará a 11,92%.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

153:5 p 1 in CNA defende renovação de convênio que reduz cobrança de ICMS sobre insumos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Também na publicação, a CNA ressalta que vários produtos, em alguns estados, já vêm apresentando resultados negativos e terão a situação agravada, como café, cana-de-açúcar, feijão, maçã, milho e trigo.

“Espera-se uma sensibilização do Poder Executivo Federal, estados e parlamentares para a manutenção do benefício, pois devemos lembrar que o setor agropecuário representa 22% do Produto Interno Bruto do Brasil, emprega 32% da mão-de-obra e é o setor responsável por 44% das exportações”, justifica a CNA.

4 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

154 CNA discute demandas de produtores de grãos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

1 Citações:

154:1 p 1 in CNA discute demandas de produtores de grãos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Outro tema abordado foi o Convênio ICMS nº100/1997, que reduz o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para insumos agropecuários. A medida tem validade até o final de abril e a CNA quer a renovação do convênio.

“Discutimos questões tributárias e o Convênio 100 recebeu uma atenção especial, pois vence agora em abril e precisamos fazer um trabalho para que não acabe. Se a isenção do ICMS sobre os insumos agropecuários não for renovada, o produtor pode ter um impacto de até a 10% sobre os seus custos de produção”.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

155 CNA e 44 entidades do agro pedem renovação de convênios do ICMS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

6 Citações:

155:1 p 1 in CNA e 44 entidades do agro pedem renovação de convênios do ICMS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e mais 44 entidades do agronegócio encaminharam, na segunda (28), um manifesto aos governadores e secretários estaduais de Fazenda para pedir a renovação, até 2022, dos Convênios ICMS 100/97 e 52/91 para que o setor continue competitivo.

1 Códigos:

- justiça

155:2 p 1 in CNA e 44 entidades do agro pedem renovação de convênios do ICMS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“É fundamental a manutenção de estratégias quanto à garantia da competitividade do setor por meio de custos competitivos ao produtor rural”, afirmam as 45 entidades por meio do manifesto

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

155:3 p 1 in CNA e 44 entidades do agro pedem renovação de convênios do ICMS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) apontam um prejuízo direto aos produtores de R\$ 16 bilhões em alguns segmentos da cadeia agrícola, sem incluir a parte da pecuária.

1 Códigos:

- expropriação do privado

**155:4 p 1 in CNA e 44 entidades do agro pedem renovação de convênios do ICMS
_ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)**

Segundo informações da CNA incluídas no manifesto, o fim do Convênio 100 aumentará ainda mais o custo de produção. Para a cultura do milho na Bahia, essa alta pode chegar a 11,4%, enquanto que, para a produção de soja em Mato Grosso, a elevação será de 11,2%. O impacto para a pecuária de leite no Rio Grande do Sul é de um aumento de 12,8% nos custos, além de subir os preços de produtos da cesta básica.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

**155:5 p 1 in CNA e 44 entidades do agro pedem renovação de convênios do ICMS
_ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)**

“A não renovação do Convênio ICMS nº 100/1997, poderá prejudicar ainda mais este cenário, com aumento nos preços de alimentos que acarretem um aumento na taxa de inflação para a população brasileira, comprometendo o cumprimento da meta de inflação oficial do País”, dizem as entidades no manifesto.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

**155:6 p 1 in CNA e 44 entidades do agro pedem renovação de convênios do ICMS
_ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)**

“Esse prejuízo será determinante na continuidade da produção agrícola e pecuária nacional e no papel relevante que o Brasil apresenta em abastecer diversas nações dentro das cadeias de comércio em âmbito mundial. Cabe ressaltar ainda a junção de fatores do conhecido pacote “custo Brasil” que acarretará uma rentabilidade quase nula em determinadas culturas produzidas pelos produtores locais, especialmente os de pequeno e médio porte”, ressalta o documento.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado / ● resultados econômicos favoráveis ao país

**156 CNA e especialistas debatem incentivos fiscais no mercado de defensivos agrícolas
_ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)**

5 Citações:

156:1 p 1 in CNA e especialistas debatem incentivos fiscais no mercado de defensivos agrícolas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Nós elaboramos um parecer técnico detalhando os prejuízos da ADI para o setor agropecuário. A utilização de defensivos agrícolas é essencial para o controle e manejo de pragas, principalmente em um país tropical como o Brasil, onde se faz sol e chuva, ervas daninha crescem e insetos se reproduzem”, disse.

1 Códigos:

- justiça

156:2 p 1 in CNA e especialistas debatem incentivos fiscais no mercado de defensivos agrícolas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Para Conchon, o fim dos incentivos fiscais vai impactar diretamente nos custos de produção do produtor rural e, conseqüentemente, no aumento dos preços dos alimentos. No documento, a CNA explica que, se a alta do custo do produtor for repassada para o consumidor, a inflação pode aumentar em 9,5%, encarecendo o custo de vida da população brasileira.

3 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

156:3 p 1 in CNA e especialistas debatem incentivos fiscais no mercado de defensivos agrícolas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Não faz sentido, em um momento de pandemia que o país discute uma segunda rodada de auxílio emergencial, promover ações que aumentem a carga tributária do setor agropecuário e o preço dos alimentos para os consumidores”, destacou Renato.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

156:4 p 1 in CNA e especialistas debatem incentivos fiscais no mercado de defensivos agrícolas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Segundo o coordenador do Núcleo Econômico da CNA, tratar insumos agropecuários de maneira diferenciada é praticamente uma regra dos países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e dos que utilizam o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA).

“De acordo com um levantamento da CNA, mais de 140 países tratam os insumos de forma diferenciada para que o produtor tenha um custo de produção mais barato e que o produto seja vendido com um preço mais atrativo no mercado. Nós precisamos assegurar a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros”.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça / ● renda pré-tributária

156:5 p 1 in CNA e especialistas debatem incentivos fiscais no mercado de defensivos agrícolas _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O especialista da CNA também informou que se a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.553/2016 for levada adiante, haverá uma pressão nos recursos do Plano Safra. “Está cada vez mais difícil aumentar o recurso oficial para custeio agrícola. Se estamos discutindo aumento dos custos com defensivos, então o produtor irá pagar mais juros pelo financiamento, achatando assim a sua rentabilidade”.

1 Códigos:

- expropriação do privado

157 CNA entrega à ministra da Agricultura propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2021_2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

6 Citações:

157:1 p 1 in CNA entrega à ministra da Agricultura propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2021_2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O documento elaborado pela CNA é constituído de quatro pilares: 1. ajustes estruturantes para aumentar a oferta de crédito, como revisão da regulação prudencial a que estão sujeitas as instituições financeiras e dos custos administrativos e tributários (CAT's) que elas cobram na operacionalização da política de crédito rural; 2.

redução dos custos intrínsecos às contratações de crédito, como os custos cartorários, venda casada, e taxas que os bancos cobram para avaliar projetos; 3. prioridades dos pequenos e médios produtores e suas principais dificuldades no acesso ao crédito e seguro; e 4. propostas para a melhoria da gestão de riscos.

0 Códigos

157:2 p 1 in CNA entrega à ministra da Agricultura propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2021_2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Apesar dos avanços que tivemos nos últimos anos, a safra 2021/2022 será um grande desafio para os produtores, pois os custos de produção têm se elevado significativamente, as taxas de juros estão em ascensão e a piora de expectativas dos indicadores macroeconômicos tende a tornar os ofertantes de crédito mais seletivos”, afirmou o presidente da CNA, João Martins, que também participou da entrega de forma virtual.

0 Códigos

157:3 p 2 in CNA entrega à ministra da Agricultura propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2021_2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Outra proposta é garantir orçamento de R\$ 15 bilhões, em 2021, para equalização de taxa de juros, e de R\$ 1,6 bilhão para a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural (PSR).

0 Códigos

157:4 p 2 in CNA entrega à ministra da Agricultura propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2021_2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Entre as prioridades está, ainda, a derrubada dos vetos presidenciais à Lei 14.130/2021, pois conferem tratamento tributário diferente aos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) em relação aos

outros setores, ceifando a sua competitividade, e criar um programa de subvenção às opções de venda de milho, com o objetivo de incentivar a produção do cereal.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

157:5 p 2 in CNA entrega à ministra da Agricultura propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2021_2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Na gestão da ministra, o setor obteve diversas conquistas ao defender essa agenda estruturante, como a aprovação da Lei do Agro, a Lei do Fiagro, e a emissão de CRA garantido pelo BNDES. No entanto, estamos trabalhando para otimizar os gastos públicos, auxiliar mais produtores a produzir nas faixas de maior produtividade e renda e promover a inclusão financeira dos produtores”, disse Schreiner.

0 Códigos

157:6 p 2 in CNA entrega à ministra da Agricultura propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2021_2022 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

No entanto, estamos trabalhando para otimizar os gastos públicos, auxiliar mais produtores a produzir nas faixas de maior produtividade e renda e promover a inclusão financeira dos produtores”, disse Schreiner.

3 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos favoráveis ao país

158 CNA participa de debate sobre os impactos da reforma tributária no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

4 Citações:

158:1 p 1 in CNA participa de debate sobre os impactos da reforma tributária no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Para o coordenador do Núcleo Econômico da CNA, é inegável a necessidade de uma reforma tributária no País, mas o modelo apresentado pela PEC 45/19, que tramita no Câmara dos Deputados, vai aumentar a carga tributária e trazer um impacto “substancial” para o setor agropecuário.

2 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça

158:2 p 1 in CNA participa de debate sobre os impactos da reforma tributária no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Conforme Renato, a proposta não considera as peculiaridades do setor, como a sazonalidade de safra. Pontos como a alíquota única afetarão as exportações

agropecuárias e a obrigação do produtor rural pessoa física (98% dos produtores rurais) se tornar contribuinte do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) aumentará os gastos com impostos e custos para gerenciar o tributo.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado / ● renda pré-tributária

158:3 p 1 in CNA participa de debate sobre os impactos da reforma tributária no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Não é racional a aplicabilidade na forma que se encontra a PEC 45 para os produtores rurais. O agro vai representar quase 24% do PIB em 2020. Uma reforma que onere e prejudique esse setor vai trazer um efeito devastador no crescimento da economia a longo prazo”, afirmou ele.

2 Códigos:

- justiça / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

158:4 p 1 in CNA participa de debate sobre os impactos da reforma tributária no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Outra mudança que impactará a população é a retirada da desoneração da cesta básica. De acordo com o economista da CNA, o setor agropecuário representou apenas 10% das desonerações tributárias concedidas pelo Governo, em 2019. Enquanto isso, aeronaves e embarcações, por exemplo, terão a redução garantida.

“Vamos cobrar mais tributos sobre alimentos, que vão subir de preço, e manter a desoneração para produtos de luxo? Teremos carne, leite, pão, arroz e feijão com a mesma carga tributária de supérfluos? A sociedade precisa debater isso”, declarou.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

159 CNA reúne autoridades para debater políticas públicas e outros temas no agro pelo Brasil _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

9 Citações:

159:1 p 1 in CNA reúne autoridades para debater políticas públicas e outros temas no agro pelo Brasil _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O presidente da CNA, João Martins, abriu o debate falando da preocupação do setor com os impactos que as propostas de reforma tributária podem trazer para o setor, principalmente a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45. Ele também falou do panorama atual de alta do dólar e desvalorização do real e os efeitos para o mercado interno e para o comércio exterior. “Se tivermos taxaço, vamos começar a perder competitividade”, alertou.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

159:2 p 1 in CNA reúne autoridades para debater políticas públicas e outros temas no agro pelo Brasil _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Martins lembrou que um grupo de trabalho criado pela CNA, em simulações feitas a partir da PEC 45, identificou que os custos de produção de produtos como a soja, o milho e o leite subiriam. O grupo também fez um comparativo entre 134 países e concluiu que em nenhum deles se paga o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) da forma como propõe a PEC.

2 Códigos:

- justiça / ● renda pré-tributária

159:3 p 2 in CNA reúne autoridades para debater políticas públicas e outros temas no agro pelo Brasil _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

João Martins falou que a CNA não é contra a reforma, desde que seja um modelo que simplifique o “emaranhado de tributos” hoje existentes sem aumentar a carga tributária do setor. “Precisamos colocar as coisas nos lugares certos”.

1 Códigos:

- justiça

159:4 p 2 in CNA reúne autoridades para debater políticas públicas e outros temas no agro pelo Brasil _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Para a ministra Tereza Cristina, um aumento de carga tributária no atual momento impactaria os custos ainda nessa safra. “A reforma tributária é para muito tempo. Temos de pensar no negócio e não olhar apenas para o panorama atual”, disse. Ela avaliou, também, que a reforma administrativa deve caminhar junto com a tributária, “mas tem de vir um ou dois passos à frente”.

2 Códigos:

- justiça / ● renda pré-tributária

159:5 p 2 in CNA reúne autoridades para debater políticas públicas e outros temas no agro pelo Brasil _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, afirmou que a reforma tributária da forma como está terá dificuldade em avançar. Desta forma, ele propôs também que a reforma administrativa tramite paralelamente ou até “alguns passos à frente” da tributária. “Temos de saber o real custo do estado e se o cidadão que paga impostos está recebendo contrapartida”.

2 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça

159:6 p 3 in CNA reúne autoridades para debater políticas públicas e outros temas no agro pelo Brasil _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Para José Mário Schreiner, da Faeg, atrás de uma reforma tributária podem vir mais tributos e o aumento da carga tributária. Já o presidente da Faeb, Humberto Miranda, mostrou a preocupação do setor agropecuário baiano com a alta da

inflação e dos custos de produção. Desta forma, ele informou que a federação tem mobilizado os parlamentares do estado, prefeitos e vereadores para evitar o aumento de carga tributária.

2 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça

159:7 p 3 in CNA reúne autoridades para debater políticas públicas e outros temas no agro pelo Brasil _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Será um desastre se não for renovado. Seria de muito bom senso a renovação”, disse a ministra Tereza Cristina.

“Sem o Convênio 100, teremos aumento de 8% a 12% dos custos de produção”, completou o presidente da Faeg, José Mário Schreiner. Para o governador Caiado, além da renovação do Convênio, há ainda a Lei Kandir, criada em 1996, que isenta de ICMS as exportações do agro e prevê o ressarcimento da União aos estados, o que não tem acontecido.

2 Códigos:

- justiça / ● renda pré-tributária

159:8 p 3 in CNA reúne autoridades para debater políticas públicas e outros temas no agro pelo Brasil _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Para o presidente da CNA, o aprimoramento do seguro rural deve ser prioridade no processo de modernização da política agrícola, para que o produtor dependa menos do crédito oficial

0 Códigos

159:9 p 3 in CNA reúne autoridades para debater políticas públicas e outros temas no agro pelo Brasil _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

viabilizar e ampliar as fontes de financiamento para o produtor rural.

0 Códigos

160 Comissão aborda de conjuntura para grãos a impactos da Lei Kandir _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

4 Citações:

160:1 p 1 in Comissão aborda de conjuntura para grãos a impactos da Lei Kandir _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A apresentação do produtor mostra que, além de trazer impacto positivo à qualidade das terras, essas técnicas vêm implicando na redução dos custos de produção. Como exemplo, Vian destacou uma propriedade de Mineiros, em Goiás, onde a remineralização do solo e o uso de fertilizantes regionais provocaram a redução de 90% na aplicação de agroquímicos. Em decorrência disso, o produtor teve custos de produção de insumos 30% menor em relação às técnicas convencionais.

0 Códigos

160:2 p 1 in Comissão aborda de conjuntura para grãos a impactos da Lei Kandir _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Em outra apresentação, o economista e coordenador do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP, Jeffrey Albers, detalhou o impacto que o fim da Lei Kandir – que prevê a desoneração de ICMS de exportações de produtos primários – causaria ao agronegócio. A legislação foi uma das responsáveis por alavancar as exportações brasileiras, que aumentaram 481% entre 1996 (ano seguinte à aplicação da lei) e o ano passado. “O impacto seria extremamente negativo, com a queda nas exportações, redução dos preços pagos ao produtor e redução do faturamento do setor agropecuário”, pontuou.

3 Códigos:

● expropriação do privado / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos favoráveis ao país

160:3 p 1 in Comissão aborda de conjuntura para grãos a impactos da Lei Kandir _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Albers também expôs os motivos pelos quais a Lei Kandir está em risco. Conforme o texto da norma, tudo que os Estados deixam de arrecadar com a isenção de ICMS deveria ser compensado por repasses do governo federal.

2 Códigos:

● justiça / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

160:4 p 2 in Comissão aborda de conjuntura para grãos a impactos da Lei Kandir _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Ocorre que a União raramente honrou esses pagamentos, de modo que a dívida se acumula. “Estima-se que essa ausência de repasse aos Estados já passe de R\$ 500 bilhões”, disse o economista.

0 Códigos

161 Diretoria da FAEP toma posse com compromisso de fortalecer o sistema sindical _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

1 Citações:

161:1 p 2 in Diretoria da FAEP toma posse com compromisso de fortalecer o sistema sindical _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Segundo Barros, no entanto, as discussões não devem ser tão simples. A tendência é de a criação de um imposto de valor agregado, com três alíquotas diferentes – a depender de como os debates se aprofundem no Congresso. “Devemos ficar uns quatro meses discutindo. É um tema muito complexo, com resistência dos Estados em perder a Lei Kandir [que prevê a isenção tributária na exportação de produtos primário], com os municípios não querendo abrir mão do ICMS [Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de

Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação]. Tudo isso é um dificultador”, pontuou.

1 Códigos:

- justiça

162 Especialistas debatem mudanças no sistema tributário _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

3 Citações:

162:1 p 2 in Especialistas debatem mudanças no sistema tributário _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O relator da proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Reforma Tributária, em tramitação no Congresso, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), afirmou que o setor agropecuário “sofre com a insegurança jurídica existente no país e precisa de um sistema capaz de desonerar totalmente as exportações, desburocratizando o modelo em vigor”.

1 Códigos:

- justiça

162:2 p 3 in Especialistas debatem mudanças no sistema tributário _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O relator da PEC tributária, deputado Luiz Carlos Hauly, disse que os governos estaduais renunciam todos os anos ao equivalente a R\$ 500 bilhões em tributos, com a sonegação fiscal do país chegando a números estratosféricos, acima de R\$ 460 bilhões.

Ao mesmo tempo, disse ele, as demandas na Justiça representam perto de R\$ 2 trilhões (contestação sobre cobrança de tributos), sendo que R\$ 500 bilhões estão em análise pelos ministros do STF.

1 Códigos:

- justiça

162:3 p 3 in Especialistas debatem mudanças no sistema tributário _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Hauly e Appy concordaram que o Brasil possui uma das maiores concentrações de renda do mundo, sendo que a adoção do IVA já seria um primeiro passo para garantir a justiça tributária e melhorar o poder de compra do cidadão.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

163 Estados entram em consenso e renovação do Convênio 100 é aprovada no Confaz _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

5 Citações:

163:1 p 1 in Estados entram em consenso e renovação do Convênio 100 é aprovada no Confaz _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O Convênio 100 é importante porque impacta diretamente o mercado de insumos agrícolas e o setor agropecuário do país. A renovação foi aprovada por unanimidade, por quatro anos, até 2025, com uniformização da alíquota em 4% para fertilizantes, evitando o tratamento diferenciado que vinha sendo dado ao produto importado. A transição ocorrerá à base de 1 ponto percentual ao ano, a partir de 2022, totalizando os 4% em 2025, ficando uniforme com as internas e interestaduais. As alíquotas sobre defensivos e demais insumos permanecem inalteradas.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça / ● resultados econômicos favoráveis ao país

163:2 p 1 in Estados entram em consenso e renovação do Convênio 100 é aprovada no Confaz _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A renovação do convênio ocorre após amplo debate entre os estados e diálogo com entidades do setor agropecuário, e envolve uma meta de crescimento de 35% da produção da indústria nacional de fertilizantes até 2025. O referido convênio vinha sendo renovado ano a ano sem alteração. Em outubro de 2020, foi formado um grupo de trabalho no âmbito do Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal) para estudar o assunto e elaborar uma proposta definitiva de alteração do convênio.

1 Códigos:

- justiça

163:3 p 1 in Estados entram em consenso e renovação do Convênio 100 é aprovada no Confaz _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O grupo foi formado pelos estados do Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. O objetivo era conciliar todas as expectativas e interesses dos estados para que se estabelecesse um novo marco tributário nacional, com potencial suficiente para estimular investimentos significativos da indústria de insumos agrícolas. O estudo do grupo serviu de base para que os 26 estados e o Distrito Federal chegassem ao consenso quanto à renovação do convênio.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça

163:4 p 1 in Estados entram em consenso e renovação do Convênio 100 é aprovada no Confaz _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“A renovação do Convênio 100/97 é extremamente importante, pois mantém os benefícios tributários a diversos insumos da atividade rural, como defensivos, sementes, etc. Além do mais, a renovação se deu por 4 anos, o que permite o planejamento seguro ao produtor rural. O Sistema FAEMG sempre defendeu a

manutenção do convênio. No entanto, a renovação atual alterou a alíquota dos fertilizantes, fixando-se em 4%. A partir de 2022,

1 Códigos:

- justiça

163:5 p 2 in Estados entram em consenso e renovação do Convênio 100 é aprovada no Confaz _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

o fertilizante passa a ser tributado em 1% e, a cada ano, a alíquota cresce em mais 1%, até atingir 4% em 2025. Em 2021, o item permanece isento. Mas é preciso criar mecanismos de anulação da nova carga tributária para não onerar o custo da produção. Esse é um trabalho no qual nos dedicaremos a partir de agora, com esta definição. Temos a certeza de que o nosso Estado continuará sendo parceiro para zerar esta carga tributária.”

1 Códigos:

- renda pré-tributária

164 Estudo da CNA mostra que setor agropecuário é o que menos recebe subsídios tributários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

3 Citações:

164:1 p 1 in Estudo da CNA mostra que setor agropecuário é o que menos recebe subsídios tributários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Em audiência pública realizada na terça (10), na Câmara dos Deputados, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) afirmou que o setor agropecuário é o que menos recebe subsídios tributários do Governo Federal.

Em 2017, o agro correspondeu a 13,8% dos subsídios da União. Já a indústria representou 16,2% e o setor de comércio e serviços 70%.

1 Códigos:

- justiça

164:2 p 1 in Estudo da CNA mostra que setor agropecuário é o que menos recebe subsídios tributários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O documento também traz uma comparação com os subsídios de outros países.

“O percentual do apoio recebido pelos produtores rurais brasileiros ainda é baixo se comparado aos principais competidores. Eles recebem como subsídios, apenas 4,6% do total produzido, enquanto os produtores europeus recebem 19,2% e os americanos 10,6%”, disse.

1 Códigos:

- justiça

164:3 p 2 in Estudo da CNA mostra que setor agropecuário é o que menos recebe subsídios tributários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Com relação à modalidade de gastos tributários, Renato informou que dos R\$ 33,19 bilhões de desonerações à agropecuária, R\$ 18 bilhões estão concentrados em PIS/PASEP, que incide sobre a comercialização das mercadorias, e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) da Cesta Básica.

“A agropecuária é a menos beneficiada com desonerações tributárias. Esses R\$ 18 bilhões (54%) de subsídios não beneficiam o produtor rural diretamente, mas sim, os consumidores, a indústria e o comércio”.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

165 FAEA consegue importante redução de alguns custos de produção no Estado _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

1 Citações:

165:1 p 2 in FAEA consegue importante redução de alguns custos de produção no Estado _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O que levou a realização da tratativa da FAEA com a empresa White Martins foi ser a referida empresa a principal comercializadora de nitrogênio líquido no Amazonas, sendo uma empresa multinacional, líder desse segmento, com mais de 100 anos na atividade e dispondo de incentivos fiscais estaduais, tendo a expectativa da FAEA de que seja praticada a redução do preço, para solucionar as despesas que os pecuaristas vêm enfrentando no mercado competitivo

2 Códigos:

- justiça / ● renda pré-tributária

166 Faeal pede redução de ICMS na comercialização de grãos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

9 Citações:

166:1 p 1 in Faeal pede redução de ICMS na comercialização de grãos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas (Faeal) atendeu ao pedido dos produtores de grãos e entregou, ao secretário de Estado da Fazenda, George Santoro, um requerimento para que o governo reduza o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na comercialização dos grãos produzidos em solo alagoano.

1 Códigos:

- justiça

166:2 p 1 in Faeal pede redução de ICMS na comercialização de grãos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

De acordo com o presidente da Faeal, Álvaro Almeida, a redução do ICMS corrobora com a política pública de incentivo ao desenvolvimento do cultivo de

diversas culturas, como milho, milheto, feijão, soja e algodão, que o Governo do Estado vem implementando desde o primeiro mandato do governador Renan Filho, por meio do Programa de Grãos, vinculado à Seagri.

“Essa diversificação é de suma importância para o fortalecimento do agronegócio alagoano, que, nos últimos anos, sofreu com a crise enfrentada pelo setor produtivo da cana-de-açúcar, a partir da qual, aproximadamente 50 mil hectares de área mecanizável ficaram disponíveis para a produção de outras culturas”, observa Álvaro Almeida.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias

166:3 p 1 in Faecal pede redução de ICMS na comercialização de grãos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Hoje, já existem em Alagoas mais de 6,5 mil hectares plantados com soja, milho, sorgo, algodão e feijão, somente em três municípios. Com a redução do ICMS, este plantio pode se estender para, no mínimo, 10 mil ha, observando-se a área mecanizável ainda disponível para o plantio e sem mensurar a possibilidade da produção de grãos no período de renovação da lavoura canavieira.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

166:4 p 2 in Faecal pede redução de ICMS na comercialização de grãos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Além dos milhares de empregos gerados com a implementação dessas novas culturas, há de se ressaltar que outros setores do agronegócio alagoano serão diretamente beneficiados com o crescimento da produção de grãos dentro do estado, principalmente aqueles que utilizam como matéria prima o milho e a soja, sem falar no próprio setor sucroalcooleiro, que poderá utilizar-se dessas culturas mais rápidas, quando da renovação do canavial”, diz o presidente da Faecal.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias

166:5 p 2 in Faecal pede redução de ICMS na comercialização de grãos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Álvaro Almeida ressalta que o Estado de Alagoas consome anualmente 500 mil toneladas de milho, mas só produz 50 mil. Da mesma forma, consome cerca de 70 mil toneladas de soja, enquanto produz aproximadamente 5.300 ton. “Vale frisar que Pernambuco é o maior consumidor de grãos do Nordeste e, portanto, um dos maiores importadores, pois não possui produção agrícola de grãos. Isso demonstra o quanto seria importante para Alagoas avançar com políticas públicas que estimulem a produção de grãos e o desenvolvimento de uma nova cadeia produtiva”, comenta.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça

166:6 p 2 in Faecal pede redução de ICMS na comercialização de grãos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O requerimento da Faecal tem como base a Lei Complementar nº 160/2017, que autorizou estados e o Distrito Federal a celebrarem convênios visando viabilizar a “convalidação de incentivos e benefícios de ICMS”, bem como o Convênio ICMS nº 190/2017, que regulou toda a matéria e foi aprovado por 24 unidades da Federação.

Em sua cláusula 13ª, o convênio preceitua que os Estados e o Distrito Federal podem aderir aos benefícios fiscais concedidos ou prorrogados por outra unidade federada da mesma região.

1 Códigos:

- justiça

166:7 p 2 in Faecal pede redução de ICMS na comercialização de grãos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O documento entregue ao secretário de Estado da Fazenda de Alagoas traz exemplos dos governos do Maranhão e do Piauí, que concederam crédito presumido nas operações internas e interestaduais realizadas com milho, milheto, soja e sorgo realizadas por produtores. No Piauí, a medida reduziu a carga tributária das operações para 2% sobre o valor total das saídas tributadas.

Agora, os produtores de grãos pedem que o Estado de Alagoas faça o mesmo. “Cientes de que o governo estadual sempre apoiou o setor produtivo, solicitamos especial atenção a este pleito, na certeza de que tal medida impulsionará a produção de grãos em Alagoas, atraindo investimentos, gerando emprego e renda”, conclui Álvaro Almeida.

3 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

166:8 p 3 in Faecal pede redução de ICMS na comercialização de grãos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

George Santoro recebeu o requerimento com entusiasmo. “Enviaremos o documento para o grupo técnico dos auditores fiscais analisar e arrumar a proposta tecnicamente, para que possamos dar andamento à nova legislação. A proposta é bastante interessante e importante para o desenvolvimento econômico do estado e as minhas ponderações foram para que possamos desenvolver as cadeias produtivas como um todo, não só dar incentivo à agricultura, mas às fases seguintes da cadeia, trazendo granjas e outros tipos de empresas do agronegócio para Alagoas”, avalia o secretário de Estado da Fazenda.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça / ● resultados econômicos favoráveis ao país

166:9 p 3 in Faecal pede redução de ICMS na comercialização de grãos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Para o deputado Isnaldo Bulhões, a redução do ICMS é um passo importante de incentivo à policultura. “Está provado historicamente que a monocultura não promove o desenvolvimento, portanto, incentivando a produção de grãos, a diversificação entre milho, soja, feijão, sorgo, entre outras culturas, a gente faz com que mais investidores venham para Alagoas e os produtores alagoanos migrem cada vez mais para essas culturas.

Isso, sem dúvida, é socialmente mais justo, distribui mais riquezas, gera mais empregos e este é o nosso objetivo na busca de incentivo para a produção de grãos”, diz o parlamentar.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

167 Farsul debate proposta de reforma tributária do Governo do RS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

10 Citações:

167:1 p 1 in Farsul debate proposta de reforma tributária do Governo do RS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A mobilização acontece porque a Federação entende que a revisão do sistema tributário gaúcho é necessária, porém, o projeto sobrecarrega o agronegócio, ferindo um princípio básico da economia que é de não taxar produção.

2 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça

167:2 p 1 in Farsul debate proposta de reforma tributária do Governo do RS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O presidente do Sistema Farsul, Gedeão Pereira, ressalta que a entidade, como principal representante do setor, tem a obrigação de debater a proposta. "Passamos o final de semana analisando e ela está nos preocupando imensamente. Toda proposição, como tudo na vida, tem coisas boas e ruins. O problema é que o nosso setor está sendo chamado para o sacrifício", afirma Gedeão.

1 Códigos:

- expropriação do privado

167:3 p 1 in Farsul debate proposta de reforma tributária do Governo do RS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A entidade destaca que a avaliação feita da proposta foi técnica e a reforma tributária é necessária. Atualmente, em um ranking de competitividade, organizado pelo Banco Mundial, o Brasil ocupa a 184ª posição entre 190 países. Em relação ao Índice de Solidez Fiscal no país, o Rio Grande do Sul está em último lugar. "O Brasil é um dos piores sistemas tributários do planeta e o Rio Grande do Sul é o pior do país. Isso coloca o estado entre os três piores lugares do mundo", ressalta o economista-Chefe da Farsul, Antônio da Luz.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça

167:4 p 1 in Farsul debate proposta de reforma tributária do Governo do RS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Para a análise da proposta do governo, foram utilizados, pela Federação, os critérios essenciais para sistemas tributários eficientes no mundo. Assim, foram considerados os itens: ter uma estrutura simples, neutralidade, transparência, não acumulativo e isonomias horizontal e vertical. Conforme avaliação da entidade, a atual estrutura não possui nenhuma dessas características.

1 Códigos:

- justiça

167:5 p 1 in Farsul debate proposta de reforma tributária do Governo do RS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Embora aprove boa parte do projeto, a Farsul discorda de dois pontos em especial. O primeiro está na tributação de insumos agrícolas, que terá a redução de 10% do benefício dado pelo governo. "O cálculo do impacto nos custos de produção está equivocado. O governo usa como referência custos de baixa tecnologia que não contemplam 70% da produção do estado. A estrutura de cálculo está subestimada", explica Luz.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

167:6 p 1 in Farsul debate proposta de reforma tributária do Governo do RS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A Federação considera um erro grave em economia, porque tributa a produção. Nas demais cadeias, quem paga o imposto é o consumidor. "A indústria tem sistema de débito e crédito, o produtor não, por ser pessoa física, ele absorve esse imposto. Na proposta, os insumos agropecuários são os únicos que perdem benefícios e o produtor paga sozinho", descreve o economista.

2 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça

167:7 p 1 in Farsul debate proposta de reforma tributária do Governo do RS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O outro ponto de crítica da Farsul está no aumento da alíquota do ITCD (Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens e Direitos). Para entidade, um sistema progressivo seria justo e alinhado com o cenário internacional. O presidente Gedeão Pereira lembra que uma propriedade rural é bem de capital, não de consumo. "É para produção, não para consumir", reforça.

1 Códigos:

- justiça

167:8 p 1 in Farsul debate proposta de reforma tributária do Governo do RS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Atualmente, 2/3 das heranças de propriedades rurais não são legitimadas no estado. A proposta da Federação é a redução da alíquota para 4% e a possibilidade de parcelamento. Conforme Luz, isso faria com que os inventários em abertos fossem regularizados e os futuros não seriam protelados, gerando maior arrecadação.

2 Códigos:

- justiça / ● resultados econômicos favoráveis ao país

167:9 p 1 in Farsul debate proposta de reforma tributária do Governo do RS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A entidade também reforça que reformas tributárias tem o objetivo de simplificar a forma de arrecadação, não o seu aumento. "O aumento ou redução da carga tributária está relacionado aos gastos públicos. Quem defende a redução deve cobrar reforma administrativa", explica Luz.

1 Códigos:

- expropriação do privado

167:10 p 1 in Farsul debate proposta de reforma tributária do Governo do RS _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A proposta ainda não foi encaminhada para a apreciação do Legislativo. A Farsul trabalha pela correção dos itens antes que sejam enviados para plenário, mas também já está atuando junto aos parlamentares. Na quinta-feira, dia 23, realizou uma reunião com os deputados para debater a questão.

1 Códigos:

- justiça

168 Grupo de Trabalho Econômico da CNA discute temas tributários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

4 Citações:

168:1 p 1 in Grupo de Trabalho Econômico da CNA discute temas tributários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“As três propostas têm peso político no Congresso Nacional e todas trazem como premissas simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a segurança jurídica, a transparência e a progressividade. Entretanto, alguns tópicos nos preocupam, como o aumento dos custos de produção, a cumulatividade tributária que as propostas oferecem e o fim da desoneração da cesta básica”, disse.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

168:2 p 1 in Grupo de Trabalho Econômico da CNA discute temas tributários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Segundo o consultor da CNA, Paulo Ricardo Cardoso, o setor de transporte também sofrerá com o aumento dos custos tributários, o que impactará o escoamento da produção agropecuária. “Na PEC 110, o imposto seletivo para combustíveis vai refletir nos preços dos equipamentos agrícolas e consequentemente nos custos de produção”.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias

168:3 p 1 in Grupo de Trabalho Econômico da CNA discute temas tributários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Outro tema debatido no encontro foi o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e o Valor da Terra Nua (VTN), que compõe a base de cálculo do ITR. O VTN tem preocupado os produtores rurais, uma vez que os valores informados pelas prefeituras conveniadas com a Receita Federal não estão corretos, pois não excluem gastos com benfeitorias na propriedade.

0 Códigos

168:4 p 2 in Grupo de Trabalho Econômico da CNA discute temas tributários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A prorrogação do prazo dos convênios foi uma demanda da CNA, que defende a redução permanente da base de cálculo. “Se após 31 de dezembro de 2020, os convênios não forem renovados, os insumos agropecuários, máquinas e equipamentos agrícolas serão tributados no ICMS na base cheia, com alíquota média de 18%”, destacou Conchon.

1 Códigos:

- justiça

169 Inovação no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

10 Citações:

169:1 p 1 in Inovação no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

estima-se que o País saia da recessão em 2017 e tenha crescimento de 0,5% e inflação abaixo de 4%, de acordo com o índice antecipado do Banco Central. Apesar da profunda crise política que traz um alto grau de incerteza a estas projeções, é possível afirmar que o setor do agronegócio será o salvador da pátria, mais uma vez, por representar metade da expansão do PIB neste ano.

0 Códigos

169:2 p 1 in Inovação no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Segundo estimativa da ONU, será necessário alimentar mais de 9 bilhões de pessoas até o meio deste século.

Para evitar uma crise alimentar em escala mundial, conforme estimativas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), é necessário aumentar a produção em 70%. Neste cenário, a inovação, em conjunto com práticas sustentáveis no campo, não será apenas lucrativa, mas necessária para a prosperidade da humanidade. Para isso, a humanidade conta com a sua habilidade inventiva.

0 Códigos

169:3 p 1 in Inovação no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O Brasil, um dos maiores produtores agrícolas do mundo, usou 18,5% da produção mundial de defensivos ou fitossanitários em 2015. Nos últimos cinco anos, esse consumo cresceu 14%, mas, no mesmo período, a produção de grãos aumentou 40%. Sobre os defensivos agrícolas, precisamos manter a responsabilidade para com o ambiente. O produto precisa ser inofensivo tanto ao produtor quanto ao consumidor final.

0 Códigos

169:4 p 2 in Inovação no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Atualmente, o incentivo do governo aos investimentos para a inovação chega, principalmente, por meio de renúncia fiscal, a chamada Lei do Bem (Lei 11.196/05). No mundo, esse modelo se mostrou bem-sucedido em longo prazo.

1 Códigos:

- justiça

169:5 p 2 in Inovação no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Apesar de a inovação ser palavra-chave do novo milênio, temos carência na produção tecnológica. É preciso compreender que ampliar a capacidade competitiva do País visa investimento em inovação e acarretará em vantagens sociais e ambientais.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

169:6 p 1 in Inovação no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A tecnologia empregada nos defensivos agrícolas ajudou a aumentar a produção agrícola brasileira nas últimas décadas, mas a inovação é, por definição, dinâmica e, portanto, precisa incessantemente de pesquisas. As novas tecnologias que estão no papel agora farão com que o Brasil aumente ainda mais a produtividade agrícola nos próximos anos.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

169:7 p 1 in Inovação no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Pequenas propriedades rurais conseguem alta produtividade em pouco espaço graças a um intenso esforço para desenvolver técnicas e defensivos. Quando aplicado nas lavouras de forma consciente, ao proteger de pragas, doenças e ervas daninhas, os defensivos aumentam a produção sem necessitar ampliar a área de plantio.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias

169:8 p 1 in Inovação no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

No Brasil, a inclinação à inovação ainda é tímida. Uma parcela relevante da nossa competitividade internacional é fundamentada em uma produção que faz uso de recursos naturais.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias

169:9 p 1 in Inovação no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Sobre os investimentos públicos, 0,61% do PIB brasileiro é destinado ao desenvolvimento de tecnologia, número

1 Códigos:

- justiça

169:10 p 2 in Inovação no agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

um pouco abaixo do 0,69% investido em média pelos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Pela iniciativa privada, a diferença entre o Brasil e outros países é ainda maior: apenas 0,55% do PIB é aplicado em pesquisa e desenvolvimento. A Coreia do Sul, por exemplo, investe 2,68%.

0 Códigos

170 Nota Técnica sobre derrubada dos Vetos impostos à Lei nº 13.606 de 09.01.2018 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

11 Citações:

170:1 p 1 in Nota Técnica sobre derrubada dos Vetos impostos à Lei nº 13.606 de 09.01.2018 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) destinado a contribuintes que possuíssem débitos tributários vinculados a Contribuição Previdenciária Rural, o chamado Funrural.

0 Códigos

170:2 p 1 in Nota Técnica sobre derrubada dos Vetos impostos à Lei nº 13.606 de 09.01.2018 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Na ocasião da promulgação da Lei, o Presidente da República vetou alguns itens importantes para os produtores rurais. Na sequência, esta Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), juntamente com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), trabalhou para a derrubada total dos vetos. A presente Nota Técnica abordará como a derrubada dos vetos impactará a adesão aos contribuintes, bem como a renegociação de dívidas dos produtores.

1 Códigos:

- justiça

170:3 p 2 in Nota Técnica sobre derrubada dos Vetos impostos à Lei nº 13.606 de 09.01.2018 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A derrubada desse veto corrige uma distorção na legislação. O dispositivo obrigava os produtores rurais que comercializassem a produção agropecuária com outros produtores rurais a recolher o tributo, quantas vezes esse produto fosse comercializado. A CNA entende que essa cobrança multifásica afetava negativamente o setor produtivo.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça

170:4 p 2 in Nota Técnica sobre derrubada dos Vetos impostos à Lei nº 13.606 de 09.01.2018 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A comercialização entre produtores de bezerros, boi magro, e a venda do boi gordo ao frigorífico é um exemplo de como a essa incidência multifásica onerava os pecuaristas, encarecendo o produto final pelo simples carregamento de tributos. Cálculos da CNA demonstraram que essa incidência multifásica no Funrural aumentava a carga tributária total em até 12,3% nas operações de gado bovino.

1 Códigos:

- expropriação do privado

170:5 p 2 in Nota Técnica sobre derrubada dos Vetos impostos à Lei nº 13.606 de 09.01.2018 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Além da pecuária de corte, outras cadeias agropecuárias se beneficiarão com essa medida de justiça tributária.

Produtores de mudas, sementes, alevinos, reprodutores, embriões, dentre outros, se beneficiarão da derrubada deste veto

1 Códigos:

- justiça social/minorias

170:6 p 2 in Nota Técnica sobre derrubada dos Vetos impostos à Lei nº 13.606 de 09.01.2018 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

c. Redução da alíquota para Pessoas Jurídicas Art. 15, que altera o Art. 25, Inciso I: Outra medida de justiça fiscal alcançada com a derrubada do veto presidencial, conquistada pela CNA, para todos os produtores rurais estabelecidos como Pessoas Jurídicas.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

170:7 p 2 in Nota Técnica sobre derrubada dos Vetos impostos à Lei nº 13.606 de 09.01.2018 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Embora o universo de produtores rurais estabelecidos como Pessoa Jurídica no País seja pequeno, não é admissível que o mesmo produto agropecuário comercializado para o mesmo destinatário, nas mesmas condições, porém, com vendedores estabelecidos como pessoas jurídicas ou físicas, tivesse uma diferença de 66,7%.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

170:8 p 2 in Nota Técnica sobre derrubada dos Vetos impostos à Lei nº 13.606 de 09.01.2018 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A Lei nº 13.606/2018 trouxe em seu texto a redução da alíquota da contribuição previdenciária para produtores rurais estabelecidos como pessoas físicas, porém, o Presidente da República vetou o dispositivo que reduzia a alíquota incidente sobre pessoas jurídicas.

Com a promulgação da derrubada dos vetos, os produtores rurais estabelecidos como Pessoa Jurídica deverão pagar a contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta de sua comercialização com alíquota de 1,7%.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

170:9 p 3 in Nota Técnica sobre derrubada dos Vetos impostos à Lei nº 13.606 de 09.01.2018 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Necessário destacar que, embora a derrubada do veto também poderá beneficiar os produtores rurais estabelecidos como pessoas jurídicas, que representam 1,1% dos produtores rurais, conforme divulgado no último Censo Agropecuário de 2006.

0 Códigos

170:10 p 3 in Nota Técnica sobre derrubada dos Vetos impostos à Lei nº 13.606 de 09.01.2018 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Benefícios aos produtores rurais: Operações contratadas mais recentemente (até 31/12/2016) serão beneficiadas com descontos que podem chegar até 95%.

0 Códigos

170:11 p 4 in Nota Técnica sobre derrubada dos Vetos impostos à Lei nº 13.606 de 09.01.2018 _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Foram realizadas várias reuniões com os representantes do Governo, bem como demais parlamentares para que se apresentassem o impacto negativo dos vetos aos produtores rurais. Destacamos a liderança da Deputada Teresa Cristina na coordenação dos trabalhos e o apoio de todos os Líderes dos partidos que encaminharam o voto NÃO ao veto, inclusive a Liderança do Governo na Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que apoiaram a derrubada dos vetos e contribuíram para o resultado favorável ao setor agropecuário.

Demonstrando assim, a sensibilidade que o Congresso Nacional e o Governo têm com a agropecuária brasileira, fazendo justiça com aqueles que produzem alimentos para a população brasileira e para o mundo.

1 Códigos:

- justiça

171 O ICMS na Bahia aplicado ao agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

6 Citações:

171:1 p 1 in O ICMS na Bahia aplicado ao agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O agronegócio representa atualmente 23,5% do PIB nacional, aproximadamente 50% das exportações, que, segundo o Ministro da Agricultura, devem atingir a marca dos US\$ 100 bilhões até o fim do ano. A Confederação Nacional da Agricultura-CNA, informa que o setor é responsável por 35% dos empregos do país e, no mínimo, pode-se afirmar que para cada 03 empregos 01 é por ele gerado. O Brasil ampliou sua participação e obtém atualmente 7% do mercado global do agronegócio, ambicionando alcançar 10% nos próximos anos.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

171:2 p 1 in O ICMS na Bahia aplicado ao agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Segundo a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia - FAEB, a área plantada de soja, em 2018, apresentou neste estado, em 2018, um aumento de 1,4% e a plantação de algodão está ocupando uma área 34,8% maior do que na safra 2017. As regiões produtoras da Bahia, com destaque para o oeste, estão em expansão e contribuem para os resultados nacionais, impulsionando, de forma decisiva, o desenvolvimento econômico desse estado.

1 Códigos:

- resultados econômicos favoráveis ao país

171:3 p 1 in O ICMS na Bahia aplicado ao agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Apesar da relevância, ainda são tímidos os estudos jurídicos no que tange à tributação incidente no segmento, alimentando dúvidas relativas a questões que envolvem a aplicação dos tributos federais e estaduais.

A complexidade do setor têm exigido maior dedicação aos profissionais da área tributária, centrados na orientação dos contribuintes para que operem de forma preventiva, projetando luz às peculiaridades dos tributos federais e estaduais, identificando oportunidades para redução de carga tributária e oferecendo maior segurança para fluidez dos negócios realizados pelos produtores, cooperativas, comerciantes e industriais envolvidos no segmento.

1 Códigos:

- justiça

171:4 p 1 in O ICMS na Bahia aplicado ao agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

No caso específico do ICMS, justificadamente, muitas são as questões e dúvidas percebidas nos seminários que realizamos junto às cooperativas. É possível identificar um mesmo produto, nas diversas etapas econômicas, contemplado, em cada uma delas, com tratamento tributário distinto.

1 Códigos:

- justiça

171:5 p 1 in O ICMS na Bahia aplicado ao agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O agronegócio, quanto a aplicação do ICMS e em razão de suas características, possui um intrincado microssistema tributário, que procura, ao mesmo tempo, beneficiar o setor e corrigir as eventuais violações ao princípio da não comutatividade, através dos créditos presumidos e transferências de créditos fiscais

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

171:6 p 1 in O ICMS na Bahia aplicado ao agronegócio _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Em relação aos aludidos créditos presumidos, alvos de inúmeras lides na esfera administrativa e judicial, cabe observar que, para determinadas operações, são genericamente concebidos e incorporados à legislação tributária sob a forma incorreta de benefícios fiscais condicionados, limitados a diversas obrigações tributárias, quando, na maior parte dos casos, suprem de forma precária o pretendido equilíbrio do sistema de apuração do ICMS que se ampara em princípios e dispositivos constitucionais, que não podem ser violados.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

172 Para CNA, renovação do Convênio ICMS 100 deveria incluir todos os insumos agropecuários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

9 Citações:

172:1 p 1 in Para CNA, renovação do Convênio ICMS 100 deveria incluir todos os insumos agropecuários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O Confaz prorrogou até 31 de dezembro de 2025 o Convênio ICMS 100/1997, que prevê a isenção tributária em operações internas e reduz a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na comercialização interestadual de insumos agropecuários.

Entretanto, a decisão não vale para todos os insumos agropecuários. Os fertilizantes seguirão uma nova regra e serão tributados de forma escalonada, com alíquota de 1% de ICMS a partir de 1º de janeiro de 2022; 2% em 2023; 3% em 2024 e 4% a partir de 2025.

0 Códigos

172:2 p 1 in Para CNA, renovação do Convênio ICMS 100 deveria incluir todos os insumos agropecuários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A medida não atende ao pleito da CNA, que defendia a prorrogação integral do Convênio ICMS 100/97, sem exceções. A entidade acredita que qualquer possível mudança na tributação do setor deve ser discutida na reforma tributária.

1 Códigos:

- justiça

172:3 p 1 in Para CNA, renovação do Convênio ICMS 100 deveria incluir todos os insumos agropecuários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Um dos argumentos dos secretários da Fazenda é que a medida busca maior isonomia tributária e fomentará a produção dos fertilizantes nacionais, reduzindo assim a dependência externa. Contudo, a CNA avalia que há outras maneiras de estimular a produção nacional.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias

172:4 p 1 in Para CNA, renovação do Convênio ICMS 100 deveria incluir todos os insumos agropecuários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Os produtores rurais são os maiores interessados no fomento da indústria nacional de fertilizantes. Mas, há outras formas de trazer competitividade a esse setor, como via redução da carga tributária ao fertilizante nacional, revisão do marco legal da mineração, além de aguardar os resultados do Plano Nacional de Fertilizantes, lançado pelo Governo Federal neste ano”, afirmou Bruno Lucchi, superintendente técnico da CNA.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça

172:5 p 1 in Para CNA, renovação do Convênio ICMS 100 deveria incluir todos os insumos agropecuários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Atualmente, o Brasil importa 34 milhões de toneladas e produz aproximadamente 8 milhões de toneladas de fertilizantes. Sobre os importados, incide a alíquota de 25% do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), tributo este que não incide na produção nacional.

Para a Confederação, existem inúmeros gargalos que devem ser superados para o desenvolvimento da indústria nacional, mas tributar os preços dos concorrentes (importados) não traz ganho de competitividade.

3 Códigos:

● eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

172:6 p 1 in Para CNA, renovação do Convênio ICMS 100 deveria incluir todos os insumos agropecuários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Apenas estaremos transferindo o custo aos produtores rurais brasileiros, em um momento que deveríamos estimulá-los para continuarem garantindo a segurança alimentar do país e do mundo, bem como dando

2 Códigos:

● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

172:7 p 2 in Para CNA, renovação do Convênio ICMS 100 deveria incluir todos os insumos agropecuários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

sustentação à economia”, reforça Lucchi

1 Códigos:

● resultados econômicos favoráveis ao país

172:8 p 2 in Para CNA, renovação do Convênio ICMS 100 deveria incluir todos os insumos agropecuários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Outro ponto destacado pela CNA e que pode trazer insegurança jurídica ao produtor ou aumentar a burocracia tributária é que o ICMS não é cumulativo, assegurando ao adquirente da mercadoria tributada o crédito relativo ao imposto pago.

1 Códigos:

● justiça

172:9 p 2 in Para CNA, renovação do Convênio ICMS 100 deveria incluir todos os insumos agropecuários _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Dependendo de como for publicada a nova regra, existe a possibilidade da CNA solicitar uma ação, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), a fim de assegurar o direito de crédito aos produtores rurais, uma vez que o fertilizante virá com crédito tributário.

“Como esse crédito será devolvido, a que tempo e qual o prazo para o produtor rural requerer essa devolução são dúvidas que devem ser respondidas pelos membros das Secretarias de Fazendas”, ressalta o superintendente.

1 Códigos:

- justiça

173 Presidenciáveis apresentam na CNA propostas para o setor agropecuário _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

3 Citações:

173:1 p 1 in Presidenciáveis apresentam na CNA propostas para o setor agropecuário _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Além de apresentar as propostas do setor, os candidatos receberam o documento “O Futuro é Agro 2018-2030”, elaborado pelas 15 entidades que integram o Conselho do Agro.

0 Códigos

173:2 pp 3 – 4 in Presidenciáveis apresentam na CNA propostas para o setor agropecuário _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Temos que de fato criar condições para que o Brasil seja mais importante na cadeia produtiva internacional, mas para isso precisamos abrir a economia, importar tecnologia e tornar o mercado competitivo. Quando estive na China, uma das coisas que me impressionou foi que alguns alimentos que o Brasil tem excelência em

produzir perderam espaço por falta de agressividade, políticas comerciais adequadas e defesa de imagem.

Então nós temos que fazer política de governo, revendo a cadeia de tributação, para que não haja incidência de imposto na exportação. De maneira que, com mais tecnologia, diminuição de carga tributária, promoção comercial possamos ter condições de ampliar os negócios. É uma integração de diversas políticas, que precisam de um governo competente, com informação e, principalmente, capacidade de negociar. Se nós usarmos o nosso ponto de maior força, que é o setor agrícola, não há dúvida que seremos competitivos. Eu sempre acreditei que cada país tem que usar seu potencial, sua vantagem. Se nós temos terra, tecnologia, produtores e condições climáticas, então podemos ser o celeiro do mundo. Vamos trabalhar nessa direção e chegar lá”.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● resultados econômicos favoráveis ao país

173:3 p 7 in Presidenciáveis apresentam na CNA propostas para o setor agropecuário _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Sobre a agricultura irrigada e os dados indicados pelo Cadastro Ambiental Rural que mostram que o Brasil usa menos de 8% de seu território para produzir

alimentos, Marina Silva disse que em pouco tempo o país conseguiu aumentar a produção por ganho de produtividade.

0 Códigos

174 Presidente da CNA defende sistema tributário moderno para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

8 Citações:

174:1 p 1 in Presidente da CNA defende sistema tributário moderno para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

afirmou ser “imprescindível a construção de um sistema tributário moderno” que permita ao setor do agro “expressar todo o seu potencial competitivo”.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

174:2 p 1 in Presidente da CNA defende sistema tributário moderno para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

No evento que lotou o auditório da CNA, João Martins falou da necessidade de um modelo tributário mais eficiente para os produtores rurais e destacou o papel do setor agropecuário na capacidade de ajudar o Brasil a melhorar os indicadores econômicos e sociais.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

174:3 p 1 in Presidente da CNA defende sistema tributário moderno para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Além do controle da inflação, em decorrência da queda nos preços dos alimentos, cabe lembrar que cada R\$ 1 milhão investido no agronegócio gera R\$ 3,3 milhões em produção, abre 49 novos postos de trabalho e gera R\$ 367 mil em salários. Esses números são a prova inequívoca da capacidade do setor, que tem plena consciência da sua responsabilidade com o país”, afirmou Martins.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

174:4 p 1 in Presidente da CNA defende sistema tributário moderno para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Em sua fala, o presidente da CNA citou um trecho do discurso da ex-primeira-ministra do Reino Unido Margaret Thatcher, que disse: “A prosperidade não virá por inventarmos mais e mais programas generosos de gastos públicos. Você não enriquece por pedir outro talão de cheques ao banco. E nenhuma nação se tornou próspera por tributar seus cidadãos além de sua capacidade de pagar. Nós temos o

dever de garantir que cada centavo que arrecadamos com tributação seja gasto bem e sabiamente”.

1 Códigos:

- expropriação do privado

174:5 p 1 in Presidente da CNA defende sistema tributário moderno para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Para João Martins, a sociedade brasileira vive hoje uma dicotomia. “Constata-se, por um lado, que ninguém suporta mais pagar tributos. Ao mesmo tempo, vemos as contas públicas em frangalhos, com sucessivos e recorrentes déficits”.

1 Códigos:

- expropriação do privado

174:6 p 1 in Presidente da CNA defende sistema tributário moderno para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Por isso que, para ele, a primeira atitude é “o Estado brasileiro gastar bem e sabiamente cada centavo arrecadado, o que não vinha acontecendo nos últimos anos”. “O tempo de meias medidas acabou. A economia brasileira não pode mais viver à mercê de um Estado perdulário e predatório”.

1 Códigos:

- expropriação do privado

174:7 p 1 in Presidente da CNA defende sistema tributário moderno para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Na sua avaliação, mais do que propor “a tão sonhada” diminuição da carga tributária é urgente “a redução de custos administrativos, judiciais e transacionais que resultam, invariavelmente, na corrosão da rentabilidade dos contribuintes”.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

174:8 p 1 in Presidente da CNA defende sistema tributário moderno para o agro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Por último, Martins reforçou a importância do seminário e a disposição da CNA em contribuir para o crescimento sustentável da economia brasileira, por meio do debate e do encaminhamento de propostas a partir deste encontro.

“Certamente temos muito a colaborar com esse processo, oferecendo propostas que reduzam a insegurança jurídica para o contribuinte e a queda da carga tributária em relação ao PIB, que se mantém em 33% nos últimos 10 anos”, concluiu.

3 Códigos:

- justiça / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos favoráveis ao país

175 Reforma Tributária_ CNA debate fim dos incentivos e aumento dos preços dos insumos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

8 Citações:

175:1 p 1 in Reforma Tributária_ CNA debate fim dos incentivos e aumento dos preços dos insumos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil promoveu, na quarta (2), um debate ao vivo pelas redes sociais para tratar do tema: “Reforma Tributária: fim dos incentivos tributários e o aumento dos preços dos insumos agropecuários”.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

175:2 p 1 in Reforma Tributária_ CNA debate fim dos incentivos e aumento dos preços dos insumos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Segundo Minaré, cada proposta de Reforma Tributária que tramita no Congresso Nacional segue por uma vertente. Ele defende a simplificação do sistema tributário brasileiro. “O setor agropecuário está preocupado com a distribuição da carga tributária entre os setores”, ressaltou.

1 Códigos:

- justiça

175:3 p 1 in Reforma Tributária_ CNA debate fim dos incentivos e aumento dos preços dos insumos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Para o gerente de Tributos da CropLife, Renato Gomides, a situação fiscal brasileira é complexa. Entretanto, aumentar a carga tributária não é a solução. “No agro, por exemplo, o aumento de impostos em qualquer etapa de uma cadeia produtiva pode distorcer os preços dos alimentos para o consumidor”.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

175:4 p 1 in Reforma Tributária_ CNA debate fim dos incentivos e aumento dos preços dos insumos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Gomides afirmou que diversos países possuem um tratamento diferenciado para o setor de alimentos, por ser considerado atividade essencial. “Nosso objetivo é manter um ambiente de negócios favorável no Brasil”.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça

175:5 p 1 in Reforma Tributária_ CNA debate fim dos incentivos e aumento dos preços dos insumos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Em sua exposição, o coordenador do Grupo de Estudos em Tributação do Agronegócio (GETA), Gabriel Hercos, falou sobre a PEC 45/2019, da Câmara, e os impactos que ela trará para o setor se aprovada com o texto atual.

“A PEC 45 elimina todo tipo de benefício fiscal para qualquer setor, não só para o agro”.

1 Códigos:

- justiça

175:6 p 1 in Reforma Tributária_ CNA debate fim dos incentivos e aumento dos preços dos insumos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Hercos disse ainda que o texto propõe alíquota única de 25% para todos os bens e serviços, o que provocaria o aumento dos preços dos insumos agropecuários e, conseqüentemente, os custos de produção do produtor rural.

“O agro precisa ter uma atenção maior com a essa proposta, pois ela é muito danosa para o setor”

1 Códigos:

- renda pré-tributária

175:7 p 1 in Reforma Tributária_ CNA debate fim dos incentivos e aumento dos preços dos insumos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Por fim, o coordenador do Núcleo Econômico da CNA, Renato Conchon, destacou que não só a PEC 45/2019, mas a PEC 110/2019, do Senado, e o Projeto de Lei 3887/2020, do Governo Federal, impactariam os custos de produção do produtor, exigindo maior fluxo de caixa.

“Com a alíquota única de 25%, o custo de produção da soja e do milho produzidos no município de Sorriso (MT) aumentaria 19,4%. Já o café produzido na região Sul de Minas teria elevação de custos de 19,3%”.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária

175:8 p 1 in Reforma Tributária_ CNA debate fim dos incentivos e aumento dos preços dos insumos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Com relação ao Projeto de Lei 3887/2020, Conchon explicou que um dos principais pontos do texto é a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que de acordo com a proposta, incidirá sobre os insumos agropecuários. “Isso poderia gerar um problema de cumulatividade e distorção de preços relativos dos produtos agropecuários”.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça

176 Senado aprova projeto que trata do Funrural _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

2 Citações:

176:1 p 1 in Senado aprova projeto que trata do Funrural _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O Senado aprovou na íntegra, nesta quinta (14), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 165/2017, que define novas regras para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), como a redução da alíquota para o produtor rural pessoa física e pessoa jurídica, institui a opção de contribuição pela folha ou faturamento, retorna com a isenção da cobrança na venda de animais (cria e recria), sementes e mudas, quando realizada entre produtores rurais, demanda defendida há vários anos pela instituição.

1 Códigos:

- justiça

176:2 p 1 in Senado aprova projeto que trata do Funrural _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A matéria ampliou benefícios ao contemplar agricultores com dívidas em cobrança pela AGU que passam a ter os mesmos benefícios concedidos aos débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU), permite a liquidação de dívida com rebates para a agricultura familiar em todo país, rebates para beneficiários do Fundo de Terras e Reforma Agrária com dívidas também inscritas na DAU, além de permitir a renegociação de dívidas contratadas até 2016 na área de abrangência da SUDENE, como forma de minimizar os prejuízos causados pela seca que em algumas regiões já perdura há mais de seis anos

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

177 Setor produtivo e governo debatem aumento de ICMS para os fertilizantes _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

5 Citações:

177:1 p 1 in Setor produtivo e governo debatem aumento de ICMS para os fertilizantes _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Em março, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) prorrogou até 31 de dezembro de 2025 o Convênio ICMS 100/97, que prevê a isenção tributária em operações internas e reduz a base de cálculo do ICMS na comercialização interestadual de insumos agropecuários.

0 Códigos

177:2 p 1 in Setor produtivo e governo debatem aumento de ICMS para os fertilizantes _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Na audiência, Renato Conchon afirmou que a CNA defendia a renovação integral do Convênio e sempre se mostrou contrária a qualquer mudança na tributação do setor e, caso houvesse, que fosse discutida no âmbito da Reforma Tributária.

1 Códigos:

- justiça

177:3 p 1 in Setor produtivo e governo debatem aumento de ICMS para os fertilizantes _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O coordenador também explicou que, com o aumento dos preços dos insumos agropecuários e a desvalorização cambial na última safra, o Custo Operacional Efetivo (COE) do produtor rural deve subir até 1,2%, de acordo com dados do Projeto Campo Futuro.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

177:4 p 2 in Setor produtivo e governo debatem aumento de ICMS para os fertilizantes _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Durante o debate, o representante da CNA destacou ainda a preocupação do setor em como o crédito relativo ao imposto pago nas operações será devolvido ao adquirente da mercadoria tributada, uma vez que o ICMS é um imposto não cumulativo.

“A CNA mandou um ofício ao Confaz questionando como esse crédito será devolvido, a que tempo e qual o prazo para o produtor rural requerer essa devolução, pois sabemos que a sistemática desse processo é complexa para todo contribuinte”, disse Renato.

1 Códigos:

- justiça

177:5 p 2 in Setor produtivo e governo debatem aumento de ICMS para os fertilizantes _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Segundo Conchon, o setor produtivo precisa entender como essa dinâmica vai funcionar para explicar o passo a passo ao produtor, já que é um assunto que traz insegurança jurídica e aumenta a burocracia tributária. “Ainda estamos aguardando uma explicação das Secretarias de Fazenda”.

1 Códigos:

- justiça

178 Sistema FAEMG contra aumento de impostos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

4 Citações:

178:1 p 1 in Sistema FAEMG contra aumento de impostos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Os preços de fertilizantes, de defensivos e de máquinas e implementos agrícolas, necessários à produção de alimentos, podem ficar mais caros, caso não sejam renovados os Convênios ICMS Confaz 100/97 e 52/91. Estes aumentos refletem diretamente na produção agropecuária mineira e, por sua vez, podem representar reajustes de preços nos supermercados e sacolões, e conseqüente alta na inflação.

3 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

178:2 p 1 in Sistema FAEMG contra aumento de impostos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A votação da prorrogação dos convênios está marcada para 26 de fevereiro. Diante disto, o presidente do Sistema FAEMG/SENAR/INAES/Sindicatos, Roberto Simões, solicitou ao governador de Minas Gerais, Romeu Zema, seu voto para que os convênios que asseguram os benefícios tributários sejam prorrogados.

“O fim dos convênios vai onerar os produtores em seus custos em momento inteiramente impróprio. Estamos em uma pandemia, em momento de economia comprometida e na iminência de uma ampla reforma tributária”, destaca Roberto Simões.

2 Códigos:

- justiça / ● renda pré-tributária

178:3 p 1 in Sistema FAEMG contra aumento de impostos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Revogar ou alterar os convênios implica aumento de carga tributária imediata para o setor agropecuário. Na produção do café, por exemplo, o fim do Convênio 100/97, quanto a fertilizantes, gerará reajuste de 21,95% e, no que se refere a defensivos, de 7,31%, totalizando 29,24% de aumento imediato no custo do produtor rural, de acordo com levantamento feito pela Cooxupé. Por isso, conseqüentemente, deverá haver elevação do preço final dos produtos ao consumidor.

2 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça social/minorias

178:4 p 1 in Sistema FAEMG contra aumento de impostos _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O Sistema FAEMG também acionou o apoio de outras entidades do agronegócio mineiro, assim como os Sindicatos, para a defesa da manutenção dos convênios.

1 Códigos:

- justiça

179 Sistema Famasul acompanha tramitação das propostas que mais impactam o setor agropecuário brasileiro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

5 Citações:

179:1 p 1 in Sistema Famasul acompanha tramitação das propostas que mais impactam o setor agropecuário brasileiro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Juntamente com a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), o Sistema Famasul acompanha com atenção o avanço da Reforma Tributária no Congresso Nacional. “O setor agropecuário defende uma proposta que reduza a burocracia sem aumento da carga tributária à sociedade e que não onere a produção de alimentos, fibras e energia”, destaca o presidente Mauricio Saito.

1 Códigos:

- justiça

179:2 p 1 in Sistema Famasul acompanha tramitação das propostas que mais impactam o setor agropecuário brasileiro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Estamos em constante atualização das informações da CNA referentes à Reforma Tributária e atentos aos desdobramentos dos movimentos políticos e técnicos. Permanecemos atuando para que o agro não perca competitividade frente a outros países que possuem uma carga tributária diferenciada, e para que os preços dos alimentos e insumos não aumentem o valor da cesta básica aos consumidores brasileiros. Queremos uma proposta justa para o setor agropecuário, especialmente nesse momento em que o País mais precisa de uma economia dinâmica”, ressalta Saito.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça / ● justiça social/minorias

179:3 p 1 in Sistema Famasul acompanha tramitação das propostas que mais impactam o setor agropecuário brasileiro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“Todas as propostas impactam em maior ou menor grau o setor agropecuário. Na PEC 45, por exemplo, o produtor passa a contribuir com uma alíquota de 25%. Além disso, propõe o fim da desoneração da cesta básica, que pode aumentar o preço dos alimentos para a sociedade brasileira, e amplia a burocracia do produtor rural, pois exige que ele tenha uma contabilidade mensal da sua atividade. É a que mais impacta o agro, porque acaba com todos os tipos de benefícios tributários”, explica Renato Conchon, coordenador do Núcleo Econômico da CNA.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

179:4 p 1 in Sistema Famasul acompanha tramitação das propostas que mais impactam o setor agropecuário brasileiro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A PEC 110, mesmo com suas peculiaridades, segundo Conchon, necessita de ajustes técnicos, mas apresenta pontos que satisfazem mais o agronegócio brasileiro, uma vez que não obriga o produtor rural, pessoa física, a

1 Códigos:

- expropriação do privado

179:5 p 2 in Sistema Famasul acompanha tramitação das propostas que mais impactam o setor agropecuário brasileiro _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

ser contribuinte. Já o PL 3.887, unifica a contribuição do PIS/PASEP e da Cofins, mantém a desoneração atual dos produtos da cesta básica, e tem uma boa aplicabilidade para o setor.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

180 Suinocultores reivindicam benefícios pela geração de energia sustentável _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

9 Citações:

180:1 p 1 in Suinocultores reivindicam benefícios pela geração de energia sustentável _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Sendo o único Estado da federação livre de febre aftosa sem vacinação, a suinocultura de Santa Catarina é reconhecida mundialmente por produzir carne de excelência e que atende os requisitos dos mercados mais criteriosos do mundo. Com o avanço no sistema produtivo, os suinocultores também são considerados protetores do meio ambiente, já que em sua grande maioria cumprem com rigidez todas as normas impostas pelos órgãos ambientais, mesmo que não haja incentivos fiscais ou compensação financeira pelas práticas sustentáveis.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

180:2 p 1 in Suinocultores reivindicam benefícios pela geração de energia sustentável _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Conhecido por ser um dos pioneiros na geração de energia por biogás em Santa Catarina, o suinocultor Anelio Thomazzonni, de Vargeão, região do Alto Irani, enfatiza que todos os órgãos apoiam o sistema de geração de energia limpa, mas não existem incentivos por produzir um produto ecologicamente correto. Ele constata, por exemplo, que não há um programa específico para financiamento dos equipamentos, fator que é um limitador para que a tecnologia seja mais presente nas propriedades rurais.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

180:3 p 1 in Suinocultores reivindicam benefícios pela geração de energia sustentável _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Uma forma de incentivar a produção de energia renovável no Estado é com a isenção do ICMS na fatura da energia elétrica das propriedades geradoras de energia e que coloca a produção no sistema de distribuição. O Estado cobra 12,5% de ICMS dos locais que consomem até 500 kWh/mês e 25% sobre o excedente.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

180:4 p 1 in Suinocultores reivindicam benefícios pela geração de energia sustentável _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Com o objetivo de incentivar a geração de energia sustentável, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tem uma normativa que assegura aos estados a isenção do ICMS dos produtores de energia. A medida também foi avalizada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Em todo o país, 22 unidades federativas já assinaram o convênio retirando o tributo dos produtores que colocam eletricidade na rede.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias

180:5 p 1 in Suinocultores reivindicam benefícios pela geração de energia sustentável _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Parlamentares encaminharam à Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) uma medida aditiva solicitando que o governo também ingresse ao convênio editado pela Aneel. O pedido está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). “Muitos projetos de geração de energia poderão ser viabilizados. O Estado não estaria abrindo mão de receita, mas ajudaria a financiar um retorno de receita”, analisa Thomazzonni.

2 Códigos:

- expropriação do privado / ● resultados econômicos favoráveis ao país

180:6 p 1 in Suinocultores reivindicam benefícios pela geração de energia sustentável _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O suinocultor ainda argumenta que com mais unidades geradoras de energia novos postos de trabalho serão criados, oportunizando emprego e renda para Santa Catarina. “Você envolve vários profissionais especializados na área, que hoje estão sem emprego na área de formação porque estão sem demanda”.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

180:7 p 1 in Suinocultores reivindicam benefícios pela geração de energia sustentável _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Outra sugestão é a isenção do ICMS na compra dos equipamentos que fazem parte da geração de energia,

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

180:8 p 2 in Suinocultores reivindicam benefícios pela geração de energia sustentável _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

tributação que fica entre 12% a 17%. O investimento para a construção de uma usina capaz de gerar 120 KVA fica em torno de R\$ 500 mil, sendo que o Governo fica com pelo menos R\$ 120 mil de ICMS na compra dos equipamentos. Com o atual sistema de tributação, o produtor leva cerca de 10 anos para conseguir ter retorno com o investimento.

1 Códigos:

- expropriação do privado

180:9 p 2 in Suinocultores reivindicam benefícios pela geração de energia sustentável _ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

De acordo com o presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS), Losivania Luiz de Lorenzi, o governo precisa encontrar meios para amenizar os tributos cobrados nos equipamentos para geração de energia. “Os nossos produtores também precisam de linhas de crédito diferenciadas para conseguir investir na propriedade e gerar mais emprego e renda. A propriedade do Anelio Thomazzoni é um exemplo de Santa Catarina para o país”, ressalta.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

35 Documentos:

181 _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

17 Citações:

181:1 p 11 in _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

“ativos” ambientais que transformados em commodities comparáveis em qualidade e quantidade podem vir a se tornar comercializáveis

0 Códigos

181:2 p 6 in _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

A corrida mundial por terras e o aumento da força política que os ruralistas adquirem no governo Temer são fatores que, sem dúvida, têm um grande peso nesse processo.

0 Códigos

181:3 p 9 in _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

condição para sustentação de um setor que cumpre o papel de gerar saldos comerciais ao país e manter a estabilidade de uma política econômica altamente dependente de recursos externos

0 Códigos

181:4 p 5 in _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

Nos últimos 10 anos, a terra foi o ativo que apresentou maior valorização: entre 2009 e 2014, os preços médios da terra no Brasil cresceram 95% no país, com destaque para o Centro-Oeste, onde esse índice chegou a 130%, coincidindo portanto com a expansão da fronteira agrícola.

0 Códigos

181:5 p 9 in _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

Consequentemente, também contribui para colocar em debate qual a centralidade deve ter na economia brasileira uma atividade marcada pela exportação primária de recursos naturais, pela baixíssima arrecadação de impostos e tributos e por impactos socioambientais expressivos.

0 Códigos

181:6 p 10 in _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

criação de bases jurídicas, conceituais e metodológicas que pretendem mensurar tanto as perdas de biodiversidade causadas por grandes projetos de desenvolvimento quanto ganhos de conservação, obtidos por meio de ações de compensação de biodiversidade.

0 Códigos

181:7 p 5 in _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

Os fundos de investimentos internacionais passaram a investir tanto na aquisição de terras quanto no estabelecimento de fazendas agroindustriais em diversos países.

0 Códigos

181:8 p 10 in _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

Se considerarmos seriamente os impactos negativos da mineração do ponto de vista socioambiental e econômico, no plano local e nacional, chegaremos a conclusão que trata-se de uma atividade que tende mais a favorecer a concentração dos seus benefícios nos grupos econômicos e a manter a concentração dos danos ambientais da mineração sobre os mais destituídos, em manifesta contradição com a retórica que recorrentemente justifica o avanço da mineração.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

181:9 p 9 in _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

ntretanto, se considerarmos que o mercado de commodities tende a períodos cíclicos de retração e expansão de preços,

0 Códigos

181:10 p 3 in _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

Em Temer, o ataque aos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais assim como as medidas que alteram a legislação ambiental – como medidas provisórias e projetos de lei que atacam o sistema nacional de unidades de conservação e visam mudar as regras de licenciamento ambiental (PL 3729/2004 e 654/2015) ou mesmo extingui-lo (PEC 65/2012) – não estão mais sob a tensão da perspectiva desenvolvimentista da era PT, onde, em parte, os propósitos que moviam os retrocessos era estimular o desenvolvimento econômico de atividades que geram saldos comerciais ao país e mantém a estabilidade de uma política econômica altamente dependente de recursos externos. Naturalmente temos muitas críticas a esse padrão de crescimento baseado na extração intensiva de recursos naturais e na produção sistemática de injustiças ambientais que caracteriza o projeto desenvolvimentista da nossa esquerda histórica. Mas, atualmente, o desenvolvimento econômico representa mais um instrumento retórico.

A agenda dos retrocessos responde mais a demandas dos setores que representam a base de sustentação do governo Temer – com destaque para a bancada ruralista, cuja agenda têm se concentrado, sobretudo, em questões fundiárias – que a uma orientação estratégica de um plano de governo

0 Códigos

181:11 p 4 in _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

O próprio agronegócio é um setor que se internacionalizou. Há algumas décadas vem ocorrendo uma oligopolização mundial dos complexos agroindustriais, que estabelece o controle da cadeia desde o processamento até a distribuição dos produtos. A isso se soma outro processo de expansão das fronteiras territoriais pelo capitalismo como forma de aumentar sua lucratividade: após a crise financeira de 2008, o capital passa a necessitar de novos setores para garantir a acumulação e o setor agrícola e de mercado de terras (apesar de sua menor liquidez) tornam-se uma alternativa bastante atraente.

0 Códigos

181:12 p 4 in _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

Essas medidas desconstruem a Reforma Agrária, pois estimulam a conversão da terra a um ativo financeiro bastante atrativo. Tais medidas deverão travar completamente as ações de democratização da terra, pois com a redução brutal do orçamento da Reforma Agrária e o congelamento de investimentos públicos por 20 anos não haverá recursos para promover a desapropriação em favor da criação de assentamentos

0 Códigos

181:13 p 11 in _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

Essas iniciativas ainda ampliam o acesso à terra às empresas que, além do controle territorial e espacial que já têm sobre as áreas em que desenvolvem suas atividades, passam a exercer controle também sobre o uso das novas terras destinadas à compensação

0 Códigos

181:14 p 10 in _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

ampliando a excessiva dependência local a uma atividade que tem um tempo de vida limitado pela finitude das jazidas

0 Códigos

181:15 pp 9 – 10 in _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

Em nome da geração de divisas uma série de concessões fiscais e favorecimentos tributários é dada à mineração (a exemplo da “Lei Kandir” que isenta produtos primários e industrializados semi-elaborados do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço/ICMS) e pouco se discute sobre os problemas associados à opção por um modelo de desenvolvimento ancorado na especialização na exportação de recursos naturais (desenvolvimento de estruturas econômicas pouco diversificadas, tendência a deteriorização dos termos das trocas com redução progressiva dos preços das

commodities, a perda de biodiversidade e impactos socioambientais expressivos que incluem inviabilização de estratégias produtivas existentes, etc.).

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

181:16 p 7 in _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

Com Temer, o foco da disputa que se dava em torno do Código perde a centralidade porque o próprio governo busca viabilizar as propostas liberalizantes apresentadas pelos parlamentares por meio de medidas provisórias, decretos e portarias, que esvaziam as possibilidades de debate público dada a celeridade com que são tramitadas e aprovadas

0 Códigos

181:17 p 10 in _Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil_. Entrevista com Julianna Malerba - MST

Trata-se da forma pela qual o Estado se apropria de parte da renda mineral.

0 Códigos

182 A quem interessa a pulverização aérea de agrotóxicos nos territórios_ - MST

2 Citações:

182:1 pp 4 – 5 in A quem interessa a pulverização aérea de agrotóxicos nos territórios_ - MST

Sobretudo neste cenário de agravamento da crise pela pandemia de Covid-19, fortalecemos a mobilização pela taxaço de grandes fortunas, lembrando que quem alimenta o país é a agricultura familiar. A maior parte daqueles que fazem uso da pulverização aérea não paga impostos, recebendo sucessivas isenções fiscais, apesar de seus altos índices de faturamento Por isso, defendemos taxar grandes fortunas para salvar vidas, defendendo que os cerca de 10

bilhões de isenção fiscal de agrotóxicos concedidos às empresas sejam devidamente usados no fortalecimento do SUS neste momento grave.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

182:2 p 5 in A quem interessa a pulverização aérea de agrotóxicos nos territórios_ - MST

Como contribuir? Saiba como é a tramitação de um projeto de lei popular para reduzir agrotóxicos e lidere uma iniciativa local, a partir da cartilha Como criar um projeto de lei estadual ou municipal para reduzir os agrotóxicos?

0 Códigos

183 Agroecologia como política de estado em Sergipe - MST

9 Citações:

183:1 p 1 in Agroecologia como política de estado em Sergipe - MST

Mesmo sendo o Brasil o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, com nosso povo consumindo o equivalente a 7,3 litros de agrotóxicos por pessoa/ano e sabendo-se que esses produtos são nocivos à saúde e que causam diversas doenças, como problemas neurológicos, motores e mentais e que causam distúrbios de comportamentos, problemas hormonais e diversos tipos de cânceres

1 Códigos:

- justiça social/minorias

183:2 p 1 in Agroecologia como política de estado em Sergipe - MST

flexibilização do uso de agrotóxicos no Brasil tem provocado um grande embate na Câmara dos Deputados entre a bancada ruralista – base do governo ilegítimo de Temer que defende um menor rigor do licenciamento dos venenos – e os parlamentares que defendem a alteração na forma de produção dos alimentos no Brasil, com a redução sistemática e constante do seu uso, e que contam com o apoio de entidades ambientalistas, das próprias organizações do governo, como o Ibama, a Anvisa e o Instituto Nacional do Câncer (Inca), o Ministério Público do Trabalho e as organizações sociais que lutam por maior justiça e qualidade de vida para a população.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

183:3 p 2 in Agroecologia como política de estado em Sergipe - MST

sistemas agrícolas mais justos e sustentáveis, capazes de democratizar a produção, distribuição e o acesso a alimentos de verdade e sem veneno

1 Códigos:

- justiça social/minorias

183:4 p 2 in Agroecologia como política de estado em Sergipe - MST

Esta lei foi resultado de uma ampla discussão com os agricultores familiares, pequenos produtores, movimentos sociais e vários setores da sociedade sergipana.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

183:5 p 2 in Agroecologia como política de estado em Sergipe - MST

objetivo de integrar articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo com o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis

1 Códigos:

- justiça social/minorias

183:6 p 2 in Agroecologia como política de estado em Sergipe - MST

medidas fiscais e tributárias,

0 Códigos

183:7 p 2 in Agroecologia como política de estado em Sergipe - MST

mecanismos de controle da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica e sistemas de monitoramento e avaliação da produção.

1 Códigos:

- justiça

183:8 p 3 in Agroecologia como política de estado em Sergipe - MST

momento importante em face da discussão nacional em torno da agroecologia e poderá servir de exemplo para que em outros Estados parlamentares também se juntem a esta luta por alimentos saudáveis na mesa dos brasileiros.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

183:9 p 3 in Agroecologia como política de estado em Sergipe - MST

unindo o campo e a cidade em grande processo de discussão democrática, envolvendo em nosso Estado as diversas instituições públicas,

1 Códigos:

- justiça social/minorias

184 Agronegócio do Ceará tenta calar pesquisador que usou “veneno” em vez de “defensivo agrícola” - MST

3 Citações:

184:1 p 3 in Agronegócio do Ceará tenta calar pesquisador que usou “veneno” em vez de “defensivo agrícola” - MST

“Estamos sugerindo que a agroecologia seja incentivada e que quem produz (comercializa e consome) veneno, comece a pagar impostos, para, assim, termos uma agricultura mais saudável”, defende o diretor da Fiocruz no Ceará, Fernando Carneiro.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

184:2 p 3 in Agronegócio do Ceará tenta calar pesquisador que usou “veneno” em vez de “defensivo agrícola” - MST

Denota-se, outrossim, do próprio discurso do INTERPELADO, um caráter político, ao insinuar a necessidade de majoração de impostos aos produtores de pesticidas”.

1 Códigos:

- justiça

184:3 p 3 in Agronegócio do Ceará tenta calar pesquisador que usou “veneno” em vez de “defensivo agrícola” - MST

Além do mais, os agrotóxicos são isentos de uma série de impostos, chegando a isenção total em alguns estados como o Ceará, questão que agora será analisada pelo Supremo Tribunal Federal, tendo a Abrasco como amicus curiae de uma ação popular nacional contrária a essa situação.

1 Códigos:

- justiça

185 Agrotóxicos e eleições 2020_ o que será que será_ - MST

1 Citações:

185:1 p 3 in Agrotóxicos e eleições 2020_ o que será que será_ - MST

“No âmbito federal, só pra cadeia dos agrotóxicos, o Brasil dá cerca de 1 bilhão e 200 milhões de isenção fiscal só pra aqueles que produzem e distribuem agrotóxicos”, afirma citando dados do relatório do Tribunal de Contas da União. “Pra vocês terem uma ideia, aqui no estado de São Paulo, de isenção de ICMS também para cadeia de produção de meia dúzia de produtos para exportação, são cerca de 1 bilhão. Quando a gente olha na perspectiva da agricultura familiar, da agroecologia, você não vê esse nível de subsídio de investimento e são poucas as políticas públicas de apoio. É por isso que quando uma pessoa vai ao mercado o produto orgânico, sem veneno, é mais caro”, critica o deputado.

3 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

186 Agrotóxicos_ Má-formação congênita e puberdade precoce, uma herança maldita do agronegócio - MST

1 Citações:

186:1 p 8 in Agrotóxicos_ Má-formação congênita e puberdade precoce, uma herança maldita do agronegócio - MST

Devemos lembrar que, além dos incentivos fiscais ao uso destes produtos, ao longo dos anos, o esgotamento dos bens naturais e a resistência dos seres vivos à aplicação dessas substâncias tornou a utilização intensiva dos agrotóxicos e o uso cada vez mais corriqueiro de substâncias com alto grau de toxicidade uma prática imposta aos(às) pequenos(as) agricultores(as).

1 Códigos:

- justiça social/minorias

187 Como a política pró-agrotóxicos de Bolsonaro transfere riquezas para fora do país - MST

11 Citações:

187:1 p 1 in Como a política pró-agrotóxicos de Bolsonaro transfere riquezas para fora do país - MST

Isenções e liberação recorde favorecem transnacionais; menos de 13% dos produtos são fabricados no país

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

187:2 p 1 in Como a política pró-agrotóxicos de Bolsonaro transfere riquezas para fora do país - MST

“O modelo agroexportador esvazia a renda nacional”

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

187:3 p 2 in Como a política pró-agrotóxicos de Bolsonaro transfere riquezas para fora do país - MST

Marcelo Novaes ressalta que a liberação recorde de agroquímicos e as isenções ao setor “esvaziam a renda nacional” e transferem riquezas para fora do país.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

187:4 p 2 in Como a política pró-agrotóxicos de Bolsonaro transfere riquezas para fora do país - MST

“Essa indústria está no orçamento da União e dos estados. Não de forma positiva, contribuindo com tributação, mas no sentido de incentivos fiscais que chegam a US\$ 3 bilhões ao ano [mais de R\$ 15 bilhões], deixando um vazio que precisa ser suportado por toda a sociedade”, analisa.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

187:5 p 2 in Como a política pró-agrotóxicos de Bolsonaro transfere riquezas para fora do país - MST

As isenções representam cerca de 30% desse mercado. Ou seja, o país deixa de arrecadar impostos para estimular a compra de insumos estrangeiros usados em grãos que serão destinados, em grande medida, à exportação – 80% do agrotóxico é aplicado em cultivos de soja, cana de açúcar, milho e algodão.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

187:6 p 2 in Como a política pró-agrotóxicos de Bolsonaro transfere riquezas para fora do país - MST

Uma vez que o agronegócio também paga impostos ínfimos sobre a venda da produção, os únicos beneficiados por esse modelo são latifundiários, empresas exportadoras de commodities e fabricantes de insumos agrícolas

1 Códigos:

- justiça social/minorias

187:7 pp 2 – 3 in Como a política pró-agrotóxicos de Bolsonaro transfere riquezas para fora do país - MST

O déficit da balança comercial da indústria química brasileira saltou de US\$ 1,5 bilhão em 1991 para US\$ 29,3 bilhões em 2020, segundo estimativa da Associação Brasileira da

Indústria Química (Abiquim). O valor gasto com importações é quase quatro vezes maior que o obtido com as exportações do setor.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

187:8 p 3 in Como a política pró-agrotóxicos de Bolsonaro transfere riquezas para fora do país - MST

Em outras palavras, o Brasil entra com as terras e com o dinheiro, por meio de isenções tributárias, e fica com o ônus da relação: concentração fundiária, danos à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente, balança comercial desfavorável.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

187:9 p 4 in Como a política pró-agrotóxicos de Bolsonaro transfere riquezas para fora do país - MST

“Não é só uma questão de proteção à saúde e ao meio ambiente: o modelo agroexportador esvazia a renda nacional. Ele gera, sim, uma grande riqueza, mas que é sugada ao exterior pelas grandes exportadoras e pelas empresas estrangeiras de fornecimento de insumos”, enfatiza Novaes.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

187:10 p 5 in Como a política pró-agrotóxicos de Bolsonaro transfere riquezas para fora do país - MST

“O modelo agroexportador é químico-dependente, e praticamente não existe indústria nacional”, resume Novaes.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

187:11 p 5 in Como a política pró-agrotóxicos de Bolsonaro transfere riquezas para fora do país - MST

“Não se trata de lutar contra o desenvolvimento das forças produtivas. Precisa haver tecnologia, mas existem espaços para se buscar uma tecnologia que não seja predatória ao meio ambiente e à saúde”, finaliza o pesquisador e membro do Fórum Paulista de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

188 Dia do Controle da Poluição por Agrotóxicos - MST

2 Citações:

188:1 pp 1 – 2 in **Dia do Controle da Poluição por Agrotóxicos - MST**

Contrariando a Organização Mundial da Saúde, nos últimos dois anos o governo Bolsonaro liberou quase mil novos agrotóxicos no país, além de destinar isenção fiscal ou subsídio de mais de 14 bilhões para os produtores e vendedores de agrotóxicos.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

188:2 p 3 in **Dia do Controle da Poluição por Agrotóxicos - MST**

Isso sem falar em todas as benesses do ponto de vista não só de isenções fiscais mas também desonerações que são feitas por parte dos governos, especialmente o governo do Estado que tem, sistematicamente, promovido uma política de renúncia fiscal em relação a impostos que deveriam ser pagos por esses insumos, especialmente pelos agrotóxicos que nos matam de diferentes formas”.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

189 Dois anos de golpe no Brasil_ violência e precarização do trabalho no campo - MST

3 Citações:

189:1 p 2 in **Dois anos de golpe no Brasil_ violência e precarização do trabalho no campo - MST**

O golpe é do capital, é das empresas do agronegócio e da mineração, movidas pelo impulso ao saque, à extração e à exploração desmedida de um povo.

0 Códigos

189:2 p 2 in **Dois anos de golpe no Brasil_ violência e precarização do trabalho no campo - MST**

Um dos temas pautados pelos agentes do capital tem sido o da segurança jurídica sobre a exploração e o uso das terras, das águas salgadas e doces (incluindo os aquíferos), dos ventos, do subsolo e da biodiversidade.

0 Códigos

189:3 p 3 in **Dois anos de golpe no Brasil_ violência e precarização do trabalho no campo - MST**

As empresas de agrotóxicos contam ainda com um incremento nos seus lucros devido à isenções e desonerações fiscais, como ocorrido no estado de São Paulo que, segundo a Defensoria Pública Estadual, deixou de arrecadar R\$ 1,2 bilhão em 2015, por não taxar as operações envolvendo agrotóxicos.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

190 É possível o agronegócio ser sustentável, gerar empregos e botar comida na mesa_ - MST

5 Citações:

190:1 p 2 in É possível o agronegócio ser sustentável, gerar empregos e botar comida na mesa_ - MST

O debate foi iniciado com a questão colocada na mesa: “O que o agronegócio produz?”. A cada trimestre, a cada ano, lemos nos jornais sobre a grande contribuição que o agronegócio traz ao produto interno bruto (PIB) brasileiro. No primeiro trimestre de 2020, o PIB do agronegócio cresceu 3,3%, algo equivalente a 55 bilhões de reais, enquanto o PIB geral subiu apenas 0,9%. Por que isso ocorre?

0 Códigos

190:2 p 2 in É possível o agronegócio ser sustentável, gerar empregos e botar comida na mesa_ - MST

o agronegócio produz são toneladas de commodities para exportação. E a outra é produção de dívidas. “O que o agronegócio vem produzindo no Brasil é concentração e centralização de tudo que você possa imaginar que o envolva... De terra, de recurso, de capital industrial financeiro, de poder e assim por diante. Produz uma criação de monopólios ou de mega-agro-oligopólios... É fiel amigo da dívida pública, a partir das isenções tributárias, dos subsídios e a partir das renúncias fiscais que governos, tanto estaduais quanto federais, possibilitam para este setor”, salientou.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

190:3 p 2 in É possível o agronegócio ser sustentável, gerar empregos e botar comida na mesa_ - MST

Reflexo disso é que mesmo com falta de recursos para combater o coronavírus, governadores de todo o país decidiram prorrogar uma isenção fiscal que beneficia a venda de agrotóxicos, deixando de arrecadar – e as empresas deixando de pagar – mais de R\$ 6,2 bilhões por ano, de acordo com estudo da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Essa foi a vigésima vez que a isenção foi prorrogada e está em vigor há 23 anos.

3 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

190:4 p 3 in É possível o agronegócio ser sustentável, gerar empregos e botar comida na mesa_ - MST

mercado de títulos verdes para o setor agropecuário

0 Códigos

190:5 p 4 in É possível o agronegócio ser sustentável, gerar empregos e botar comida na mesa_ - MST

De acordo com Marco, “a mídia propagandeia que o agro é pop, é tech... Vamos encontrar uma narrativa que intenciona produzir um consenso entre os brasileiros, que é: o agronegócio salva a nação. Mas quem paga aquilo que nós deixamos de arrecadar no agronegócio? O povo. Pra onde vai esse dinheiro? Renúncia fiscal, isenção, lucros com as vendas... Uma grande parte é evasão de divisas, os lucros vão embora. Uma parte fica no país de forma centralizada. O agronegócio direto, emprega poucas pessoas. A distribuição da riqueza no agro é uma fakenews absurda”.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

191 É possível reduzir ou acabar com o uso de agrotóxicos_ - MST

3 Citações:

191:1 pp 1 – 2 in É possível reduzir ou acabar com o uso de agrotóxicos_ - MST

Nas matérias anteriores da série, o Sul21 mostrou como o uso de agrotóxicos, especialmente nas lavouras de soja, tem prejudicado outras culturas, fazendo com que produtores até mesmo desistam de suas atividades. O uso do veneno também ameaça as abelhas e seu trabalho essencial de polinização, necessário não só para a agricultura, mas

para toda a flora. Tudo isto com estímulos fiscais dos governos estadual e federal.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

191:2 p 2 in É possível reduzir ou acabar com o uso de agrotóxicos_ - MST

Temos um modelo de agricultura que é viciado em veneno, é como largar o cigarro. O primeiro passo é justamente não estimular o uso de venenos”, ressalta, criticando os benefícios fiscais concedidos para agrotóxicos.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

191:3 p 5 in É possível reduzir ou acabar com o uso de agrotóxicos_ - MST

O texto prevê ainda uma série de medidas econômicas para estimular a produção sem agrotóxicos e desestimular a sua utilização, que vão desde a eliminação de subsídios e benefícios fiscais aos venenos até a diferenciação nos juros de crédito rural, sendo obrigatório que as produções agroecológicas paguem menor taxa.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

192 Em debate, políticas e práticas de redução de agrotóxicos - MST

5 Citações:

192:1 p 3 in Em debate, políticas e práticas de redução de agrotóxicos - MST

Diante do cenário complexo de aprovação sem limites de novos agrotóxicos, um tema importante de se tratar é a questão da regulamentação, cujo debate também envolve sanções sobre esses produtos, uma vez que, na prática, quanto mais agrotóxico é utilizado, menos o Estado arrecada com impostos e mais dinheiro o governo acaba gastando com saúde pública e com os danos ambientais causados.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

192:2 p 3 in Em debate, políticas e práticas de redução de agrotóxicos - MST

O e-book “10 Mitos e Verdades sobre a Tributação dos Agrotóxicos”, construído pelo Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos, pelo Cepagro e pelo IDEC explica porque a isenção fiscal de agrotóxicos viola a Constituição brasileira, que define que a tributação deve ser menor sobre as mercadorias consideradas essenciais para a maioria da população brasileira, ou seja, de maior interesse público, algo que não se aplica aos agrotóxicos

1 Códigos:

- justiça

192:3 p 3 in Em debate, políticas e práticas de redução de agrotóxicos - MST

Segundo Caio Miranda, o objetivo do estudo é apresentar alguns pontos que desmistificam os mitos em relação à tributação dos agrotóxicos e defendem uma outra forma de produção de alimentos. “A tributação proporcionará segurança alimentar e nutricional por meio de diversas tecnologias de produções alternativas que nós temos como agroecologia, agricultura biodinâmica.”

1 Códigos:

- justiça social/minorias

192:4 p 4 in Em debate, políticas e práticas de redução de agrotóxicos - MST

se a gente quer, de fato, solucionar esse problema que é político e não técnico”, salientou.

0 Códigos

192:5 p 4 in Em debate, políticas e práticas de redução de agrotóxicos - MST

“As decisões são tomadas sem corresponsabilidade do que pode acontecer. Sem tratar de pesquisa, estudo, universidade, entidades de pesquisa e extensão, não vamos ter solução para o modelo”, finalizou.

0 Códigos

193 Em defesa da frente popular contra crise e efeitos da pandemia, por Stedile - MST

5 Citações:

193:1 p 2 in Em defesa da frente popular contra crise e efeitos da pandemia, por Stedile - MST

Hoje 80% de nossas terras e forças produtivas agrícolas estão voltadas apenas para produzir soja, milho, cana, algodão e pecuária extensiva.

0 Códigos

193:2 p 2 in Em defesa da frente popular contra crise e efeitos da pandemia, por Stedile - MST

As corporações transnacionais que controlam os insumos e os grandes proprietários de terra ganham muito dinheiro. Mas a sociedade e a economia como um todo, não. Sem contar que ainda estamos em uma etapa pré-Estado moderno. Os ruralistas se negam a pagar impostos sobre exportação (protegidos pela Lei Kandir, aprovada pelo governo FHC) e se negam a pagar ICMS sobre os agrotóxicos e outros produtos, como se viu agora em São Paulo. Ou seja, é o rentismo agrícola, utilizando nossos recursos naturais, a infraestrutura e a logística sem dar contribuição para o Estado, para os serviços públicos e para o conjunto da sociedade.

3 Códigos:

● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

193:3 p 2 in Em defesa da frente popular contra crise e efeitos da pandemia, por Stedile - MST

Na Argentina, para dar uma dimensão, soja paga 35% de impostos sobre exportações, e os recursos vão direto para programas sociais de distribuição de renda. Ou seja, a renda extraordinária do boom dos preços internacionais das commodities e da alta do dólar é repartida entre todos os cidadãos

2 Códigos:

● justiça / ● justiça social/minorias

193:4 p 3 in Em defesa da frente popular contra crise e efeitos da pandemia, por Stedile - MST

Nenhuma área indígena e quilombola foi regularizada nos últimos quatro anos.

0 Códigos

193:5 p 7 in Em defesa da frente popular contra crise e efeitos da pandemia, por Stedile - MST

Revogar a Lei Kandir. Acabar com a isenção fiscal que desviou R\$ 457 bilhões dos cofres públicos em 2020, segundo a Unafisco.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

194 Em meio a suposto rombo da Previdência, Temer negocia perdoar R\$ 10 bi de ruralistas - MST

6 Citações:

194:1 p 2 in Em meio a suposto rombo da Previdência, Temer negocia perdoar R\$ 10 bi de ruralistas - MST

Para Evandro Morello, advogado e assessor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a discussão da renegociação é um “contrassenso” do governo, que sustenta o discurso de déficit da Previdência. Segundo o advogado, a renegociação do recurso afeta o sistema da Seguridade Social com a retirada de um valor “significativo” do caixa.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

194:2 p 2 in Em meio a suposto rombo da Previdência, Temer negocia perdoar R\$ 10 bi de ruralistas - MST

“A Previdência Rural depende muito dessa contribuição advinda da área rural e do Funrural.

Eu entendo que é uma contribuição, do ponto de vista da justiça social e distributiva, a mais adequada”, disse.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

194:3 p 2 in Em meio a suposto rombo da Previdência, Temer negocia perdoar R\$ 10 bi de ruralistas - MST

Com a assinatura de uma Medida Provisória (MP), Temer pretende renomear a taxa e reduzir a alíquota, que hoje é de 2,3% sobre a receita bruta, para 1,5%; além disso, o governo pretende perdoar juros e 25% da multa dos devedores.

1 Códigos:

- justiça

194:4 p 3 in Em meio a suposto rombo da Previdência, Temer negocia perdoar R\$ 10 bi de ruralistas - MST

Morello afirma que poucos agricultores familiares estão nessa situação que débito com a Previdência. Segundo o advogado, a alteração e renegociação do imposto e vai beneficiar agricultores que têm alto faturamento — cujo volume de produção é significativo, mas que têm poucos empregados devido ao processo de automatização do trabalho

2 Códigos:

- justiça / ● renda pré-tributária

194:5 p 3 in Em meio a suposto rombo da Previdência, Temer negocia perdoar R\$ 10 bi de ruralistas - MST

Ele defende que alíquota sobre a venda da produção, no entanto, é mais justa. “Esta contribuição é muito importante para financiar a seguridade social como um todo e isso impacta na arrecadação o sistema”, disse.

3 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

194:6 p 3 in Em meio a suposto rombo da Previdência, Temer negocia perdoar R\$ 10 bi de ruralistas - MST

O governo coleciona desonerações em uma ofensiva por apoio para a aprovação da reforma da Previdência.

1 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica

195 'Epidemia de câncer' _ Alto índice de agricultores gaúchos doentes põe agrotóxicos em xeque - MST

1 Citações:

195:1 pp 5 – 6 in 'Epidemia de câncer' _ Alto índice de agricultores gaúchos doentes põe agrotóxicos em xeque - MST

Inca é um dos órgãos que se posicionam oficialmente “contra as atuais práticas de uso de

Inca é um dos órgãos que se posicionam oficialmente contra as atuais práticas de uso de agrotóxicos no Brasil” e “ressalta seus riscos à saúde, em especial nas causas do câncer”.

Como solução, recomenda o fim da pulverização aérea dos venenos, o fim da isenção fiscal para a comercialização dos produtos e o incentivo à agricultura orgânica, que não usa agrotóxico para o cultivo de alimentos.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

196 Especial pelo movimento Mundial de Luta Contra os Agrotóxicos - MST

1 Citações:

196:1 p 4 in Especial pelo movimento Mundial de Luta Contra os Agrotóxicos - MST

Remoção de subsídios e de benefícios tributários para a utilização de agrotóxicos.

1 Códigos:

- justiça

197 Governador Simão Jatene é chamado a se comprometer com a paz no campo e na cidade - MST

3 Citações:

197:1 p 5 in Governador Simão Jatene é chamado a se comprometer com a paz no campo e na cidade - MST

É neste contexto que o modelo do agronegócio se afirma, expropriando, desterritorializando, violentando e matando os trabalhadores e trabalhadoras rurais, concentrando poder e riqueza para fazendeiros e grandes corporações. Se por um lado, os agentes econômicos do Agro recebem todo tipo de benesses estatais (incentivos fiscais, financiamentos subsidiados, subvenções e remissões de dívidas), por outro, os agricultores familiares e os povos e comunidades tradicionais encontram-se abandonados à própria sorte. Não é a toa que nos últimos 15 anos a área plantada de soja para exportação tenha aumentado 15.000% e aquela destinada à produção de alimentos tenha despencado acentuadamente.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça / ● justiça social/minorias

197:2 p 6 in Governador Simão Jatene é chamado a se comprometer com a paz no campo e na cidade - MST

A consolidação do setor do agronegócio no centro do poder no Brasil, com ampla representação no congresso, encorajou politicamente as elites agrárias do Pará e as autorizou tacitamente a empregar a violência como o principal meio de apropriação das terras e de extermínio das lideranças camponesas.

0 Códigos

197:3 p 8 in Governador Simão Jatene é chamado a se comprometer com a paz no campo e na cidade - MST

9) Cancelamento da proposta de criação do Cadastro Rural Fundiário (CARF), nos termos em que está concebido, pois utiliza como referência principal os dados frágeis do Cadastro Ambiental Rural como porta de entrada da regularização fundiária, potencializando os riscos de legitimação da grilagem de terras no Estado.

0 Códigos

198 Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF - MST

10 Citações:

198:1 p 1 in Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF - MST

Na ação o PSOL questiona as cláusulas 1ª e 3ª do Convênio nº 100/97 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e o Decreto 7.660/2011. Esses

dispositivos concedem benefícios fiscais ao mercado de agrotóxicos, com redução de 60% da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), além da isenção total do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de determinados tipos de agrotóxicos.

1 Códigos:

- justiça

198:2 p 1 in Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF - MST

O pagamento parcial do tributo ocorre porque o Estado brasileiro aplicou, por meios dos dispositivos, o princípio da seletividade e essencialidade tributárias. Este princípio determina que o Estado pode selecionar produtos e indicar benefícios fiscais, conforme sua importância social. Isto é, se o produto é essencial para a coletividade pode ter isenções ou reduções tributárias.

1 Códigos:

- justiça

198:3 p 1 in Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF - MST

De alto impacto à saúde humana e ao meio ambiente, a concessão do benefício tributário aos agrotóxicos não encontra solidez argumentativa por parte do Estado brasileiro.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

198:4 pp 1 – 2 in Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF - MST

Ao

aos agrotóxicos e cotistas de agrotóxicos do Estado brasileiro. Ao apresentar manifestação na Ação Direta de Inconstitucionalidade, após requerimento do Ministro do STF, o relator Edson Fachin, o Ministério da Fazenda não apresentou fundamentos técnicos para a concessão da não tributação.

2 Códigos:

- justiça / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

198:5 p 2 in Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF - MST

Outra crítica à concessão no benefício reside que este mesmo princípio não é aplicado pelo Estado a produtos essenciais para a população brasileira, como alguns itens de consumo diário pela população brasileira.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

198:6 p 2 in Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF - MST

Com faturamento estimado em 2017 de US\$ 8,9 bilhões (Associação Brasileira de Defensivos Genéricos, 2018) – correspondente a atuais R\$ 37,55 bilhões – o setor deixa de destinar significativas quantias ao poder público brasileiro e eleva, ao máximo, a possibilidades de lucro

2 Códigos:

- renda pré-tributária / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

198:7 p 2 in Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF - MST

Com liberação recorde de 503 registros de agrotóxicos no primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro (sem partido), por meio da pasta da agricultura, sob comando da ministra com estreita ligação com o agronegócio, Tereza Cristina (PSL), o valor que o Estado brasileiro deixa de arrecadar no próximo período aumenta exponencialmente. Isto porque, como o sistema de tributação incide sobre o produto, quanto mais agrotóxico se utiliza, menos se deixa de arrecadar impostos.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

198:8 p 2 in Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF - MST

Além da não arrecadação de tributos pelos Estado brasileiro, a utilização dos agrotóxicos também traz outros prejuízos aos cofres públicos. Um estudo publicado na revista Saúde Pública, de autoria de Wagner Soares e Marcelo Firpo de Souza Porto, revela que para cada dólar gasto com a compra de agrotóxicos no Paraná, por exemplo, são gastos US\$ 1,28 no tratamento de intoxicações agudas – aquelas que ocorrem imediatamente após a aplicação.

Nesse cálculo não são considerados os gastos com saúde pública em decorrência da exposição constante aos venenos agrícolas, como com o tratamento do câncer.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

198:9 pp 2 – 3 in Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF - MST

Enquanto o Brasil deixa de arrecadar com a tributação do setor dos agrotóxicos, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) padece do esvaziamento orçamentário.

Executado pelo Ministério da Cidadania, o Programa que realiza a compra de alimentos distribuídos para a população em contexto de

produzidos por agricultores familiares e distribuídos para a população em contexto de insegurança alimentar e nutricional deve receber o montante de R\$101 milhões em 2020, de acordo com o previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o vigente

ano. O valor destoa do teto orçamentário para o Programa destinado em 2012, na ordem de R\$ 1,2 bilhão e da destinação de 225,59 bilhões ao Plano Safra 2019/2020, em atendimento aos interesses do agronegócio.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

198:10 p 3 in Inconstitucionalidade da isenção de impostos para setor de agrotóxicos será julgado pelo STF - MST

Para colaborar na argumentação técnica e jurídica sobre impactos sociais e econômicos da isenção fiscal, organizações da sociedade civil e redes de atuação de um espectro diverso dos direitos humanos participam do julgamento da ação, na condição de Amici Curiae

1 Códigos:

- justiça

199 Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST

16 Citações:

199:1 p 1 in Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST

O ministro e relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5553 que questiona a isenção fiscal para agrotóxicos, Edson Fachin, proferiu voto na manhã de sexta-feira, 30 de outubro, no qual sustenta a inconstitucionalidade da redução em 60% da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e a isenção total do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de determinados tipos de agrotóxicos.

1 Códigos:

- justiça

199:2 p 2 in Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST

O ministro conclui que as normas questionadas pela ADI 5553 violam artigos da Constituição brasileira e sugeriu uma série de providências para a cobrança de ICMS e IPI sobre importação, produção e comercialização de agrotóxicos;

1 Códigos:

- justiça

199:3 p 2 in Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST

além de solicitar que órgãos do governo avaliem “a oportunidade e a viabilidade econômica, social e ambiental de utilizar o nível de toxicidade à saúde humana e o

potencial de periculosidade ambiental, dentre outros, como critérios na fixação das alíquotas dos tributos” sobre os agrotóxicos

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

199:4 p 2 in Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST

“O voto sustenta a interpretação extensiva do princípio da função socioambiental da propriedade, alinhado com o desenvolvimento sustentável, do princípio constitucional da precaução, de proteção ao meio ambiente, saúde, segurança alimentar e seletividade tributária”, avalia Naiara Bittencourt, assessora jurídica da Terra de Direitos, uma das organizações que integram o processo na condição de amicus curiae.

1 Códigos:

- justiça

199:5 p 2 in Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST

Desde o ajuizamento da ação, diversas organizações de defesa dos direitos humanos, saúde, consumidor, meio ambiente e defensorias públicas do estado de São Paulo e União participaram do processo, em contraponto à argumentação das entidades representativas do agronegócio e da indústria de agrotóxicos. Para estas organizações, o voto do ministro pode se converter em um importante precedente nas decisões jurídicas futuras, em favor do meio ambiente, da alimentação saudável e da saúde da população, e o anseio é que os demais ministros acompanhem o voto do relator.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

199:6 p 3 in Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST

Presente no argumento do agronegócio, que defende a manutenção da isenção dos impostos, um possível aumento no preço dos alimentos pelo fim da desoneração foi rebatido pelo ministro Fachin. Para ele, “há uma série de fatores do mercado internacional que determinam sua cotação” e, para garantir o princípio da essencialidade, a isenção deveria incidir no produto final e não nos agrotóxicos, “de modo, portanto, a alcançar o seu efetivo destinatário, o consumidor, independente do uso de agrotóxicos na cadeia produtiva”.

4 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

199:7 p 3 in Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST

Presente no argumento do agronegócio, que defende a manutenção da isenção dos impostos, um possível aumento no preço dos alimentos pelo fim da desoneração foi rebatido pelo ministro Fachin

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● renda pré-tributária

199:8 p 3 in Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST

Mesma análise tem sido presente, de forma persistente, nas falas das organizações. A integrante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Juliana Acosta, reafirma que o uso de agrotóxicos tem sido mais intenso em produtos voltados para o mercado externo, como a soja e o algodão. O plantio de soja, por exemplo, representa 63% do total de agrotóxicos utilizados no Brasil (Dados UFMT).

0 Códigos

199:9 p 3 in Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST

“Não se sustenta o argumento de que a desoneração tributária de agrotóxicos resulta em menor preço de alimentos, porque a grande utilização de agrotóxicos no Brasil é para produção de commodities, mercadoria para exportação, e não de produtos alimentares para a mesa das brasileiras e brasileiros.”, destaca.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

199:10 pp 3 – 4 in Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST

Outro destaque do voto do ministro Fachin apontado pelas organizações sociais é a referência ao direito, constitucionalmente assegurado, da alimentação saudável e do papel do poder público como indutor de políticas direcionadas a este fim. Em atenção ao cuidado com saúde e meio ambiente, o ministro manifestou que não identifica isenções que

estimulem a produção de alimentos saudáveis, em oposição ao estímulo dos alimentos produzidos com agrotóxicos.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

199:11 p 4 in Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST

“Outro ponto importante do voto se refere ao reconhecimento da agroecologia e da agricultura orgânica, com base em manifestações da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e outros, indicando que há ausência de efetividade de normas fiscais

indutoras das atividades agrícolas sustentáveis. Isto é, pode-se depreender que há uma disparidade na política fiscal brasileira quanto à isenção de agrotóxicos e ausência de políticas fiscais efetivas de promoção da agroecologia”, destaca Naiara.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

199:12 p 4 in Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST

Na manifestação do voto, o ministro não se restringiu a analisar a questão tributária, mas evocou também o princípio da precaução sobre uso dos agrotóxicos para destacar as evidências de riscos de uso e consumo dos químicos ao meio ambiente e à saúde.

“O uso de produtos nocivos ao meio ambiente ameaça não somente animais e plantas, mas com eles também a existência humana e, em especial, a das gerações posteriores, o que reforça a responsabilidade da coletividade e do Estado de proteger a natureza”, aponta Fachin.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

199:13 p 4 in Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST

Para Firpo, a menção ao princípio de precaução pelo ministro é um reconhecimento necessário em tempos de flexibilização da legislação ambiental e medidas governamentais de violação do direito à alimentação saudável. “Fico satisfeito que tenha sido evocado e espero que isso se torne uma tônica dentro das ações do STF. E no caso específico de vários agrotóxicos nem existe mais tantas incertezas. A verdade é que já sabemos que a grande maioria são perigosos para saúde e para o meio ambiente, afetam abelhas e polinizadores, afetam a qualidade do solo, entre outros”, destaca.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

199:14 p 4 in Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST

Fachin ainda conclui que a isenção de impostos deve incidir sobre produtos que não geram ônus à saúde e ao meio ambiente. “Para que haja concessão de qualquer incentivo, os benefícios devem ser voltados a práticas consideradas menos poluentes e mais benéficas à fauna, à flora e a toda a coletividade

1 Códigos:

- justiça social/minorias

199:15 p 5 in Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST

Além de reconhecer a procedência da ação pelo fim da isenção de IPI e ICMS para alguns agrotóxicos, o ministro demanda que sejam notificados um conjunto de órgãos públicos, como a Casa Civil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e os Ministério da Fazenda, do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Saúde, entre outros, para que realizem a supervisão da desoneração tributária de IPI incidente sobre a importação, produção e comercialização de agrotóxicos.

1 Códigos:

- justiça

199:16 p 5 in Isenção de impostos para agrotóxicos é inconstitucional, aponta ministro do STF - MST

Ele também aponta a necessidade da adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação periódica da desoneração tributária e de transparência das desonerações tributárias federais, entre outras medidas.

1 Códigos:

- justiça

200 Lei faz de Florianópolis a 1ª cidade do Brasil livre de agrotóxicos - MST

3 Citações:

200:1 p 3 in Lei faz de Florianópolis a 1ª cidade do Brasil livre de agrotóxicos - MST

“A gente tem trabalhado com a perspectiva de justiça social e ecológica, para entender que é possível alimentar o mundo de forma agroecológica de baixo impacto. Para isso, a gente tem que enfrentar essa grande indústria que consegue manipular inclusive as questões tributárias e de acesso à alimentação”, diz Marquito.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

200:2 p 3 in Lei faz de Florianópolis a 1ª cidade do Brasil livre de agrotóxicos - MST

Em 2018, segundo cálculos do Tribunal de Contas da União (TCU), o Brasil deixou de arrecadar R\$ 2,07 bilhões apenas com as isenções de Cofins e PIS/PASEP aos agrotóxicos.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

200:3 p 3 in Lei faz de Florianópolis a 1ª cidade do Brasil livre de agrotóxicos - MST

“O trabalhador não consegue ter acesso a uma alimentação agroecológica e acaba se alimentando de alimentos a base de agroquímicos. Com seus impostos, tem que

bancar essas indústrias, porque ela é isenta e tem benefícios, e conseqüentemente ele acaba tendo que assumir esses prejuízos na saúde e no ambiente”, afirma o Marquito.

2 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça social/minorias

201 MST divulga nota de apoio à greve na educação do Mato Grosso - MST

1 Citações:

201:1 p 3 in MST divulga nota de apoio à greve na educação do Mato Grosso - MST

O fato é que eles continuam dando privilégios a eles mesmos e seus pares. Continuam sugando os cofres públicos através de incentivos fiscais para os privilegiados, que são as empresas estrangeiras do agronegócio (empresas dos venenos), os fazendeiros (Pivetta, Maggi e outros), as empresas de mineração (Mauro Mendes e outros) e tantas outras empresas que se enriquecem com a exploração do povo mato-grossense e acabando com as nossas riquezas naturais, como o cerrado, a amazônia e o pantanal.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

202 Nem pop, nem tech, o Agro é corrupto - MST

3 Citações:

202:1 p 2 in Nem pop, nem tech, o Agro é corrupto - MST

Mas Temer não está sozinho na sua amizade. Um em cada 3 deputados foi financiado pelos irmãos Batista em suas campanhas eleitorais, num total de 166 integrantes da Bancada da Friboi. Ao menos oficialmente, em financiamentos registrados. Junto a eles, 28 senadores. Entre os Partidos, o PP é campeão de financiamentos pela JBS. Não à toa, a Operação Carne Fraca apontou corrupção na fiscalização pelo Ministério da Agricultura, justo na área de frigoríficos, e num Ministério cujo domínio tem sido dividido entre o PP e o PMDB nos últimos 18 anos. E a própria delação dos irmãos Batista confessa que a empresa foi beneficiada com compra de votos para aprovação de isenção de tributos pela Câmara.

3 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● expropriação do privado / ● justiça

202:2 p 2 in Nem pop, nem tech, o Agro é corrupto - MST

Os interesses da JBS e do setor do agronegócio com a aprovação de isenções tributárias e das reformas é fundamental para superarmos o discurso predominante da mídia que só enxerga corruptos, mas transforma os corruptores em sujeitos ocultos. Como se a corrupção fosse um ato individual e autossuficiente de um político, ignorando que em sua origem está o setor empresarial em busca de

transgredir as leis e a economia. Faltou pouco para os irmãos Batista se apresentarem como vítimas da ganância de Temer e companhia, enquanto fraudavam concorrências, burlavam fiscalizações e desrespeitavam a lei.

1 Códigos:

- justiça

202:3 p 3 in Nem pop, nem tech, o Agro é corrupto - MST

Com um governo com relações tão carnais com o agronegócio e o crime, não é a toa que os fazendeiros sintam-se blindados e protegidos, ou melhor, impunes. Não apenas em violar a política e a economia, mas em desprezar a própria vida humana.

1 Códigos:

- justiça

203 O poder político das empresas de agrotóxicos, por João Pedro Stedile - MST

12 Citações:

203:1 p 1 in O poder político das empresas de agrotóxicos, por João Pedro Stedile - MST

Há no Brasil 6 grandes empresas, todas corporações transnacionais, que controlam mais de 60% do mercado de agrotóxicos: Syngenta (China/Suíça), Bayer/Monsanto (Alemanha), Corteva (ex-DowDupont, EUA), Basf (Alemanha), UPL (Índia) e FMC (EUA).

0 Códigos

203:2 p 2 in O poder político das empresas de agrotóxicos, por João Pedro Stedile - MST

Esse poder econômico, por si só, explicaria a enorme influência dessas empresas sobre o poder político que garante seus privilégios econômicos. No Brasil, o povo paga ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) sobre as compras que faz de feijão, arroz, leite, pão, água mineral, gasolina e até luz elétrica e telefone. Porém, pasmem, venda de agrotóxicos não recolhe ICMS.

3 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

203:3 p 2 in O poder político das empresas de agrotóxicos, por João Pedro Stedile - MST

Essa incompreensível injustiça social e tributária decorre da influência dessas empresas ainda nos tempos da ditadura empresarial-militar (1964-1985), quando na década de 1970, por um acordo de cavalheiros, espantosamente os secretários estaduais da Fazenda acordaram em isentar a venda dos agrotóxicos do recolhimento de ICMS. Sem nenhum amparo legal, em nenhuma lei.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

203:4 p 2 in O poder político das empresas de agrotóxicos, por João Pedro Stedile - MST

Alguns Estados deram 60% de isenção, mas a maioria deu 100%. Da mesma forma IPI, Cofins, PIS/Pasep, têm isenção total. E isso vigorou nas últimas décadas até os dias atuais.

Os prejuízos aos cofres públicos desta isenção fiscal ascendem a bilhões de reais, que poderiam ter sido aplicados em escolas, professores, médicos, estradas, serviços ao povo brasileiro.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

203:5 p 2 in O poder político das empresas de agrotóxicos, por João Pedro Stedile - MST

Ninguém consegue explicar porque essa injustiça perdura há tanto tempo, se não pelo enorme poder político e influência nos poderes da República que essas empresas cultivam.

Até a recente mudança da legislação eleitoral, elas financiavam generosamente candidatos de todos os partidos, inclusive do PT, que depois apoiavam os interesses dessas empresas nas casas legislativas e nos governos.

1 Códigos:

- justiça

203:6 p 4 in O poder político das empresas de agrotóxicos, por João Pedro Stedile - MST

. Ambos são, na prática, os pais da agroecologia moderna.

0 Códigos

203:7 p 4 in O poder político das empresas de agrotóxicos, por João Pedro Stedile - MST

Ana Maria Primavesi, da UFSM (1920-2020) e o professor Adílson Paschoal (1941) da Esalq/USP

0 Códigos

203:8 p 4 in O poder político das empresas de agrotóxicos, por João Pedro Stedile - MST

A senadora e psicóloga-fazendeira Kátia Abreu justificou, tempos atrás, que os ricos continuariam se alimentando com produtos orgânicos, porque são mais saudáveis e mais caros, mas os pobres teriam que se contentar em comer comida barata e com substâncias químicas (declaração registrada no documentário de Sílvio Tendler “O veneno está na mesa”).

0 Códigos

203:9 p 4 in O poder político das empresas de agrotóxicos, por João Pedro Stedile - MST

A justificativa da escala também não convence. Já temos diversas experiências de grandes fazendas que adotaram a agroecologia e cultivam vários produtos em larga escala e com alta produtividade. O empresário Paulo Diniz, em sua fazenda Toca, de 2.300 hectares, produz o açúcar orgânico da Native, em parceria com diversas fazendas de Sertãozinho (SP).

0 Códigos

203:10 pp 4 – 5 in O poder político das empresas de agrotóxicos, por João Pedro Stedile - MST

O Estado de Santa

Catarina tem um governador militar eleito na onda do bolsonarismo que mandou um projeto que implementa a cobrança escalonada de ICMS sobre a venda de agrotóxicos.

1 Códigos:

- justiça

203:11 p 5 in O poder político das empresas de agrotóxicos, por João Pedro Stedile - MST

O documentário da cineasta francesa Marie-Monique Robin “O Mundo Segundo a Monsanto”, demonstra a influência dessas grandes corporações.

0 Códigos

203:12 p 6 in O poder político das empresas de agrotóxicos, por João Pedro Stedile - MST

Espero que o STF não se acovarde, defenda a lei e os interesses do povo e coloque em pauta e julgue o quanto antes a necessidade das empresas recolherem o ICMS pela venda de agrotóxicos.

1 Códigos:

- justiça

204 O STF pode por fim aos benefícios fiscais dos agrotóxicos nessa quarta-feira - MST

9 Citações:

204:1 p 2 in O STF pode por fim aos benefícios fiscais dos agrotóxicos nessa quarta-feira - MST

Enquanto o governo brasileiro favorece o agronegócio deixa de arrecadar bilhões de reais por ano com a isenção de impostos aos agrotóxicos, também garante subsídios diretos de crédito ou políticas de infraestrutura e pesquisa para o setor.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

204:2 p 2 in O STF pode por fim aos benefícios fiscais dos agrotóxicos nessa quarta-feira - MST

O Brasil tem a maior empresa pública do mundo de pesquisa agropecuária, quase exclusivamente voltada para desenvolver tecnologia para o agronegócio

0 Códigos

204:3 p 3 in O STF pode por fim aos benefícios fiscais dos agrotóxicos nessa quarta-feira - MST

A própria Lei Kandir (lei complementar Nº 87/1996) isenta completamente os produtos do agronegócio de impostos. Isso quer dizer que de tudo que é exportado pelo agronegócio, nada, absolutamente nada, é arrecadado pelo Estado. E isso é uma lei que beneficia a exportação de produtos sem nenhuma industrialização, porque ela é justamente para produtos sem industrialização. E agora fica claro o que já havíamos denunciado, que é a isenção também dos agrotóxicos. Isso faz parte de um pacote de suporte ao agronegócio, em que o povo brasileiro paga para uma falsa 'alta produtividade do agronegócio', que na verdade é inviável. É um modelo que tira o dinheiro do povo, tira o dinheiro do Estado e entrega para as grandes empresas de toda cadeia produtiva do agronegócio.

3 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

204:4 p 3 in O STF pode por fim aos benefícios fiscais dos agrotóxicos nessa quarta-feira - MST

O que estamos vendo é um conluio das empresas com o Estado, beneficiando os seus produtos a partir dessa isenção de impostos, que são valores quatro vezes maiores que o do orçamento do Ministério do Ambiente, por exemplo, e o dobro do valor que todo o sistema público de saúde (SUS – Sistema Único de Saúde) utiliza para o tratamento de câncer

2 Códigos:

- justiça / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

204:5 p 3 in O STF pode por fim aos benefícios fiscais dos agrotóxicos nessa quarta-feira - MST

Isso tudo feito pela FIOCRUZ, que embasa parte dessa denúncia. Os dados da FIOCRUZ mostram que para cada dólar gasto em agrotóxico, é gasto 1,28 dólar em tratamento de intoxicação aguda no estado do Paraná, por exemplo. Pra gente ter a dimensão do alto impacto que os agrotóxicos têm na saúde pública e, conseqüentemente, no orçamento público.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

204:6 p 4 in O STF pode por fim aos benefícios fiscais dos agrotóxicos nessa quarta-feira - MST

São mobilizações e também uma série de leis que estão sendo criadas por meio da pressão popular em municípios e estados que enfrentam parte desses benefícios que o agronegócio e principalmente o agrotóxico tem. É importante citar a lei que retira parte da isenção de impostos dos agrotóxicos em Santa Catarina, a lei do Ceará que proíbe a pulverização aérea. São legislações que vêm de encontro, com a pressão popular, a esse papel que o Estado deveria ter de cuidar dos interesses do povo e não de interesses das empresas transnacionais. A ADI 5553 se soma no questionamento a essa atuação do Estado.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

204:7 p 5 in O STF pode por fim aos benefícios fiscais dos agrotóxicos nessa quarta-feira - MST

Movimentos e entidades da sociedade civil estão se mobilizando na argumentação técnica e jurídica sobre impactos sociais e econômicos dessa isenção fiscal. As organizações estão participando do julgamento da ação na condição de amicus curiae (amigo da corte).

1 Códigos:

- justiça

204:8 p 5 in O STF pode por fim aos benefícios fiscais dos agrotóxicos nessa quarta-feira - MST

Temos dois grandes desafios: o primeiro é entender cada vez mais o que está por trás dos agrotóxicos, tanto do ponto de vista científico quanto do ponto de vista do Estado, como essa questão da isenção dos impostos. Denunciar esse processo pelos prejuízos econômicos, pelo poder que o agrotóxico está ligado, pelos prejuízos para a natureza e a saúde do povo trabalhador.

3 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

204:9 p 5 in O STF pode por fim aos benefícios fiscais dos agrotóxicos nessa quarta-feira - MST

Nós temos dados do movimento camponês brasileiro, que têm dado demonstrações contundentes de que é possível que a agroecologia não seja apenas uma alternativa, mas que seja a matriz tecnológica para um projeto popular do campo brasileiro.

0 Códigos

205 Organizações sociais reivindicam que isenções fiscais para agrotóxicos não sejam renovadas - MST

5 Citações:

205:1 p 2 in Organizações sociais reivindicam que isenções fiscais para agrotóxicos não sejam renovadas - MST

Cerca de 75 movimentos e organizações sociais enviaram nesta quinta-feira (11) carta para secretarias de fazenda e governos estaduais solicitando que benefícios e isenções para que agrotóxicos previstos nas cláusulas 1ª e 3ª do Convênio nº 100/97 não sejam renovados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)

1 Códigos:

- justiça social/minorias

205:2 p 3 in Organizações sociais reivindicam que isenções fiscais para agrotóxicos não sejam renovadas - MST

No documento, as entidades defendem que “alimentos essenciais para a vida da população brasileira devem ter benefícios fiscais, não os agrotóxicos”, lembrando que o maior volume de venenos agrícolas é direcionado para a produção de produtos para exportação (soja, milho e cana-de-açúcar), que corresponderam a 82% de todo o consumo de agrotóxicos em 2015.

2 Códigos:

- eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça

205:3 p 3 in Organizações sociais reivindicam que isenções fiscais para agrotóxicos não sejam renovadas - MST

Com base no Censo Agropecuário 2017 e no Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), as organizações argumentam que o impacto do fim da isenção fiscal dos agrotóxicos para consumidores e agricultores familiares será mínimo, uma vez que agrotóxicos representam apenas 4% dos custos de produção da categoria, não onerando o valor do alimento. “Impactará grandes proprietários rurais que destinam a produção para exportação e que já são beneficiados por outros incentivos e benefícios no sistema tributário nacional, como é o caso das desonerações para exportações e do financiamento por bancos públicos”, defende a carta.

3 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos favoráveis ao país

205:4 p 3 in Organizações sociais reivindicam que isenções fiscais para agrotóxicos não sejam renovadas - MST

O país vive uma crise financeira e o contexto é de austeridade orçamentária provocada pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que encolheu em R\$ 20,19 bilhões os recursos para a saúde em 2019. As organizações qualificam, então, de “no mínimo paradoxal” a renúncia fiscal a agrotóxicos em contexto de cortes orçamentários em áreas essenciais pelo argumento de que os cofres públicos estão em baixa. “Sobretudo em momento de colapso do SUS pela propagação da pandemia de Covid-19, é um contrassenso que o país permaneça estimulando, via benesses fiscais, o uso de produtos tóxicos que acarretam em internações por intoxicações crônicas ou agudas”, criticam.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

205:5 p 3 in Organizações sociais reivindicam que isenções fiscais para agrotóxicos não sejam renovadas - MST

A carta traz ainda fundamentações científicas no plano internacional e nacional para que as isenções não sejam renovadas, a exemplo da recomendação dos relatores de Direito à Alimentação Adequada e de resíduos Tóxicos da Organização das Nações Unidas (ONU), relatório da ABRASCO, pesquisa da Fiocruz, além de se basear nos princípios constitucionais e direitos fundamentais, especialmente o Direito Fundamental ao Meio Ambiente Equilibrado; ao Direito Fundamental à Saúde; ao Direito Fundamental à alimentação adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional e aos Princípios da Seletividade e da Essencialidade Tributária.

1 Códigos:

- justiça

206 Pará, sangrento Pará - MST

2 Citações:

206:1 p 3 in Pará, sangrento Pará - MST

No filme A Igreja dos Oprimidos (1986), o diretor Jorge Bodanzky entrevistou Sebastião da Teresona na sala de sua casa, em Marabá

0 Códigos

206:2 p 3 in Pará, sangrento Pará - MST

Em 1986, uma grande guerra entre posseiros e pistoleiros foi filmada numa fazenda localizada, justamente, em Pau D'Arco, palco da chacina da semana passada. Os diretores Adrian Cowell e Vicente Rios, no filme Matando Por Terras, registraram a participação da polícia nas mortes de posseiros. A polícia tomava conta da fazenda de um empresário que vivia longe, em São Paulo, e de lá financiava a morte para garantir incentivos fiscais. Desesperados, em certo momento, posseiros contra-atacaram e mataram policiais-pistoleiros que tentavam matar os posseiros. No entanto, era a rara exceção de um verdadeiro massacre de posseiros — e não uma guerra. No filme, são os policiais-pistoleiros matam diversos pobres posseiros.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

207 PEC 241_ e agora, Bancada Ruralista_ - MST

9 Citações:

207:1 p 1 in PEC 241_ e agora, Bancada Ruralista_ - MST

Mais exatamente duas políticas consomem bilhões de reais do Tesouro, a cada ano, para garantir as atividades do agronegócio: (I) a dos gastos tributários

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

207:2 p 2 in PEC 241_ e agora, Bancada Ruralista_ - MST

Já a política de gastos tributários, mais ampla, da qual a agricultura é uma das principais beneficiárias, é constituída de desonerações tributárias em tese destinadas à promoção do desenvolvimento socioeconômico.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

207:3 p 1 in PEC 241_ e agora, Bancada Ruralista_ - MST

No presente texto avaliamos os prováveis efeitos da PEC sobre as dotações orçamentárias de algumas instituições dos setores agrícola e agrário. Em especial, avaliamos os impactos potenciais da PEC sobre políticas específicas para a agropecuária, de interesse direto e substantivo dos grandes fazendeir

0 Códigos

207:4 p 2 in PEC 241_ e agora, Bancada Ruralista_ - MST

Diversamente de setores como a educação e a saúde, por exemplo, cujas dotações orçamentárias estão vinculadas à arrecadação tributária, as provisões de recursos orçamentários para os setores agrário e agrícola derivam do poder discricionário dos governos; variando, portanto, conforme as prioridades governamentais ou o poder de pressão política dos atores setoriais.

0 Códigos

207:5 p 3 in PEC 241_ e agora, Bancada Ruralista_ - MST

Por conseguinte, teríamos enfrentado a redução ou o baixo crescimento da safra, com restrições nos volumes exportados e desequilíbrios no abastecimento interno.

Entre outros efeitos, haveria, ainda, a ampliação da dependência da agricultura de larga escala ao capital financeiro internacional. No caso da agricultura familiar, um dos cenários seria a fragilização, ainda maior, da base produtora de alimentos, e o maior vínculo de dependência desses agricultores ao capital usurário

0 Códigos

207:6 p 4 in PEC 241_ e agora, Bancada Ruralista_ - MST

Antes do início do primeiro governo Lula, essas desonerações tangenciavam os R\$ 500 milhões/ano. Desde então, progressivamente passaram a assumir volumes substanciais, e mais volumosos, ainda, a partir do governo Dilma.

1 Códigos:

- justiça

207:7 pp 4 – 5 in PEC 241_ e agora, Bancada Ruralista_ - MST

A Tabela permite concluir que, se os Gastos Tributários para a agricultura tivessem sido corrigidos pelo IPCA conforme a PEC 241, ao invés dos valores efetivamente aplicados pelos governos Lula e Dilma, teria ocorrido uma perda acumulada de R\$ 54.2 bilhões. Este valor corresponde a 34% do valor efetivamente gasto, no período. No cenário acima, ao longo dos dez anos, atividades como o Seguro Rural e os incentivos da Lei Kandir, entre outras estratégias para o agronegócio teriam sido duramente afetadas em razão dos impactos do teto Temer. As políticas de incentivos regionais como as políticas do FINAM e

do FINOR, também sofreriam reduções substanciais e assim comprometendo a economia, e gerando desemprego naquelas regiões.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

207:8 p 7 in PEC 241_ e agora, Bancada Ruralista_ - MST

Conclusão: “SE” as dotações tivessem sido corrigidas pelo IPCA, os recursos do Inca teriam crescido em R\$ 4.557.509.054 no período de 2007 a 2016.

Obviamente, como atesta a proposta orçamentária para 2017 enviada pelo governo que define cortes rasos nas dotações de ações vitais do programa de reforma agrária, o teto não teria sido observado na prática.

0 Códigos

207:9 p 8 in PEC 241_ e agora, Bancada Ruralista_ - MST

Conclusão: os dados envolvem as atividades de Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos – Fundo de Terras, e a concessão de Crédito ♦ Instalação às Famílias Assentadas. Tem-se que, com o teto Temer haveria o incremento de R\$ 8.229.376.262, no período de 2007 a 2016.

0 Códigos

208 Política de agroecologia tem estados e municípios como vias possíveis - MST

6 Citações:

208:1 p 2 in Política de agroecologia tem estados e municípios como vias possíveis - MST

e de fim da redução da isenção ao mercado de insumos químicos, entre outras medidas que restringem o mercado dos agrotóxicos e criam incentivos à produção e comercialização de produtos oriundos da agroecologia.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

208:2 p 3 in Política de agroecologia tem estados e municípios como vias possíveis - MST

Teresa Cristina, ruralista ex-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

0 Códigos

208:3 p 4 in Política de agroecologia tem estados e municípios como vias possíveis - MST

Com propostas antagônicas (veja tabela), ambos projetos de lei – PNaRa e “Pacote do Veneno

0 Códigos

208:4 p 5, 233 × 25 in Política de agroecologia tem estados e municípios como vias possíveis - MST

Conteúdo

• Remoção de subsídios e de benefícios tributários para a utilização de agrotóxicos.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / • renda pré-tributária

208:5 p 6 in Política de agroecologia tem estados e municípios como vias possíveis - MST

O deputado ainda reforça que a luta para aprovação da PNaRa também fortalece a disputa pelo orçamento público com o setor do agronegócio, na medida que é a garantia de recursos que permite o fortalecimento da agroecologia em toda sua cadeia de execução, como apoio aos agricultores para conversão agroecológica, assistência técnica e comercialização dos alimentos, entre outras ações. “A luta institucional para aprovar um marco legal vai no sentido também de disputar o orçamento, de tirar de uma área e colocar em outra área. Se não disputarmos o orçamento, mudando a lei eles [ruralistas] vão nadar de braçada. Não vamos deixar isso”, defende. A disputa ainda tem como objetos a elaboração do Plano Plurianual 2020-23 (PPA) e as emendas parlamentares, destinação de recursos aos Estados já dirigidas as áreas de aplicação

0 Códigos

208:6 pp 6 – 7 in Política de agroecologia tem estados e municípios como vias possíveis - MST

Pode-se dizer hoje que a Pnapo é um conjunto de ações totalmente dispersas nos ministérios, e com orçamentos que tem sido sistematicamente reduzidos desde 2016 com algumas ações tiveram

que tem sido sistematicamente reduzidos desde 2016, com algumas ações tiveram orçamento zerado”, denuncia o secretário executivo da ANA, Denis Monteiro.

0 Códigos

209 Proprietários de terra devem quase R\$ 1 trilhão à União - MST

1 Citações:

209:1 p 2 in Proprietários de terra devem quase R\$ 1 trilhão à União - MST

O relatório aponta outra peculiaridade: a isenção de diversos impostos. A Lei Kandir, editada em 1996, isentou o pagamento de ICMS aos produtos primários e produtos industrializados e semielaborados destinados à exportação. Segundo o relatório, essa desoneração gera perdas em torno de R\$ 22 bilhões por ano aos estados. Com promessa de ressarcimento. Entretanto, só são ressarcidos 12% da isenção. Em 2014, a bancada ruralista emplacou mais uma benesse fiscal para o setor: a isenção de 9,25% na cobrança do PIS e Confins na venda de soja para todos os fins comerciais.

2 Códigos:

- justiça / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

210 Quais os efeitos que a água contaminada por agrotóxicos pode causar_ - MST

1 Citações:

210:1 p 4 in Quais os efeitos que a água contaminada por agrotóxicos pode causar_ - MST

Abordando as contradições e desafios do contexto atual, Mônica denunciou o quanto ciência tem sido negligenciada. “O cenário é que nós temos um país agrícola, de gigantes monoculturas e, do outro, a agricultura familiar, da agroecologia e da agrofloresta, mostrando que é viável economicamente, mas que não tem espaço... Nós temos uma intensa liberação de agrotóxicos sem que a gente veja os resultados da análise de cada um deles, do porque são liberados. Por outro lado, nós temos a contrapartida disso, que é esse agrotóxico sendo liberado no ar pelas pulverizações, cada vez maiores, no solo e chegando às águas, com o monitoramento de 27 indo para 39, isenção de impostos de agrotóxicos que não para.”

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

211 Renúncia fiscal com agrotóxicos é de R\$ 9 bilhões no Brasil, segundo o TCU - MST

9 Citações:

211:1 p 1 in Renúncia fiscal com agrotóxicos é de R\$ 9 bilhões no Brasil, segundo o TCU - MST

O Brasil deixou de arrecadar R\$ 9 bilhões no período de 2010 a 2017 somente com a isenção fiscal da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do PIS/Pasep para o setor de agrotóxicos. Esses tributos têm papel relevante para subsidiar a seguridade social, que inclui as áreas de saúde, educação e assistência social.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

211:2 p 1 in Renúncia fiscal com agrotóxicos é de R\$ 9 bilhões no Brasil, segundo o TCU - MST

O dado consta de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), para avaliar a preparação do governo brasileiro para implementar e monitorar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030. Trata-se de compromisso assumido pelo Brasil com a Organização das Nações Unidas (ONU) para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

211:3 p 1 in Renúncia fiscal com agrotóxicos é de R\$ 9 bilhões no Brasil, segundo o TCU - MST

Os dados são incompletos. Trata-se de estimativas calculadas a partir das informações disponíveis. Além disso, não contemplam o Imposto de Importação (II) e nem o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), já que as desonerações desses produtos não configuram gasto tributário. E o cálculo não abrange a redução na base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), por ser um tributo estadual.

1 Códigos:

- justiça

211:4 pp 1 – 2 in Renúncia fiscal com agrotóxicos é de R\$ 9 bilhões no Brasil, segundo o TCU - MST

Para os auditores, as desonerações não são acompanhadas nem avaliadas pelo governo

federal “devido às falhas de governança” e são concedidas independentemente de seu nível de toxicidade à saúde e de periculosidade ambiental.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

211:5 p 2 in Renúncia fiscal com agrotóxicos é de R\$ 9 bilhões no Brasil, segundo o TCU - MST

“O dado é a ponta do iceberg. Só no estado de São Paulo, o governo abriu mão de R\$ 1,2 bilhão em 2015. Então, para chegar mais perto da realidade, a estimativa do TCU deveria ser multiplicada pelo menos por três, já que há outros grandes consumidores estaduais, como Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

211:6 p 2 in Renúncia fiscal com agrotóxicos é de R\$ 9 bilhões no Brasil, segundo o TCU - MST

Além disso, agrotóxicos são considerados insumos agrícolas e, nessa condição, a despesa é abatida integralmente na declaração de rendimentos do imposto de renda pessoa física (IRPF) e pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)”, disse o defensor público Marcelo Novaes, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo em Santo André, no ABC paulista, e integrante do Fórum Paulista de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos.

1 Códigos:

- justiça

211:7 p 2 in Renúncia fiscal com agrotóxicos é de R\$ 9 bilhões no Brasil, segundo o TCU - MST

“Importante lembrar que além da carga de tributos federais baixíssima, é enorme a desoneração de ICMS. Uma perda tributária absurda em razão da integral dedutibilidade nos impostos sobre a renda. Uma desoneração sem nenhuma seletividade. Produtos mais perigosos à saúde têm tratamento tributário idêntico ao menos agressivo.”

3 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

211:8 p 2 in Renúncia fiscal com agrotóxicos é de R\$ 9 bilhões no Brasil, segundo o TCU - MST

Os R\$ 9 bilhões estimados da renúncia fiscal correspondem à receita que municípios como Macaé (RJ) levam quatro anos para arrecadar. Com 244 mil habitantes, tem em seu território empresas da cadeia do petróleo. O montante é suficiente para adquirir 130 mil unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida em Curitiba.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

211:9 p 2 in Renúncia fiscal com agrotóxicos é de R\$ 9 bilhões no Brasil, segundo o TCU - MST

A concessão de benefícios tributários à indústria dos agrotóxicos foi um dos principais temas discutidos em seminário realizado ao longo desta sexta-feira (29) no Sindicato dos Químicos de São Paulo. Realizado pela Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, o encontro integra a agenda de fortalecimento da articulação dos movimentos sociais para a resistência ao avanço de políticas que pretendem ampliar o uso de agrotóxicos no país.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

212 Seminário em Minas aponta avanços na agroecologia - MST

5 Citações:

212:1 p 2 in Seminário em Minas aponta avanços na agroecologia - MST

pré-assentamentos e acampamentos da reforma agrária

0 Códigos

212:2 p 2 in Seminário em Minas aponta avanços na agroecologia - MST

emancipação”.

0 Códigos

212:3 p 2 in Seminário em Minas aponta avanços na agroecologia - MST

Durante a análise da conjuntura mineira, Quintão criticou o déficit das contas do governo mineiro. “4,6 bilhões de reais é a previsão de renúncia fiscal em 2019, se trata de empresas que chantagearam o estado para não pagar impostos”. Para ele, com esse recurso seria possível ampliar a ação do PSA e outras políticas públicas.

2 Códigos:

- expropriação do privado / ● justiça

212:4 p 3 in Seminário em Minas aponta avanços na agroecologia - MST

O Governo Bolsonaro autorizou um pacote com 52 novos agrotóxicos e tenta criminalizar a reforma agrária, aumentando a superexploração e entrega dos bens naturais ao capital internacional.

0 Códigos

212:5 p 4 in Seminário em Minas aponta avanços na agroecologia - MST

Os assentamentos precisam ser áreas de resistência contra a privatização das terras conquistadas. Alguns assentados já optaram pelo título da terra e perderam o Pronera ou até mesmo a própria terra, porque havia dívidas com os créditos”.

0 Códigos

213 Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

18 Citações:

213:1 p 1 in Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação O direito à alimentação adequada é incompatível com benefícios fiscais de ICMS e IPI a agrotóxicos

1 Códigos:

- justiça

213:2 p 1 in Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

A ADI 5553, que aguarda julgamento pelo STF, tem suscitado debates relacionados aos seus impactos econômicos mas também às possibilidades e às potencialidades da agricultura brasileira. Na ação, discute-se a inconstitucionalidade dos benefícios

fiscais a agrotóxicos – os quais são concedidos desde 1997, ano em que foi firmado o Convênio ICMS nº 100/1997 pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) – e da isenção total do Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre alguns tipos de agrotóxicos, conforme o Decreto 7.660/2011, atualizado pelo Decreto 8.950/2016.

1 Códigos:

- justiça

213:3 p 1 in Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

A discussão sobre a constitucionalidade da concessão de benefícios fiscais a agrotóxicos, inevitavelmente, esbarra na análise da violação dos direitos fundamentais à saúde, à alimentação adequada e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, vez que o tratamento tributário possibilitado pelos instrumentos citados são importantes alicerces e incentivos ao modelo de produção e consumo agrotóxico dependente do Brasil.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

213:4 pp 1 – 2 in Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

A (in)segurança alimentar de cada dia O direito à alimentação, direito social garantido no artigo 6º da Constituição e na Lei 11.346/2006, não é apenas o simples direito ao acesso à comida. Em seu núcleo normativo podemos destacar dimensões, como: i) a disponibilidade (a produção e circulação de alimentos em quantidade suficiente para alimentar toda a população); ii) a acessibilidade física e econômica a alimentos; iii) a adequação dos alimentos disponíveis no mercado (a oferta de alimentos adequados do ponto de vista de sua quantidade qualidade e segurança e também de aspectos culturais

ponto de vista de sua quantidade, qualidade e segurança, e também de aspectos culturais e informacionais); e iv) a sustentabilidade (na produção, na comercialização, no consumo e no aproveitamento).

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

213:5 p 2 in Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

A efetivação de tal direito é complexa e está diretamente vinculada a inúmeros aspectos da organização do Estado, desde a socialização e a promoção de políticas públicas implementadas na área à adoção de determinado direcionamento tributário.

1 Códigos:

- justiça

213:6 p 2 in Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

A inobservância das diversas dimensões do direito à alimentação propicia o seu descumprimento, seja pela oferta de alimentos contaminados (inadequados), seja pela ampliação dos impactos negativos à saúde e à biodiversidade (não sustentáveis).

1 Códigos:

- justiça

213:7 pp 2 – 3 in Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

Não há existência digna sem saúde e a saúde do cidadão-consumidor deve ser garantida –

conforme artigo 5º, XXXII da Constituição e os artigos 4º e 6º do Código de Defesa do Consumidor – por meio da oferta, no mercado de consumo, de alimentos adequados, isto é, que não impliquem perigo a sua saúde ou segurança, seja a curto, médio ou longo prazo.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

213:8 p 3 in Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

O ponto é que temos um sistema hegemônico de produção e consumo de alimentos que ameaça e viola, sim, direitos fundamentais porque alicerçado no uso intensivo de agrotóxicos de forma induzida e estimulada pelo Estado.

1 Códigos:

- justiça

213:9 p 3 in Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

Tal estímulo, importa dizer, é ofertado a este setor há 23 anos sem critérios técnicos e sem a motivação da adequação e necessidade da medida – ausências depreendidas da própria ata da reunião de aprovação dos benefícios do Convênio Confaz (mov. 137), apresentada pelo Ministério da Fazenda nos autos da ADI 5553.

1 Códigos:

- justiça

213:10 p 3 in Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

O direito à alimentação não é efetivado quando há insegurança alimentar ou quando, apesar da acessibilidade física e econômica a uma quantidade constante e suficiente de alimentos, esses não são seguros ou não apresentam a qualidade apropriada para consumo.

A (in)sustentabilidade da produção de externalidades negativas Como armamos, a efetivação do direito à alimentação é multifacetada e precisa levar em conta também a dimensão da sustentabilidade. Sem ela, nossos sistemas alimentares provocam graves externalidades ambientais, sanitárias e sociais que afetam a própria concretização do direito à alimentação.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

213:11 pp 3 – 4 in Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

No Brasil, pesquisa da Universidade Federal do Mato Grosso analisou 21 cultivos majoritários, representando 71,2 milhões de hectares de lavouras. A soja foi a cultura que mais utilizou agrotóxicos no país, representando 63% do total, seguido do milho (13%) e da cana-de-açúcar (5%). Soja, milho e cana-de-açúcar constituem 76% de toda a área

plantada do Brasil e corresponderam a 82% de todo o consumo de pesticidas em 2015.

0 Códigos

213:12 p 4 in Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

Ainda, em análise sobre a proporção da produtividade e uso de agrotóxicos na soja, identificou-se que, de 2000 a 2012, o uso de herbicidas por unidade de área cresceu 90,3%, enquanto a produtividade da soja por kg de herbicida cresceu apenas 50,7%

0 Códigos

213:13 p 4 in Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

Os agrotóxicos estão na nossa mesa – fato. Porém, o que estes números indicam é que o maior volume de agrotóxicos utilizados no Brasil destina-se a quatro culturas majoritariamente destinadas à exportação. São commodities cujos preços são estabelecidos pelo mercado internacional, definidos com base em fatores de produção global, já beneficiadas com outras isenções de tributos para a exportação. Sem isenções aos agrotóxicos, haveria uma margem de lucro menor para as empresas do agronegócio, já a relação com o aumento do preço de alimentos não é simples e direta, segundo a Fiocruz.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

213:14 p 4 in Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

Isto é, dizer que a seletividade tributária aos agrotóxicos é necessária e beneficia os consumidores é uma falácia discursiva, dado que é a grande cadeia de commodities que é subsidiada pelo Estado. Além disso, são esses mesmos consumidores que arcam com o impacto dos agrotóxicos no Sistema Único de Saúde com o tratamento de cânceres, intoxicações e problemas resultantes desses produtos.

3 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

213:15 pp 4 – 5 in Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

O número da isenções atingiria, portanto, mais os grandes produtores voltados à exportação. Lembremos que a ADI 5553 não trata da sobretaxa de agrotóxicos ou

mesmo de instrumentos para desincentivo de produtos, como é o caso de bebidas alcoólicas e

cigarros. A ação visa tão somente a tributação regular desses insumos como medida de arrecadação de recursos para o mínimo custeio de seus impactos e externalidades negativas. Isso porque a política de incentivo a agrotóxicos é, em si, um desincentivo à efetivação da dimensão do direito à alimentação que trata da sustentabilidade do sistema de produção agrícola.

3 Códigos:

● eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

213:16 p 5 in Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

Em 2010, o relator da ONU para o direito à alimentação afirmou que a agroecologia “foi criada pela convergência de duas disciplinas científicas a agronomia e a ecologia”

0 Códigos

213:17 pp 5 – 6 in Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

A ADI 5553 é um evento importante para o futuro da sociedade brasileira. O que se pleiteia nela é tão somente a análise dos dispositivos que concedem isenções tributárias a agrotóxicos à luz da ordem ambiental, da proteção da saúde e, sobretudo, da proteção ao direito social à alimentação. Não se trata de limitar a livre iniciativa, mas de atrelar a promoção do desenvolvimento econômico nacional à proteção do consumidor e do meio ambiente, direitos fundamentais e princípios gerais da ordem econômica consolidados em nossa Constituição.

4 Códigos:

● eficiência da livre concorrência econômica / ● justiça / ● renda pré-tributária / ● resultados econômicos favoráveis ao país

213:18 p 6 in Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação - MST

A produção de alimentos e, sobretudo, as suas políticas de incentivos e subsídios econômicos promovidas pelo Estado brasileiro não podem ser incompatíveis com a ordem constitucional.

2 Códigos:

● justiça / ● justiça social/minorias

214 Taxação de agrotóxicos pode contribuir para transição agroecológica, diz pesquisador - MST

7 Citações:

214:1 pp 1 – 2 in Taxação de agrotóxicos pode contribuir para transição agroecológica, diz pesquisador - MST

O julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a isenção fiscal de agrotóxicos, marcado para 30 de outubro, pode mudar o rumo da agricultura no país, aposta Marcelo

Firpo, pesquisador da Fiocruz e integrante do Grupo Temático Saúde e Ambiente da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva).

Segundo ele, uma decisão da corte a favor da desoneração da corte seria um retrocesso e um desrespeito com a população brasileira, principalmente os envolvidos na produção alimentar. Já uma decisão contrária pode fortalecer a agricultura familiar e a produção agroecológica.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

214:2 p 2 in Taxação de agrotóxicos pode contribuir para transição agroecológica, diz pesquisador - MST

O agronegócio de exportação, principal interessado na isenção de impostos, argumenta que pode ser prejudicado em bilhões de reais caso os ministros decidam por manter as cobranças. Firpo explica que a justificativa é frágil.

1 Códigos:

- expropriação do privado

214:3 p 2 in Taxação de agrotóxicos pode contribuir para transição agroecológica, diz pesquisador - MST

“O argumento apresentado pelo agronegócio é muito frágil porque diz que o setor do agronegócio e da agricultura brasileira vai se prejudicar bastante, vai haver uma perda de lucratividade de vários bilhões de reais. O que a gente argumenta é que, sim, haverá, mas é muito menor do que o que eles informam”, contrapõe.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

214:4 p 2 in Taxação de agrotóxicos pode contribuir para transição agroecológica, diz pesquisador - MST

Os interesses em jogo em favor da desoneração, afirma o pesquisador, são externos ao Brasil, e não ligados a quem quer produzir e se alimentar bem no país.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

214:5 p 1 in Taxação de agrotóxicos pode contribuir para transição agroecológica, diz pesquisador - MST

Taxação de agrotóxicos pode contribuir para transição agroecológica, diz pesquisador

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● resultados econômicos favoráveis ao país

214:6 p 2 in Taxação de agrotóxicos pode contribuir para transição agroecológica, diz pesquisador - MST

“Esses interesses não são os interesses da agricultura brasileira, dos pequenos agricultores, não são os interesses daqueles que estão pensando no médio e longo prazo para as futuras gerações, não são os interesses daqueles que não querem ver as tragédias do Pantanal e da Amazônia”.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

214:7 p 2 in Taxação de agrotóxicos pode contribuir para transição agroecológica, diz pesquisador - MST

Para Firpo, a taxaço de agrotóxicos poderia desencadear uma transição agroecológica fundamental. “Com uma política séria de transição agroecológica, a gente tem toda a condição de, nos próximos anos, haver uma verdadeira transformação, para que inclusive o preço dos alimentos orgânicos e agroecológicos, que cada vez são mais competitivos com os alimentos produzidos com o uso de agrotóxicos, possam se tornar cada vez mais baratos”.

2 Códigos:

- justiça social/minorias / ● renda pré-tributária

215 TCU recomenda taxaço de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde - MST

15 Citações:

215:1 p 1 in TCU recomenda taxaço de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde - MST

TCU recomenda taxaço de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde

1 Códigos:

- justiça social/minorias

215:2 pp 1 – 2 in TCU recomenda taxaço de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde - MST

Na Dinamarca, quanto mais perigoso forem os agrotóxicos à saúde e ao meio ambiente, maior será a sua tributação. Além de arrecadar impostos para ajudar a custear o tratamento

de doenças e a lidar com os danos ambientais, o governo encarece o produto, desestimula seu uso e investe em medidas para incentivar a agricultura sustentável, com alimentos saudáveis acessíveis para toda a população.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

215:3 p 2 in TCU recomenda taxaço de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde - MST

A medida tem surtido efeitos. O país do norte da Europa caminha a passos largos para ter 100% de sua produção agrícola livre de venenos nos próximos 10 anos. A boa notícia foi trazida pela ministra-conselheira da Embaixada Real da Dinamarca no Brasil, Laura Nielsen.

Laura discutiu em audiência pública na Procuradoria-Geral da República na tarde desta quinta-feira (27), em Brasília, a isenção fiscal aos agrotóxicos no Brasil, uma situação completamente oposta.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

215:4 p 2 in TCU recomenda taxaço de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde - MST

Sem apoio governamental, a transição da agricultura regada a chuvas de veneno para uma produção agroecológica é um sonho realizado por poucos, em pequenas propriedades.

Projetos de políticas públicas nesse sentido caminham lentamente no Congresso Nacional.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

215:5 p 2 in TCU recomenda taxaço de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde - MST

Enquanto isso, os trabalhadores não têm acesso a alimentos de qualidade, como têm as classes mais favorecidas. Apenas uma elite tem na mesa alimentos nutritivos e saudáveis, como os produzidos antigamente, que mataram a fome da humanidade, do advento da agricultura até o pós-Guerra, quando as lavouras tornaram-se o alvo da indústria e suas armas químicas.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

215:6 pp 2 – 3 in TCU recomenda taxaço de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde - MST

E o que é mais grave: União e governos estaduais dão sua contribuição à farra dos agrotóxicos. Há desoneração de tributos federais, como o Imposto de Importação (II), sobre produtos industrializados (IPI) e contribuições como o PIS e Cofins. E estaduais, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que incidem sobre todos os produtos inclusive aqueles de alta toxicidade Isso porque as cláusulas 1ª e 3ª do

produtos, inclusive aqueles de alta toxicidade. Isso porque as cláusulas 1 e 3 do Convênio nº 100/97, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz),

reduzem em 60% a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para agrotóxicos.

1 Códigos:

- renda pré-tributária

215:7 p 3 in TCU recomenda taxaço de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde - MST

“Isso permite que em alguns estados, como no Ceará, haja isenção do imposto para agrotóxicos”, destacou João Alfredo Telles Melo

1 Códigos:

- justiça

215:8 p 3 in TCU recomenda taxaço de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde - MST

Em 2017, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, se manifestou favorável à inconstitucionalidade da isenção. Em seu parecer, ela argumenta que os dispositivos contrariam direitos constitucionais ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à saúde coletiva e à proteção social ao trabalhador, além de fomentarem o uso intensivo desses produtos.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

215:9 p 3 in TCU recomenda taxaço de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde - MST

Mas não é só. Como são insumos agrícolas, os agrotóxicos podem ser abatidos integralmente como despesa nos impostos sobre a renda de quem os utiliza. É o caso de grandes proprietários de terra, onde estão imensas plantações de soja, cana, eucalipto, milho e algodão, entre outras, regadas a grandes doses de agrotóxicos pulverizados de avião, que espalham doenças como câncer, malformações congênitas e outros problemas graves, incapacitantes e letais, que destroem vidas e oneram o SUS.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

215:10 pp 3 – 4 in TCU recomenda taxaço de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde - MST

O Tribunal estima que de 2010 a 2017 houve renúncia

Santos trouxe dados alarmantes. O Tribunal estima que de 2010 a 2017 houve renúncia fiscal de quase R\$ 9 bilhões devido à alíquota zero do PIS/Pasep e Cofins com a inclusão dos agrotóxicos entre os itens da cesta básica.

1 Códigos:

- resultados econômicos DESfavoráveis ao país

215:11 p 4 in TCU recomenda taxaço de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde - MST

Nesse período, a média anual da desoneração para agrotóxicos foi superior a R\$ 1 um bilhão de reais, representando em torno de 8% do total da renúncia de receita dessas contribuições relativa à desoneração da cesta básica. “Tanto que o TCU recomenda a desagregação dos agrotóxicos e demais itens no demonstrativo das desonerações para mais transparência no seu acompanhamento”, disse.

2 Códigos:

- justiça / ● resultados econômicos DESfavoráveis ao país

215:12 p 4 in TCU recomenda taxaço de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde - MST

Em abril de 2018, o TCU publicou relatório de auditoria da governança da União na implementação da Agenda 2030, bem como a meta 2.4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Conforme o documento, os ministros do tribunal recomendam que o governo federal, com participação de autarquias como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), avaliem “a oportunidade e a viabilidade econômica, social e ambiental de utilizar o nível de toxicidade à saúde humana e o potencial de periculosidade ambiental, dentre outros, como critérios na fixação das alíquotas dos tributos incidentes sobre as atividades de importação, de produção e de comercialização de agrotóxicos”.

2 Códigos:

- justiça / ● justiça social/minorias

215:13 p 4 in TCU recomenda taxaço de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde - MST

“As desonerações tributárias concedidas no Brasil a agrotóxicos independem do nível de toxicidade e do potencial de periculosidade ambiental desses produtos, beneficiando igualmente agrotóxicos muito ou pouco tóxicos, muito ou pouco perigosos ao meio ambiente. Isso pode desestimular o desenvolvimento de alternativas mais sustentáveis sob os pontos de vista sanitário e ambiental”, destaca ainda o documento.

1 Códigos:

- justiça social/minorias

215:14 p 4 in TCU recomenda taxaço de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde - MST

Os ministros mencionam o princípio do poluidor-pagador, segundo o qual “os governos nacionais devem fomentar a internalização dos custos ambientais pelo poluidor, e o uso de instrumentos econômicos que impliquem que o poluidor deve, em princípio, arcar com os custos da degradação ambiental”. Tal princípio foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio da assinatura da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, documento oficial aprovado por mais de 170 países na Conferência.

1 Códigos:

- justiça

215:15 p 5 in TCU recomenda taxação de agrotóxicos conforme grau de toxicidade à saúde - MST

Em resumo, o TCU aponta que o governo federal não tem rotinas nem metodologia de acompanhamento e de avaliação das desonerações tributárias do II, do IPI, da Cofins e das contribuições para o PIS/Pasep referentes a agrotóxicos. “Não há objetivos, metas ou indicadores para a mensuração da eficiência, eficácia ou efetividade dessas medidas, de maneira que não se produzem informações avaliativas que retroalimentem o processo decisório sobre a manutenção, renovação, alteração ou extinção de cada incentivo tributário”.

1 Códigos:

- justiça

ANEXO 3 – Razões das exclusões dos documentos na fase de codificação no Atlas.ti

- **Câmara dos Deputados**

1. D151 “Agricultura debate produção brasileira de caju” → não fala sobre renúncia tributária
2. D153 “Anúncio de nova meta para o déficit fiscal do governo repercute na Câmara” → texto de conjuntura política, não é argumentativo no sentido das desonerações ao agronegócio.
3. D156 “Belluzzo avalia que argumentos para impeachment não são válidos” → texto de conjuntura política
4. D160 “Com a escolha dos presidentes, nove comissões que analisam MPs começam os trabalhos” → texto de informação dos trabalhos administrativos da instituição
5. D168 “Comissão aprova instituição de política de incentivo à produção da borracha” → não fala de incentivos tributários/fiscais
6. D171 “Comissão aprova pagamento para quem preservar mata nativa além do exigido por lei” → trata de pagamento direto, não isenção
7. D172 “Comissão aprova projeto que cria fundo destinado ao transporte urbano de estudantes” → fala de medidas para o meio urbano
8. D173 “Comissão aprova projeto que facilita investimento estrangeiro no agronegócio brasileiro” → não fala de incentivos tributários/fiscais
9. D181 “Comissão discute dificuldades de acesso ao crédito rural na região Norte” → não fala de incentivos tributários/fiscais
10. D182 “Comissão discute empréstimos para agroindústrias inspecionadas por municípios” → não fala de incentivos tributários/fiscais
11. D189 “Confira os vetos mantidos e demais vetos pendentes de votação” → sem conteúdo argumentativo
12. D190 “Congresso analisa 15 vetos presidenciais hoje à noite” → trata de descontos para renegociação de dívidas rurais
13. D191 “Congresso instala hoje nove comissões mistas para analisar medidas provisórias” → sem conteúdo argumentativo
14. D192 “Congresso instalou nove comissões mistas para analisar medidas provisórias” → sem conteúdo argumentativo
15. D194 “Congresso Nacional derruba quatro vetos presidenciais” → não trata de desonerações tributárias à agricultura

16. D195 “Congresso Nacional deve votar créditos e vetos nesta tarde” → não trata de desonerações tributárias à agricultura
17. D197 “Congresso Nacional reúne-se hoje para votar vetos e créditos extras” → não trata de desonerações, mas sim de créditos orçamentários
18. D198 “Congresso pode votar vetos presidenciais na quarta-feira” → não trata de desonerações tributárias à agricultura
19. D199 “Congresso tem 19 vetos na pauta para análise por deputados e senadores” → não trata de desonerações tributárias à agricultura
20. D200 “Conheça as principais propostas aprovadas na Câmara sobre Economia” → não trata de desonerações tributárias à agricultura, só de renegociação de dívidas rurais
21. D201 “Conheça as principais propostas aprovadas na Câmara sobre saúde” → não trata de desonerações tributárias à agricultura
22. D202 “Conheça as principais propostas aprovadas na Câmara sobre saúde” → não trata de desonerações tributárias à agricultura
23. D205 “Câmara aprova MP que cria Cartão Reforma para imóveis” → não trata de desonerações tributárias à agropecuária
24. D208 “Câmara aprovou em 2018 lei geral das agências reguladoras e regime tributário para montadoras” → sem conteúdo argumentativo acerca das desonerações
25. D209 “Câmara pode votar hoje a MP do Cartão Reforma” → não trata de desonerações à agropecuária
26. D210 “Câmara pode votar hoje nova MP do Recine” → não trata de desonerações à agropecuária
27. D216 “Deputados e senadores preservam desonerações para produtores rurais” → não tem conteúdo argumentativo
28. D220 “Desenvolvimento Econômico aprova renegociação de dívidas com fundos regionais” → somente fala de renegociação de dívidas rurais, não de renúncias fiscais
29. D221 “Discussão da reforma da Previdência continua; acompanhe” → não trata de desonerações para a agroindústria
30. D225 “Especialistas apontam oferta de energia renovável a pessoas físicas como desafio do setor” → não trata de renúncias fiscais, mas sim de fontes de financiamento bancário
31. D229 “Finanças aprova inclusão de bacias hidrográficas na área da Codevasf” → não trata de desonerações tributárias à agroindústria
32. D233 “Frente do Livre Mercado diverge sobre projetos em análise no Plenário” → não trata de desonerações tributárias à agroindústria

33. D234 “Frente em defesa da Previdência quer apresentar proposta de reforma” → não trata de desonerações tributárias à agroindústria
34. D240 “Líderes concordam que CCJ não deve alterar mérito da reforma da Previdência” → não trata de desonerações tributárias à agroindústria
35. D241 “Maia defende equilíbrio diante de ataques às instituições” → não trata de desonerações tributárias à agroindústria
36. D247 “Minas e Energia cancela fim de descontos na tarifa elétrica de agricultores” → não trata de desonerações tributárias à agroindústria, mas sim de subsídios
37. D248 “Ministro da Economia admite mudanças na proposta de reforma da Previdência” → não trata de desonerações tributárias à agroindústria
38. D250 “MP 694 prorroga prazo para desconto em liquidação de dívida rural” → sem conteúdo argumentativo acerca das desonerações, somente descritivo-informativo
39. D251 “MP do Cartão Reforma é destaque da pauta do Plenário” → não trata de desonerações tributárias especificamente à agroindústria
40. D255 “Nove comissões mistas sobre medidas provisórias elegem presidentes e relatores” → sem conteúdo argumentativo acerca das desonerações, somente descritivo-informativo
41. D257 “Oposição faz vigília no Plenário contra reformas da Previdência e trabalhista” → não trata de desonerações tributárias especificamente à agroindústria
42. D258 “Oposição pede devolução de MP que suspende salários e anuncia ação no STF” → não trata de desonerações tributárias à agroindústria
43. D260 “Plenário aprova em 1º turno alterações na PEC do "orçamento de guerra"” → não trata de desonerações tributárias à agroindústria
44. D261 “Plenário aprova MP sobre regularização de débitos não tributários; faltam destaques” → não trata de desonerações tributárias à agroindústria
45. D262 “Plenário mantém em MP ampliação de incentivo fiscal do biodiesel” → sem conteúdo argumentativo acerca das desonerações
46. D263 “Plenário pode votar alterações em MP que incentiva petrolíferas” → sem conteúdo argumentativo acerca das desonerações, somente descritivo-informativo
47. D264 “Plenário pode votar alterações na MP sobre regularização de terras” → não trata de desonerações tributárias à agroindústria
48. D265 “Plenário pode votar MP que parcela dívidas de produtores rurais” → sem conteúdo argumentativo acerca das desonerações, somente descritivo-informativo
49. D266 “Plenário pode votar projeto sobre dívida dos estados nesta segunda-feira” → não trata de desonerações tributárias à agroindústria

50. D267 “Plenário pode votar projetos sobre ISS, cadastro rural e gastos de campanhas” → não trata de desonerações tributárias à agroindústria
51. D268 “Plenário pode votar projetos sobre segurança pública e MPs da mineração” → não trata de desonerações tributárias à agroindústria
52. D269 “Plenário vota hoje alterações em MP que incentiva petrolíferas” → não trata de desonerações tributárias à agroindústria
53. D272 “Principais propostas aprovadas pela Câmara na área de economia” → sem conteúdo argumentativo acerca das desonerações, somente descritivo-informativo
54. D273 “Produtores de alho denunciam prejuízos causados por importações da China” → não trata de desonerações tributárias à agroindústria
55. D274 “Produtores rurais da Amazônia criticam tarifas cobradas em financiamentos” → não trata de desonerações tributárias à agroindústria
56. D277 “Projeto concede crédito especial de R\$ 5,42 bilhões para a Petrobras” → não trata de desonerações tributárias à agroindústria
57. D279 “Projeto cria incentivo fiscal para elevar o número de crianças matriculadas em creches” → não trata de desonerações tributárias especificamente à agroindústria
58. D286 “Projeto instituiu política de incentivo à produção da borracha” → não fala especificamente de desonerações fiscais
59. D293 “Projeto prevê incentivo fiscal para quem preservar mata nativa além do exigido por lei” → não fala especificamente de desonerações fiscais, mas sim de pagamento direto
60. D296 “Projeto visa facilitar captação de recursos no mercado externo por produtores rurais” → não fala de desonerações fiscais, mas sim de financiamento
61. D298 “Proposta estabelece critérios para regularização fundiária em áreas da União” → não fala de desonerações tributárias
62. D301 “Proposta prevê incentivos à cadeia produtiva do cacau” → não fala de desonerações tributárias
63. D306 “Relator apresenta proposta de reforma tributária para nortear debate em comissão” → não fala especificamente de desonerações fiscais, mas sim de reforma no geral
64. D308 “Relator defende reforma da Previdência durante discussão” → não fala especificamente de desonerações tributárias para o agronegócio
65. D311 “Seminário discute formas de superar obstáculos ao desenvolvimento regional” → não fala especificamente de desonerações tributárias para o agronegócio
66. D312 “Senadores se alternam na defesa e no ataque a Dilma Rousseff” → não fala especificamente de desonerações tributárias para o agronegócio

67. D313 “Sergio Souza é o novo presidente da Comissão de Finanças e Tributação” → não fala especificamente de desonerações tributárias para o agronegócio
68. D314 “Setor produtivo quer definição mais precisa para devedor contumaz” → não fala especificamente de desonerações tributárias para o agronegócio
69. D316 “Técnicos do Ministério da Economia estarão à disposição de parlamentares para explicar reforma” → não fala especificamente de desonerações tributárias para o agronegócio
70. D317 ““Meu papel é construir pontes e diálogo”, diz Rodrigo Maia após encontro com Bolsonaro” → não fala especificamente de desonerações tributárias para o agronegócio
71. D318 “Audiência analisa projetos que aumentam impostos sobre cigarros para custear gastos com saúde pública” → não fala especificamente sobre desonerações tributárias
72. D319 “Câmara aprova suspensão da contribuição previdenciária patronal e proibição de multa pelo atraso de documento fiscal” → não fala especificamente de desonerações tributárias para o agronegócio
73. D321 “Integração Nacional aprova incentivo para produtor que preservar mata nativa além do exigido por lei” → não fala especificamente de desonerações tributárias, mas sim de pagamento direto
74. D324 “Proposta incentiva a aquaponia, sistema integrado que combina criação de peixes e cultivo de plantas” → não fala de desonerações tributárias, mas de incentivos fiscais sem especificar

- **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)**

1. D1 “2016: um ano de extremos para a produção de milho → não fala sobre desonerações tributárias ao agronegócio brasileiro
2. D2 “Agricultura e carga tributária” → não fala sobre desonerações tributárias
3. D15 “Boletim: CNA derruba lei que tornava bens de produtor indisponíveis sem decisão da justiça e anuncia vencedores do Prêmio Brasil Artesanal” → não fala sobre desonerações tributárias
4. D21 “CNA debate Plano Agrícola e Pecuário 2021/2022 em audiência na Câmara” → não fala sobre desonerações tributárias
5. D29 “CNA entrega à ministra da Agricultura propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2020/2021” → não fala sobre desonerações tributárias

6. D32 “CNA participa de lançamento do Plano Safra Regional do Banco da Amazônia” → não fala sobre desonerações tributárias
7. D33 “CNA participa de seminário sobre boas práticas no setor produtivo” → não fala sobre desonerações tributárias
8. D35 “CNA, Federações e Ministérios da Agricultura e Economia discutem medidas anunciadas para o Plano Safra” → não fala sobre desonerações tributárias
9. D37 “Criadores de gado têm até o dia 31 deste mês para prestar contas sobre movimentação do rebanho” → não fala especificamente sobre desonerações tributárias
10. D38 “Decisão da Justiça Federal inviabiliza agricultura e pecuária em SC” → não fala sobre desonerações tributárias
11. D39 “Desenvolvimento do Acre é tema de encontro entre representantes da FAEAC e Sudam” → não fala sobre desonerações tributárias
12. D41 “Encontro Ruralista debate assuntos de interesse do produtor rural” → não fala sobre desonerações tributárias
13. D46 “FAEA e OCB/AM entregam pleitos de produtores rurais para governador do Amazonas” → não fala especificamente sobre desonerações tributárias
14. D48 “FAEC apresenta propostas do setor produtivo ao Secretário Maia Junior” → não fala especificamente sobre desonerações tributárias
15. D50 “Grupo de Trabalho Econômico da CNA debate questões tributárias” → conteúdo meramente descritivo quanto às desonerações tributárias
16. D53 “Ministério da Agricultura confirma a retirada da vacina contra aftosa no PR” → não fala sobre desonerações tributárias
17. D57 “Perguntas e Respostas sobre o Programa de Regularização Tributário Rural (PRR) do Funrural” → não fala sobre desonerações tributárias
18. D60 “Produtores definem medidas para melhoria da cadeia do leite” → não fala especificamente sobre desonerações tributárias
19. D62 “Saiba o que muda com a derrubada dos vetos à Lei 13.606/2018” → conteúdo meramente descritivo quanto às desonerações tributárias (não há argumentação para codificar)
20. D63 “Selic cai ao menor nível da história” → não fala sobre desonerações tributárias
21. D64 “Seminário na CNA debate prorrogação do prazo de adesão à lei que autoriza renegociar dívidas rurais” → não fala sobre desonerações tributárias
22. D66 “Serviços ambientais e agronegócio” → não fala especificamente sobre desonerações tributárias

23. D71 “Veja aqui” → Agenda “Radar Coronavírus” a indicar as ações da instituição de março a setembro

- **Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)**

1. D1 “16º Congresso Brasileiro do Agronegócio” → não fala especificamente sobre de desonerações tributárias
2. D2 “Comitês” → Texto não argumentativo
3. D3 “Congresso da Abag discute reforma tributária do brasileiro, confira!” → não fala especificamente sobre de desonerações tributárias, mas sim sobre tributação/reforma tributária em geral

- **Comissão Pastoral da Terra (CPT)**

1. D1 “#90AnosDePedro | O Araguaia é testemunha” → não fala sobre especificamente de desonerações tributárias ao agronegócio
2. D2 “#90AnosDePedro | Pedro e a questão da Terra” → não fala sobre especificamente de desonerações tributárias ao agronegócio
3. D3 “#90AnosDePedro | Queriam que Pedro se calasse - A Intimação que recebeu” → não fala sobre especificamente de desonerações tributárias ao agronegócio
4. D4 “#PedroCasaldáligaPresente - A Amazônia no centro das preocupações de Pedro, que deram origem à CPT” → não fala sobre especificamente de desonerações tributárias ao agronegócio
5. D5 “#VozesdasMulheres | Políticas neoliberais e o aprofundamento das desigualdades de gênero no Brasil” → não fala sobre especificamente de desonerações tributárias ao agronegócio
6. D6 “‘Foi covardia. Ninguém estava armado’, diz irmão de trabalhador morto em MT” → não fala sobre especificamente de desonerações tributárias ao agronegócio
7. D7 “40 ameaças legislativas aos Direitos Humanos → não fala sobre especificamente de desonerações tributárias ao agronegócio
8. D8 “2015: o ano que não acabou em Rondônia” → não fala sobre especificamente de desonerações tributárias ao agronegócio
9. D10 “Bilionários do mundo têm mais riqueza do que 60% da população mundial” → não fala especificamente sobre de desonerações tributárias ao agronegócio

10. D15 “Do coco babaçu à emancipação: o poder das quebradeiras do Maranhão” → não fala especificamente sobre de desonerações tributárias ao agronegócio, aspecto mais histórico dos incentivos fiscais no geral
11. D16 “Dos seringais de ontem às fazendas de hoje” → não fala especificamente sobre de desonerações tributárias ao agronegócio, aspecto mais histórico dos incentivos fiscais no geral
12. D17 “Em Cuiabá, membro da CPT lança livro “Resistência e Luta conquistam território no Araguaia Mato-Grossense” → não fala especificamente sobre de desonerações tributárias ao agronegócio, aspecto mais histórico dos incentivos fiscais no geral
13. D18 “Fundos de pensão estrangeiros e a aquisição de terras no Brasil em debate na Universidade de Nova York” → não fala especificamente sobre de desonerações tributárias
14. D19 “Governo e ruralistas se unem contra o futuro do país” → não fala especificamente sobre de desonerações tributárias
15. D24 “Patrimônio dos 26 mais ricos equivale ao dos 50% mais pobres do mundo” → não fala sobre de desonerações tributárias especificamente no agronegócio (estudo OXFAM)
16. D25 “PL da Grilagem ainda representa ameaça à sociobiodiversidade” → não fala sobre de desonerações tributárias
17. D30 “SUGESTÃO DE PAUTA: Balanço da Reforma Agrária no ano de 2016” → não fala sobre de desonerações tributárias

- **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**

1. D2 ““Não se pode combater a desigualdade sem lutar contra os ricos”, analisa jornalista uruguaio” → não fala sobre desonerações tributárias ao agronegócio
2. D8 “Atuação do poder público: Incra – MT é cúmplice dos grileiros” → não fala sobre desonerações tributárias ao agronegócio
3. D9 “Celso Furtado: base para se pensar um novo projeto de país” → não fala sobre desonerações tributárias ao agronegócio
4. D13 “Dois Projetos para o Brasil” → não fala sobre desonerações tributárias especificamente ao agronegócio, mas de modo geral ao país

5. D22 “Governo e ruralistas se unem contra o futuro do país” → não fala sobre desonerações tributárias ao agronegócio
6. D26 “Movimentos do campo dão início a manifestações contra Temer; entenda as pautas” → não fala sobre desonerações tributárias especificamente ao agronegócio, mas de modo geral ao país
7. D28 “MST se manifesta em São Paulo contra o Projeto de Lei 529/2020” → não fala sobre desonerações tributárias especificamente ao agronegócio
8. D36 “Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO, um capítulo de história econômico-social contemporânea” → apenas divulgação de um artigo científico (apresentação de *link*)
9. D42 “Sustentada por interesses dos setores ruralista e imobiliário, MP 759 é aprovada pelo Senado” → → não fala sobre desonerações tributárias ao agronegócio
10. D45 “Trabalho escravo no Brasil: os riscos de passar de vitrine a vitrine” → não fala sobre desonerações tributárias ao agronegócio

• Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.553/2016

1. D2 “MANIFESTAÇÃO TÉCNICA – GREENPEACE BRASIL” → não atende ao escopo da pesquisa nesta fonte, que é o de analisar os argumentos dispostos pelo Governo Federal e seus órgãos acerca do assunto das desonerações tributárias (pessoa jurídica de direito privado)
2. D5 “Ofício SEI 82/2017/SPREV-MF” → não fala sobre desonerações tributárias, mas apenas sobre questões de saúde pública e previdência
3. D9 “Ofício CTA n 001/2018 – CTA/ANVISA” → não fala sobre desonerações tributárias, mas apenas sobre questões técnicas de fiscalização e aprovação sanitária de agrotóxicos
4. D11 “Ofício 26070/2017” do Ministério Público do Trabalho → não fala sobre desonerações tributárias, mas apenas sobre questões técnicas relacionadas às normas trabalhistas
5. D14 “Ofício nº 26065/2017” da ANDEF (Associação Nacional de Defesa Vegetal) → não atende ao escopo da pesquisa nesta fonte, que é o de analisar os argumentos dispostos pelo Governo Federal e seus órgãos acerca do assunto das desonerações tributárias (pessoa jurídica de direito privado)

6. D15 “Ofício nº 26072/2017” da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
→ não atende ao escopo da pesquisa nesta fonte, que é o de analisar os argumentos dispostos pelo Governo Federal e seus órgãos acerca do assunto das desonerações tributárias (pessoa jurídica de direito privado)

ANEXO 4 – Íntegra dos textos analisados: a cópia integral de cada um dos textos identificados

A agregação dos textos analisados, por razões de organização e limitações do formato e extensão do arquivo da dissertação, está disponibilizada em mídia separada. A compilação está disponível tanto em arquivo PDF a parte, quanto sob o armazenamento em dispositivo *pendrive* entregue à Secretaria do Programa de Pós-graduação em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás.